

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
Programa de Mestrado em Antropologia Social

*NARRATIVAS DO EXÍLIO ARGENTINO NO BRASIL:
NAÇÃO, MEMÓRIAS E IDENTIDADES*

Liliana Lopes Sanjurjo

Orientadora: Profa. Dra. Bela Feldman-Bianco

Campinas
Fevereiro 2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP**

Sanjurjo, Liliana Lopes

Sa585n **Narrativas do exílio argentino no Brasil: nação, memórias e identidades / Liliana Lopes Sanjurjo. - - Campinas, SP: [s.n.], 2007.**

Orientador: Bela Feldman-Bianco.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Estado Nacional. 2. Argentina – Exílio - Narrativas pessoais. 3. Identidade – Aspectos antropológicos.
4. Argentina – Migração – Séc. XX. I. Feldman-Bianco, Bela.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Narratives of argentine exile in Brazil: nation, memories and identities

Palavras-chave em inglês (Keywords): National state
Argentine – Exile – Personal narratives
Identity – Anthropological aspects
Argentine – Immigration and immigration – 20th cen

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Mestre em Antropologia

Banca examinadora: Bela Feldman-Bianco (orientador)
Federico Guillermo Neiburg
Michael McDonald Hall

Data da defesa: 28/02/2007

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

*Dedicado à memória de meu pai, Jose Antonio
Sanjurjo, que é parte desta história e de quem eu sou.*

AGRADECIMENTOS

Eu não poderia ter concretizado esta dissertação sem o apoio de inúmeras pessoas que me acompanharam nesses últimos cinco anos aos quais me dediquei à realização deste trabalho.

Primeiramente gostaria de agradecer a todas as pessoas que me abriram suas casas e suas vidas, testemunhando suas experiências e trazendo a tona memórias que, muitas vezes, fizeram um esforço enorme para esquecer. Por isso, sou imensamente grata a todos os entrevistados e pessoas que deixaram seus depoimentos para que pudesse reconstituir uma pequena parte da história das ditaduras no Cone Sul. São eles os protagonistas da história de que trato na dissertação e, portanto, sem o registro de suas memórias esse trabalho jamais poderia ter se concretizado.

Agradeço o apoio financeiro concedido pela FAPESP e pela CAPES.

Agradeço a Bela Feldman-Bianco pela orientação desta dissertação. Foi ela a primeira pessoa a me introduzir nos caminhos da pesquisa antropológica, a confiar em mim e me incentivar a levar adiante este trabalho. Certamente, a relação que construímos não se limita ao campo profissional, pelo carinho, sensibilidade e preocupação que sempre demonstrou por mim nesses anos.

Sou grata a minha mãe por me apoiar e me ajudar a trilhar os caminhos que escolhi, e por ter me ensinado o prazer pelos estudos e pelos livros. A minha avó Cláudia, a minha irmã Alicia e a minha tia Maria Ester, meus agradecimentos, por serem minha família.

Não poderia deixar de mencionar aqui a contribuição importante que Oscar Cesarotto e Esteban Dominguez tiveram para esse trabalho. O interesse demonstrado por eles pela pesquisa e os caminhos que me sugeriram para que desse início ao trabalho de campo foram fundamentais para que conseguisse dar os primeiros passos para a coleta dos depoimentos.

Agradeço a minha amiga Patrícia Gimeno pelo companheirismo e amizade nestes longos anos de IFCH e de vida. Também agradeço a Ingrid Ribeiro, Juliane Odino, Fernando Silva, Mulumba Kabengele, Luis Fernando por serem meus companheiros de casa, amigos e família no período de Mestrado. Sou grata pela amizade construída ao longo dos anos de Mestrado e que levarei por toda a vida de Laura Santonieri e Dorotea Grijalva. Aos moradores de minha segunda casa, por me acolherem quando precisei: Laura, mais uma vez, Márcio Nascimento e Sidney Souza. Agradeço aos velhos e novos amigos: Carolina Góes,

Estella Luvizotto, Danilo Martuscelli e Lila Enrique, Márcia Maia, Carmen Betiol, Mauro Muñoz, Juliana Schiel, Ludmila Veloso. Também agradeço a Marcelo Rocco e Silvana Moretti da secretaria de pesquisa pela amizade nos meses que antecederam a entrega da dissertação.

O apoio e interlocução estabelecida com os colegas do CEMI e as leituras minuciosas que fizeram também foram fundamentais para a realização deste trabalho: Guilherme Dias, Cristina Maher, Célia Harumi, Eduardo Caetano da Silva, Felipe Ferreira, Joana Bahia, Douglas Mansur, Igor Machado e Cristiane Spadaccio.

Agradeço ao Omar Ribeiro Thomaz pelas suas sugestões e leituras e pelo interesse que sempre demonstrou pelo tema da pesquisa, mas também por sua amizade. Agradeço ao Michael Hall por acompanhar o meu trabalho desde a Monografia de Graduação até a Defesa de Mestrado e ao Federico Neiburg por aceitar participar da banca. Sou grata a Mauro Almeida pelo apoio dado como coordenador do Programa de Antropologia e pela morada que generosamente concedeu ao Augusto e a mim para que pudéssemos terminar com maior tranquilidade a redação de nossos trabalhos.

Por último, agradeço especialmente ao Augusto Postigo por ter sido meu companheiro e amigo nestes anos. Quando precisei sempre esteve ao meu lado e também foi um leitor atento da dissertação. Além disso, juntos abrimos os olhos para outros mundos.

RESUMO

Na presente dissertação investigo a migração de argentinos para São Paulo (Brasil) ao longo da década de 1970, que corresponde a um contingente migratório constituído por indivíduos que deixam a Argentina, sobretudo, por conta das condições da violência política que se colocaram para os opositores do regime militar, que se institucionaliza no ano de 1976. Por outro lado, e apenas como contraponto a esse primeiro contingente, trato de um novo fluxo migratório de argentinos para o Brasil que se configura após o auge da crise econômica desencadeada no final do ano de 2001. Através da reconstrução das histórias de vida, das memórias e das trajetórias de migração de um grupo de argentinos que chegou entre os anos 1974 e 1981, hoje residentes nas cidades de Campinas e São Paulo, e de alguns jovens argentinos que chegaram após o ano de 2001 em São Paulo procuro compreender como estes sujeitos reconstroem suas identidades tendo como base o compartilhamento de experiências que consideram cruciais por redirecionarem e redefinirem suas trajetórias individuais. Através de uma abordagem que enfatiza a ação e a representação social, também analiso as maneiras como estes indivíduos ressignificam a nação de origem, reapropriam e reelaboram as narrativas mestras da nação argentina e suas representações nacionais no processo de reconstrução de suas identidades e de interpretação de suas próprias experiências.

ABSTRACT

In the present thesis I investigate the Argentinean migration to São Paulo along the 70s. This corresponds to a migratory group of individuals who left Argentina mainly as a result of the political violence against the opponents of the military regime established in 1976. On the other hand, and just as a comparison to this first group, I deal with a new migratory flow of Argentineans to Brazil which appeared after the peak of the economic crisis triggered at the end of 2001. Through the reconstruction of stories, memories and migration trajectories of a group of Argentineans, now living in Campinas and São Paulo, who arrived in Brazil between 74 and 81, and some young Argentineans who have arrived after 2001 in São Paulo, I try to comprehend how these subjects reconstructed their identities based on sharing experiences considered crucial for redefining and reorientating their own individual trajectories. Through an approach that stresses action and social representation, I also analyze the ways by which these individuals bestow another meaning to their country, re-appropriate and re-elaborate the key narratives of the Argentinean nation and its national representation in the process of reconstructing their identities and interpreting their own experiences.

SUMÁRIO

Introdução	17
• Objetivos da Dissertação	21
• Questões Centrais e Organização da Dissertação	23
• A Pesquisa de Campo	26
 Capítulo I	
A Nação Argentina, as Migrações e a Questão da Violência	29
• Civilización y Barbárie: A Nação em Disputa	33
• A Nação e a Questão Racial	36
• Argentina, Nação de Imigrantes	38
• A Nação e a Questão da Violência	44
 Capítulo II	
Genealogias de Migração de Argentinos Migrantes: Memórias de Família, Sentidos da Nação	49
• Trajetória de Família, Trajetória da Nação: De Terra de Promissão à Nação em Crise	57
 Capítulo III	
Exílio Argentino em São Paulo nos anos 1970: História e Testemunhos	71
• Mapeando a Diáspora Argentina nos anos da <i>Guerra Suja</i>	71
• Solidariedade no Exílio: Redes Sociais e de Trabalho no Brasil	78
• O Papel da Igreja Católica junto aos Latino-Americanos Exilados em São Paulo	85
• Operação Condor e seus Efeitos na Coletividade Argentina	89
• A Terra Destino: Experiências de uma “Ditadura à Brasileira”	98
 Capítulo IV	
Narrativas sobre o Deslocamento e a Experiência Política: Reconstruindo Trajetórias e Identidades	107
• Memórias de um Período de Violência e Repressão	111
• Exclusão Política nas Universidades	117
• Desaparecimentos e Detenções: Eventos Determinantes da Diáspora	124
• Migrantes, Exilados, Refugiados, Estrangeiros: Categorias e Representações sobre o Deslocamento	131
• Trajetórias de Mulheres: Narrativas Femininas do Exílio	145
• A Experiência Política como Marcador de uma Identidade Social	149
 Capítulo V	
A Migração Argentina para o Brasil Pós-<i>Corralito</i>	159
• A Nostalgia e a Argentinidade	166
 Considerações Finais	171

<i>Referências Bibliográficas</i>	175
<i>Anexo – Roteiro das Entrevistas</i>	181

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sem Título	31
Figura 2 – Crist	33
Figura 3 – Fontanarrosa	43
Figura 4 – Clemente	59
Figura 5 – La Quinta Pata	62
Figura 6 – Sem Título	68
Figura 7 – Gaturro	69
Figura 8 – Reportagem: Folha de São Paulo, São Paulo, 12 ago. 1979	88
Figura 9 – Nota: Folha de São Paulo, São Paulo, 12 fev. 1982	93
Figura 10 – Documento DEOPS. Informações S/ Linhas Aéreas Argentinas, Paraguaias e Chilenas	95
Figura 11 – Documento DEOPS. Inquérito Policial de Expulsão do País de Estrangeiro	96
Figura 12 – Documento DEOPS. Pedido de Busca	97
Figura 13 – Nota: Folha de São Paulo, São Paulo, 26 ago. 1981	136
Figura 14 – Nota: O Estado de São Paulo, São Paulo, 01 ago. 1980	138
Figura 15 – Fontanarrosa	159
Figura 16 – Gaturro	167
Figura 17 – Gaturro	173

INTRODUÇÃO

Até os anos 1960 a presença de argentinos no Brasil não era significativa. É a partir dos anos 1970 que um número relevante de indivíduos de nacionalidade argentina passam a figurar na paisagem paulista. Nesse período o Brasil passa a ser destino de milhares de hispano-americanos provenientes dos países do Cone Sul, entre os quais os argentinos se destacam como o contingente mais expressivo.¹ O país transforma-se em lugar de refúgio de exilados políticos de países do bloco regional que se encontravam sob o jugo de regimes militares ditatoriais com forte perseguição político-ideológica. De fato, uma migração mais intensa de argentinos para o Brasil tem os anos 70 como um marco inicial.

Muitos dos argentinos que para cá vieram – ora procurando escapar dos perigos que representava a repressão militar a que estavam expostos, ora buscando alternativas profissionais após haverem sofrido demissões de cunho político na Argentina ou mesmo à recessão econômica que já começava a ser sentida pela sociedade em geral naqueles anos – permaneceram no Brasil, residindo aqui até os dias de hoje. A maior parte daqueles que chegaram ao longo dos anos 1970 tiveram como destino o Estado de São Paulo e se estabeleceram, sobretudo, na capital paulista.

Proporcionalmente, os argentinos não representaram, como ainda hoje não representam, um contingente migratório numericamente expressivo dentro do contexto brasileiro. Oficialmente, de 1970 até 1980, o Brasil recebeu aproximadamente 10.000 argentinos, aumentando o número destes estrangeiros legalmente registrados em 1970 de 17.877 para 26.633 em 1980². Extra-oficialmente fala-se de um número aproximado de 100.000 argentinos que estiveram residindo no país ao longo da década de 1970, o que inclui aqueles que conseguiram permanecer como turistas ou até mesmo clandestinamente no país, o que não pode deixar de ser levado em consideração, sobretudo frente à conjuntura política do período em questão. Contudo, se numericamente não se pode inferir que representem um contingente expressivo, socialmente constitui uma migração bastante significativa. Um destes aspectos significativos que podemos apontar previamente é a sua expressividade em alguns meios profissionais como, por exemplo, o acadêmico, por ter sido um contingente constituído

¹ Até o ano 2000, os argentinos respondiam por mais de 87% dos trabalhadores estrangeiros provenientes do Mercosul. (RIBEIRO DE SANT'ANA, 2001).

² Baeninger (2001).

por indivíduos com alta qualificação profissional, muitas vezes em áreas com escassez de profissionais brasileiros no período.³ Também significativo é o fato deste contingente migratório constituir ele mesmo um dos capítulos da história das ditaduras militares na América do Sul. A história do deslocamento de argentinos para o Brasil tem muito a esclarecer sobre os processos político-sociais vivenciados na Argentina e no Brasil de então, bem como da atualidade.

Muitos trabalhos já foram publicados tratando da última e mais violenta ditadura militar argentina. No entanto, estes tendem a analisar o processo de um ponto de vista político-institucional, sendo escassas as descrições que tratam das experiências dos sujeitos afetados diretamente pelo processo⁴. A migração e o exílio podem ser lidos aqui como uma das conseqüências desencadeadas pela repressão e perseguições políticas deste regime, que revelam a maneira pela qual estes fatos afetaram e redefiniram a vida de milhares de argentinos.

No que tange à diáspora argentina nos anos 1970, são bastante mencionadas as comunidades de exilados formadas no México, Venezuela, França, Espanha e Suécia. Porém, poucas são as referências acerca dos argentinos que tiveram como destino o Brasil.⁵ A presença destes indivíduos ficou marcada, de uma maneira geral, pela sua invisibilidade. Mesmo os seus filhos, em muitos casos, pouco sabem sobre a história de seus pais. A própria categorização desta migração é ambígua. Explicitamente não se definiram nem foram definidos como uma coletividade de exilados, refugiados ou migrantes. Esta ambigüidade e silêncio em torno destas experiências são aspectos a serem explorados aqui. As explicações das gerações descendentes nascidas ou criadas no Brasil sobre a história de seus pais aparecem sempre de uma maneira bastante nebulosa. Desta forma, para muitos filhos de argentinos como eu, estas histórias e memórias começaram a ser reconstruídas. Como lembra Jelin (2002), para que estas memórias venham a tona “*Se requieren “otros” con capacidad de interrogar y expresar curiosidad por un pasado doloroso, combinada con la capacidad de compasión y empatía [...] Son las nuevas generaciones que interrogan, que preguntan, sin los sobreentendidos que permean el sentido común de una generación o grupo social victimizado*” (JELIN, Op. cit., p. 86). E é precisamente destas minhas inquietações subjetivas e pessoais que surgiu a presente investigação.

³ As características demográficas desta migração serão discutidas em detalhe no Capítulo III.

⁴ Entre as publicações que tratam da ditadura do ponto de vista da experiência dos próprios sujeitos ver Anguita e Caparrós (1998), o Informe Nunca Más (CONADEP) (1985) e Parcero (1985).

⁵ Um de meus interlocutores nesta pesquisa foi Dominguez (2004), argentino que escreveu uma dissertação de mestrado pela PUC-SP na área de História intitulada *Imigração Argentina em São Paulo 1970-1983: Ressignificando Identidades*.

“O quadro de eventos elaborado por alguém que é pessoalmente afetado por eles difere usualmente, de modo característico, daquele que se forma quando observados com imparcialidade e o distanciamento de um pesquisador. É como uma máquina fotográfica, que pode ser focalizada em função de diferentes distâncias – close up, plano médio e grande distância. Algo semelhante ocorre com o ponto de vista de um pesquisador que também vivenciou os eventos que está estudando” (ELIAS, 1997, p. 15).

Sendo filha de um argentino que veio ao Brasil no ano de 1976, somente muitos anos depois vim a questionar-me sobre a vinda de tantos argentinos no mesmo período. E na medida em que tomei um maior conhecimento sobre a história política dos anos 1970 daquele país, considerei ser muita coincidência a vinda de meu pai no fatídico ano de 1976, ano do golpe militar. Como em diversas ocasiões perguntei-lhe se haviam outros motivos para sua vinda além do trabalho, explicação que sempre me dava, negando com um incômodo evidente qualquer outra razão, passei a fazer perguntas, principalmente após o seu falecimento, a meus familiares, avô, tia, prima e amigos muito próximos.

Primeiramente meu *abuelo* contou-me que meu pai conseguira escapar por sorte. Segundo ele, meu pai teria embarcado num avião para o Brasil exatamente na manhã do mesmo dia em que bateram na porta de sua casa policiais à paisana procurando por seu filho. Meu *abuelo* respondeu simplesmente que meu pai não se encontrava mais na Argentina. Sobre o envolvimento ou não de meu pai com algum tipo de movimento político de oposição, a única informação que obtive de meu *abuelo* é que certa vez encontrara guardadas dentro de um baú em sua casa (meu pai vivia com ele) algumas armas. Também soube que já no final de 1974 meu pai tinha sido excluído da *Universidad de Buenos Aires* pelas autoridades nomeadas pela então presidente Isabel Perón, após alegarem sua “incompatibilidade ideológica”. E nos primeiros meses de 1976 foi demitido do emprego que tinha conseguido no *Instituto Nacional de Tecnología Industrial*, uma exclusão com clara conotação política, como depois alguns argentinos que entrevistei, que também atuavam no âmbito universitário, disseram ser uma prática bastante comum⁶. Gerardo Barrero, amigo muito próximo de meu pai e que vive hoje na França, contou-me que tinham sido militantes da *Juventud Comunista* no início dos anos 1960 e que com a questão da repressão dentro da UBA (*Universidad de Buenos Aires*) após o golpe militar em 1966, no qual foi instituído o governo do General Juan Carlos Onganía, eles se afastaram da política por algum tempo por uma questão de “saúde”. Mas isso não anulava seus

⁶ Federido Neiburg (1995) trata desta relação entre política, vida acadêmica e violência na Argentina no artigo *Política e Universidade na Argentina*, no qual aborda especificamente o período do imediato pós-peronismo entre os anos 1955 e 1958.

“antecedentes políticos”, que os fazia constar nas listas negras dos subversivos e dos inimigos do regime. Também soube pela minha tia que a situação ficou ainda mais tensa quando Gerardo Barrero, esse seu mesmo amigo, foi preso em Córdoba em 1975 durante uma ação do ERP (Ejército Revolucionario del Pueblo), ficando detido até 1978 na UP1 (Unidad Penitenciaria 1), quando, por ser de nacionalidade francesa, é extraditado para aquele país, fato que o ajudou a não ser mais um a constar nas listas dos desaparecidos da ditadura. Segundo os relatos de minha tia, a prisão de Gerardo complicou a situação de meu pai pelo fato de toda a documentação relativa ao seu carro e correspondências em geral, por exemplo, estarem endereçadas à casa de meu pai e dos *abuelos*, o que ninguém conseguiu explicar até hoje porque acontecia. Isso comprometia diretamente a segurança não só de meu pai como de meus *abuelos*, que podiam perfeitamente ser enquadrados pelos militares e agentes da repressão como cúmplices ou colaboradores da guerrilha.

As razões do silêncio em torno destas experiências são diversas. Como afirma Pollak (1989) “*A essas razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais. Quarenta anos depois convergem razões políticas e familiares que concorrem para romper esse silêncio. No momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento*” (POLLAK, Op. cit., p. 7). E é precisamente algum tempo após o falecimento de meu pai que comecei a me interessar pela história do exílio argentino no Brasil. Uma percepção tão próxima de que as testemunhas oculares deste capítulo da história das ditaduras do Cone Sul, o exílio político, em um futuro próximo não estarão mais aqui me motivou a iniciar esta pesquisa. Portanto, é pela reconstrução destas memórias, pelo prisma de seus testemunhos, contra o esquecimento e o silêncio que este trabalho faz sentido.

O segundo motivo que me levou à realização deste trabalho refere-se a minha inquietação em tentar entender porque os temas da *migração*, do *exílio*, bem como da *crise* da nação tornaram-se tão centrais nos relatos dos intelectuais e da mídia argentina no momento em que estourou a crise política e econômica no final de 2001. Foi tentando responder a esta questão em especial que procurei compreender de que maneira o imaginário hegemônico da nação argentina foi construído e consolidado e, por sua vez, quais as conexões que este imaginário guardava com os temas da *migração*, do *exílio*, da *crise* e da *violência*.

Objetivos da Dissertação

O meu intuito na presente dissertação é analisar o processo migratório de argentinos para o Brasil ao longo dos anos 1970, que corresponde a um contingente migratório constituído em grande parte por indivíduos que deixam o país de origem, sobretudo, por conta do estado de repressão e violência política que se dissemina e se generaliza na Argentina daquele período. Através da reconstrução das histórias de vida, das memórias e das trajetórias de migração de um grupo de argentinos, hoje residentes nas cidades de Campinas e São Paulo, procurarei compreender como estes sujeitos reconstroem suas identidades tendo como base o compartilhamento de experiências que consideram cruciais por redirecionarem e redefinirem suas trajetórias individuais. Através de uma abordagem que enfatiza a ação e a representação social, também me propus a analisar as maneiras como estes indivíduos ressignificam a nação de origem, reapropriam e reelaboram as narrativas mestras da nação argentina e suas representações nacionais no processo de reconstrução de suas identidades e de interpretação de suas próprias experiências.

Apenas como contraponto analítico ao contingente migratório constituído nos anos 1970, realizei algumas poucas entrevistas com argentinos que vieram residir em São Paulo em anos recentes, sobretudo entre aqueles que chegaram após o auge da crise econômica argentina desencadeada no final do ano de 2001. O intuito deste contraponto, que inclui também pesquisa etnográfica e documental, será o de verificar, em comparação ao contingente anterior, quais as transformações e continuidades mais evidentes que caracterizam esta migração recente, principalmente no que se refere às formas como estes jovens argentinos reconstroem suas identidades e interpretam a nação argentina neste novo cenário.

Tomando como ponto de partida as experiências de deslocamento e exílio, por meio de histórias de vida, procurarei reconstruir a história da chegada de argentinos em São Paulo. Tentarei mapear os elos de conexão entre as trajetórias singulares a fim de compreender um movimento que envolveu uma coletividade de indivíduos. Estes elos de conexão entre as memórias e narrativas me possibilitam pensar nas maneiras pelas quais estes argentinos passaram a reconstruir suas identidades no contexto paulista. Como afirma Pollak (1989) “[...] *uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais*” (POLLAK, Op. cit., p. 3). A atribuição de significados aos fatos narrados, recordando-os e interpretando-os, podem ser lidos como um esforço de definição da própria experiência e da própria identidade.

E são os pontos de convergência destes significados e das polêmicas geradas em torno de alguns temas que estão presentes nas narrativas dos sujeitos que interessam aqui como formas de afirmação de uma identidade social. Assim, tendo em vista estes pontos de convergência e de polêmica inscritos nestas memórias, o esforço do trabalho de pesquisa será o de tentar desvendar e entender como neste processo de reconstrução de suas identidades sociais os sujeitos reinterpretam e se reapropriam das narrativas mestras da nação argentina e das representações nacionais para compreender suas próprias trajetórias. Nesse sentido, também está presente na dissertação a minha tentativa de entender os processos que levam determinadas construções e representações acerca da nação argentina se tornarem consagradas naquele país.

Contudo, além de compreender os processos político-sociais que levam a uma determinada representação nacional se tornar hegemônica, parece-me interessante explorar, seguindo a linha argumentativa de Michael Herzfeld (1997), “[...] *quais as vantagens dos atores sociais em usar, reformular e remodelar idiomas oficiais no intuito de alcançar objetivos pessoais e como essas ações – tão freqüentemente contravenções diretas à autoridade estatal – na verdade constituem o Estado e um amplo leque de identidades nacionais, entre outros*” (HERZFELD, Op. cit., p. 2). Dito de outra forma: numa tentativa de realizar uma análise que dê conta da relação dialética entre ação e representação social, procurarei explorar como alguns traços e atributos tidos como constitutivos do caráter nacional argentino se encontram presentes nas memórias e nas identidades dos indivíduos singulares, fenômeno este que, por sua vez, é igualmente constitutivo dos processos de construção do imaginário nacional. Ou seja, além do próprio Estado, dos políticos e dos intelectuais que se dedicam a criar interpretações acerca da nação, os cidadãos mais comuns que compõem uma determinada unidade nacional também são responsáveis em modelar o significado da identidade nacional. Nesse sentido, estou considerando que “*na intimidade do espaço secreto de uma nação reside, ao menos, alguns dos modelos originais da prática oficial*” (HERZFELD, Op. cit., p. 4). Se por um lado tomei a cautela de não cair numa essencialização simplificadora das identidades sociais, por outro lado também procurei não negar a existência de processos de reificação e essencialização que ocorrem cotidianamente na vida social. Ou melhor: “[...] *desconfiar da essencialização na teoria social não deve confundir nosso reconhecimento de sua persistente presença na vida social*” (HERZFELD, Op. cit., p. 26).

Questões Centrais e Organização da Dissertação

No decorrer da análise dos processos de construção de identidades sociais e de interpretação das trajetórias de vida deste grupo de argentinos, dois eixos tornaram-se centrais: a *política* e a *migração* como temas que aparecem de maneira significativa nas memórias e como constitutivos das identidades sociais dos sujeitos. A *nostalgia*, construção cultural que perpassa quase a totalidade das narrativas registradas, também será discutida no decorrer da dissertação na medida em que se relaciona de maneira intrínseca com a imaginação da nação argentina e com a própria questão da *política* e da *migração*.

Julgo pertinente explorar a questão da *migração*, elemento que aparece de forma significativa nas narrativas dos entrevistados, na medida em que é constitutiva de suas memórias e identidades em suas várias dimensões. Além do mais, a *migração* é constitutiva da memória e da identidade coletiva da nação argentina. Ou melhor: a narrativa hegemônica da nação tem como um de seus eixos de referência a memória da imigração européia para o país no final do século XIX e início do século XX, considerada pela história oficial fundamental para o processo de consolidação e constituição do moderno Estado-Nação argentino. Sob essa ótica, no capítulo I analisarei, de uma perspectiva histórica, os processos político-sociais que construíram e consagraram um imaginário de nação, bem como uma idéia de identidade nacional, pautados nessa memória do período das grandes migrações, verificando, desta forma, como a *migração* tornou-se ela mesma um dos mitos fundadores da nação. Esse esforço analítico me permite refletir acerca de como se estruturou tal imaginário nesse sentido. Em se tratando de uma pesquisa que investiga a migração de argentinos para o Brasil na década de 1970 e seu contraponto nos anos 2000, torna-se pertinente tentar traçar as conexões existentes entre este imaginário nacional e os processos de emigração de argentinos nas últimas décadas. Ainda neste mesmo capítulo analisarei como a violência presente na história política da nação está ligada a um imaginário nacional que caracteriza a Argentina como uma sociedade polarizada que reage de maneira radical e extrema diante dos conflitos sociais.

Mas a *migração* é também parte da memória e da trajetória das famílias dos entrevistados, quando se verifica nas genealogias familiares a presença de um histórico de migração que vem desde seus antepassados e que se estende às novas gerações, ao passo que também é parte da própria trajetória individual. Numa tentativa, portanto, de explorar esta questão em especial, no capítulo II procurarei estabelecer os nexos possíveis entre: 1) o histórico de migração das famílias dos argentinos entrevistados em São Paulo; 2) as

contingências históricas determinantes para a configuração dos contingentes emigratórios ocorridos ao longo dos anos 1970 e anos 2000) e 3) a apropriação por parte dos entrevistados de uma narrativa de nação estruturada a partir da memória coletiva da imigração européia do final do século XIX e início do século XX. Vê-se assim, tal qual me referia anteriormente, como a *migração* é constitutiva da memória em suas várias dimensões: memória individual, familiar e nacional. Também no capítulo II buscarei contrapor o exílio argentino dos anos 1970 à migração recente pós-era Menem, momento em que se desencadeia uma profunda crise política e econômica no país que culmina no episódio do *corralito*. Dessa perspectiva, pretendo traçar os nexos entre as interpretações dos sujeitos acerca dos destinos da nação e suas decisões de emigrar. Explorarei assim a dimensão cultural da crise que leva ao maior êxodo populacional da história argentina.

Desde já é preciso esclarecer que o termo *política* está presente de duas formas absolutamente distintas ao longo da dissertação. Por um lado, política está presente como um conceito antropológico. E, por outro lado, política aparece como categoria nativa. Também é preciso salientar que isso não significa que há uma distinção quanto à profundidade analítica entre estas duas formas, mas sim no modo como são utilizadas.

Como conceito antropológico, o termo política permeia toda a dissertação, pois é utilizado como instrumento para análise de relações de poder entre indivíduos e grupos, de categorias sociais, de processos identitários, etc. Nesse sentido, compreendo o conceito antropológico de política, seguindo a perspectiva teórica de Abner Cohen (1979), como as ações e representações sociais referentes à distribuição, manutenção, exercício e força do poder dentro de um determinado contexto social. Por conseguinte, o poder é compreendido como um aspecto e uma condição inerente às relações sociais nos mais diferentes níveis (micro e macro). Por sua vez, estas relações de poder são colocadas, desenvolvidas, mantidas e expressas pelos significados de formas e padrões de ações simbólicas. Com isso quero enfatizar que política, tal qual é entendida aqui, não se restringe apenas às atividades relacionadas às instituições do Estado. Como bem colocam McGlynn e Tuden (1991), “*os antrólogos vêem a política e o comportamento político emergir aonde quer que existam homens organizados em grupos*” (MCGLYNN e TUDEN, Op. cit., p. 4). A ênfase recai na análise e descrição dos aspectos das relações de poder travadas entre indivíduos e grupos e dos fatores que definem a disputa política em um determinado contexto.

De outra forma, o termo política aparece na dissertação como uma categoria nativa mobilizada de maneira recorrente nas narrativas dos argentinos que vieram para o Brasil ao longo dos anos 1970 para pontuar e marcar suas identidades sociais e sua posição no campo de disputa de poder na Argentina daquele período. Ao abordar a questão migratória de argentinos para São Paulo ao longo dos anos 1970, procurarei entender o porquê de determinadas experiências compartilhadas serem tão enfatizadas em suas memórias e como estas, por conseguinte, delineavam e serviam como marcadores de suas identidades sociais. Os eventos apontados como mais significativos que desencadeiam o processo migratório estão pautados pela experiência de exclusão, banimento e de negação de permanência na Argentina por conta do posicionamento político direto ou indireto contra o regime militar. Desta forma, um dos núcleos de (re)definição da identidade deste contingente pontualmente se expressa com a utilização de termos próprios e definidores de grupos adversários do campo de disputa política do contexto argentino da época. Nesse contexto, a disputa política entre diversos grupos fundamentou-se na luta pelo poder do Estado argentino e, por conseguinte, por posições diversas e contrapostas acerca de um novo projeto de nação para o país. A identidade política aparece, assim, como elemento fundamental de construção das diferenças e das semelhanças e como extremamente significativa na definição dos campos de sociabilidade no espaço público e privado da Argentina do período em que se vêem compelidos a migrar, como também se torna um marcador nos processos de inclusão e exclusão social nesse contexto.

A disseminação do uso da violência como instrumento legítimo da ação política teve como base, por exemplo, a identificação dos inimigos de acordo com sua posição e classificação dentro do campo de disputa política. Assim, procurarei mostrar como estes argentinos entrevistados que emigraram para o Brasil no período da Ditadura trazem em suas memórias as experiências que consideram mais cruciais em suas trajetórias de vida e, não raras vezes, são as experiências que entendem como *políticas* que aparecem de forma mais enfática. Igualmente, de forma recorrente, são estas experiências que balizam suas interpretações sobre o passado e as maneiras de identificar a si mesmo e aos outros.

Procurarei ainda mostrar como a construção cultural da *nostalgia* – a tristeza melancólica originada pelas recordações de coisas, pessoas ou situações do passado – aparece neste momento ligada ao sentimento de que certos ideais e valores, vinculados a um determinado posicionamento político, se perderam no tempo e no espaço Argentina. A chamada “guerra suja”, não bastasse desaparecer com milhares de pessoas e expulsar tantas outras, enterrou

ideologias. A *nostalgia* é interpretada pelos sujeitos de pesquisa e se expressa numa dicotomia que coloca frente a frente, por um lado, uma Argentina “idealista” que acreditou na ação política coletiva para lutar pelo bem-estar social de todos e, por outro lado, uma Argentina “utilitarista” que se impôs na década de 1990, na qual o individualismo está colocado junto a uma mentalidade que acredita que tudo pode ser comprado e vendido, onde que tudo é uma questão de mercado. Assim nos capítulos III e IV procurarei reconstruir e contextualizar a história e a experiência do exílio argentino em São Paulo, dando uma ênfase maior no capítulo IV à análise da *política* como eixo da identidade social dos sujeitos.

Pretendo mostrar no capítulo V, em contraposição ao exílio dos anos 1970, em que medida as transformações ocorridas nas últimas décadas no que se refere à posição da Argentina e do Brasil tanto no âmbito regional quanto global, encontram-se refletidas nas narrativas de jovens argentinos que chegaram recentemente em São Paulo e no modo como passaram a se inserir no contexto paulista. Delinearei como a construção cultural da *nostalgia* aparece, neste segundo momento, junto à percepção da existência de um processo de crise e decadência nacional que encontra seus vínculos na idéia de uma nação que foi pensada inicialmente como terra de promessa e destino das grandes migrações e que hoje se vê transformada numa terra sem perspectivas para as novas gerações, o que levaria, segundo esta interpretação, ao movimento inverso: o êxodo populacional.

A Pesquisa de Campo

O trabalho de reconstrução das histórias de vida, por meio de histórias orais, constituiu uma das partes fundamentais da pesquisa etnográfica. Ao me contarem suas experiências individuais, as pessoas que entrevistei me ajudaram a entender os processos históricos pelos quais passaram e ainda passam, tanto na sociedade de origem quanto no Brasil.

A singularidade da construção destas narrativas e da reconstrução histórica deste processo migratório reside na maneira pela qual foi sendo tecida. Argentinos residentes em São Paulo que chegaram aqui ao longo dos anos 1970 e após o ano de 2001, ora procurando escapar da violência e repressão instauradas pelo regime militar, ora procurando escapar da crise econômica na busca de melhores perspectivas profissionais, não são apenas os sujeitos desta pesquisa, mas também interlocutores ativos do trabalho através de seus depoimentos, testemunhos, posicionamentos, sugestões e indagações. A escolha dos entrevistados foi feita através das redes sociais que eles mesmos indicavam. Na medida em que as entrevistas iam

sendo realizadas, os próprios sujeitos mencionavam e me passavam contatos de amigos, colegas e conhecidos que consideravam ser testemunhos importantes desta história. Desta forma, estes argentinos tornaram-se interlocutores ativos nesta reconstrução histórica, passando-me a sugerir diretamente quem deveria ser entrevistado e quais temas deveriam ser tocados e recordados. Foi assim que terminei por coletar um número significativo de depoimentos de psicanalistas e físicos argentinos que me permitiram também vislumbrar a formação de redes sociais de trabalho em São Paulo. Coletei 15 histórias de vida com os argentinos que chegaram nos anos 1970, algumas registradas ao longo do ano de 2003 e a maioria delas de maneira mais sistemática durante o primeiro semestre de 2005. Com relação ao gênero dos entrevistados, de um total de quinze entrevistas, foram registrados os depoimentos de sete argentinas e de oito argentinos. No que se refere às cidades de origem na Argentina, os entrevistados são provenientes da capital Buenos Aires, Tucumán, Corrientes, Córdoba, Paraná e Mendoza.

A própria experiência do deslocamento e exílio foi utilizada como ponto de partida das entrevistas. Sendo esta mesma uma experiência marcante e definidora na trajetória destes indivíduos, desencadeada a partir da ocorrência de eventos significativos na vida dos mesmos, acabam por informar acerca da centralidade e da importância de determinados temas presentes nas narrativas. Temas estes que faziam referência tanto à vida na terra natal anterior ao deslocamento, portanto às experiências de vida na Argentina, quanto à vida após a chegada em São Paulo. E foi a recorrência destes temas ao longo das entrevistas que me permitiu tecer os elos de ligação entre as diferentes trajetórias individuais, identificando as conexões que guardavam entre si a partir do compartilhamento de experiências semelhantes.

Como contraponto, coletei um total de 7 histórias de vida de argentinos que escaparam da crise do *corralito*. Referem-se aos depoimentos de cinco homens e duas mulheres, provenientes de Buenos Aires, Córdoba e Rosário. Considero importante salientar que encontrei uma maior facilidade em realizar entrevistas com os argentinos que chegaram durante os anos 1970, pois esses já têm suas redes de amizades estabelecidas, carreira profissional consolidada, condição de estrangeiro legalizada e situação de permanência relativamente definitiva. Diante destas condições, o estabelecimento de contato com estes indivíduos foi facilitado por terem local de residência e trabalho definidos. Além disso, após anos de relacionamentos e confidências, as redes de amizades entre estes argentinos já estão fixadas, fato que contribuiu para que houvesse uma maior abertura por parte dos mesmos para

que me passassem contatos de amigos seus para possíveis entrevistas. Já os argentinos que chegaram recentemente encontram-se em uma situação muito instável, tanto no que se refere às perspectivas de permanência no Brasil quanto às redes de amizades, postos de trabalho, local de residência e situação legal, sendo mais complicado localizá-los. Os meios que encontrei e que se mostraram mais eficazes para comunicação com este contingente foram a associação *Club Argentino* e sobretudo as listas de discussão na Internet. Assim, optei por enfatizar o contexto de formação da entidade associativa *Club Argentino*.

Soma-se à pesquisa etnográfica o material levantado a partir da realização de uma pesquisa documental que reuniu: 1) Material de mídia impressa e virtual (charges, reportagens, textos variados, fotografias); 2) E-mails circulantes em listas de discussão na internet de argentinos que chegaram em São Paulo após o ano de 2001; 3) Textos escritos pelos próprios sujeitos de pesquisa; 4) A maior parte dos números do jornal *Nuevos Aires*, publicado e divulgado pela associação *Club Argentino*; 5) Pesquisas nos arquivos do DEOPS em São Paulo, tendo microfilmado e digitalizado o material levantado, no qual reúnem-se dados, informações e investigações sobre o contingente de exilados argentinos no Brasil da década de 1970 e 6) Alguns dados quantitativos sobre emigração argentina e países de destino. Portanto, a presente dissertação foi construída combinando o trabalho de campo tradicional, sobretudo a coleta de histórias de vida, com análise textual: ensaios históricos, escritos ideológicos de autores nacionalistas, jornais, revistas, filmes, charges, e-mails e documentos.

Por fim, vale destacar que optei por não identificar os nomes dos entrevistados ao longo da dissertação. Pelo fato dos depoimentos tratarem de aspectos muito pessoais e, por vezes, bastante delicados da vida destas pessoas, alguns dos entrevistados preferiram manter o anonimato de seus depoimentos. Assim, ainda que muitos dos entrevistados tenham me autorizado a identificação de suas falas, preferi utilizar apenas as iniciais dos nomes para localizar os testemunhos.

CAPÍTULO I

A Nação Argentina, as Migrações e a Questão da Violência

“Veio para aqui (São Paulo) e descobriu que estava um dos garotos, que se encontrou no aeroporto. Estava assim de argentinos! Todos na mesma! Fugindo para onde desse!”

“Eu lembro que quando assumiu esse novo presidente Kirchner, uma das primeiras coisas que fizeram foi colocar um cartaz no Aeroporto de Ezeiza dizendo para as pessoas novas para que fiquem na Argentina, que fiquem lá e acreditem. Porque tinha uma piada que dizia que a única saída da Argentina era o aeroporto. Ou seja, a única saída do país era Ezeiza. Então a primeira coisa que fizeram foi colocar o cartaz ‘Fiquem na Argentina. Acreditem na Argentina’.”

As falas acima evocam duas imagens. A primeira delas é a do aeroporto de Congonhas em São Paulo no ano de 1978, onde podia ser observado um intenso movimento de argentinos chegando na cidade, sem muito saber o que poderiam encontrar, sem muito saber para onde estavam indo, sem muito saber o que faziam por aqui. A segunda imagem é a do aeroporto de Ezeiza em Buenos Aires no ano de 2003, nos primeiros meses do governo Kirchner, onde uma faixa foi colocada apelando aos jovens argentinos para que permanecessem no país, para que não emigrassem. São duas falas, duas imagens que tratam de um mesmo fenômeno: a emigração de argentinos. O mesmo fenômeno, porém contextos históricos e situações diferenciadas.

A primeira epígrafe, que é parte do depoimento de uma argentina de Tucumán que veio para São Paulo no ano de 1978, nos remete a questão da *Argentina exilada* nos anos 1970. A questão do exílio ao longo destes anos nos leva a refletir sobre a diáspora argentina formada sobretudo após a instituição da ditadura militar em março de 1976, encabeçada nos primeiros anos pelo General Jorge Rafael Videla e autodenominada de *Proceso de Reorganización Nacional*. Estes anos de ditadura militar ficaram amplamente conhecidos pela instauração do terror generalizado sobre a sociedade civil argentina, pela sua extrema violência, repressão político-militar, seqüestros de pessoas consideradas opositoras ao regime, desaparecimentos de corpos, assassinatos, desaparecimento e adoção ilegal dos filhos dos presos mortos, apropriação ilegal de bens e propriedades dos desaparecidos, torturas e, como aponta O'Donnell (1982), o início da implementação da política econômica liberal.

Já a segunda epígrafe, trecho de uma entrevista concedida por um argentino que veio residir em Campinas no ano de 1998, nos leva a pensar sobre a diáspora argentina mais recente. O fenômeno de emigração de argentinos por motivações de ordem econômica é parte de um processo que vem se intensificando desde os anos 1980. No entanto, o auge da crise que desencadeia um processo emigratório de argentinos sem precedentes na história do país se dá no ano de 2002, após a crise política e econômica de dezembro de 2001 que levou à renúncia do presidente eleito Fernando De La Rúa e à retenção dos depósitos bancários, fato conhecido popularmente como *corralito*. Esta crise pode ser interpretada como o resultado catastrófico de anos de implementação num país periférico de uma política econômica neoliberal, incentivada em larga escala pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. No contexto da globalização contemporânea, é também a partir das diretrizes destas duas entidades internacionais que se intensificam os investimentos estrangeiros no país, as privatizações das empresas estatais, levando ao desmantelamento do tecido produtivo nacional e ao aumento do desemprego.

Concomitantemente a este processo de pauperização argentina, países europeus semiperiféricos como, por exemplo, Espanha e Itália, vivem um período de grande crescimento econômico, sobretudo com a consolidação da União Européia. Estes dois processos simultâneos desencadeiam um fenômeno migratório crescente de argentinos para países centrais, à procura de melhores perspectivas para o futuro. Além disso, é interessante notar que a procura de destinos como Itália e Espanha por argentinos descendentes de espanhóis e italianos simboliza também um retorno à terra natal de seus antepassados. Contudo, os Estados Unidos e, num contexto regional, o Brasil, foco desta pesquisa, também são destinos importantes destes migrantes argentinos na atualidade. A charge abaixo, publicada em maio de 2002 em um jornal argentino de circulação nacional, aborda com humor o fenômeno da diáspora de argentinos alguns meses depois do auge da crise, o que demonstra o destaque e a importância dados à questão naquele período.



Figura 1 – Sem Título.

Fonte – Pagina 12, Buenos Aires, 16 mai. 2002. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar>>. Acesso em: 16 maio 2002.

Tendo estes dois momentos do fenômeno emigratório de argentinos em vista, o ponto que me parece crucial a ser destacado aqui consiste em traçar as conexões existentes entre o processo emigratório de argentinos na atualidade e o imaginário hegemônico da nação. Aponto para esta questão porque o próprio mito fundacional da nação está profundamente imbricado num processo migratório. Ou melhor, a memória da imigração européia na Argentina do final do século XIX e início do século XX constitui-se em um dos eixos de referência a partir do qual o imaginário da nação Argentina está pautado. Assim, a idéia de uma origem comum, tão cara para a construção dos Estados-Nação modernos, baseia-se, entre outras coisas, no caso argentino, no resgate da memória da trajetória de migração. Desta forma, torna-se possível intercruzar as trajetórias de migração individuais, as genealogias familiares de migração com a memória coletiva da migração. Estas formas de representar a nação são recorrentes na mídia, na própria fala dos argentinos e aparecem em frases como: *os argentinos descendem dos navios; os argentinos são povos transplantados nas Américas*” (MATTOIS, 2000, p. 57).

Diante disso, fundamental parece-me inter-relacionar este imaginário de nação com os fenômenos migratórios contemporâneos na medida em que a nação é ressignificada neste processo. Se num primeiro momento a Argentina foi representada simbolicamente pelos

imigrantes europeus como lugar do futuro e progresso, a Europa agora cumpre esta mesma função simbólica para os emigrantes argentinos. Assim, jovens argentinos procuram migrar para lugares que ofereçam melhores perspectivas de futuro. E o Brasil apresentou-se recentemente como um desses lugares. É importante destacar como uma mudança de perspectivas entre os Estados-Nação da Argentina e do Brasil, no contexto de reestruturação do capitalismo global, influencia diretamente as políticas culturais e os fluxos migratórios dos argentinos. Nos relatos dos entrevistados bem como nas conversas que mantive com estes argentinos em São Paulo, nas últimas décadas de país inóspito o Brasil passou a representar para muitos deles um destino promissor. Sobretudo os que chegaram na década de 1970 lembravam que o Brasil era um país irrelevante na visão e nos meios de comunicação argentinos do período. Ou melhor, naquela época o Brasil não era uma opção, mas um lugar de refúgio para aqueles que procuravam escapar da violência e da repressão. Hoje o Brasil ocupa um lugar importante na agenda política-econômica da Argentina e apresenta-se como um destino migratório viável para aqueles que não tem muitos recursos, que preferem permanecer mais próximos da terra natal, ou mesmo para aqueles que chegam aqui à procura de um país exótico, representado pela sua tropicalidade e suas praias brasileiras.

Ainda no que se refere às inter-relações entre o imaginário hegemônico de nação e os fenômenos migratórios contemporâneos, me interessa compreender o processo que leva a Argentina a ser ressignificada como nação de migrantes, como nação em estado de migração permanente. Assim, expressões, sobretudo de argentinos provenientes de Buenos Aires, tais quais *“Nosotros somos todos hijos, descendientes de inmigrantes”* e *“la unica salida del país es Ezeiza”*, nos informam sobre as conexões possíveis entre um passado de imigração e um presente de emigração. Ou melhor, seria uma tentativa de traçar as inter-relações entre: 1) os períodos de crises políticas e econômicas, pelas quais a sociedade vem sendo submetida desde os anos 1950, que desencadeiam os ciclos de migração de argentinos nas últimas décadas, que são parte de um movimento de reestruturação do capitalismo global, 2) a ressignificação da nação argentina como país que passa a ser representado como em estado de migração permanente, e 3) processos de reconfiguração de identidades dos argentinos migrantes.

Quando trato da diáspora argentina e sua relação com a ressignificação da nação, analiso estes fenômenos como processos históricos construídos no tempo. Dessa perspectiva, examinarei neste capítulo como se construiu e se consolidou a idéia de uma identidade nacional argentina pautada na memória do período das grandes migrações. Esse foco me

permitirá traçar as relações entre a construção desse imaginário coletivo de nação e a configuração de fluxos migratórios de argentinos para São Paulo e os processos de (re)construções de identidades.



Figura 2 – Crist.

Fonte – Sendra. Clarin, Buenos Aires, 6 mai. 2002. Disponível em: <<http://www.clarin.com.ar>>. Acesso em: 6 maio 2002.

Civilización y Barbárie: A Nação em Disputa

Parto do entendimento da nação, baseando-me em autores como Benedict Anderson (1983 e 1989) e Eric Hobsbawn (1997), como um processo datado historicamente, ou seja, como uma construção histórica específica. Considerando o imaginário de nação argentina como parte do universo simbólico dos indivíduos que estão vinculados a esse Estado-Nação, tentarei delinear os processos históricos que contribuem e levam à construção e consolidação de certas representações nacionais. Assim, interessa-me identificar alguns dos elementos que nos auxiliam a compreender os processos de construção de representações nacionais a partir das quais, de um lado, argentinos imaginam seu pertencimento e, por outro lado, imaginam compartilhar atributos de uma suposta *argentinidad*. Posto de outra forma, seria questionar-se sobre a comunidade de sentidos que configuram a identidade coletiva argentina, criando um imaginário em que indivíduos pensam compartilhar uma série de traços comuns.

Para entender como a memória da imigração passou a ser parte da identidade nacional hegemônica na Argentina, e como dela se desdobram outros elementos que compõem a

argentinidad, vejamos como se configurou este projeto de nação, desvendando as disputas políticas entre diferentes atores sociais e suas distintas concepções sobre a nação, bem como a difusão e consolidação de tal imaginário nacional. Destaco desde já que a nação argentina foi pensada já no seu início desde dois projetos antagônicos e divergentes que opunham questões como: civilização X barbárie; cidade X campo; liberalismo X caudilhismo e europeidade X rusticidade.

A guerra civil do século XIX, desencadeada na Argentina pós-independência – que culminou na queda do ditador Juan Manuel Rosas em 1852 e na instauração da Confederação Argentina pelo General Urquiza, sendo promulgada no ano de 1853 uma Constituição com base nos preceitos republicanos –, pode ser interpretada a partir da disputa entre estes dois projetos de nação antagônicos. Como bem lembra Neiburg (2003), esta disputa projetou dentro do espaço nacional “[...] *uma polaridade política e cultural: oposição entre duas Argentinas. Uma industrializada e urbana constituída por imigrantes europeus, ligada ao mundo do mercado e da cultura através da metrópole Buenos Aires. A outra rural, habitada por criollos, mestiços e imigrantes não europeus, confinados no mercado interno, situada no interior do país*” (NEIBURG, Op. cit., p. 74). É importante mencionar que, com a queda de Rosas, o projeto cosmopolita/europeísta torna-se hegemônico. Personagens intelectuais e figuras políticas como, por exemplo, Juan Bautista Alberdi, Domingo Faustino Sarmiento e Esteban Echeverría, que formaram parte da chamada geração de 1837, serão cruciais no sentido de postularem como desafio a tarefa de construir a nação dessa perspectiva cosmopolita.

Como colocou Pamplona (2003), no contexto dos países latino-americanos geralmente atribui-se o papel da difusão de um sentido de nacionalidade ao Estado, sobretudo a partir dos anos 1930, período em que os meios de comunicação e a educação popular são instrumentalizados pela propaganda nacionalista. No entanto, é preciso atentar que em um momento anterior, referente aos anos 1850 a 1920, os intelectuais tiveram participação fundamental na elaboração das formas de se imaginar e narrar a nação.⁷ Revelar o papel crucial das figuras sociais e instituições de um período como fonte de construção da nação torna-se imprescindível, como destaca Neiburg (1997), na medida em que evidenciam as relações de poder inerentes às representações culturais. Atenta-se, neste sentido, para a maneira pela qual os conteúdos destas construções e representações são movidos por processos e lutas sociais que pretendem descrever e informar como uma cultura ou nação deveria ser; ou seja,

⁷ Vide Anderson (1983) e (1989), entre outros, sobre o papel dos intelectuais na imaginação da nação.

confrontos entre projetos políticos divergentes que tem a nação como referência. Também é importante ter em mente que estas disputas jamais determinam um projeto de nação pronto e imutável. O confronto latente entre indivíduos e grupos acerca de idéias de nação demonstra como “[...] a ambivalência estrutural do próprio nacionalismo moderno, por um lado, e a historicidade da nação, por outro, tornam o nacionalismo um lugar de permanente contestação e repressão de diferentes concepções de nação” (PAMPLONA, 2003, p. 11).

Posto isto, de um período de guerra civil que termina por afirmar a hegemonia de um projeto de nação cosmopolita/europeísta, estabelece-se, a partir da segunda metade do século XIX, a promoção da imigração por meio de um sistema amplo e organizado, tal qual postularam Sarmiento e Alberdi, entre outros. Como lembra Halperin Donghi (1987), *“La ideología pro inmigratoria que acompaña la rápida expansión argentina del medio siglo anterior a la primera guerra mundial es articulada por los hombres de la generación de 1837; sus elementos esenciales no son sin embargo individualizados por ese grupo y están ya presentes, por el contrario, en las observaciones que sobre política inmigratoria formula Bernardino Rivadavia ya en 1818, en el curso de una misión diplomática en Europa”* (HALPERIN DONGHI, Op. cit., p. 196).

Intelectuais e políticos desta tendência encontravam-se profundamente influenciados pelas idéias do Iluminismo e da Revolução Francesa, empenhando-se em criar um projeto de nação que fosse alternativo ao dos caudilhos, centralistas. Portanto, informados pelas ideologias do Iluminismo argumentam em favor da guinada da nação argentina rumo à civilização. Para tanto, Sarmiento (1973) e Alberdi (1994) reiteradas vezes propõem o projeto imigratório europeu como via essencial de intervenção na natureza. A imigração seria assim empreendimento imprescindível na tarefa de exterminar a “barbárie” e promover a “civilização” (PAMPLONA, 2000), concebendo, desta forma, o europeu como o elemento civilizador.

Aqui, portanto, encaminha-se a discussão sobre a questão racial e a miscigenação. A abertura do país aos imigrantes, principalmente àqueles pertencentes às raças consideradas capazes de promover o progresso e a civilização, é tida como uma solução ao atraso do novo Estado-Nação. A imigração como projeto na Argentina é vista não somente como um mecanismo civilizador, mas também de organização da sociedade nos moldes das instituições políticas modernas, conforme ressalta Halperin Donghi (Op. cit.): *“A lo largo de todo el siglo XX la inmigración fue considerada – en la Argentina más aun que en el resto de la América española – un instrumento esencial en la creación de una sociedad y una comunidad políticas modernas; en torno de ella se dio*

un consenso más completo que en otras comarcas españolas de América” (HALPERIN DONGHI, 1987, p. 191).

Dessa perspectiva, Sarmiento (1973) discutirá o tema da miscigenação e das raças européias tidas como civilizadas contrapondo-as aos espanhóis, *criollos* e indígenas. Vê-se como o projeto cosmopolita/europeísta, que acabou por conformar o imaginário hegemônico de nação argentina, evidentemente encontrava-se alinhado às ideologias raciais difundidas pelo pensamento ocidental da época. Também é pertinente verificar aqui como se articulam as confrontações entre ideologias nacionais e quais as implicações destas na construção de uma cultura nacional. Fox (1989) lembra que as ideologias nacionais, especificamente, referem-se à produção de concepções de pertencimento de um povo, da percepção do que a nação é ou deveria ser. Estas ideologias, por sua vez, “[...] *anticipam um projeto extenso de formação e reformulação de uma cultura nacional*” na medida em que “[...] *há uma série de percepções coexistentes e ainda contraditórias, que constituem ideologias nacionalistas competitivas*” (FOX, Op. cit., p. 4). Assim, podemos observar como é da disputa entre duas ideologias nacionalistas contrapostas, os centralistas/tradicionalistas, por um lado, e os federalistas/cosmopolitas, por outro lado, que se conforma uma idéia hegemônica/dominante de cultura e identidade nacional na Argentina.

A Nação e a Questão Racial

Neste ponto, resgato a argumentação de Glick-Schiller e Fouron (1997) que defendem que juntamente à construção de Estados-Nação encontram-se imaginários de identidade nacional demarcados pela questão da raça. Observa-se, por conseguinte, como as maneiras de se pensar a argentinidade e a coletividade como nação imigrante está permeada por uma estreita relação entre as categorias de nacionalidade e raça. Se nos processos de construção das comunidades políticas imaginadas a língua e a raça são duas formas inter-relacionadas de fazer com que as populações sejam essencializadas, de uma Argentina pensada sob a ótica porteña e imigrante, emerge da memória coletiva da imigração a idéia de uma ascendência comum, fundamental para a criação do sentimento de comunidade. Como destaca Pamplona (2003) “[...] *a idéia da ascendência de um grupo homogêneo primordial, com uma “substância” biológica ou espiritual, ou ambas, acaba sendo transformada de geração em geração e pode vir a ser perpetuada pela memória coletiva*” (PAMPLONA, Op. cit., p. 11).

Tendo em vista, portanto, o processo de construção da nação em sua inter-relação com a questão racial, é interessante notar que Alberdi (1994) da mesma forma que Sarmiento,

ressaltavam em seus escritos a questão racial como um dos aspectos essenciais para o aprimoramento e desenvolvimento do Estado-Nação da Argentina. Para estes autores, o problema não residia apenas na escassez populacional do território argentino, mas na maneira de ser e no caráter de seus nativos. A solução estaria no aprimoramento indefinido das espécies humanas através do “cruzamento” das raças tidas como bárbaras com povos considerados civilizados. Alberdi, por exemplo, exalta a civilização, a riqueza e a ordem européia, reiterando a contribuição inevitável da imigração do norte europeu ocidental dizendo: “[...] *a Europa deve enviar-nos a carne e o cérebro de seus filhos mais avantajados nos hábitos de trabalho mercantil e industrial*” (ALBERDI, Op. cit., p. 10). Nessa mesma direção, Sarmiento destacava o importante papel da imigração européia não somente para o povoamento do território, mas, sobretudo, na introdução da civilização européia na ainda embrionária nação argentina: “[...] *como a veces en Sarmiento, el aumento rápido de la población no es visto como la única – ni a caso la principal – ventaja que proporcionaría la inmigración: aun más importante es que venga a consolidar la influencia civilizadora de Europa [...] a través de la inmigración el trabajo europeo complementa al capital europeo en la tarea de crear una comunidad civilizada en el remoto rincón del mundo que es el Río de la Plata*” (HALPERIN DONGHI, 1987, p. 201).

Percebe-se, assim, como as ideologias nacionalistas formuladas por Alberdi e Sarmiento estavam informadas pela idéia arraigada no pensamento ocidental da superioridade e capacidade civilizadora dos brancos. Como ressalta Seyferth (1995), estas concepções sobre a raça branca serão cruciais nas formulações de ideologias nacionalistas dos mais diversos matizes⁸. E é também nesse sentido que as políticas migratórias delineadas pelo Estado argentino, sob a ótica do projeto de nação cosmopolita/europeísta, serão amplamente marcadas pelos significados sociais atribuídos às raças a partir desta ideologia racial. E é pontualmente desta relação entre raça e nação que se constrói a idéia da migração como metáfora da modernidade na Argentina do século XX. Schneider (1996) ressalta que, devido à concepção da imigração de europeus como mecanismo determinante para o progresso, a Argentina passou a ser imaginada pelas suas elites como país moderno. Portanto, é a partir destas ideologias nacionalistas que se formularão as políticas de Estado que serão postas em prática para que se leve a cabo tal projeto de nação. Aqui efetivamente observa-se como se dá o processo dialético entre ação e representação social.

⁸ Seyferth (1995) analisará especificamente as influências das crenças sobre as raças humanas provenientes da Europa nas formulações de ideologias nacionalistas no Brasil, num contexto de definição das políticas de migração a serem adotadas no país.

Argentina, Nação de Imigrantes

É do centralismo político e econômico de Buenos Aires que falam os agentes que formularão as políticas migratórias e de modernização da cidade. A cidade é pensada como cosmopolita e européia, tanto do ponto de vista de seus habitantes quanto de sua arquitetura. E, de fato, a transformação de Buenos Aires em uma cidade de imigrantes europeus sucedeu-se de maneira extraordinária. A política de atração de imigrantes se deu por meio de um amplo incentivo estatal, através do subsídio das passagens dos imigrantes e da realização de imensas campanhas de divulgação na Europa. É importante mencionar o incentivo e apoio dado pela classe proprietária de terras a essa política migratória, cujos interesses econômicos vinculavam-se a tal empreendimento. Segundo Halperin Donghi (1987), o apoio implícito dos proprietários de terras à política migratória adotada pelo Estado relacionava-se, por um lado, ao interesse presente na classe especuladora proprietária de terras das zonas cerealíferas na introdução de compradores bem como para a classe rentista na introdução de arrendatários e, por outro lado, abastecia o setor empresarial de Buenos Aires com um número superabundante de trabalhadores.

Como ressalta Archetti (2003a), *“Entre 1890 e 1914, a Argentina tornou-se uma das grandes nações de imigrantes do mundo moderno. Em 1914, cerca de um terço de seus quase oito milhões de habitantes – número que o terceiro censo mostrara ser mais que o quádruplo do total apurado no primeiro recenseamento, datado de 1869 – haviam nascido no exterior [...] é importante assinalar, ademais, que pelo menos um quarto da população era constituída de descendentes de imigrantes das duas gerações anteriores”* (ARCHETTI, Op. cit., p. 11). No período datado entre 1871 e 1930, foi o país moderno que mais recebeu imigrantes em relação a sua população *criolla* e indígena. E em termos de números absolutos, depois dos Estados Unidos, a Argentina foi o segundo país a receber a maior quantidade de imigrantes. Braun e Cacciatore (1996) revelam dados que dão a dimensão do fenômeno especificamente na cidade de Buenos Aires: em 1869, dos 180.000 habitantes, 67% eram estrangeiros; em 1895, dos 600.000 habitantes, 74% destes não tinha nascido no país. Entre 1857 e 1914 a Argentina recebeu 3.300.000 imigrantes⁹.

Assim, o interesse em converter Buenos Aires em um ponto de referência da nação, a partir de uma europeidade materializada em sua arquitetura e em sua população, era delineada

⁹ Segundo os dados fornecidos por Archetti (2003a), estes imigrantes eram provenientes principalmente da Itália (39,4%), Espanha (35,2%) e Rússia (4,1%), sendo estes últimos em sua maioria judeus.

por uma visão que concebia como modelos de progresso cidades como Paris e Londres.¹⁰ Uma das figuras do campo político apontada como agente fundamental para a consolidação de tal projeto foi o prefeito Torcuato de Alvear, como mostraram Braun e Cacciatore (1996). Alvear teve como objetivo maior transformar Buenos Aires numa grande cidade européia através do investimento em infra-estrutura, arquitetura e desenho urbano. Para tal fim recebeu o suporte da chamada geração de 80 que “[...] *era una elite oligárquica que concentraba la riqueza productiva y la suma del poder político y que fue la responsable del centralismo porteño*” (BRAUN e CACCIATORE, Op. cit., p. 35 e 36). Buenos Aires torna-se, desta maneira, cidade central no que se refere à construção da nação Argentina, concentrando o poder político e econômico do país. Em “*Facundo: civilización y barbarie*”, Sarmiento faz uso da palavra “civilização” como sinônimo para a cidade de Buenos Aires: “*Ella (Buenos Aires) sola, en la vasta extensión argentina, está en contacto con las naciones europeas; ella sola explota las ventajas del comercio extranjero; ella sola tiene poder y rentas. En vano le han pedido las provincias que les deje pasar un poco de civilización, de industria y de población europea [...]*” (SARMIENTO, 1973, p. 19).

A questão cosmopolita e o *européismo* tornam-se, neste momento, aspectos evidentes na configuração de um imaginário coletivo de nação na Argentina. Assim, tendo em vista este contexto histórico, podemos dizer que na medida em que a Argentina foi se transformando em um importante destino da grande migração em massa européia no período correspondente ao final do século XIX e início do XX, reforçou-se a idéia de que “[...] *o estrangeiro era a Argentina, o argentino e seus filhos*” (DI TELLA, 2000, p. 534). O chamado *crizol* de raças, a mistura de muitos imigrantes, consolidou-se como imagem representativa do povo argentino e, com ela, a maneira de se imaginar o seu Estado-Nação. A própria noção de *criollo* passa a ser definida aqui a partir da predominância dos sobrenomes espanhóis e italianos, ou seja, pelos descendentes de imigrantes europeus de origem latina. Buenos Aires se torna uma cidade comercial muito rica por conta do porto e influencia fortemente o resto do país, tornando-se símbolo de civilização. Neste contexto, a noção de ‘melting pot’ consiste em que todos se concebiam igualitariamente como descendentes de imigrantes, o que de fato não deixava de ser uma relativa verdade na

¹⁰ Vale destacar o paradoxo presente na concepção de um modelo de capital baseado em cidades como Londres e Paris, ao passo que a maioria de sua população imigrante era proveniente de países como Itália, Espanha e Rússia. Aqui se revela como a distribuição desigual de poder entre diferentes classes sociais culmina na confirmação de determinados imaginários nacionais. Evidencia-se, aqui, a conformação de uma elite proprietária de terras e empresária formada por nativos, famílias inglesas e francesas que concentram o poder político e econômico, delineando as políticas culturais da cidade, e uma massa proletarizada formada por imigrantes italianos, espanhóis e judeus de origem russa que servem de mão-de-obra trabalhadora para esta elite.

cidade de Buenos Aires. Ressalto ainda que os principais meios de comunicação do país também encontram seu foco de poder na capital porteña o que contribui enormemente para o processo descrito acima.

Neste sentido, é interessante observar como o crescimento econômico operado na Argentina durante as primeiras décadas do século XX teria dado lugar ao surgimento de um sentimento de superioridade do país do ponto de vista regional. Parece-me relevante apontar, aqui mais uma vez reiterando a questão da raça como aspecto fundamental na construção das formas de se imaginar nações, que esta superioridade do país também se expressava no plano racial. A expressão da superioridade da Argentina teria sido marcada pelo destaque dada à presença da ascendência européia em sua população. E esta valorização racial pode ser observada no próprio histórico das políticas migratórias do Estado argentino, sendo que até mesmo a Constituição Nacional reformada em 1994 não modifica o artigo 25 que outorga ao governo federal a função de fomentar a imigração européia¹¹.

Vale notar que neste processo de valorização européia outros grupos étnicos passam despercebidos. A população indígena na Argentina é, proporcionalmente, seis vezes maior do que a população indígena no Brasil (RIBEIRO, 2002). No entanto, no caso argentino, esta população não aparece como elemento relevante na formação do povo argentino, ao passo que no Brasil o índio, o negro e o branco são sempre lembrados como as três raças formadoras do povo brasileiro. Sobretudo o negro e a história de sua presença foram praticamente apagados do imaginário nacional argentino. Embora a presença negra na Argentina nunca tenha sido tão representativa quanto no Brasil, Buenos Aires chegou a ter uma população negra considerável no século XIX. De acordo com os censos municipais de Buenos Aires, negros e mulatos chegaram a contabilizar cerca de 30% de sua população entre 1780 e 1810¹², sendo a maioria destes escravos comprados no Brasil. A partir de 1813 o tráfico de escravos se torna ilegal e a presença negra entra em declínio, sobretudo com o processo de migração massiva de população européia que entra em curso a partir da segunda metade desse século. Estes fatos revelam de que forma a narrativa oficial da nação argentina foi sendo construída e reconfigurada do ponto de vista porteño. As vozes e concepções dissidentes do narrar uma *argentinidad*, que contam, por exemplo, com as versões dos povos indígenas e das províncias

¹¹ Sobre a relação entre europeidade e políticas migratórias na Argentina ver Novick (1998) e Villalón (1999).

¹² Dados retirados de: FAUSTO, Boris. O Estereótipo no Passado. **Caderno Mais!**, Folha de São Paulo, São Paulo, 15 de maio de 2005, pp. 6.

mais pobres e mestiças do interior da Argentina foram delegadas ao segundo plano num confronto de poder político e econômico com Buenos Aires.

O sistema educacional estatal também se tornou um dos instrumentos fundamentais para a difusão de uma idéia de cultura e identidade nacional sob a ótica desse centralismo porteño. As políticas educacionais eram delineadas desde Buenos Aires e aplicadas em todas as províncias com o “[...] *propósito central de capacitar a todos a través de la escuela común, una idea de una sociedad nacional, incluyente y el propósito, más reciente, de formar la nacionalidad*” (BERTONI, 2001, p. 77). A propagação da idéia da existência de uma falta de consciência de pertencimento à comunidade nacional argentina por parte da população, por conta de seu alto grau de estrangeirização, leva ao delineamento de políticas educacionais fortemente informadas por tal objetivo. Nesse sentido, Halperin Donghi (1987) ressalta como “*Desde fines de la primera década del siglo (XX) el problema está a la orden del día; poco después el presidente del Consejo Nacional de Educación, el agudísimo médico e historiador-sociólogo positivista José María Ramos Mejía, impone en la enseñanza primaria una liturgia cívica de intensidad casi japonesa: los niños aprenden a decifrar y reiterar diariamente fórmulas que en versos atormentados y prosa no más lisa los comprometen a entregar hasta la última gota de sangre en defensa de la bandera [...]*” (HALPERIN DONGHI, Op. cit., p. 226).

O governo nacionalista e populista de Juan Domingo Perón (1946-1955) foi igualmente importante no sentido de consolidar este imaginário de nação oficial na Argentina bem como uma identidade nacional. Neste período dá-se continuidade às políticas de disseminação dessa educação popular/comum/estatal, das propagandas nacionalistas divulgadas pelas novas tecnologias de comunicação (o rádio), do uso do serviço militar obrigatório para instigar o patriotismo, criando-se uma grande capacidade administrativa para contrapor às bases do poder local.

Nessa direção, nota-se como estas representações oficiais da nação argentina foram moldando as maneiras de se pensar uma identidade nacional. Ressalto que, embora estas construções estejam em constante processo de reconfiguração – sobretudo em momentos de dramas sociais, como diante da profunda *crise* econômica e política que o país presenciou a partir do ano 2001 e da evidente pauperização que vem sofrendo desde os anos 1950 –, a narrativa oficial da nação argentina continua a apresentar a memória da imigração em massa proveniente da Europa como um de seus eixos centrais. Desta forma, o *européismo* e as representações de uma nação racialmente branca, no que se refere à predominância de hábitos

e da ascendência européia de sua população, continuam a delinear o imaginário coletivo da nação.

Como apontado no início deste capítulo, contemporaneamente a migração continua a constituir-se tema da nação argentina, tanto pela questão do fenômeno do exílio ocorrido num primeiro momento com o golpe militar no ano de 1966, no qual o poder é assumido pelo General Juan Carlos Onganía, quanto ao longo dos anos 1970 com a instauração da ditadura militar de Rafael Videla no ano de 1976, considerada a mais violenta da história do país. Assim, a década de 70, em especial, ficou marcada como um período de crescente saída de argentinos do país, sendo uma emigração de caráter predominantemente político.

Para além do exílio dos anos 1970, é possível acompanhar os momentos de drama social vivenciados pelos argentinos nos últimos anos que impulsionaram uma intensificação do fenômeno emigratório do país. A constituição de um novo contingente emigratório de argentinos torna-se mais evidente a partir do mês de dezembro de 2001 quando, sob massivos protestos, o então presidente Fernando de La Rúa pediu renúncia do cargo. O drama social argentino chegou ao seu auge nos meses dezembro de 2001 quando: o Estado assumiu que não poderia mais pagar aos credores estrangeiros; o Ministro da Economia, Domingo Cavallo, decidiu limitar o pagamento dos salários e pensões; e os depósitos bancários ficaram retidos nos bancos. As ruas das principais cidades da Argentina foram tomadas por massivas ondas de protestos encabeçadas pelos mais variados estratos da sociedade. A mídia mundial, neste momento, voltou-se à *crise* do país chamando a atenção à “latino-americanização” de uma Argentina que, tradicionalmente, via na Europa seu referencial distintivo (RIBEIRO, 2002). Neste período, ficaram patentes na mídia (européia, latino-americana e norte-americana) imagens da crescente degradação da qualidade de vida da população no país. Essa “latino-americanização” do país passa a influir nas construções da identidade nacional na medida em que de nação de imigrantes a Argentina é ressignificada como nação de emigrantes. Se para as gerações passadas a Argentina representava um espaço de promessas de uma vida melhor, para as gerações atuais ela representa falta de perspectiva de futuro.

A política cultural argentina, ao longo do século XX, buscou criar sua distinção dentro do contexto latino-americano ressaltando seus altos índices de alfabetização e extensão de sua classe média, apontando para o seu bem sucedido projeto de inclusão social, como também o caráter racial europeu. Os longos períodos de recessão econômica deixaram aproximadamente 18 milhões de pessoas em condição de pobreza, das quais 7,8 milhões em estado de

indigência¹³. Logo, inaugurou-se um processo de êxodo populacional sem precedentes na história do país: o ano de 2002 passou a ser considerado um marco histórico para a Argentina pelo alcance recorde de emigração¹⁴. A charge exposta abaixo satiriza a banalização do tema da emigração de jovens argentinos neste período.



Figura 3 – Fontanarrosa.
Fonte – Clarin, Buenos Aires, 26 jun. 2003.
Disponível em:
<<http://www.clarin.com.ar>>. Acesso em:
26 junho 2003.

Assim, estas *crises*, que parecem forçar os argentinos a um estado de migração permanente, configuram a nostalgia como uma das construções culturais que representam e delinham a argentinidade. Através da celebração de um tempo passado, no qual a *nostalgia* emerge da memória de um tempo em que país foi comparado com as nações européias mais desenvolvidas do início do século XX, lamenta-se as perdas históricas do país. A sua renda *per capita* até a primeira guerra mundial era comparável às da Alemanha, Holanda e Bélgica, e mais alta do que a da Espanha, Itália e Suécia (ARQUETTI, 2003a). Desta forma, questiona-se o destino tomado pelo país após as sucessivas *crises* políticas e econômicas, colocando-se em

¹³ Estes números traduzem-se, respectivamente, nas seguintes porcentagens: 51,4% da população em condição de pobreza sendo que, destes, 22% encontram-se em estado de indigência. Os dados foram retirados do SIEMPRO, órgão que faz levantamentos de estatísticas sociais para a Presidência da República.

¹⁴ Considerando o ciclo completo do êxodo de 2000 ao final de 2002, houve 260.000 pessoas emigradas. Até o início desta onda emigratória viviam fora do país entre 500.000 e 600.000 pessoas, cifra alcançada ao longo de muitas décadas. Em 2002 houve 89.680 pessoas que saíram do país e não retornaram, cifra superior a dos anos de 2000 e 2001, que já tinha alcançado recorde. Nos três primeiros meses de 2003 outras 20.000 pessoas deixaram o país. Estes números foram retirados da *Dirección Nacional de Migraciones* da Argentina, órgão descentralizado, dependente do Ministério do Interior, que tem como objetivo aplicar a política normativa migratória da República Argentina e realizar o controle migratório de entrada e saída de pessoas e permanência de cidadãos estrangeiros.

xeque o projeto cosmopolita que Alberdi e Sarmiento postularam no passado. Às crises, de maneira recorrente, atribui-se a falta de apego de sucessivas gerações ao país e o excesso de valorização ao estrangeiro. O modelo referencial *européista*, que configurou o modo argentino de se colocar no mundo, mais uma vez é alvo de embates e confrontos de grupos políticos no país, abrindo-se espaço para a (re)construção de uma consciência latino-americana.

Um dos problemas tão aclamados na Argentina contemporânea, a chamada *fuga de cérebros*, cuja denominação deve-se ao exílio que forçou parte considerável de profissionais de alta qualificação a deixarem o país, não parece ser um fenômeno exclusivo do século XX. Sarmiento (1973), já na primeira metade do século XIX, fazia referência a este mesmo problema no contexto da ditadura de Rosas: “[...] *El año 1831 emigraron a Chile, doscientos ciudadanos, jefes de familia, jóvenes, literatos, abogados, militares, etcétera [...] como en la dispersión de Babilonia, todos estos no volvieron a ver la tierra prometida. ¡Otra emigración ha salido, para no volver, en 1840!*” (SARMIENTO, Op. cit., p. 52). Portanto, a nostalgia, construção cultural no qual se evoca o passado num sentido melancólico, parece estar em intrínseca relação com a construção de uma idéia de nação que interpreta os fenômenos da migração e do exílio como uma constante histórica.

A Nação e a Questão da Violência

Cabe ressaltar que, além da memória da imigração européia, outros eixos tornaram-se centrais nas formas de se imaginar e narrar a nação argentina. Um deles, que vale a pena ser apontado pela importância dada a ele nas narrativas dos entrevistados, é a questão da singularidade da violência pública na Argentina e as relações que esta guarda com a imaginação da nação. Ouso dizer que *crise, nostalgia, violência, migração/exílio e europeidade* compõem o quadro de referência do imaginário coletivo hegemônico de nação argentina. Se por um lado tais fenômenos são, do ponto de vista histórico, parte da “realidade” social do país, por outro lado já estão incorporados na dimensão das representações sociais da nação que, dialeticamente, influenciam e dão forma a estas mesmas ações sociais.

A questão da violência, por exemplo, está ligada a um imaginário nacional que caracteriza a Argentina como uma sociedade polarizada que reage de maneira radical e extrema diante dos conflitos políticos. O enfrentamento e o uso da violência estão presentes tanto na prática política propriamente dita quanto nas representações e interpretações elaboradas pelos intelectuais para explicar a realidade nacional. Ou melhor, o uso da violência para resolver

conflitos políticos apresenta-se como fenômeno social que norteia as interpretações sobre a nação formuladas pelos intelectuais, ao passo que estas interpretações reafirmam a existência da dicotomia e do conflito no país que, de alguma forma, também produzem efeitos na sociedade nacional.

Como já mencionei anteriormente, a nação argentina foi pensada desde o seu início desde dois projetos antagônicos e divergentes: federalistas/caudilhismo X centralistas/cosmopolitismo. Desta forma, a representação da nação está atrelada a uma imagem de sociedade dicotômica e conflituosa. Intelectuais e ensaístas do final do século XIX mencionavam a violência como parte constitutiva do caráter nacional. Sarmiento (1973), por exemplo, atribuía o caráter violento do ser argentino à “herança da vida selvagem dos homens do campo”, figura mítica nacional denominada *gaucho*: “[...] *Esta inseguridad de la vida, que es habitual y permanente en las campañas, imprime, a mi parecer, en el carácter argentino, cierta resignación estoica para la muerte violenta, que hace de ella uno de los percances inseparables de la vida, una manera de morir como cualquiera otra, y puede, quizá, explicar en parte, la indiferencia con que dan y reciben la muerte [...]*” (SARMIENTO, Op. cit., p. 17 e 18). Na metade do século XX, como ressalta Neiburg (1997), os intelectuais dedicaram-se a entender o peronismo tomando como base estes ensaios do final do século XIX até a década de 1930 (período representado por uma profunda *crise* de identidade nacional). Com isso remetiam-se a esta suposta polarização política a fim de entender o fenômeno do peronismo. Portanto, o peronismo seria interpretado de acordo com problemas já postos no passado: o de uma Argentina dividida entre o rural-nacionalista e o urbano-cosmopolita, aqui reiterando a dicotomia e a questão do conflito presentes nas representações da nação argentina.

De uma perspectiva analítica contemporânea, Guillermo O'Donnell em seu livro “*¿Y a mí que me importa? Notas sobre sociabilidad y política en Argentina y Brasil*”, publicado em 1984, procurou entremostrear as diferenças das maneiras que se delineiam as relações interpessoais na Argentina comparando-as com Brasil, a partir do livro de Roberto Da Matta “*Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*”. O'Donnell (1984) ressalta que, se por um lado, pode-se falar com serenidade dos brasileiros, salvo todas as injustiças que sofrem, por outro lado, o mesmo não pode ser dito dos argentinos que têm passado por catástrofes que marcaram sua história. Aqui, catástrofe pode ser usada como sinônimo de crise que resulta em violência. Violência esta que teria marcado radicalmente momentos da história do país como: nas lutas travadas para alcançar a independência da metrópole Espanha; na guerra civil

estabelecida na primeira metade do século XIX que resultou na queda da ditadura caudilhista de Rosas; na vida política do país; no teor extremamente violento das ditaduras militares e dos movimentos guerrilheiros da Argentina ao longo do século XX. O autor menciona que a Argentina pode ser ao mesmo tempo relativamente igualitária, porém autoritária e violenta.

Em oposição à interlocução “*Você sabe com quem está falando?*”, que Da Matta (1978) escolhe como matriz para o entendimento da hierarquização e do conflito que não estão explícitos nas formas da sociedade brasileira se auto-representar, O'Donnell (1984) definirá a interlocução “*Y a mi que me importa?*” ou “*Y a mi que mierda me importa?*” como matrizes de entendimento das maneiras como se dão as relações interpessoais na Argentina. Pontuando esta interlocução como representativa da forma como se configuram as relações de interpessoalidade na Argentina, o autor quer colocar que, em contraste com o Brasil, o interlocutor argentino reage mandando “[...] *a la mierda* [...]” (O'DONNELL, Op. cit., p. 15) aquele que pretende invocar a hierarquia social. Com isso, O'Donnell quer demarcar, neste aspecto, as diferenças entre argentinos e brasileiros: no Rio de Janeiro a violência de quem utiliza a interlocução “*Você sabe com quem está falando?*” de acordo com Da Matta é acatada, ao passo que na Argentina reage-se à esta interlocução dizendo “*Y a mi que mierda me importa?*”, momento em que se estabelece a reciprocidade da violência. O interlocutor argentino, deste ponto de vista, encontra diante de si um igual. Esta igualdade é reiterada com a frase “*Yo trabajo, no soy sirviente*”. No entanto, o autor insiste que igualitário e individualista não expressa necessariamente democracia nem dissolve a hierarquia social.

Ao pontuar a interlocução “*Y a mi que mierda me importa?*” como forma significativa de expressão das formas que se estabelecem as relações interpessoais na Argentina, o autor ratifica um imaginário de nação que quer caracterizar os argentinos como povo que busca o enfrentamento e o confronto constante diante das crises, tornando-se, desta forma, uma sociedade violenta. Como colocou Da Matta (Op. cit.), “[...] *há formações sociais que logo buscam enfrentar as crises, tomando-as como parte intrínseca de sua vida política e social, enquanto que, em outras ordens sociais, a crise e o conflito são inadmissíveis*” (DA MATTA, Op. cit., p. 148). O'Donnell caracterizará a Argentina como ordem social do primeiro tipo, ou seja, aquela em que os enfrentamentos das crises tornam-se parte intrínseca da vida social, enquanto Da Matta definirá o Brasil como ordem social do segundo tipo, ou melhor, aquela avessa aos conflitos e crise.

Sob essa ótica, O'Donnell tentará explicar o contraste entre os regimes militares na Argentina e no Brasil, no que se refere ao aspecto mais autoritário e violento do primeiro em relação ao segundo. Dito de outra forma: a violência alcançada pela repressão militar na Argentina deveu-se ao caráter intrínseco de violência e enfrentamento que assumem as relações interpessoais neste país. Nas palavras do autor: *“Pero además de la brutalidad y crueldad de lo que ocurrió antes, y sobre todo de lo que ocurrió después del golpe de 1976, hay que anotar la capilaridad de esa represión: lejos de limitarse sólo a los actores de la gran política y de la guerrilla, esa represión se dirigió a todos los rincones de la sociedad [...] por eso el gobierno de 1976-1982 fue tan “extremista”, tan violento y, como algunos sólo vieron al final, tan loco: había que cortar, para ellos, de cuajo la verdadera causa de la “subversión”, que no estaba ni en el aparato estatal, ni en las cúpulas de ese corporativismo sin tutela, sino en los rincones de la sociedad en su capacidad – antagónica, altanera y plebeya – de retrucar todo el tiempo sin dejar de jugar [...]”* (O'DONNELL, 1984, p. 24).

Fica patente, através da análise destes autores que se dedicaram a pensar a nação Argentina e sua identidade nacional, como as construções culturais de *nostalgia*, *violência*, *migração/exílio* e *europiedade* passaram a organizar o quadro de referência do imaginário coletivo desta nação. Como já havia dito, estas formas de se representar e de se auto-representar a nação estabelecem os eixos a partir dos quais elaboram-se e reelaboram-se as identidades dos indivíduos que compõe um determinado Estado-Nação. As obras de intelectuais, as propagandas do Estado, os meios de comunicação de massa, as instituições educacionais, a família bem como as próprias ações cotidianas interpessoais constituem campos de permanente elaboração destas identidades. Lembro mais uma vez que a construção deste quadro de referência a partir do qual se pensa a *argentinidad* somente pode apresentar-se como tal na medida em que faz sentido aos grupos e aos indivíduos que passam a compartilhá-lo. Todavia recordo que a narrativa da nação apresenta-se de forma atemporal, na qual os processos sociais que a formam e transformam não aparecem, essencializando desta forma um caráter nacional.

Neste primeiro capítulo examinei os processos políticos e sociais que configuraram e consolidaram a idéia de uma identidade nacional pautada na memória do período das grandes migrações. Apresentei uma reflexão acerca de como a memória da imigração européia na

Argentina do final do século XIX e início do século XX constituiu-se em um dos mitos fundadores da nação e em um dos eixos de referência a partir do qual o imaginário da nação argentina está pautado. Nesse sentido, procurei desvendar, tendo como base ensaios históricos e escritos ideológicos, como as disputas de poder entre diferentes agentes sociais (intelectuais e políticos) referentes ao delineamento de um projeto de nação acabaram por consagrar tal representação nacional. Ainda nesse mesmo capítulo procurei traçar as inter-relações existentes entre: 1) os períodos de crises políticas e econômicas, pelas quais a sociedade vem sendo submetida desde os anos 1950, que desencadeiam os ciclos de migração de argentinos nas últimas décadas, 2) a ressignificação da nação argentina como país que passa a ser representado como em estado de migração permanente e como uma sociedade polarizada e violenta, e 3) processos de reconfiguração de identidades dos argentinos migrantes.

CAPÍTULO II

Genealogias de Migração de Argentinos Migrantes: Memórias de Família, Sentidos da Nação

*“Os netos dos imigrantes imigraram. Meu avô era imigrante. Meu avô materno era espanhol. Os pais da minha avó materna eram italianos. [...] Mas sim esse negócio de que eram os netos dos imigrantes que imigraram sim. Na Argentina a partir de 1920, a população multiplicou por 10 com a imigração... Então todos somos descendentes de imigrantes. Não tem argentino que não tenha pelo menos uma avó imigrante da minha geração, né?”*¹⁵

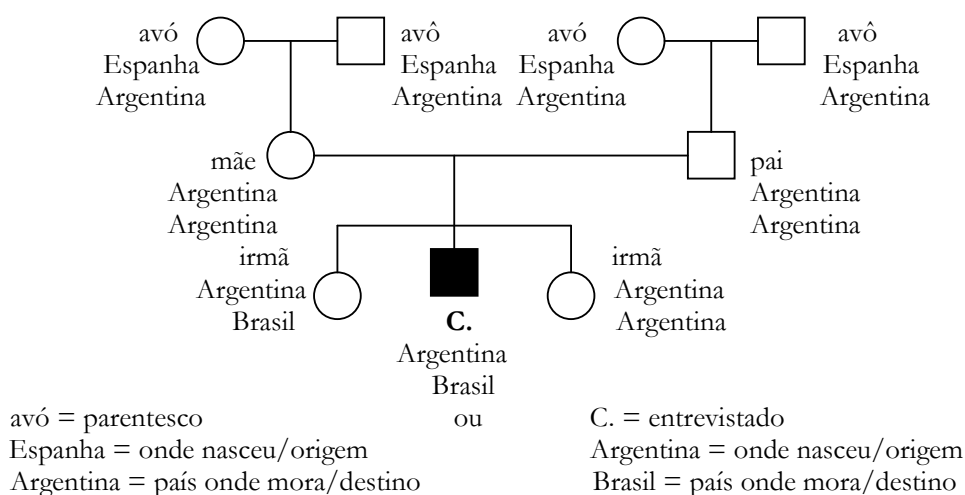
No processo de reconstrução das trajetórias de vida dos argentinos entrevistados, a memória da *migração* colocou-se, assim como a da experiência *política*, como um dos temas centrais das narrativas. A *migração*, além de constitutiva da própria trajetória individual e, como vimos, da memória coletiva da nação, também é parte das trajetórias e das memórias das famílias. Nessa direção, através do recurso da história oral, procurei reconstruir as genealogias familiares de migração dos argentinos que entrevistei em São Paulo e Campinas, tanto dos que aqui residem desde os anos 1970 quanto dos que chegaram mais recentemente, após a crise econômica de 2001. Sendo, portanto, a migração constitutiva da memória familiar destes dois contingentes migratórios, examinarei as implicações e a importância da (re)construção dessa memória e se a mesma é constitutiva de uma identidade social. Como afirma Pollak (1992), *“Podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”* (POLLAK, Op. cit., p. 204). Assim, trata-se de verificar se a importância atribuída pelos sujeitos a esta experiência constitui uma comunidade de sentidos que conformam uma identidade social.

Como já fiz referência anteriormente, a nação argentina foi tradicionalmente imaginada como uma sociedade relativamente homogênea em termos sociais e culturais – concepção presente, por exemplo, na idéia da inclusão social através do acesso público à educação e da conformação de uma extensa classe média –, mas também em termos de sua composição étnica – quando pensada como nação branca e descendente de imigrantes europeus, fundada e

¹⁵ Entrevista de P. F., tradutora, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 10 de março de 2005.

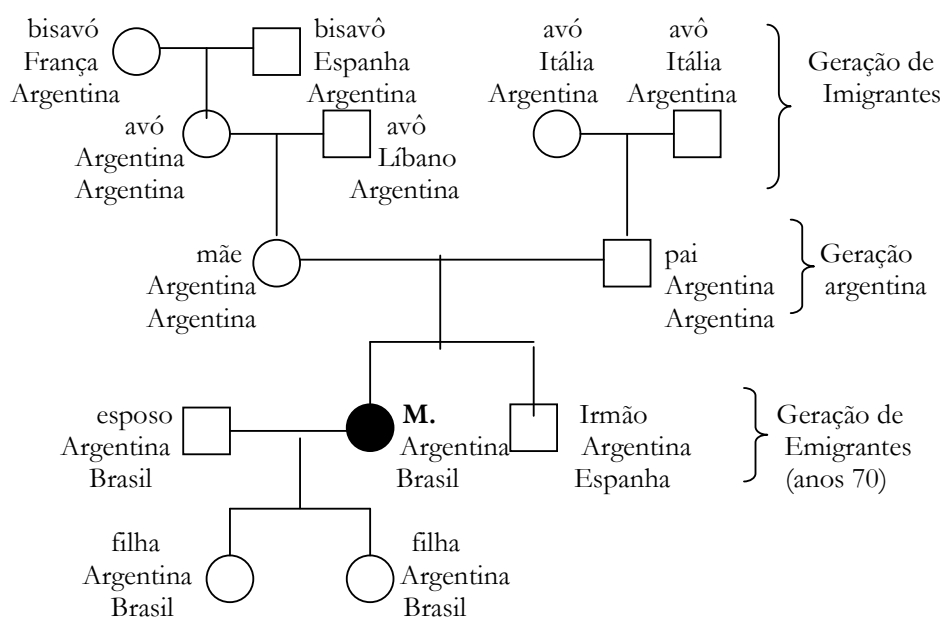
estabelecida no período da grande imigração em massa. Com base neste imaginário nacional, no qual se observa como se estrutura uma sociedade concebida a partir do aporte migratório e das políticas de bem estar social postas em prática durante toda a primeira metade do século XX, parece-me interessante estabelecer os nexos possíveis entre as crises político-econômicas que rompem com esta trama social e os ciclos emigratórios subsequentes a elas. Todavia, parece-me crucial compreender quais as inter-relações existentes entre contingências histórias específicas, que desencadeiam os ciclos de exílios e migrações (nos anos 1970 e a partir de 2001), e as trajetórias de migração das famílias. Seria uma tentativa de pensar nas conexões existentes entre famílias que se construíram tradicionalmente na migração e contextos que forçam a saída de argentinos do país. Nesse sentido, torna-se igualmente interessante analisar a apropriação por parte dos entrevistados dessa narrativa de nação estruturada a partir da memória coletiva da imigração européia na medida em que a nação é ressignificada e representada hoje como país em estado de migração permanente.

Para a realização de tal análise, num primeiro momento, pareceu-me pertinente desenhar as genealogias familiares de migração de onze dos entrevistados. Através destes gráficos podemos visualizar de forma mais clara o fenômeno da diáspora familiar ao longo das gerações. Além disso, estas imagens fornecem elementos para a discussão de questões tais como a idéia de uma nação pensada a partir de um estado de migração permanente e da constituição de uma memória coletiva a partir destas genealogias familiares. Passo então para a leitura e interpretação dos gráficos. A fim de facilitar a leitura dos mesmos, esclareço que devem ser lidos da seguinte maneira, conforme o exemplo a seguir:

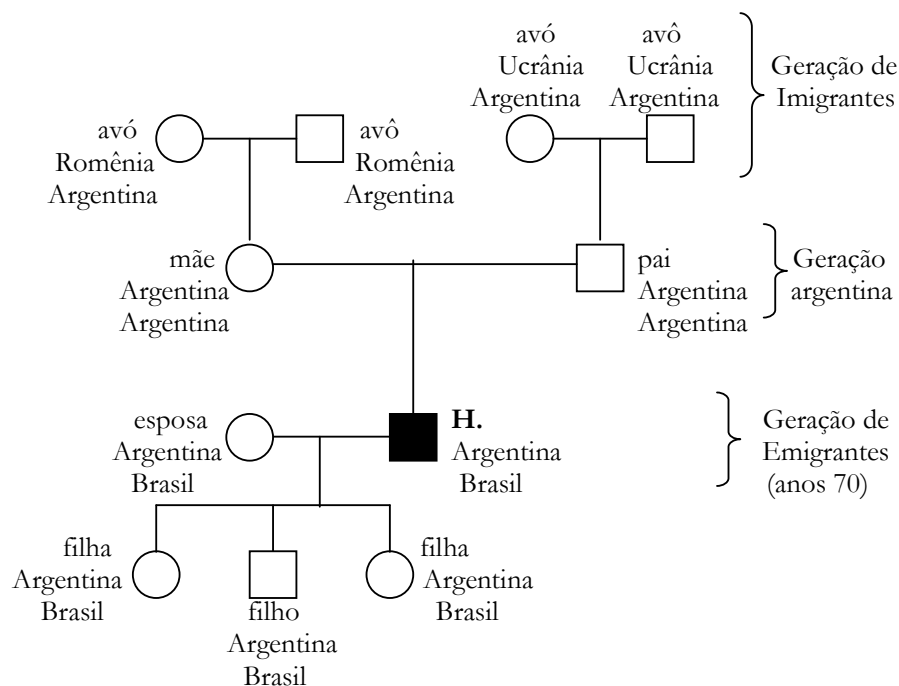


Tendo em vista a leitura e interpretação das onze genealogias desenhadas, observei seis padrões de migração familiar. O primeiro deles, como nas três genealogias expostas a seguir, consistem em argentinos que migraram para o Brasil na década de 1970, cujos avós e/ou bisavós foram imigrantes. A geração dos pais pode ser classificada como de não migrantes, nascendo e permanecendo no país de origem, que denominarei de geração argentina. Nota-se também que tanto os avós ou bisavós do lado paterno quanto do lado materno foram imigrantes.

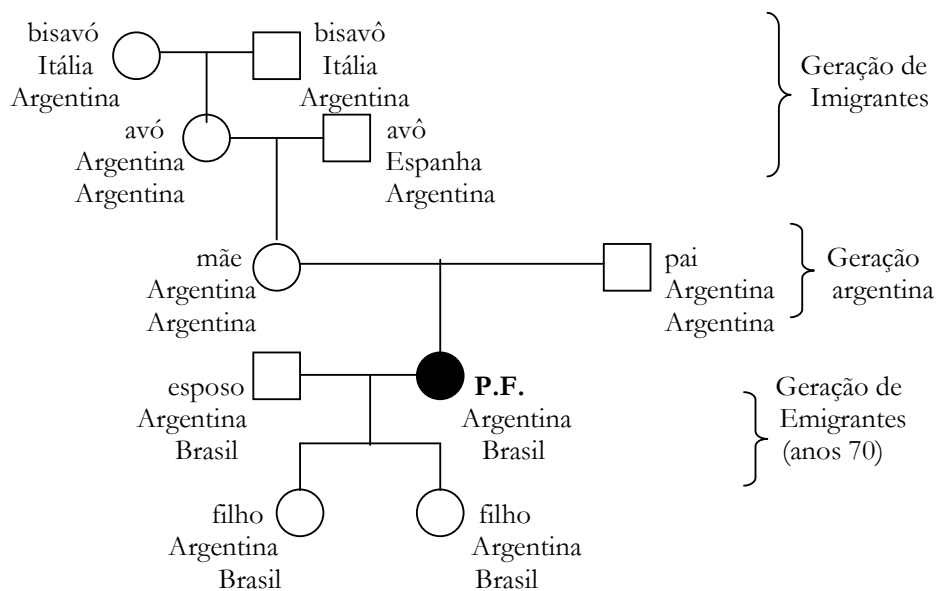
Genealogia de Imigração de M. D. C. G.



Genealogia de Imigração de H. N.

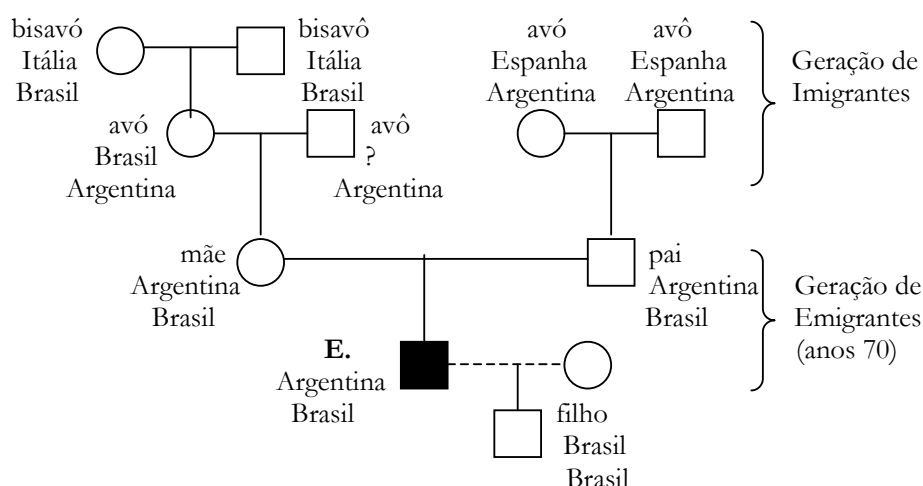


Genealogia de Imigração de P.F.



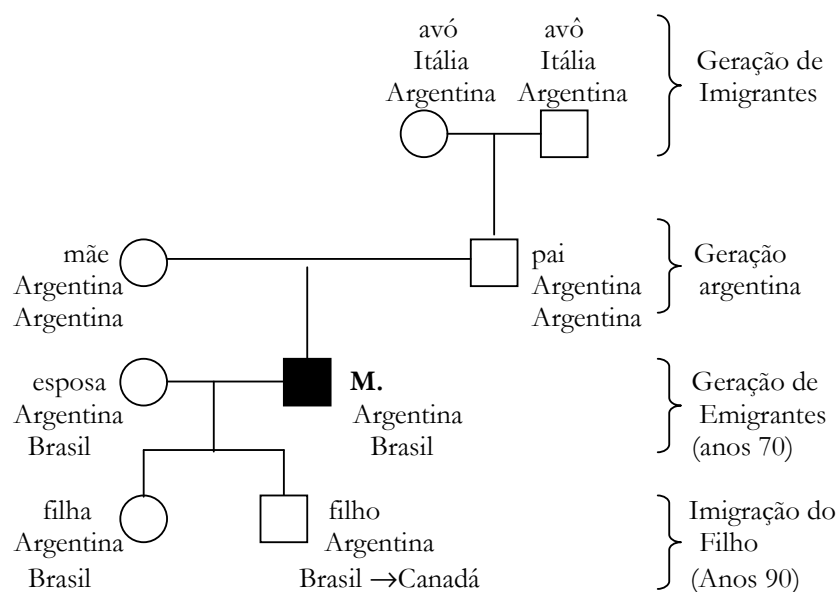
A próxima genealogia de família é de um argentino que veio para o Brasil na década de 1970 com seus pais, quando tinha 15 anos. O ponto interessante é que, como seus pais também vieram para o Brasil, não há nenhuma geração que nasceu e permaneceu na Argentina. Também sua avó materna e seu avô paterno foram imigrantes.

Genealogia de Imigração de L. E. D.

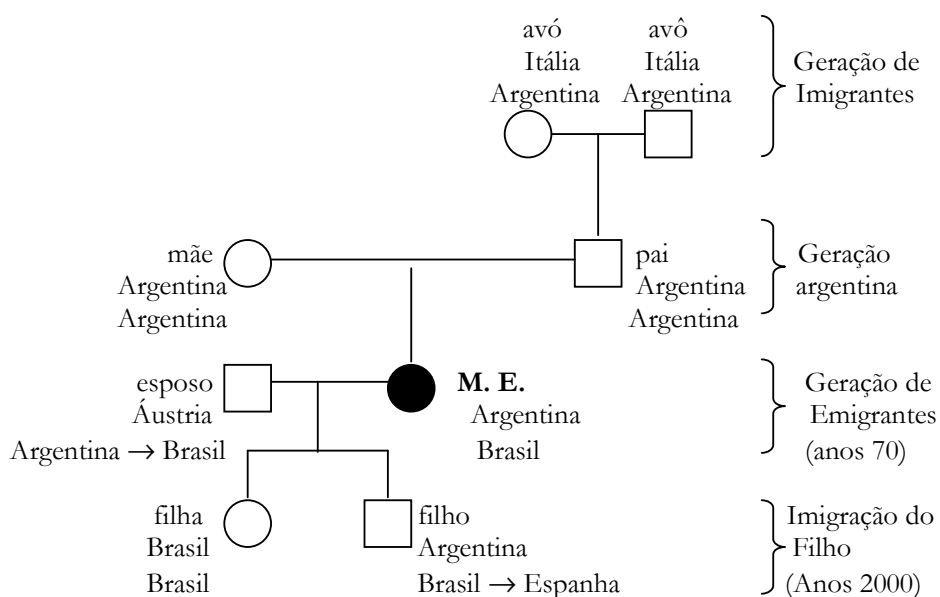


As três próximas genealogias são extremamente pertinentes do ponto de vista dos dois contingentes migratórios que trato nesta pesquisa. Consistem em argentinos que vieram para o Brasil na década de 1970, cujos avós foram imigrantes e os pais compõem a chamada geração argentina. O interessante é perceber como a geração descendente, os filhos ou os sobrinhos, como no caso da terceira genealogia, constitui um novo contingente migratório. Nas duas primeiras, são filhos de argentinos que vieram para o Brasil ainda pequenos e que migram nos últimos anos para países centrais, como Canadá e Espanha. Já na terceira genealogia são os sobrinhos da entrevistada, residentes até então na Argentina, que migram para a Espanha após a crise de 2001.

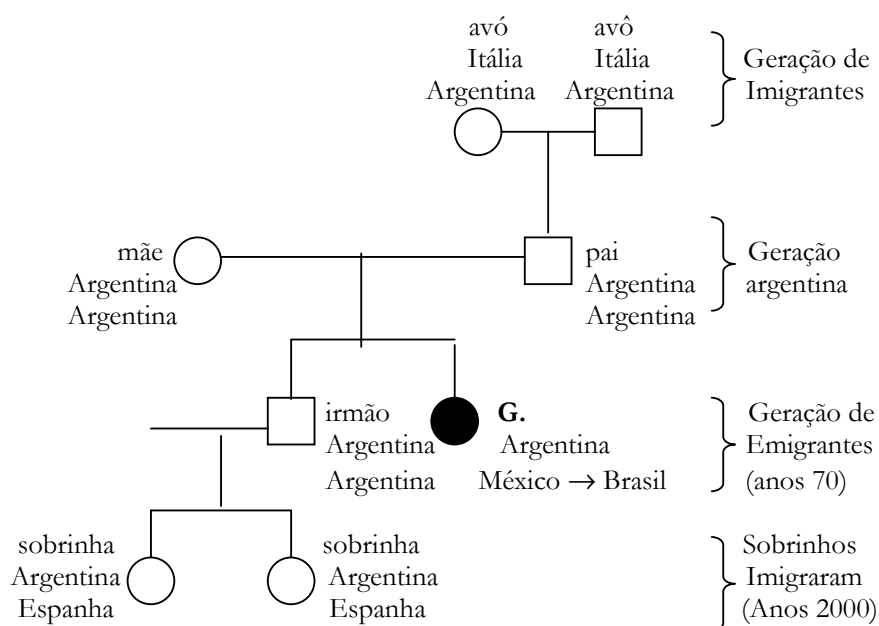
Genealogia de Imigração de M. F.



Genealogia de Imigração de M. E. G.

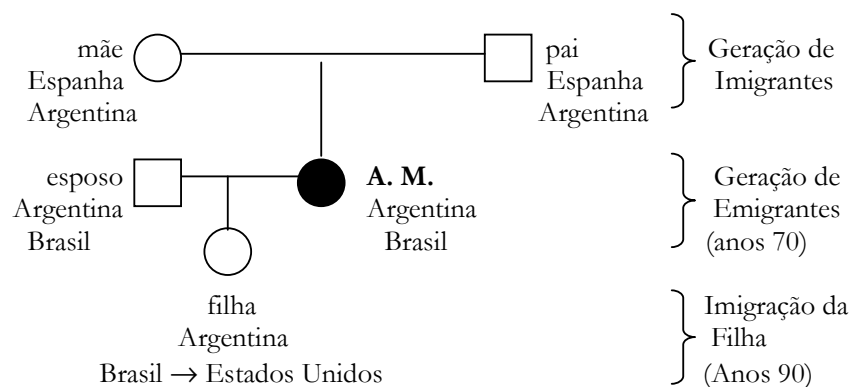


Genealogia de Imigração de G. B.



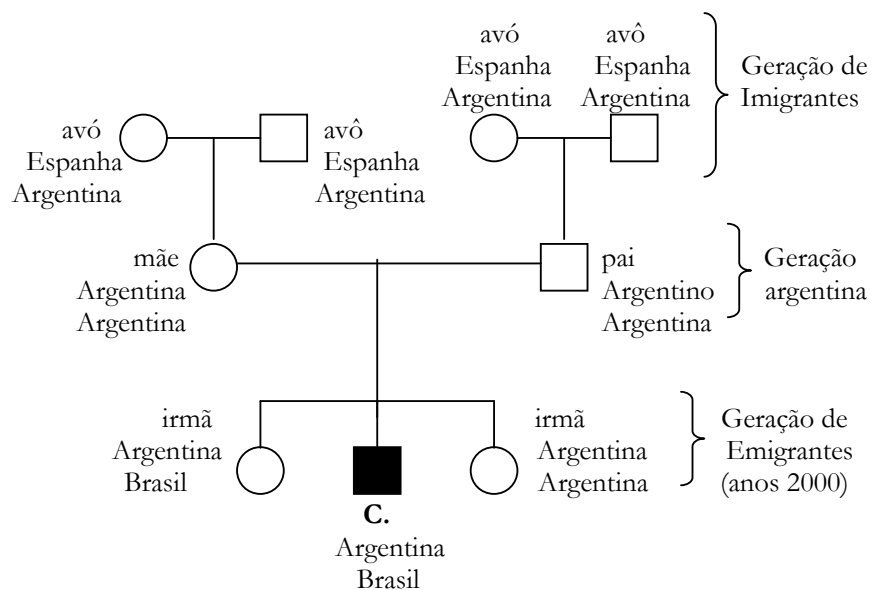
A seguinte genealogia é de uma argentina que chegou no Brasil nos anos 70, que tem como imigrantes os pais, ela mesma e a própria filha, que parte para os Estados Unidos na década de 1990. Aqui, não há nenhuma geração que permaneceu na Argentina. São três gerações ininterruptas de imigrantes.

Genealogia de Imigração A. M. B.

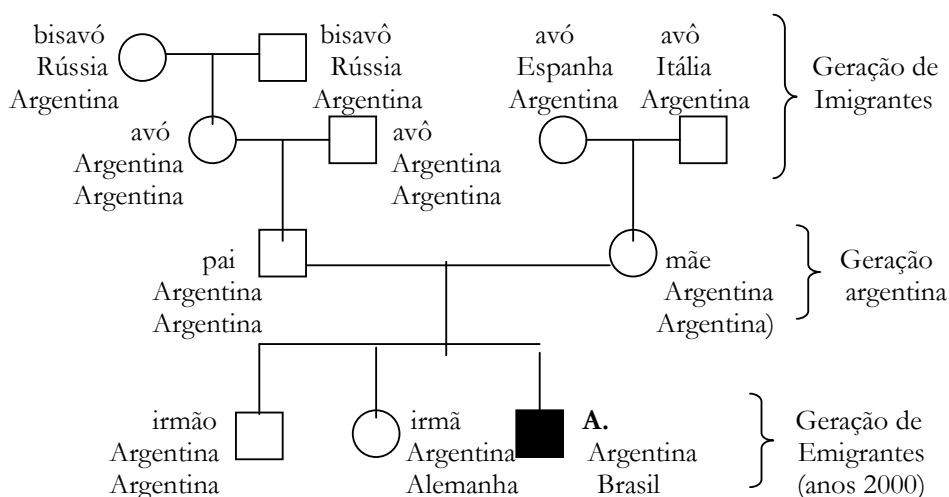


As duas genealogias abaixo já correspondem às trajetórias familiares de argentinos que migraram recentemente para o Brasil, nos anos pós-crise econômica. Ambos tem avós imigrantes do lado paterno e materno, os pais constituem a geração que permaneceu na Argentina e ao menos um dos irmãos/irmãs também são imigrantes.

Genealogia de Imigração de C. S. V.

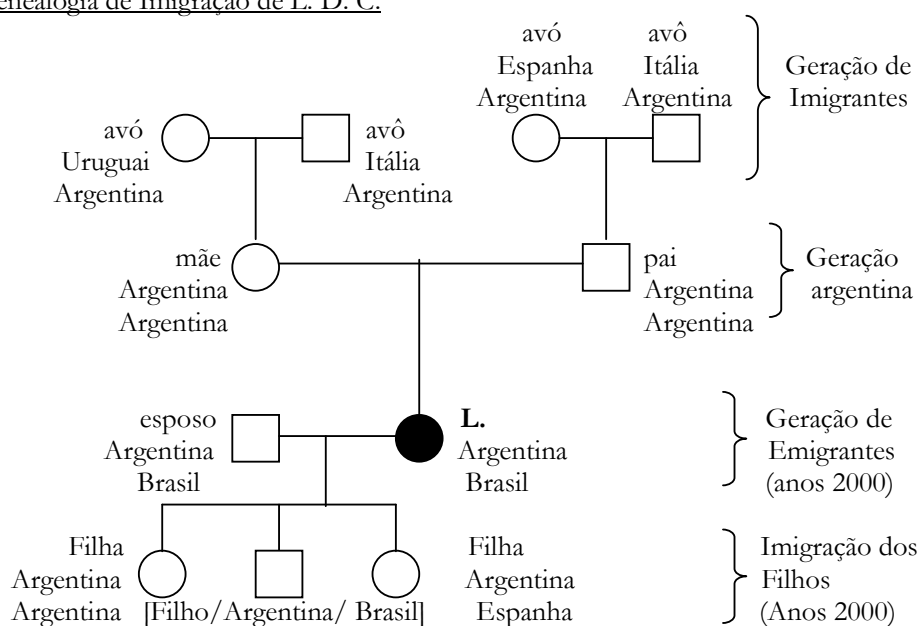


Genealogia de Imigração de A. Z.



A última genealogia também é um caso interessante. Trata-se de uma argentina que tem avós maternos e paternos imigrantes, os pais compõem a geração que permaneceu na Argentina e tanto ela quanto os filhos saíram da terra natal em 2001. Ela, o marido e o filho para o Brasil e uma das filhas para a Espanha. Portanto, elas e os filhos saíram do país simultaneamente pelas mesmas razões, mas para destinos diferentes.

Genealogia de Imigração de L. D. C.



Trajетória de Família, Trajetória da Nação: De Terra de Promissão à Nação em Crise

*“Porque meus avós italianos foram para a Argentina. Aí eu me casei com um filho de imigrantes austríacos. Inclusive ele é imigrante porque ele foi pequeno para a Argentina. Aí depois ele voltou para a Alemanha. A gente foi junto para a Alemanha. Aí viemos aqui para o Brasil. E agora meu filho está na Espanha. **Então tenho uma família que não teve raízes, quando já formadas as raízes volta de novo**”.*¹⁶

Percebe-se, assim, como de diferentes maneiras a migração é ao longo das gerações parte das trajetórias das famílias dos argentinos que entrevistei em São Paulo. Com isso não quero simplificar a discussão afirmando que o fato de configurarem-se como famílias que tem a migração como constitutiva do passado, levam as gerações presentes a migrarem. Esta

¹⁶ Entrevista de M. E. G., psicanalista, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

simplificação não é possível na medida em que muito dificilmente estes argentinos teriam deixado seu país se não se vissem direta ou indiretamente expulsos, seja no contexto da ditadura militar nos anos 1970, seja nos anos mais recentes de crise econômica. Também não é possível dizer que há um desapego com relação ao país pelo fato de não terem muitas gerações que permaneceram na Argentina. Ao contrário, há um forte sentimento de pertença e de identificação com relação ao país e no que se concebe como sua cultura, o que não me permite fazer tal objeção. O ponto que quero discutir relaciona-se com os desdobramentos e conseqüências da seguinte questão: como o fenômeno migratório das famílias encontra-se em intrínseca relação com a configuração de uma idéia de nação que está pautada no período da grande migração em massa do final do século XIX e início do século XX.

Com isto quero dizer que a questão de uma nação que é pensada a partir do aporte migratório não se reduz a este fenômeno pura e simplesmente. Importante, justamente, me parece o fato de que é deste fenômeno migratório que se constitui uma nação que é representada a partir de um projeto que tem como objetivo promover a inclusão social desta população recém chegada através do amplo acesso ao emprego e à educação pública. De fato, as gerações subseqüentes cresceram dentro deste projeto que funcionou relativamente bem até a década de 1950. Como bem coloca Schneider (1996) “[...] *toda a experiência da migração em si mesma era uma metáfora da modernidade como também era vista como promessa de progresso e mobilidade ascendente num tempo deslocado (o futuro) e de um espaço (América, ou nesse caso a Argentina)* [...]” (SCHNEIDER, Op. cit., p. 174). Portanto, a partir da migração se promovia o acesso ao emprego, à educação, ao status e bens, como terras, imóveis e dinheiro.

É interessante notar como as representações das trajetórias de migração das famílias estão intrinsecamente relacionadas a essas formas de se representar a trajetória nacional. As narrativas da nação trazem relatos nostálgicos dos tempos em que a Argentina era imaginada como uma terra acolhedora aos imigrantes, por isso vieram seus avós ou pais, o que permitiu que estes indivíduos pudessem estudar e ter a possibilidade de alcançar uma considerável ascensão social com relação à geração anterior. Agora relatam a percepção de um processo de decadência e de crise nacional que impulsionariam as novas gerações a procurarem outras terras que possam lhes oferecer melhores perspectivas de vida. Estes movimentos migratórios e as narrativas que deles emergem não poderiam estar desassociados dessa representação da nação como terra de promessa. Embora vinculada ao passado nacional, esta representação é constantemente resgatada. E a freqüência com que se recorre a este imaginário (a menção aos

tempos em que a Argentina era um país condenado ao êxito) encontra uma de suas explicações no fato de constituir-se ele mesmo um dos mitos fundadores da nação. Como relação a essa questão em especial, Graciarena (1986) aponta: “[...] quizá desde los años cincuenta, los argentinos han estado emigrando de su país, dato que a muchos puede parecer insólito porque la Argentina ha sido siempre considerada una tierra acogedora, de promisión, lo que constituye uno de los más arraigados mitos fundacionales vernáculos” (GRACIARENA, Op. cit., p. xv).

Portanto, dizer que a representação da nação como terra de promessa é parte do passado nacional não anula a importância dada a ela no presente. Ao contrário, se constantemente é mencionado (na mídia, na fala dos intelectuais, dos políticos e dos cidadãos mais comuns que compõem a comunidade nacional) o tempo em que a Argentina estava entre as nações mais ricas do mundo e que prometia um futuro glorioso é porque esta imagem continua a ser extremamente significativa no presente. Nobert Elias (1997) chama a atenção para as conexões existentes entre o passado nacional e o seu presente: “A questão central é como os destinos de uma nação ao longo dos séculos vêm a ficar sedimentados no *habitus* de seus membros individuais [...] mas também existem conexões análogas entre o destino e as experiências a longo prazo de um povo e seu *habitus* social em qualquer época subsequente [...] os problemas contemporâneos de um grupo são crucialmente influenciados por seus êxitos e fracassos anteriores, pelas origens ignotas de seu desenvolvimento” (ELIAS, Op. cit., p. 30). A charge a seguir, publicada num jornal argentino no ano de 2003, ironicamente faz menção às trajetórias de imigração/emigração da Europa e para a Europa presente no histórico das famílias e no imaginário nacional.



Figura 4 – Clemente

Fonte – CALOI. Clarín, Buenos Aires, 23 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.clarin.com.ar>>. Acesso em: 23 jun. 2003.

Não obstante a Argentina sempre tenha tido uma história política conturbada marcada pelo autoritarismo, com constantes golpes de Estado e intervenção militar nos governos civis, padrão que se observa em toda a América Latina, o projeto desenvolvimentista levado a cabo,

sobretudo na primeira metade do século XX, promoveu a modernização da Argentina através da industrialização, de programas de bem estar social, da redistribuição de renda, tornando real a ascensão social das gerações subseqüentes nascidas no país, fato este relatado por um dos argentinos entrevistados:

*“Meu pai era um comerciante, minha mãe havia se formado em perito mercantil, que seria contabilista, não de nível universitário senão de nível secundário, nível técnico [...] Eu pude estudar porque felizmente **naquela época as escolas públicas eram acessíveis e excelentes.** Ou seja, uma das coisas que eu sempre agradeço ao meu país é que lá eu pude estudar. **Embora trabalhando desde os 14 anos, mas pude estudar, pude me formar, pude ter uma carreira.** Provavelmente tivesse nascido num país com as condições do Brasil aonde, salvo você tenha muita sorte, com a escola pública não vai muito longe, eu não sei o que teria sido. Fui para a Faculdade. Sou engenheiro químico”.*¹⁷

A estruturação da sociedade por meio da configuração de uma extensa classe média criou uma evidente distinção do tecido social argentino em relação aos demais países latino-americanos, sociedades secularmente marcadas por uma profunda desigualdade social. Portanto, a conformação dessa ampla classe média talvez seja o aspecto que melhor ilustra como este projeto de inclusão e de mobilidade social ascendente dos imigrantes e de seus filhos funcionou na Argentina por algumas décadas. De fato, durante os anos do primeiro peronismo, as classes médias ampliaram-se mais rapidamente do que a própria classe operária, movimento que tem continuidade até o período de modernização desenvolvimentista da década de 1960.

Altamirano (2002) destaca que *“En 1980 el colectivo de las clases medias representaba el 47% de la fuerza de trabajo total. Este no sólo fue un universo social en expansión en los tres cuartos del siglo XX, sino su composición interna se modificó profundamente a lo largo de ese trayecto y cada vez sería mayor en sus filas el volumen de los asalariados. Lo que estos cambios no alteraron fue la certidumbre de la movilidad social, convertida en sentido común”* (ALTAMIRANO, Op. cit., p. 71 e 72). Este último ponto destacado por Altamirano que me parece fundamental: como um dos sentidos comuns da nação argentina enquanto projeto, e dos argentinos e das trajetórias de suas famílias dentro deste, fundamentou-se nesta representação de um movimento de mobilidade social ascendente, desde as primeiras gerações de migrantes até as gerações subseqüentes à elas. Os depoimentos abaixo, fornecidos por uma argentina residente em São Paulo desde 1976 e por um argentino

¹⁷ Depoimento de H. N., engenheiro químico, residente em São Paulo desde 1977, registrado em 14 de abril de 2005.

que chegou em 1998, nos dão elementos para refletir sobre essa auto-percepção da Argentina como uma sociedade relativamente igualitária no que se refere ao acesso a bens e a educação:

“[...] naquela época na Argentina era assim, hoje talvez já não seja igual, que a classe média tinha acesso a toda informação, a classe média tinha acesso ao estudo, tinha acesso a muita informação. [...] a pobreza que eu via, essa questão das favelas todo isso, eu não estava acostumada, eu não conhecia. Não, naquela época não tinha pobre na Argentina. Ou melhor, tinha, mas não era como aqui. Eu falo naquela época, hoje já mudou tudo”.¹⁸

“[...] a escola pública, a escola de primeiro nível e a escola média era excelente. Ninguém quase na Argentina ia à escola privada tirando as escolas religiosas. Eu estive na escola pública, tudo em escola pública [...] meus pais achavam que eu tinha que ir na escola de todas as classes sociais, então era a escola pública e em universidade pública [...]”.¹⁹

Posto isto, a conexão que pretendo traçar entre o fenômeno migratório contemporâneo e as genealogias de migração das famílias dos argentinos migrantes é pensar em que medida, a partir do momento em que este projeto de inclusão e de mobilidade social ascendente das gerações seguintes sofre uma ruptura, a migração contemporânea pode ser interpretada como uma tentativa de redefinição deste projeto. Ou melhor, na medida em que o projeto de nação pensado como inclusivo passa a ser excludente, tanto por aspectos políticos quanto por aspectos econômicos, a migração é ressignificada e passa a funcionar mais uma vez como possibilidade de progresso e de futuro para estes indivíduos. É importante analisar como a construção de um sentido comum da nação e das trajetórias familiares pautados na representação de um movimento de mobilidade social ascendente entre as gerações torna-se, no presente, crucial para os indivíduos ressignificarem a nação e redefinirem seus projetos de vida, o que inclui de forma recorrente o empreendimento migratório. *“Mas o passado nunca é simplesmente o passado. Ele age – com maior ou menor força, de acordo com as circunstâncias – como uma influência sobre o presente. Não apenas por causa da inércia das tradições que deslizam cegamente de era em era, mas também porque uma imagem de fases pretéritas da nossa própria sociedade, por histórica ou deformada que possa ser, continua vivendo na consciência das gerações subseqüentes, servindo involuntariamente como um espelho onde cada um pode ver-se a si mesmos”* (ELIAS, 1997, p. 59). Assim é interessante notar como a busca por outros destinos, o Brasil entre eles, configura-se como uma procura por melhores perspectivas econômicas e profissionais, frustradas em uma Argentina marcada, num primeiro

¹⁸ Entrevista de M. E. G., psicanalista, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

¹⁹ Entrevista de A. Z., arqueólogo e professor universitário, residente em Campinas desde 1998, registrada em 1 de março de 2005.

momento, pela exclusão e banimento de grupos identificados com uma determinada ideologia política nos anos 1970 e, posteriormente, nos anos 1990 em diante pela total desestruturação da classe média e do estado de bem estar social que subsistira até então. Gino Germani, figura emblemática da sociologia argentina, já na década de 1970 refletia de maneira bastante perspicaz sobre as implicações da ruptura de um projeto nacional de inclusão e de mobilidade social ascendente de gerações e gerações de argentinos:

“La Argentina que emergió del proceso de inmigración masiva y de movilidad social no menos masiva, es una sociedad esencialmente igualitaria, cualquiera que sean las diferencias en el ingreso, la educación, y otras dimensiones de la estratificación. Una sociedad en la que las actitudes están fuertemente influidas por una experiencia, cristalizada en muchas décadas, de que “todo es posible” y de que el camino del éxito está abierto para cualquiera. [...] Este pesimismo [...] halla su explicación en la larga experiencia por la que pasaron tres o cuatro generaciones de argentinos, en una sociedad en continua expansión. El descubrimiento que la base de esa expansión no era duradera [...] produjo un impacto muy profundo en los argentinos de hoy. Para muchos se llegó a una especie de inversión de la imagen que tenía del país; desde la imagen de un país progresista, avanzado y lleno de futuro – tal como se vió hasta los primeros años de la década del cincuenta – hasta la visión pesimista de un país “subdesarrollado”, o incluso en decadencia, estancado y vencido” (GERMANI, 1972, p. 112 e 113).

Esta questão presente no imaginário nacional de que “o caminho do êxito está aberto para todos”, no que se refere à possibilidade de ascensão social numa sociedade em contínua expansão e que se vê hoje no reverso desse movimento, é exposta como sátira na charge seguinte desenhada pelo cartunista Langer.



Figura 5 – La Quinta Pata
Fonte – LANGER. Clarín, Buenos Aires, 16 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.clarin.com.ar>>. Acesso em: 16 jun. 2002.

O trecho seguinte, que é parte do depoimento de uma argentina que chegou em São Paulo no ano de 1978, pode ser lido, do ponto de vista de uma experiência pessoal e familiar,

como uma reflexão acerca da migração como metáfora do progresso e da Argentina como espaço de ascensão social por meio da educação:

“Mas era uma coisa assim, bem de imigrante que chegaram... Imigrantes camponeses, pobres, depois da guerra que vieram procurar fazer a América. Então a imigração da minha família era uma coisa, por um lado, uma procura de um novo mundo de... Acho que isso sobrou um pouco na minha... Nessa coisa minha de querer conquistar novos horizontes. Também tinha tido antepassados que tinham sido viajantes. Sempre teve isso na minha família. [...] quando meu pai alcançou uma certa idade, eles mudaram para a cidade para que os filhos pudessem ter uma melhor educação. E realmente tinha essa coisa do imigrante de que os filhos tinham que profissionalizar, tem que estudar, tem que... Se mataram todos na minha família e todos os filhos estudaram [...] os quatro foram profissionais, os netos também. Tem uma coisa simbólica. Tem que estudar porque é a via do progresso. Aquela coisa que já não existe mais porque agora se forma na universidade e... Bom., vou comprar um táxi porque não tem muito mais o que fazer”.²⁰

A última frase do depoimento pontualmente faz referência à ruptura de um projeto familiar de ascensão social pela educação. Nesse sentido, torna-se pertinente pensar nas implicações da ruptura desse projeto de inclusão e de bem estar social quando ele mesmo constituiu-se em um dos núcleos de identidade social. A migração das novas gerações, portanto, pode ser pensada, para além de uma alternativa real de sobrevivência dos sujeitos, como uma maneira de reconstruir uma identidade que teve como um de seus pilares esse movimento. Se entendermos que as identidades são reconstruídas em meio aos processos de mudanças e transformações, torna-se necessário “[...] aprender a compreender como, em meio de uma ação em andamento, os protagonistas combinam práticas velhas e novas em figurações sempre novas e renovadas” (WOLF, 2003, 249). Assim a migração é resgatada nesse contexto como uma tentativa de reelaborar uma identidade que foi rompida e como uma forma de atualizar e de dar sentido às próprias ações no presente. Ou seja, a migração como uma alternativa possível às crises vivenciadas na Argentina contemporânea, tanto nos anos 1970 quanto após 2001, é concebida por esses argentinos como uma maneira de ressignificar e de dar continuidade a esse projeto de progresso futuro. É desta forma que os filhos dos argentinos que vieram para o Brasil nos anos 1970 são levados muitas vezes a migrarem para lugares onde considerem que terão perspectivas futuras mais favoráveis:

“Muitos deles (os filhos), e isso é importante, se influenciaram por aquele fato importante na vida de todos nós que foi a imigração. Todos eles consideram e contentam a possibilidade de imigrar, de ir a outros países, de procurar outros

²⁰ História Oral de G. B., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, gravada no dia 7 de abril de 2005.

*horizontes, como a outras atividades. Não sei se isso teria acontecido ou acontece com a família brasileira que nunca saiu do Brasil. Se os filhos dessas famílias considerariam e enxergariam como potencialmente saindo para morar em outro lugar”.*²¹

*“[...] mesmo com D. (filho), eu digo olha: “**Você é cidadão do planeta.** Se no teu momento [...] você está trabalhando e te oferecem um trabalho para desenvolver uma técnica, uma coisa que você está fazendo, em outro lugar **não tem que ficar amarrado na saudade.**” Não vou voltar pelas raízes de minha família a tal lugar.*”²²

A dimensão que ganhou a crise do final de 2001, ao meu ver, deve ser interpretada como o clímax de uma sensação de desestruturação final de um projeto de nação que dificilmente pode ser reduzido somente aos aspectos relativos à evidente perda material. Como bem descreveu Beatriz Sarlo, “*Não foi somente uma crise econômica, da qual se pode sair eventualmente, mas uma crise que afetou a trama social das relações culturais do país*” (SARLO, 2005, p.11). E, de fato, afetou a trama social das relações culturais do país porque tocou diretamente no sentimento de pertença, de identificação com um determinado projeto de nação, e da percepção cada vez mais presente da existência de um processo, aparentemente irreversível, de crise e de decadência nacional. Dessa forma, a crise e o crescente processo emigratório tornam-se centrais pelas conexões que guardam com um passado nacional; passado este representado pelo prisma de uma imagem de esplendor e de promessa que não se concretizou e que a cada dia se vê mais distante. Neiburg (1997) analisa como a centralidade da noção de crise nas narrativas sobre a nação argentina não é um fenômeno exclusivo dos últimos anos, mas está presente há pelo menos meio século nos relatos que tratam de diagnosticar o fracasso da realização desse seu destino de grandeza: “*A centralidade da noção de crise nos relatos sobre a nação argentina e sua história parece colocar essa narrativa a meio caminho entre duas possibilidades extremas: de um lado, os mitos nacionais dos Estados Unidos e seus relatos sobre a realização progressiva de um destino de grandeza; de outro lado, os mitos fundadores do Estado balinês e seus relatos sobre a gradativa degradação de um modelo de perfeição situado num passado irremediavelmente perdido. Os relatos sobre a crise argentina tratam de uma anomalia a permanência de uma situação de desintegração. Escritos geralmente em tom dramático, falam não só da dificuldade, como da impossibilidade de realizar um destino grandioso*” (NEIBURG, Op. cit., p. 88). Essa situação de exclusão social gerada pela impossibilidade da realização desse destino de grandeza revela-se explicitamente no depoimento abaixo:

²¹ Entrevista de D. W., físico, residente em Campinas desde 1981, registrada em 6 de junho de 2003.

²² Entrevista de C. R., físico, residente em Campinas desde 1974, registrada em 9 de maio de 2003.

*“Eu acho que hoje todo mundo está sentindo, na Argentina é extremamente intensa essa sensação, de que cada um está por si mesmo. Isso começou há muitos anos, muito antes da crise. Isso começou quando **se criou uma polarização intensa na Argentina em termos de que esse país é só para alguns e não para todo mundo.** Ou seja, não é um país de todo mundo. A condição da Argentina naquela época e hoje não é suficiente para você ter direito a sobrevivência naquele país. Esse país é só de alguns. Aumentam para a condição de alguns. **Aspectos sociais, políticos, antecedentes e idéias religiosas, políticas, filosóficas, que fazem com que você não tenha direito de se considerar argentino com maiúscula [...]**”²³*

No que se refere a esse sentimento de que o país se torna excludente, é importante considerar a sua singularidade pela relação de violência e amplitude que o caracteriza. A partir do golpe militar de 1976 dá-se início na Argentina a um processo sistemático de exclusão de indivíduos que fossem identificados como opositores ao regime ou partidários de uma ideologia de esquerda, socialista e revolucionária. Simultaneamente a esse processo de banimento político e social, o golpe de Estado coincidiu com o auge do movimento internacional de capitais levando a penetração de entidades financeiras transnacionais na Argentina, num contexto de globalização contemporânea. Há, portanto, um movimento de liberalização da economia e de enfraquecimento dos investimentos do Estado nas áreas sociais. A educação, que tinha se constituído como um dos pilares do projeto de nação e de identidade dos indivíduos, é desestruturada tanto no que se refere ao ensino básico quanto ao ensino universitário.

*“Quiero decir que la cultura política se fue todo al cuerno. **La Argentina se fue todo al carajo. Si querés que te diga, que es lo que sugiere que es lo mejor que puedes hacer para tener un pueblo abajo de tus patas: acabar con la educación. Desde 1960 hasta ahora se acabó con la educación en la Argentina.** [...] La educación era obligatoria pública. Lo mismo la salud era pública. Eso hicieron los conservadores, no los socialistas. Eso es invento de los tradicionalistas argentinos. Sarmiento era un conservador. “Todos los problemas son problemas de educación”, dijo Sarmiento. Te das cuenta? Se llenó el país de escuelas. ¿Porque? Porque todos los chicos que tenían 6 años de edad tenían derecho a un banco en la escuela, en la escuela más próxima de su casa”²⁴*

Assim, há uma ruptura com uma dinâmica social vivenciada até então. Aquele mundo onde indivíduos tinham construído suas vidas e depositados seus projetos passa a não existir mais. Para compreender a dimensão dessa ruptura estas histórias de vida são pertinentes na medida em que “[...] *deven ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade [...] a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência [...] através desse trabalho de reconstrução de si*

²³ Entrevista de D. W., físico, residente em Campinas desde 1981, registrada em 6 de junho de 2003.

²⁴ Entrevista de G. B., físico, residente em Campinas desde 1975, registrada em 10 de abril de 2003.

mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (POLLAK, 1989, p. 13). É neste sentido que os depoimentos destes argentinos reconstroem não somente os acontecimentos que pautaram suas vidas, mas também aqueles que consideram fragmentados, destruídos. Dentro das narrativas, portanto, encontram-se delineadas as implicações de uma cisão das pessoas e entre as pessoas com seu passado mais imediato, que passa a ser determinante para a decisão final de emigração. Observa-se, assim, uma ruptura em dois níveis: primeiramente num plano mais coletivo, no sentido de um projeto de nação que é desestruturado e que passa a ser excludente; e secundariamente num plano individual, quando os aspectos correntes da vida social são dilacerados, quando, por exemplo, são afetadas as relações familiares e de amizade. Esta ruptura de uma dinâmica social vivida num plano mais subjetivo entremostra-se nas narrativas, como quando uma de minhas entrevistadas me conta sobre seus retornos à sua cidade natal na Argentina:

*“Era tudo muito familiar. Era para ver família, um grupo mínimo de amigos, porque **o grupo grande de amigos está na diáspora**, né. E então era muito, muito familiar”.*²⁵

Ou também quando uma outra entrevistada explica o porquê de não querer voltar a viver na Argentina:

*“**Yo también era media extraña en Argentina.** Entonces ese ser extranjero, el costo que eso tiene, eso me decidió a no volver a pasar por la misma experiencia. Claro que en un país de origen se supone que es menos. Es más o menos menos. **Toda la gente amiga estaba muerta o desaparecida. E iba a llegar a otro país.**”*²⁶

Como bem coloca Sarlo (1985), e como fica evidente nesta fala, “O exílio mutilava os argentinos que ficavam e mutilava os que partiam. Se a trama da sociedade argentina precisa ser novamente tecida, a causa não está apenas nos vazios deixados pela morte, mas também na fragmentação produzida pelas separações” (SARLO, Op. cit., p. 38). E estas separações são produzidas, num primeiro momento, referente aos anos de ditadura militar nos anos 1970, através do banimento político daqueles que tinham como projeto transformar a Argentina, defendendo uma idéia de nação mais igualitária e inclusiva, diante de uma política autoritária que desestruturava as bases de um Estado-Nação. Esta exclusão leva a conformação, como veremos, de um contingente migratório expressivo de argentinos para México, Espanha, França, Suécia, Venezuela, Estados Unidos e Brasil, sendo o principal destino deste último São Paulo. Já num segundo momento,

²⁵ Entrevista de P. F., tradutora, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 10 de março de 2005.

²⁶ Entrevista de A. M. M., proprietária de um restaurante de comida típica argentina, residente em São Paulo desde 1979, registrada no dia 15 de abril de 2005.

nos anos que antecedem e sucedem a crise econômica, que tem como seu ápice o ano de 2001, configura-se um segundo contingente migratório de argentinos que tem como principal destino países centrais como Estados Unidos, Inglaterra, Itália e Espanha, mas também neste movimento há um fluxo migratório significativo em direção ao Brasil. Se não podemos dizer com relação a este último contingente que há um banimento efetivo de argentinos do país como ocorrera nos anos 1970, podemos afirmar sim que há uma exclusão indireta. Ou melhor, não somente inexistia a possibilidade de ascensão social a partir da educação e do acesso ao emprego como observado nas trajetórias das próprias gerações passadas, como há uma dificuldade em manter-se um certo padrão social sobre o qual sustentavam-se as classes médias.

É a partir deste contexto que a migração é resgatada, e a Europa e, em menor medida, o Brasil assumem “[...] *agora a mesma função ideológica que a Argentina assumiu nos tempos da imigração em massa e é pensada como a corporificação do progresso e do futuro*” (SCHNEIDER, 1996, p. 187). É a partir desta não viabilidade da Argentina como espaço de possibilidades futuras que simbólica e praticamente jovens argentinos passam hoje a conceber a migração cotidianamente como projeto.

*“En 2001 me quedé tres veces sin trabajo ese año. Encontré e perdí tres veces trabajo durante todo 2001. En el final del 2001 fue toda esa carambola allá que se explotó todo. Yo perdí plata. No mucha, no estoy hablando de mucha plata. E ahí que empezó no sólo por el tema económico sino pero por el tema personal. Yo siempre quise vivir en otro país para ver que sentía [...] De los noventa se puso de moda sacar el pasaporte Europeo para ir a Europa. Cuando a Europa se empezó a levantar, o España se empezó a levantar después de 89 por ahí, ahí mucha gente empezó a sacar el pasaporte italiano y español para irse a España no a Italia. Porque mismo con ese pasaporte entras en España y en España se habla el mismo idioma y todo eso. Mucha gente se fue antes. Pero es normal irse [...] Allá es normal irse. Sólo en una edad. Hasta los 25 años es normal irse. Después ya... Cuando estás casado, con hijo y todo. Igualmente hay gente que va. És normal”.*²⁷

²⁷ Entrevista de C. S. V., técnico em informática, residente em São Paulo desde 2002, registrada em 13 de abril de 2005.



Figura 6 – Sem Título.
Fonte – Pagina 12, Buenos Aires, 6
mai. 2002. Disponível em:
<<http://www.pagina12.com.ar>>.
Acesso em: 6 maio 2002.

Vale notar que os dois contingentes migratórios de argentinos focados neste estudo de caso se diferenciam nas motivações diretas para saída do país de acordo com seus respectivos contextos econômicos e políticos. No entanto, guardam semelhanças quando percebidos como resultantes de um mesmo processo histórico-social, apenas localizando-se em pontos diferentes se imaginados numa linha contínua no tempo. Ao falar de um mesmo processo histórico-social, no qual insere-se o fenômeno de saída de argentinos do país nos anos 1970 e após o ano 2000, me refiro pontualmente à progressiva decadência de um projeto de nação pensado como inclusivo e que foi base para a sobrevivência de um Estado de bem estar social na Argentina por algumas décadas, como vimos anteriormente. Muitos analistas²⁸ apontam para a ditadura militar instaurada em 1976 como marco inicial da desestruturação das bases econômicas e dos investimentos sociais do Estado argentino. Segundo esta linha de interpretação, é neste período que se coloca em marcha um processo de liberalização da economia, privatizações (realizadas de forma mais efetiva durante a Era Menem) que levam ao desmonte do tecido produtivo argentino e a pauperização das classes médias, criando uma desigualdade social como nunca existira no país. Segundo Ferrer (2002) a dívida externa, desde a década de 70, cresceu 150%, alcançando a cifra de US\$ 145 bilhões. Também lembra que hoje “[...] na economia argentina verifica-se um dos maiores índices de estrangeirização do mundo: a maior

²⁸ Ver O'Donnell (1982), Ferrer (2002), Seitenfus (2002), Altamirano (2002) e Batista Jr. (2002).

parte da infra-estrutura, as grandes empresas comerciais, o sistema bancário, as redes comerciais e os serviços de informação e comunicação são atualmente propriedade de não-residentes” (FERRER, 2002, p. 45).



Figura 7 – Gaturro.

Fonte – La Nación, Buenos Aires, 4 jun. 2002. Disponível em:
<<http://www.lanacion.com.ar>>. Acesso em: 4 junho 2002.

Como também analisa Dellasoppa (1998), já no ano de 1967 é implementado no país, pela equipe de Adalberto Krieger Vasena, um plano de rigorosa ortodoxia econômica que leva ao congelamento dos salários por dois anos, a elevação da idade de aposentadoria de 60 para 65 anos e ao aumento dos impostos para equilibrar as finanças do Estado. É no contexto da chamada *Revolução Argentina*, iniciada com o golpe liderado pelo General Juan Carlos Onganía no ano de 1966, que estas medidas são tomadas e que têm como consequência direta a forte exclusão econômica e política dos setores médios e populares. Por isso os dois contingentes migratórios não estão desassociados quando localizados dentro deste processo que leva ao empobrecimento sistemático da maioria e a ruptura com um passado próximo.

*“Tenho muitos amigos que já saíram. Tenho três amigos que estão morando na Espanha. [...] A maioria saiu um ano depois que eu sai. Quando começou a crise lá [...] foi um momento feio para o pessoal que ficou lá. Foi feio. Foi feio porque o clima geral era feio, era tenso. Eu estava sabendo que era pesado. Muitos caras amigos meus tinham familiares na Espanha, familiares em outros lugares e saíram fora. Muitos ficaram e muitos voltaram. Conheço muitos. Minha irmã. Minha irmã foi para a Espanha e passou por aqui [...]”*²⁹

²⁹ Trecho de entrevista com M. M., residente em São Paulo desde 2001, registrada em 17 de março de 2005.

*“Mas acho que somos a terceira geração de argentinos. Mas agora com a tal da globalização, minha irmã casou com um alemão. [...] E tenho um monte de amigos morando nos Estados Unidos. Estados Unidos, Inglaterra e Espanha. Teve uma condição científica e acadêmica difícil. **Teve uma diáspora importante de pessoas da minha idade. Isso nos últimos cinco anos e foi reforçado em 2001.** Também jogava futebol lá todo sábado. E um monte de colegas assim que tinham escola média começaram a ir ilegal para Estados Unidos, Espanha para trabalhar de qualquer coisa. **Tem bastante argentinos que estou conhecendo que vieram aqui para o Brasil, não profissionais. Depois de 2001 vieram [...]** Sei lá, eu não lembro a quantidade exata, muito milhares de argentinos judeus foram para Israel. De fato, minha irmã teve um convite para ir para Israel. Com moradia, trabalho, tudo. Como a gente tem sobrenome judeu e pode [...] Mas o passaporte israelense à nível mundial pode dar muitos problemas. Bom, tem muitos que têm ido para lá e vários têm morrido”.*³⁰

A partir dos testemunhos e da reconstrução das genealogias familiares dos argentinos entrevistados (tanto dos que aqui residem desde os anos 1970 quanto dos que chegaram no período pós-*corralito*), ficou patente que a *migração*, além de constitutiva da própria trajetória individual e da memória coletiva da nação, também é, ao longo das gerações, parte da trajetória das famílias. Tendo esta questão em vista, demonstrei no capítulo II como as representações das trajetórias de migração das famílias estão relacionadas às formas de representar a própria trajetória nacional. Esta representação da trajetória nacional começa com os relatos dos tempos em que a Argentina era imaginada como uma terra acolhedora e de promessa aos imigrantes e termina com os relatos da decadência e da crise nacional que impulsionam as novas gerações a emigrarem. A menção aos tempos em que a Argentina estava entre as nações mais ricas do mundo e que prometia um futuro de esplendor revelaram como um dos sentidos comuns da nação argentina enquanto projeto e dos argentinos e das trajetórias de suas famílias dentro deste fundamentou-se nesta representação de um movimento de mobilidade social ascendente, desde as primeiras gerações de imigrantes até as gerações subseqüentes à ela. Apontei, assim, para alguns dos processos históricos que levam a Argentina a entrar no reverso desse movimento, desvendando as conjunturas locais e globais que levam ao enfraquecimento das políticas sociais do Estado e à crescente pauperização de sua população, e como a recente emigração de argentinos pode ser interpretada como uma tentativa de ressignificar e redefinir esse projeto de mobilidade social ascendente.

³⁰ Trecho de entrevista com A. Z., residente em Campinas desde 1998, registrada em 1 de março de 2005.

CAPÍTULO III

Exílio Argentino em São Paulo nos anos 1970: História e Testemunhos

Os anos da ditadura militar na Argentina foram realmente cruéis para muitos dos cidadãos daquele país. A violenta perseguição político-ideológica, que decorre da situação de instabilidade política que se instaura principalmente após a morte de Juan Domingo Perón em 1974, detona um processo de banimento social de milhares de indivíduos. Por um lado, o banimento se dá pelo assassinato de uma cifra estimada hoje em 30 mil pessoas³¹, das quais muitas das vítimas ainda não puderam ser localizadas, que conformaram a triste e mundialmente conhecida figura do *desaparecido*. Por outro lado, esse banimento se deu pelo processo de emigração de milhares de pessoas que se estendeu até os primeiros anos da década de 1980. De fato, este processo não cessará em tal década e a onda emigratória aumentará ainda mais em meados da década de 1990, chegando a seu auge nos primeiros anos de 2000; no entanto, desta vez as motivações serão evidentemente econômicas.

Mapeando a Diáspora Argentina nos anos da *Guerra Suja*

Segundo estudos demográficos baseados em dados oficiais, o que se constituiu como o maior exílio político da história argentina contemporânea levou aproximadamente 300 mil pessoas a deixarem a Argentina ao longo dos anos 1970. Contudo, como salienta Schkolnik (1986), estas estimativas não representam o total de emigrados no período, já que existe a omissão censitária e imigração clandestina, calculando-se, assim, em até 500 mil o número de nacionais que deixaram o país no período. Até 1980, a grande maioria destes argentinos (40%) residia nos países limítrofes. Outros 30% se concentravam nos Estados Unidos e Israel; 12% na Venezuela, Espanha e Inglaterra; seguido de Canadá e Austrália e outros países com números menores.³² Abaixo, seguem-se duas tabelas que ilustram estes dados.

³¹ Esta estimativa do número de indivíduos assassinados, comprovadamente vítimas da repressão, foi calculada no período imediato pós-ditadura a partir do trabalho de levantamento de informações dos crimes cometidos pelos agentes da repressão entre os anos 1976 e 1983 realizado pela *Comissão Nacional Sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), que resultou no *Informe Nunca Más* (1985). Deve-se atentar que os assassinatos cometidos antes de 1976, sobretudo entre os anos 1974 e 1975, não foram contabilizados nesta estimativa, já que o chamado *Proceso de Reorganización Nacional* não tinha, de fato, sido oficializado, embora hoje se saiba que os agentes da repressão trabalharam intensamente nestes anos. Também deve-se levar em conta que novas denúncias foram levadas aos Organismos de Direitos Humanos após a publicação do *Informe*.

³² Dados retirados de Graciarena (1986), pp. xxi.

Argentina. Entradas, saídas e saldos anuais de argentinos, 1970-1984³³

ANO	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDOS OBSERVADOS	SALDOS ESTIMADOS MÁXIMOS	SALDOS ESTIMADOS MÍNIMOS
1970	543.672	550.126	- 6.454		
1971	558.446	583.408	- 24.962		
1972	460.430	469.542	- 9.112		
1973	468.237	506.775	- 38.538		
1974	640.198	666.878	- 26.680		
1975	631.427	632.111	- 684		
1976	514.368	558.349	- 43.981		
1977	-	-	-	- 50. 879 <u>a/</u>	- 23.782 <u>b/</u>
1978	-	-	-	- 50. 879	- 23.782
1979	-	-	-	- 50. 879	- 23.782
1980	-	-	-	- 50. 879	- 23.782
1981	-	-	-	- 50. 879	- 23.782
1982	1.074.242	1.095.109	- 20.867		
1983	1.480.775	1.556.489	- 75.714		
1984	2.189.981	2.246.036	- 56.055		
Saldo Total			- 433.099	- 687.494	- 552.009

a/ Média dos saldos anuais correspondentes aos anos 1982, 1983 e 1984.

b/ Média dos saldos anuais correspondentes aos anos 1974, 1975 e 1976.

Argentinos censados e estimados em países estrangeiro em 1960, 1970 e 1980³⁴

PAISES	1960	1970	1980
Bolívia	5.321	10.418	17.503
Brasil	15.887	17.213	26.633
Chile	11.876	13.270	18.656
México	2.456	1.585	5.503
Paraguai	7.852	24.133	40.414
Peru	2.502	3.989	4.943
Uruguai	7.261	14.217	23.885
Venezuela	2.567	4.307	10.835
Estados Unidos	13.000	44.803	68.887
Canadá	1.397	2.736	6.826
Espanha	3.975	7.784	13.077
Suíça	373	730	1.226
Suécia	323	632	1.062
Itália	545	1.068	1.794
Alemanha Fed.	727	1.534	3.517
Inglaterra	4.225	8.273	13.899
França	342	669	3.511
Austrália	712	1.394	5.024
Israel	5.968	12.140	20.318
Total com outros países do mundo	93.594	183.195	307.700

³³ Fonte: LATTES e OTEIZA (1986), pp. 31.

³⁴ Fonte: LATTES e OTEIZA (1986), pp. 52.

Conforme mencionei na Introdução do trabalho, oficialmente registrou-se a entrada de aproximadamente 10 mil argentinos no Brasil durante toda a década de 1970. Mas as estimativas que levam em conta os argentinos que permaneceram no país neste período ilegalmente ou como turistas chegaram a calcular um número de até 100 mil indivíduos.

De uma maneira geral, o fluxo emigratório argentino do período em questão foi formado predominantemente por homens com alta qualificação profissional (profissionais, técnicos, executivos, administradores). Como analisou Schkolnik (1986), esta característica educacional da emigração argentina dos anos 1970 encontra sua exceção no caso paraguaio, onde predominou uma migração formada principalmente por agricultores da região de fronteira. Grande parte dos indivíduos com maior qualificação profissional tiveram como destino principalmente os Estados Unidos. Mas essa tendência também foi observada em países como Venezuela, México, Brasil, Israel, bem como nos países europeus. Ao contrário do caso dos Estados Unidos, cuja entrada de argentinos esteve mais estritamente vinculada às melhores oportunidades econômicas e profissionais que o país oferecia, com relação a estes últimos países, entre as causas da emigração encontram-se sobretudo aquelas relacionadas a repressão política derivada da Ditadura Militar.

Procurando traçar uma comparação das características gerais do exílio argentino entre os países da América Latina, podemos dizer que o caso brasileiro se aproximou em muitos aspectos do venezuelano e mexicano. Assim como no Brasil, na Venezuela e no México os argentinos nunca chegaram a representar em termos quantitativos um contingente migratório significativo. Porém, como salienta Pellegrino (1986) e Margulis (1986), que analisaram o exílio na Venezuela e no México, respectivamente, os argentinos passaram a ter uma representação bastante expressiva em grupos de alta qualificação profissional como, por exemplo, nas esferas acadêmicas, tal qual ocorreu no Brasil. Nestes três contextos a chegada de argentinos se intensifica a partir de 1974 e se torna ainda mais evidente nos anos 1976, 1977 e 1978. Por um lado, o ano de 1974 marca um período de mudanças das autoridades e das políticas em muitas universidades argentinas que detona um processo de exclusão de centenas de profissionais do âmbito acadêmico, dando-se início de forma mais sistemática às perseguições político-ideológicas e às ameaças de atentados por parte das organizações de extrema direita, que tem como sua representante maior a *Alianza Anticomunista Argentina*, conhecida como *Triple A*. Por outro lado, os anos 1976, 1977 e 1978 correspondem aos primeiros anos da Ditadura Militar, momento em que se oficializa a diretriz de extermínio e de aniquilamento do inimigo através

do trabalho realizado pela Junta Militar, num movimento que recebeu a denominação de *Proceso de Reorganización Nacional*.

É importante mencionar que o exílio argentino, caracterizado como vimos por indivíduos com alto nível educacional, coincidiu com um momento de plena expansão das universidades e de diversos setores profissionais em países como Brasil, Venezuela e México. A estrutura educativa passava por um processo de rápido crescimento, principalmente no México e no Brasil, reflexo de um período de *boom* econômico destes países, conhecido no Brasil como a época do *Milagre Econômico*. Foi assim que parte significativa destes argentinos acabou se concentrando em setores de atividades ligadas às universidades e instituições científicas, em cargos públicos, bem como em algumas profissões liberais.

Mas se podemos inferir, no que se refere às características profissionais e econômicas, que Brasil e México tenham apresentado condições bastante similares para estes exilados argentinos, o mesmo não se pode afirmar com relação à política de recepção de exilados/refugiados destes países. Como colocou Bielous (2001), durante todo o século XX a política externa mexicana caracterizou-se por uma postura, pode-se dizer assim, de “portas abertas” aos exilados políticos de diversos países, na qual o asilo diplomático passou a ser uma prática, como foi o caso do asilo outorgado aos republicanos espanhóis entre 1937 e 1939, a constante recepção de centro-americanos e caribenhos (cubanos, haitianos e dominicanos) e na década de 1970 de chilenos, brasileiros, uruguaios e argentinos, período em que o México vivia um momento de relativa estabilidade política.

Ao contrário do contexto mexicano, o Brasil vivia sob uma Ditadura Militar que não via com bons olhos a presença de refugiados políticos latino-americanos no país. A legislação brasileira não contemplava em suas linhas o direito ao asilo político, exceto para refugiados europeus, mantendo a cláusula eurocêntrica da Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1967. Somente em 1989 o Brasil retira a restrição da reserva geográfica para aceite de refugiados no país e é apenas em 1997 que se estabelece um Estatuto dos Refugiados. Por conseguinte, os exilados argentinos que chegam no Brasil nos anos de ditadura tentaram se enquadrar no Estatuto do Estrangeiro como imigrantes comuns, permaneceram como turistas ou mesmo ilegalmente, muitos dos quais esperaram pelo reassentamento em outro país através de um trâmite realizado pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), que mantinha desde 1977 um escritório funcionando na cidade do Rio de

Janeiro.³⁵ Foi assim que muitos dos argentinos que se refugiaram primeiramente no Brasil acabaram sendo recebidos definitivamente no México. Também, diferentemente do Brasil, que era um lugar de espera para o reassentamento em outro país, o México acabou recebendo posteriormente argentinos que vinham de um período de exílio em outro país como, por exemplo, Suécia, Noruega, Espanha, Venezuela e Itália.

Não obstante a política de asilo mexicano fosse bastante favorável ao aceite de refugiados quando comparada à brasileira, ela esteve longe de ser perfeita. Tal política dependeu enormemente da atuação diplomática de cada embaixada. As diferentes posturas adotadas pelas embaixadas mexicanas no Uruguai e na Argentina são bastante ilustrativas desta disparidade. Segundo a análise de Bielous (2001), em Buenos Aires o número de asilos aceitos não passou de 65, enquanto que em Montevideu, segundo documentos gerados pelos funcionários daquela embaixada, os aceites chegaram a um número próximo de 400 pessoas. Isto se deve em parte ao fato da representação diplomática em Buenos Aires enquadrar-se numa política de seguir à risca os requisitos formais para a solicitação do asilo. Tal falta de flexibilidade levou a negação de inúmeros pedidos de ajuda a argentinos que se viam perseguidos.

No período anterior ao golpe de 1976, sobretudo entre os anos 1974 e 1975 quando já eram evidentes as execuções de esquerdistas pelos grupos de extrema-direita, a embaixada mexicana em Buenos Aires recusava-se a aceitar os pedidos de asilo pelo fato do país estar sob o governo da presidente María Estela Martínez Perón, que mantinha sua fachada legal, argumentando não poder justificar assim, em termos do regulamento, a aplicação do direito ao asilo. Ao contrário do que ocorria na embaixada mexicana em Montevideu, a rigidez na aplicação do direito ao asilo por parte da representação diplomática em Buenos Aires acabava expondo ainda mais ao perigo aqueles que a procuravam, pois esta se encontrava sob constante vigilância o que agravava o risco de ser preso ou assassinado no caminho ou na saída da embaixada.

Outro exemplo que contrasta a atuação das embaixadas mexicanas em Montevideu e em Buenos Aires refere-se à recorrente recusa da segunda em aceitar o pedido de asilo de cidadãos de outros países (uruguaios e chilenos, por exemplo) que se encontravam em território argentino, embora já tivessem a informação de que a perseguição transcendia os

³⁵ As questões referentes ao direito de asilo no Brasil e o caso dos exilados argentinos em São Paulo serão discutidas com maior detalhe no Capítulo IV.

territórios nacionais e soubessem que o aparato repressivo das ditaduras argentina, uruguaia e chilena trabalhavam em conjunto. A seguinte declaração do embaixador mexicano em Buenos Aires no período, Roque González Salazar, ilustra pontualmente esta atuação diplomática ambígua: “[...] *nuestras normas y nuestra práctica, la mexicana, establece que el peligro tiene que ser inminente de perder la vida o la libertad y eso de la inminencia pues es un elemento difícil y a veces también por la situación misma de las circunstancias políticas se crea una paranoia colectiva y mucha gente se siente perseguida más allá de lo que en realidad es perseguida*” (BIELOUS, 2001, p. 73).

Além da Venezuela, México e Brasil, que acabaram por conformar a geografia latino-americana do exílio argentino, deve-se mencionar Israel como outro país que recebeu um número expressivo de exilados. Em Israel chegaram, segundo estimativas oficiais, aproximadamente 9 mil argentinos, judeus e não-judeus, entre os anos 1970 e 1980. Após o início do regime militar em 1976, a postura adotada pelos representantes israelenses na Argentina foi de ampla aceitação daqueles que desejavam imigrar nos termos convencionais. “O número desses imigrantes é estimado em 3.000 em 1977, o triplo do número de 1976” (SZNAJDER e RONIGER, 2005, p. 367). E, segundo os estudos realizados por Sznajder e Roniger (Op. cit.), entre 350 e 400 indivíduos fugiram para Israel por meio de assistência parcial de diplomatas e de suas representações na Argentina e nos países vizinhos, entre as quais destaca-se a do Brasil. Nos casos examinados por estes autores, 68% dos indivíduos perseguidos e 48% de seus dependentes conseguiram chegar em Israel através da obtenção de um *laissez-passer* israelense providenciado num país de trânsito, na maioria das vezes Uruguai e Brasil. A fuga era feita, portanto, através de um país vizinho por conta própria ou através da ajuda de uma parente ou amigo, sem auxílio direto de um representante israelense, como é o caso relatado por um dos entrevistados que conta como se deu a fuga de seu primo para Israel.

*“[...] o pessoal naquela época fugia da Argentina porque a coisa estava difícil também. [...] meio parente meu escapou de pura sorte. Ele era um dos mais famosos psicanalistas da Argentina. E era um homem de esquerda, mas publicamente. Um belo de um dia ligou um amigo dele para o consultório e falou: “se manda, suma daqui”. [...] E ele felizmente em vez de pegar o carro, teve o bom senso de pegar um táxi e já há uma quadra da casa viu que todo o quarteirão estava rodeado. Mas ele chegou não se sabe com uma passagem aqui para a fronteira. Passou a fronteira e aí ligou para um parente nosso que morava aqui em São Paulo. Inclusive muito rico que imediatamente mandou recurso para que ele pudesse vir da fronteira para São Paulo e daqui foi para Israel onde fez sua carreira. [...] Temos aqui gente... O Luis Paz. O Luis Paz teve que fugir de noite para vir para o Brasil. Era professor na Universidade de La Plata. Muita gente que conseguiu viver de sorte [...]”*³⁶

³⁶ Depoimento de H. N., engenheiro químico, residente em São Paulo desde 1977, registrado em 14 de abril de 2005.

Nas situações mais críticas, a companhia de algum representante israelense era necessária para conseguir cruzar a fronteira entre Argentina e Brasil ou Uruguai de maneira clandestina. A disposição do governo israelense em oferecer ajuda aos perseguidos políticos se deveu em parte ao fato da maior comunidade judaica da América Latina estar situada na Argentina. Embora Israel não possuísse, como ainda não possui, um Estatuto especial para refugiados ou exilados políticos, assim como o Brasil naquele período, o país tem se caracterizado por adotar uma política de ampla recepção de judeus em diversas situações de perseguição: sobreviventes do holocausto, expatriados, os deslocados de países do Oriente Médio após a deflagração dos conflitos árabe-israelenses e, mais recentemente, judeus da antiga União Soviética. A recepção destes indivíduos vem sendo feita dentro da estrutura de suas leis constitucionais, incluindo a Lei do Retorno que outorga o direito automático à cidadania israelense a todo judeu que imigra. No caso dos exilados argentinos, adotou-se uma política explícita de auxílio ao refúgio em Israel. *“Nesse sentido, muitos argentinos de origem judaica, que tinham uma distância ou apenas uma conexão parcial com o judaísmo, e por vezes tinham atitudes hostis para com Israel e com o sionismo por conta de suas posições ideológicas esquerdistas, requeriam assistência dos representantes israelenses para deixar a Argentina, movendo-se ao menos temporariamente para Israel”* (SZNAJDER e RONIGER, 2005, p. 353).

É interessante notar como, ainda que Israel não representasse um lugar atrativo para o exílio – o país era visto com receio pelos exilados políticos devido ao caráter religioso associado ao Estado e por sua posição de aliado dos Estados Unidos e do bloco ocidental durante a Guerra Fria –, a assistência das autoridades do país era solicitada e ascendências judaicas eram ativadas: um nome de família, um parente em Israel, um avô judeu e outros elementos serviram para as vítimas da repressão restabelecerem e negociarem sua identidade judaica. Contudo, tal qual observado no caso da embaixada mexicana em Buenos Aires, a atuação diplomática de Israel também agiu de forma ambivalente. Foi explícita a recusa de auxílio àqueles que tivessem conexões com grupos de ação armada. *“O argumento usual atribuía isto aos interesses da indústria armamentista israelense, mas pode-se também notar o medo naquele tempo de uma possível colaboração entre indivíduos que tinham participado de grupos guerrilheiros na Argentina e os grupos de guerrilha anti-israelense no Oriente Médio”* (SZNAJDER e RONIGER, Op. cit., p. 368).

Solidariedade no Exílio: Redes Sociais e de Trabalho no Brasil

O contato com outros argentinos já estabelecidos no Brasil, familiares ou amigos, foi fundamental para a vinda daqueles que procuravam desesperadamente deixar a Argentina. O Brasil, localizado geograficamente próximo, apresentava-se como uma opção economicamente mais acessível para a realização de tal empreendimento, sobretudo para aqueles desprovidos de recursos e que vinham com famílias constituídas da Argentina. Muitos dos que hoje residem em São Paulo chegaram primeiramente por Porto Alegre, lugar que, desde o início da década de 1970, contava com uma grande quantidade de argentinos e uruguaios, estabelecidos profissionalmente de uma forma bastante privilegiada, o que também ampliava as oportunidades para os recém chegados. Pelas histórias orais percebe-se que, além dos aspectos profissionais e econômicos, as redes sociais eram cruciais no momento de chegada para receber e alojar nas casas e apartamentos os amigos e suas famílias até que pudessem encontrar lugares menos provisórios para residir.

*“E porque o Brasil? Francamente porque era o mais próximo. No desespero de escolha foi o mais próximo e porque nós tínhamos conhecido em Porto Alegre gente que tinha contato conosco pela Universidade. Pela Universidade de Porto Alegre, a Federal. Então nós conhecíamos pessoas vinculadas à área de biologia. Tínhamos um conhecido, um grande amigo nosso, também na área de engenharia civil que era a área de meu cunhado. O meu cunhado como estava na área de engenharia civil, outros argentinos que tinham vindo antes conseguiram para ele um curso de pós-graduação, mestrado. Então as coisas foram se encaixando. Um veio antes e abre uma espécie de janelinha. Então, aí, viemos nós. Meu marido primeiro. Ficou, procurou uma coisa que pudesse trabalhar. Ele é engenheiro eletricista. Então aí tivemos muita sorte porque as pessoas foram assim... Fantásticas. Na comida, nas perspectivas. [...] **E tinha uma colônia enorme de uruguaios e argentinos. E já a colônia começou a se formar no ano 75. Era muita gente! Muitos uruguaios, muitos argentinos. E isso facilita a vida porque você é de alguma forma ajudada. Então começa a se criar uma espécie de rede que você recebe uma mão, alguém te consegue uma coisa e aí fomos. Os nossos amigos brasileiros, os primeiros, um deles era solteiro na época e cederam-nos a casa, o apartamento. Então ele dormia na sala e nós quatro numa cama de casal. E aí ficamos. Fomos trabalhando.**”³⁷*

Por vezes, Porto Alegre serviu como uma primeira parada no Brasil até que pudessem melhor vislumbrar as oportunidades existentes para permanecer por aqui. G.B. conta como a temporada que passou na cidade, na casa de uma amiga argentina, foi importante para se familiarizar com o novo país para que posteriormente viajasse para São Paulo.

“Eu entrei pro Brasil porque eu vim de ônibus naquela época. Eu entrei por Porto Alegre que eu tinha uma outra amiga, muito amiga que tinha feito faculdade comigo, que também tinha tido consultório comigo na Argentina. Ela casou com um

³⁷ Entrevista de M. D. C. G., tradutora, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

*brasileiro e foi morar em Porto Alegre naquela época, mas por casamento. Mas então eu entrei, fiquei um tempo na casa dela para me familiarizar. Eu vi um pedaço de uma novela Dancing Days que me marcou muito. Aprendi a falar português com as novelas, porque eu nunca tinha visto novela na minha vida.*³⁸

Em São Paulo alguns argentinos tiveram papel central no recebimento daqueles que chegaram no momento mais crítico da repressão militar. Acabaram abrindo suas residências que serviram como ponto de apoio e reunião dos que se encontravam refugiados clandestinamente no Brasil e que estavam à espera de alguma possibilidade de serem enviados definitivamente para o exílio através do ACNUR. Isto porque o Brasil ainda estava sob o comando de um regime militar e mantinha uma legislação autoritária e seletiva que apenas contemplava com o direito de asilo refugiados de origem européia. Os latino-americanos, portanto, estavam excluídos desse direito. P.F. conta como seu marido, que chegou alguns meses antes dela e dos filhos, recebeu ajuda de uma argentina chamada Boni, alojando-o em seu apartamento juntamente com outros argentinos que precisavam permanecer clandestinos até obterem aceite de refúgio do ACNUR e serem reassentados em outro país. Segundo o testemunho de P.F., este auxílio inicial prestado por Boni a seu marido foi essencial até conseguirem algum sustento para que pudessem se estabelecer em outro lugar.

*“Se encontrou com alguém que lhe disse que aqui tinha a Boni, que era uma muito amiga nossa. Então ele acampou embaixo da mesa da Boni. A Boni morava nesse apartamento com um monte de gente, que estava assim, quantos aparecessem. E aí era perigoso, né. Porque aqui ainda estava o Geisel, né. Não era tão bravo, mas não era... E aí (no apartamento) tinha muita gente da pesada. Que depois saíram exilados mesmo, com passaporte da ONU, essas coisas. Aqui em São Paulo. Esse apartamento era uma bomba relógio. Era muito perigoso. Mas o M. (marido) veio e ficou aí.”*³⁹

As redes de familiares que já estavam instalados em São Paulo também foram importantes na chegada destes argentinos. Para C.H., por exemplo, que teve seu ex-marido desaparecido e tinha sido informada que também corria o risco de ser sequestrada na Argentina, o fato de ter uma irmã em São Paulo ajudou-a enormemente em sua fuga para o Brasil. Ela tinha passado as férias com seu filho na casa de sua irmã em São Paulo, um mês antes de ter que sair definitivamente do país, e por conta disso tinha uma permissão, válida por mais um mês, para viajar ao exterior com o filho. Desta forma, antes do vencimento dessa autorização consegue deixar a Argentina.

³⁸ História Oral de G. B., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, gravada no dia 7 de abril de 2005.

³⁹ Entrevista de P. F., tradutora, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 10 de março de 2005.

“Eu também não sabia o que estava acontecendo porque essa coisa de alguém desaparecer assim é uma coisa que você não tem a noção do que está acontecendo. Não tinha noção de algo que... Que tinha sido um desaparecimento, que nunca mais iria aparecer, nem nada desse estilo. A gente veio para aqui. Saiu de lá então com essa permissão. Essa permissão tinha um prazo, um prazo acho que de três meses e já tinha passado um mês e meio. E a gente veio para o Brasil. Viemos para a casa da minha irmã porque era... Primeiro porque era o lugar mais perto. Segundo porque era um lugar que eu conhecia alguém da família perto. Também porque o F. (filho) tinha os primos que eram super grudados. [...] Então a gente veio morar no começo na casa da minha irmã. Mas sem ter noção de definitivo. Era uma coisa assim: provisoriamente ficar fora. Só que esse provisório foi se estendendo e a gente foi se adaptar aqui em São Paulo.”⁴⁰

Vale destacar que famílias inteiras saíram para o exílio por conta da repressão militar. O caso de C.H. é bastante emblemático porque ela, a irmã e os pais deixaram o país quase simultaneamente por situações de repressão e banimento diversas. Os pais foram os primeiros a ir para o México, no ano de 1976, porque estavam sendo ameaçado pelas forças paramilitares *Triple A*. Sendo seu pai professor da UBA, foi enquadrado como subversivo e banido por conta de um trabalho que desenvolvia sobre política científica na Fundação Bariloche. Do México seguiu para a Inglaterra e em 1979 foi contratado pela UNICAMP residindo até o seu falecimento na cidade de Campinas. Já sua irmã chega em São Paulo em 1977, depois do seqüestro de seu marido, que consegue ser liberado através de uma negociação através da embaixada dos Estados Unidos. E finalmente C.H. chega em São Paulo no ano de 1978 após o desaparecimento de seu ex-marido e sob ameaça de seqüestro.

“E um ano antes dessa decisão de eu sair do país, a minha irmã mais velha saiu da Argentina e veio aqui para São Paulo. E meus pais também tiveram que sair da Argentina e estavam morando fora. [...] Meu pai era cientista e ele pertencia a uma Fundação que se chamava Fundação Bariloche. E ele tinha um trabalho sobre política científica que era considerado subversivo na Argentina dessa época. E então ele foi ameaçado pelas 3 A (Triple A) e ele não pôde voltar. Então ele ficou morando no México, ficou na Inglaterra e não voltou mais. Ele saiu antes. Acho que ele saiu em 76, por aí. E ele era professor da Universidade de Buenos Aires. [...] Depois a minha irmã era militante, mas não era uma militância de grupo armado, era uma militância do grupo trotskista, mas não armado. E o marido estava militando e foi desaparecido, seqüestrado. Mas como minha irmã era americana, de nacionalidade americana, porque tinha nascido nos Estados Unidos, ela apelou para a embaixada dos Estados Unidos, para o governo americano. E conseguiu que o marido fosse liberado. E aí eles fugiram para o Brasil. O marido dela foi muito torturado.”⁴¹

⁴⁰ Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

⁴¹ Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

A entrada de um número considerável de argentinos neste mesmo período também se deve, em parte, a uma certa abertura do governo brasileiro para a liberação de vistos. De fato, depois de 1976, momento da grande diáspora argentina, os que procuravam deixar o país legalmente encontravam enormes restrições burocráticas para a obtenção de vistos de trabalho e de turista em diversos países da Europa e da América Latina.

“Porque ele tinha visitado embaixada atrás de embaixada e ninguém o aceitava. Aí fomos lá (Buenos Aires), e continuamos visitando embaixadas e consulados, embaixadas e consulados. O Brasil era o único lugar que aceitava. Sobretudo porque era físico. Mas ele precisava arrumar um contrato de trabalho e ele veio primeiro. Porque tinha lugar no Equador, visto de turista de 24 horas. Eram coisas assim ridículas! Em Espanha você pegava os jornais e o anúncio: “Precisa garçom, precisa cozinheiro, precisa dentista”, precisa o que for, “argentinos: abster”. Estava saturado. Estava saturado. A Europa inteira estava saturada. Já tinham passado dois anos. Todo mundo saiu, assim, maciçamente no 76, né. Mas estava tudo saturado. O grupo de amigos nossos estava todo pelo mundo inteiro esparramado, né.”⁴²

Conforme mencionado no depoimento acima, é preciso fazer a ressalva de que a facilidade da liberação do visto brasileiro era válida para os argentinos que possuíam alta qualificação profissional e que tinham grande possibilidade de obter um contrato formal de trabalho. Obviamente, para os indivíduos que precisavam sair clandestinamente porque estavam sendo diretamente perseguidos pelos militares, a situação se colocava de outra maneira.

“Havia uma crise muito grande. Inclusive, me lembro muito bem que naquela época as filas de gente solicitando a residência permanente aqui no Brasil lá no Consulado brasileiro em Buenos Aires eram imponentes. Caras formados não conseguiam emprego, pegavam o canudo e como o Brasil estava em plena época do desenvolvimento, do milagre, precisava de mão de obra especializada e a mão de obra argentina especializada era de excelente qualidade. Então assinavam, assinavam e assinavam.”⁴³

Contudo, de uma maneira geral, estes argentinos chegavam em São Paulo legalmente com visto de turista. Vinham através de contatos de amigos que aqui estavam, se instalando num primeiro momento na casa dos mesmos até conseguirem algum trabalho ou fonte de renda.

“Então o O. (amigo), que você conhece, já tinha vindo para aqui pelos motivos que você já sabe, né. Então ele albergou meu pai que veio em 78. [...] O O. deu albergue para ele. E ele veio junto com meu irmão porque em 78 nós tínhamos a informação privilegiada, com todas as questões do pessoal da

⁴² Entrevista de P. F., tradutora, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 10 de março de 2005.

⁴³ Depoimento de H. N., engenheiro químico, residente em São Paulo desde 1977, registrado em 14 de abril de 2005.

*esquerda e tudo mais, que havia muita chance de ter uma guerra com o Chile. Então em setembro ele se mandou também porque ele tinha acabado de ter tido baixa do exército, da marinha. E quando você entra em guerra são convocados os primeiros reservistas. E ele estava nessa. E a primeira turma já tinha sido chamada em setembro. [...] Mas havia a questão do O. de ter dado oportunidade. Uma amiga da minha mãe, a mãe do O., também deu uma força. Aquele negócio. Então ele veio. Depois de um tempo ele arrumou trabalho. Quatro meses depois eu e minha mãe viemos. Em 79. Eu tinha passado todo o Mundial lá. Toda aquela coisa. Mas continuava o medo. Uma vez explodiu uma delegacia a quatro quarteirões de casa.*⁴⁴

Os meus dados indicam que o contingente migratório de argentinos que chegou nos anos 1970 acabou por se inserir de uma forma bastante privilegiada no mercado de trabalho brasileiro. Esta situação em muito se deu por conta da alta qualificação profissional destes indivíduos em áreas muitas vezes com déficit de profissionais brasileiros. Num primeiro momento, também foram extremamente importantes as inserções profissionais através de redes de trabalho formadas por argentinos em torno de algumas áreas como, no caso de meus entrevistados, dentro da física e da psicanálise.

O caso dos físicos que vieram trabalhar na UNICAMP é bastante elucidativo neste sentido. Durante os primeiros anos da década de 1970, a UNICAMP ainda dava seus primeiros passos e os primeiros Institutos estavam se constituindo. Em algumas áreas como a física havia uma carência de profissionais qualificados no Brasil. Portanto, através de altos investimentos foram contratados profissionais de outros países para que fossem formadas as primeiras gerações de profissionais nestas áreas. A Argentina era um dos países que possuía uma quantidade significativa de físicos com alta qualificação. Portanto, coincidiu um momento de grande investimento por parte do Estado brasileiro na criação de universidades como a UNICAMP no contexto do chamado *Milagre Econômico*, com a expulsão e banimento de milhares de profissionais das universidades argentinas por conta da repressão militar, como vimos anteriormente.

A presença de argentinos em algumas universidades de São Paulo contribuiu enormemente para que fossem divulgadas as possibilidades de trabalho nas mesmas para aqueles que aqui chegavam ou mesmo entre os que buscavam deixar a Argentina. G.B. relata como a presença de um amigo na UNICAMP ajudou-o na decisão de vir residir em Campinas.

“Y al mismo tiempo un compañero mío se vino para acá. [...] R. (amigo) me dijo que viniera, que viera como estaban las cosas acá, que ése era el mejor lugar del mundo. En ese momento la Unicamp tenía la más absoluta libertad

⁴⁴ Depoimento de L. E. D., arquiteto e professor, residente em São Paulo desde 1979, registrado em 7 de abril de 2005.

*para contratar quien se le diera la gana. Zeferino⁴⁵ apoyaba. Había traído tres tipos que eran muy importantes. Uno era Sergio Porto [...] El otro era Rogerio Cerqueira Leite que anda por ahí todavía. Porto se murió. [...] Y había otro tipo que se llamaba João Meyer. Esos tres tipos más o menos empezaron a contratar gente de todo el lado del mundo. En particular, Rogerio el tipo tomo el poder, tomo el Instituto en sus manos. Primero era jefe de Departamento pero enseguida el tipo se manejó y paso a ser el gran jefe de todo. Con el Instituto en sus manos el tipo contrato gente de todos los lados: franceses, alemanes, **de todo el lado trajieron gente.**”⁴⁶*

É importante destacar que estas redes de trabalho funcionavam também como uma espécie de rede de solidariedade entre os que chegavam e os que aqui já estavam, tanto dentro quanto fora do ambiente acadêmico. Em diversos testemunhos ressaltou-se o fato de que a primeira oportunidade de trabalho no Brasil se deu através da ajuda de outro argentino.

“Eu comecei a trabalhar com um argentino escultor que estava aqui que precisava de uma assistente. Aí comecei a trabalhar nisso, comecei a trabalhar com fotografia. Não sabia a língua direito. A minha vida profissional foi retomada uns anos depois.”⁴⁷

O desconhecimento do idioma foi um dos fatores que contribuiu para que os primeiros trabalhos fossem desenvolvidos junto a outros argentinos. C.H., por exemplo, lembra em seu depoimento que uma das barreiras que a impedia de retomar sua vida profissional como psicanalista era o idioma. Já G.B. conta como um casal de argentinos a ajudou em seu primeiro trabalho realizado em Campinas junto ao SOS Mulher hospedando-a na casa deles. E como psicanalista recorda que, no momento em que começa a ter consultório, seus primeiros pacientes foram também argentinos, o que funcionava muito bem, pois tanto ela quanto seus pacientes ainda não dominavam o português.

“Aí vim para o Brasil e fui para a Unicamp. Aí a coisa foi. Eu entrei como plantonista no SOS Mulher naquela época que também foi uma experiência muito intensa, muito interessante. [...] Estava aí como feminista, num grupo feminista. Mas eu morava em São Paulo. Viajava e ficava lá na casa de uns argentinos, Luiz e Mariola. Ele é médico da Unicamp da Argentina, cordobês, de Córdoba. E ela psicóloga. Eu acho que eles ainda estão em Campinas porque foram e voltaram, foram e voltaram. Depois não tive mais notícia. Mas então eu ficava lá uma noite, ficava da terça para a quarta, me parece que era. E fazia cursos lá, mas morava aqui. E eu já tinha começado a ter consultório aqui. Não muitos. No começo era mais com argentinos, eu não dominava a língua, né.”⁴⁸

Se por um lado, como salientei anteriormente, havia boas chances de trabalho para os que aqui chegavam imbuídos de alto capital cultural e com sua condição de estrangeiro

⁴⁵ Zeferino Vaz foi o principal responsável pela idealização do projeto e implementação da Universidade Estadual de Campinas. No ano de 1965 foi designado presidente da Comissão Organizadora da UNICAMP, tornando-se Reitor da mesma em 1966, cargo no qual permaneceu até 1978.

⁴⁶ Trecho de entrevista de G. B., físico, residente em Campinas desde 1975, registrada em 10 de abril de 2003.

⁴⁷ Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

⁴⁸ História Oral de G. B., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, gravada no dia 7 de abril de 2005.

legalizada, por outro lado, a situação era completamente inversa para os argentinos que entravam em território brasileiro clandestinamente. Este é o caso de A.M.M., que tinha sido seqüestrada pelo exército e depois liberada, mas que continuava sendo perseguida e proibida de deixar a Argentina. Ela consegue cruzar a fronteira com um passaporte falsificado e chegando em São Paulo permanece clandestina por muitos anos. Em uma situação na qual não existe a possibilidade de adquirir documentação legal, as tramitações que envolvem a revalidação de diploma e a obtenção de contrato formal de trabalho ficam igualmente impedidas. A.M.M. resolveu seu problema de subsistência, assim como grande parte dos migrantes indocumentados, através da atividade comercial. E nesse contexto o mercado étnico como, por exemplo, o de comida funciona relativamente bem. Com a ajuda que recebeu de um argentino A.M.M. montou um restaurante de comida típica de seu país, do qual é proprietária até os dias de hoje.

“Entonces como siempre en el comienzo la comida es una cosa que te permite. [...] Es más difícil entrar en la PUC, o en la USP, o revalidar un título. Para todo eso vos necesitás una documentación legal. Cuando vos no sos legal la primera actividad que es posible hacer es comercio. Por ejemplo, antes de tener M. F. (restaurante), para no morirme de hambre yo compraba ropa aquí y vendía en Río. Siempre el comercio es lo que te permite trabajar, tener independencia, estar establecido en un lugar.”⁴⁹

Um caso peculiar de concentração em São Paulo de profissionais argentinos de uma mesma área se deu dentro da psicanálise. Acabaram tornando-se importantes introdutores da teoria e do método lacaniano, entre outros. Também constituíram diversos grupos de estudo de psicanálise, costume bastante difundido na Argentina, e foi desta forma que em São Paulo muitos argentinos terminaram por fazer sua formação em psicanálise com outros argentinos.

“Então vivia num mundo de imigrantes. Foi muito difícil. Aí depois eu comecei a trabalhar, comecei a fazer uma especialização. Depois comecei com consultório, com grupos de psicanálise. Os grupos eram de professores argentinos também. Mas foi casualidade porque naquela época veio muito psicanalista argentino para São Paulo. Então a formação que eu fiz aqui de psicanálise foi argentina.”⁵⁰

De fato, a repressão que recaiu sobre os psicanalistas ou mesmo entre os estudantes das faculdades de psicologia, no contexto da ditadura militar argentina, desencadeou a formação de uma diáspora de profissionais dessa área. Muitos destes militavam ativamente dentro de movimentos políticos de oposição. Este aspecto somado à formação de redes de solidariedade e de trabalho em São Paulo explica, em parte, a chegada de uma quantidade

⁴⁹ Entrevista de A. M. M., proprietária de um restaurante de comida típica argentina, residente em São Paulo desde 1979, registrada no dia 15 de abril de 2005.

⁵⁰ Entrevista de M. E. G., psicanalista, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

significativa de profissionais e estudantes dessa área num mesmo período. O.A.C. ressalta esse fenômeno de êxodo de psicanalistas argentinos e a vinda dos mesmos para cidades brasileiras, tais como Salvador, Rio de Janeiro e Curitiba. Lembra como em São Paulo acabaram formando basicamente duas escolas: de um lado concentraram-se os de formação lacaniana e de outro lado reuniu-se um grupo de psicanalistas que vinham de uma militância política ativa na Argentina e que se organizaram em torno do Instituto Sedes Sapientiae, dirigido pela Madre Cristina Sodré Dória.

“Nessa mesma época 77 chegaram um monte de psicanalistas argentinos. Teve quem chegou até Salvador, em Rio alguns quantos, outros em Curitiba. E todo mundo ia mais ou menos se seguindo. Quando me refiro a psicanalistas argentinos, a ressalva é para psicanalistas lacanianos. Porque os psicanalistas tradicionais, da sociedade internacional de psicanálise, ou não saíram de Buenos Aires ou foram para Europa. Mas não vieram para o Brasil. Para o Brasil vieram os lacanianos. E todo mundo que chegava aqui se organizava. Alguns até fundavam grupos. Outros se vinculavam a um grupo. [...] E um grupo de psicanalistas argentinos, que não eram da sociedade internacional, mas também não eram lacanianos, eles se fixaram num lugar chamado SEDES, que é uma espécie de extensão. Começou sendo uma extensão da PUC. Depois ficou independente e é um enorme Instituto que é psicanálise, psicodrama, todas essas coisas. E esses argentinos foram muito bem recebidos lá. Alguns deles estão até hoje. Mas alguns deles eram... Bom, tinham militantes. Eram de Marx, uma militância esquerdista explícita. Portanto, esse SEDES era dirigido pela Madre Cristina que era uma freira fiscal. Então recebeu todos eles e se consolidou um pólo do qual eu nunca cheguei perto e nem fiz parte. Eu acho que me entrosei primeiro com os brasileiros. Segundo, [...] também eles não eram a minha turma na Argentina [...]. E sempre vinculado com os brasileiros lacanianos, não me vinculei com os argentinos.”⁵¹

O Papel da Igreja Católica junto aos Latino-Americanos Exilados em São Paulo

A Igreja Católica desempenhou papel relevante junto aos latino-americanos que chegaram no Brasil ao longo da década de 1970, perseguidos e banidos de seus países de origem. Ainda que setores da Igreja apoiassem e fossem coniventes com as ditaduras militares do Cone Sul, parte de seus membros prestou ajuda aos refugiados que tentavam escapar e que corriam risco de vida em seus países de origem. No caso dos refugiados argentinos, por vezes, tornaram-se atores fundamentais tanto no processo de saída da Argentina quanto no auxílio dos mesmos ao chegar no Brasil.

Como analisa Dellasoppa (1998), a posição da Igreja Católica argentina frente à Ditadura Militar refletia o conflito político que dividia a sociedade nacional naquele período.

⁵¹ História Oral de O. A. C., psicanalista e professor universitário, residente em São Paulo desde 1977, gravada no dia 4 de março de 2005.

Claramente ela encontrava-se dividida em três linhas: “a ‘conservadora’, que segue a tradicional afinação da Igreja com o poder, postulando um ideal de cristandade, de Argentina católica, em concordância com os setores do regime que inicialmente dão o tom do governo do General Onganía; a ‘progressista’, na linha de Monsenhor de Andrea de Franceschi, geralmente de conteúdo desenvolvimentista; e a linha de ‘protesto social’, representada pelo catolicismo popular do MSTM (Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo), que incorpora em suas fileiras uma heterogênea mistura de elementos populares nacionalistas, nos quais o peronismo joga importante papel, e elementos do marxismo revolucionário, geralmente na linha da luta armada” (DELLASOPPA, 1998, p. 280). Após o golpe em 1976 os setores que apoiavam o regime militar vergonhosamente tornam-se coniventes com os procedimentos de tortura e de extermínio de membros da Igreja vinculados aos setores esquerdistas.

No que se refere ao papel prestado às vítimas da repressão pelos setores da Igreja argentina mais progressistas e alinhados ao MSTM, deve-se ressaltar o trabalho de intermediação que realizavam entre militares e familiares das vítimas no fornecimento de informações sobre os desaparecidos. Alguns membros da Igreja também passaram a recomendar e sugerir a saída do país de indivíduos que sabiam que constavam nas listas negras da repressão. C.H., quando ocorre o desaparecimento de seu ex-marido, procura ajuda junto aos membros da Igreja engajados no auxílio aos familiares das vítimas. É lá que obtém a confirmação de que seu ex-marido tinha de fato sido seqüestrado e preso e recebe a recomendação de deixar a Argentina por haver a possibilidade de que também fosse detida.

“Eu fiquei sabendo porque eu fui através da cúria querendo saber sobre ele. E os da cúria me falaram ‘volte amanhã’ ou ‘depois de amanhã e a gente vai ver’. Porque a cúria tinha uma maneira de saber algumas coisas de desaparecidos. E aí o cara da cúria me falou que ele tinha desaparecido e que estava numa prisão. O cara falou para mim que ele estava com uma pessoa e que eu tirasse as minhas conclusões porque ele tinha desaparecido e a mulher não tinha desaparecido. E que ele me recomendava sair do país. O cara da cúria.”⁵²

Já no Brasil, em alguns casos, membros da Igreja colaboravam ajudando na recepção de indivíduos que saíam clandestinamente da Argentina sob ameaça de morte. É o caso de A.M.M., por exemplo, que chega primeiramente no Rio de Janeiro e durante seis meses ela e seu filho são acolhidos pelo Bispo Dom Adriano Hypólito. Desde o início dos anos 1970, Dom Adriano Hypólito, da Diocese de Nova Iguaçu, era reconhecido por combater a atuação dos grupos de extermínio na região. Em 1976 chegou a ser seqüestrado e espancado e meses depois, num atentado, seu carro é explodido em frente a CNBB.

⁵² Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

“Yo el primer lugar que fui fue a Rio de Janeiro porque estaba con indicación para el Obispo de Nova Iguaçu, Adriano Hypólito. E ahí estube seis meses, eu e meu filbo. Cuando después salgo e intento radicarme en Paraguay porque en principio parecería que tendría una... Digamos, un permiso para estar en Paraguay. Pero eso no salió.”⁵³

Outra pessoa da Igreja no Brasil que também ficou conhecida pelo seu trabalho de proteção e solidariedade aos refugiados latino-americanos que aqui chegavam foi a Madre Cristina Sodré Doria. Como mencionei anteriormente, ela teve um papel muito importante junto aos argentinos que vinham para São Paulo escapando da repressão, sobretudo entre os psicanalistas, recebendo-os e auxiliando-os em sua inserção profissional através do Instituto Sedes Sapientiae, do qual era diretora. Este Instituto tornou-se uma instituição chave na proteção dos perseguidos políticos tanto do Brasil quanto de outros países do Cone Sul. Ele surge nos anos 1970, quando a Congregação das Cônegas de Sto. Agostinho decide integrar a Faculdade Sedes Sapientiae à PUC-SP. Neste momento Madre Cristina decide pela criação de um Instituto autônomo, mantido pela mesma Congregação, no qual pudesse trabalhar sem interferência do Ministério de Educação. É desta forma que consegue continuar com o trabalho de formação de profissionais e militantes políticos engajados na luta contra a ditadura militar, criando e ampliando seus cursos nas áreas de psicologia, filosofia, educação, bem como a Clínica Psicológica, os Centros e os Departamentos. É também dentro do Instituto Sedes Sapientiae que é realizado em 1978 o primeiro Congresso pela Anistia. A pedido do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, no Sedes é feita a maior parte das pesquisas referentes aos processos políticos que transitaram pela Justiça Militar entre os anos 1964 e 1979, trabalho que resulta na obra *Brasil Nunca Mais*, publicada em 1985, e no volume *Perfil dos Atingidos*, que sai em 1987. Além de receber refugiados políticos latino-americanos, o Sedes abrigou por muitos anos movimentos sociais tais como o MST, a Pastoral da Terra, a União das Nações Indígenas e a Comissão Pró-Índio de São Paulo.

C.H. conta como ela e seu filho, cujo pai era um desaparecido da ditadura, receberam o apoio de Madre Cristina. Primeiramente através de um trabalho terapêutico realizado no Instituto de Psicologia do Sedes e, posteriormente, no seu retorno aos estudos, quando Madre Cristina consegue facilitar os procedimentos burocráticos para que pudesse concluir o curso de Psicologia na PUC-SP, interrompido na UBA anos antes por conta da repressão militar.

⁵³ Entrevista de A. M. M., proprietária de um restaurante de comida típica argentina, residente em São Paulo desde 1979, registrada no dia 15 de abril de 2005.

“Foi tudo muito complicado. E a gente veio aqui e começaram a fazer história aqui. [...] Acho que quando o F. (filho) tinha uns seis anos eu comecei a fazer Faculdade novamente. Tive a Madre Cristina que era uma diretora aqui, uma pessoa muito ligada à Igreja, ligada ao movimento do Terceiro Mundo da Igreja. Uma militante super importante aqui em São Paulo. Tinha um Instituto de Psicologia aqui em São Paulo que eu levei o F. para fazer terapia, eu também fiz. Falando com ela, ela falou... Para eu fazer o vestibular era muito difícil. Não tinha essa história. Ela falou não: “eu vou te matricular. Você traz todos os documentos da Argentina que você fez e eu vou te encaminhar para falar com o reitor da PUC”. Eu entrei sem fazer o vestibular. Uma espécie de outra lei.”⁵⁴

O cardeal Dom Eugênio Salles foi outra figura da Igreja Católica no Brasil que atuou intensivamente na resolução dos problemas dos exilados latino-americanos que se alojaram em sua Arquidiocese. Em agosto de 1979 hospedou em sua residência oficial 13 refugiados provenientes da Argentina, Uruguai e Chile após terem ocupado por cinco dias o Consulado Geral da Suécia. Através de um acordo realizado pelo Cardeal Dom Eugênio Salles entre o Cônsul-Geral da Suécia, Lennart Hennings, e o representante no Brasil do Alto Comissariado da ONU para Refugiados, Rolf Jenny, estabeleceu-se que os refugiados ficariam em sua residência até a decisão final de reassentamento destes em um país que os aceitasse. Estes eventos tiveram como objetivo chamar a atenção de autoridades e da mídia no exterior ao problema de insegurança a que estavam submetidos os refugiados latino-americanos na América do Sul.



Figura 8 – Reportagem: Folha de São Paulo, São Paulo, 12 ago. 1979.
Fonte: Arquivos do DEOPS, Arquivo do Estado de São Paulo.

⁵⁴ Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

Operação Condor e seus Efeitos na Coletividade Argentina

Torna-se pertinente analisar como se configurou esta coletividade de argentinos em São Paulo e de que maneira se estabeleceram as relações entre estes indivíduos. Como visto anteriormente, estabeleceram-se redes de solidariedade entre amigos e conhecidos que prestavam ajuda àqueles que tentavam chegar em São Paulo. No entanto, a questão a ser explorada aqui se refere ao estabelecimento de redes de amizades entre argentinos para além deste primeiro momento de chegada no contexto migratório e à formação de uma coletividade organizada de argentinos exilados na cidade, tal qual ocorria no México, Espanha e França, por exemplo.

De fato, em São Paulo não se constitui uma coletividade organizada de argentinos no exílio como observado nestes outros países. Segundo os relatos dos próprios sujeitos, a individualização do fenômeno do exílio em São Paulo encontra sua explicação em dois aspectos: o primeiro, de cunho mais subjetivo e pessoal, refere-se à postura dos sujeitos de evitarem o contato sistemático com outros argentinos e se esforçarem à integração com os brasileiros e a sua cultura com o intuito de minimizarem as marcas deixadas pelas rupturas e separações desencadeadas pela experiência do exílio; o segundo, mais objetivo, está relacionado ao medo e à paranóia vigentes no período de que outros argentinos pudessem ser agentes disfarçados a serviço da ditadura militar argentina em território brasileiro. Portanto, a própria sociabilização destes argentinos em São Paulo foi balizada pela experiência da repressão, do banimento e da ruptura.

Com relação à postura mais pessoal da escolha de evitar o contato sistemático com outros argentinos, o depoimento de P.F. é bastante elucidativo na medida em que expõe a necessidade que tinha de se envolver e de se relacionar com outros brasileiros numa tentativa de buscar reconstruir da melhor maneira seu mundo e sua vida aqui. Desta forma, acreditava minimizar as dores das separações dos amigos, da família e da terra deixada para trás.

“Eu tenho alguns amigos argentinos [...] Conheci gente argentina que eu não conhecia aqui. Mas em geral fiz amigos brasileiros. Não quis também buscar sabe círculos de imigrantes argentinos. Não porque vimos que tínhamos que nos adaptar. Não, dói muito, dói demais, tem que deixar isso de lado e fazer uma nova vida.”⁵⁵

⁵⁵ Entrevista de P. F., tradutora, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 10 de março de 2005.

M.E.G. também narra as razões do porquê nunca quis participar de coletividades de argentinos. Segundo ela, procurou tentar se adaptar ao contexto no qual estava inserida e não viver em guetos fechados em si mesmos.

*“Esses meus amigos que são tucumanes eu conheci aqui. Então tenho um grupo de amigos argentinos, mas também tenho um grupo de amigos brasileiros. Então não é tão grande o grupo de amigos argentinos. **Eu não participo de nada argentino, esse negócio de uma sociedade argentina, clube, nada. Não porque acho que é um pouco pequeno gueto e eu sempre fui aberta para conhecer as pessoas. Porque se eu tenho que morar aqui não posso viver num gueto, tá. Nunca fui assim louca para procurar pelos argentinos, nada.**”⁵⁶*

O testemunho de D.W. revela a dimensão mais sensível dessa tentativa de reconstruir um universo (Argentina), que involuntariamente teve de ser deixado, através do relacionamento com outros argentinos em São Paulo. Para ele, a proximidade inicial com estes é explicada por um forte sentimento de identificação com indivíduos que no passado compartilharam experiências semelhantes e que possuem uma história em comum. No entanto, isso perde importância porque se percebe que estes relacionamentos não irão reconstruir um mundo que definitivamente ficou no passado.

“[...] de repente surgem esses ecos e isso estabelece uma relação de proximidade muito mais intensa do que com um brasileiro que eu pudesse encontrar e com o qual eu poderia ter mais afinidades de outra natureza. Mas são efêmeros esses encontros e essas identificações porque são do passado. São encontros com seres que conservam parte de minha história. Eles arquivam parte de minha história. São encontros muito mais representativos do que com pessoas que não tem história comum. Que partem de um gíbi que a gente lia, existia e a gente lia, uma canção, um livro, uma esquina da cidade, uma rua, uma pessoa comum. Entendeu? Mas isso, para mim está claro, tem um valor nostálgico, mas não tem um valor real [...] evidentemente meu primeiro período é um período muito mais próximo com pessoas que são similares. Com outros argentinos que chegaram e que estavam para chegar. Primeiro esse ambiente, depois isso perde importância e você percebe claramente que isso não vai reconstruir o teu mundo, não é por aí.”⁵⁷

Além desse aspecto mais subjetivo, que expõe umas das razões do porquê da não conformação de uma coletividade organizada no exílio, também existia o medo de se relacionar com outros argentinos pelo trauma e pelo receio de voltar a ser alvo da repressão mesmo estando em território brasileiro, já que o Brasil também estava submetido a um regime militar. No caso de P.F., cujo marido conhecia e se relacionava com um grupo grande de argentinos que estavam aqui clandestinos na espera de asilo em algum país que os aceitasse oficialmente através de um trâmite realizado pelo ACNUR, seu receio era de que o contato com estes a

⁵⁶ Entrevista de M. E. G., psicanalista, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

⁵⁷ Entrevista de D. W., físico, residente em Campinas desde 1981, registrada em 6 de junho de 2003.

expusesse e a comprometesse, já que corriam informações de que o aparato repressor da ditadura militar argentina operava nos países limítrofes.

“Chorava todo dia, não conhecia ninguém, não falava a língua, não me entendia com ninguém... Era uma solidão... Era uma solidão porque não tinha... Primeiro tinha muito medo de me por em contato com estes argentinos que M. (marido) tinha encontrado aqui. Porque eu considerava que era muito perigoso. Eu tinha dois filhos. Então eu considerava que era muito perigoso, esse apartamento era uma bomba, então não ia me relacionar. Então eu fiquei muito fechada, né. E com duas crianças, uma criança doente e tudo mais.”⁵⁸

A.M.M., que somente conseguiu deixar a Argentina clandestinamente, e que assim também permaneceu por muitos anos no Brasil, tinha receio de se relacionar com outros argentinos por medo de ser localizada pelos agentes do exército, extraditada e presa novamente na Argentina. A sua exposição era ainda maior por trabalhar num restaurante de comidas típicas de seu país, sendo assim inevitável o contato com outros argentinos que constantemente freqüentavam o estabelecimento.

“Sí, acabé conociendo (argentinos) hasta por incluso el tipo de actividad comercial, el restaurante, empanadas, todas esas cosas. Eso que fuera fácil localizarte. Aliás tanto los argentinos como el ejército brasileiro. Que te controlaban... En esa época todavía trabajaban digamos. Evidentemente que hice amigos, pero siempre yo busqué ligarme más a brasileiros do que a argentinos. Fue un esfuerzo. Claro que es mucho más fácil, tenés códigos, no solamente la lengua, tenés códigos. Para integrarme.”⁵⁹

Fica patente, através dos depoimentos destes argentinos que aqui tentavam se refugiar no período, que corria explicitamente a informação de que o regime militar atuava fora do território, sobretudo nos países limítrofes. Ou melhor, sabia-se que a repressão disponibilizava agentes que atuavam em conjunto com as ditaduras dos países do Cone Sul. O que ainda não se sabia na época era que essa parceria entre as ditaduras militares recebia o nome de *Operação Condor*. L.E.D conta que pelo fato de sua família ter essa informação, procuravam viver da forma mais discreta possível e evitar o contato com conterrâneos desconhecidos.

“Na Argentina na época do regime militar tinha um negócio que saía, propaganda do regime militar que dizia: ‘Para un argentino no hay nada mejor que otro argentino’. [...] Quando eu vim aqui acho que minha família de uma forma geral a gente, a nossa atitude, não sei se a gente manifestou isso alguma vez, a fazer o inverso. Para um argentino não há nada pior do que outro argentino. Então de preferência a gente os evitava. Havia algumas lógicas nessa tentativa de evitar. Havia uma lógica que você não sabia quem poderia ser esse cara. Porque a gente sabia que eles vinham para fora. A gente sabia que matavam gente fora, né. E era melhor evitar por uma questão de saúde. Você podia morrer. E alguns morreram, de fato, ou foram seqüestrados de volta no Brasil. Principalmente no Rio de

⁵⁸ Entrevista de P. F., tradutora, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 10 de março de 2005.

⁵⁹ Entrevista de A. M. M., proprietária de um restaurante de comida típica argentina, residente em São Paulo desde 1979, registrada no dia 15 de abril de 2005.

Janeiro. A gente não sabia o nome, mas a gente sabia que os serviços trabalhavam juntos. Não sabia o nome “Operação Condor”, não tinha isso. Então a gente tomava uma distância bastante grande.”⁶⁰

Em seu depoimento, O.A.C. também enfatiza a sua paranóia de se relacionar com outros argentinos com receio de que fossem agentes a trabalho da ditadura militar. Atribui a esse fato a razão de não ter se conformado aqui nenhuma coletividade organizada de argentinos durante aqueles anos.

“Não fazia parte, digamos, de um grupo de argentinos no exílio, que se reunia para lembrar, para lamentar, para xingar, tomar vinho, não [...] nunca a ponto de formar uma colônia, nunca a ponto de formar uma identidade grupal. Nunca a ponto de o consulado convocar... Bom, bom, muito pelo contrário. O consulado era perigoso, ninguém queria chegar perto. Mas outras comunidades, outras etnias se reúnem. Constituem um núcleo de identidade no exílio. Com os argentinos aqui em São Paulo nunca aconteceu isso. Pelo menos na época não acontecia e as poucas tentativas, que eu ouvi dizer que tiveram de fazer uma penha, de fazer um jornalzinho, nunca deu em nada. [...] Havia uma paranóia. Se você não conhecia muito outra pessoa, você não queria conhecer muito essa outra pessoa. Eu diria assim: era paranóia. Com o tempo, com o passar do tempo, confirma que a paranóia era legítima. De fato, em São Paulo, de fato, havia agentes secretos. Ou seja, de vez em quando chegavam pessoas que os militares mandavam, que não creio que era só em São Paulo, em outros lugares também. Mas aqui que eu sei. Imagina, desde que começou toda essa história, pelo menos até o final da ditadura... Bom, mataram, mataram 30 mil. Mas um milhão saiu de lá. Que é muita gente. Espalhou pelo mundo, todo mundo ficou... Teve um refluxo... Então, provavelmente os militares mandavam agentes secretos para saber o que acontecia aqui, pelo México. Por isso que havia a paranóia entre as pessoas que não se conheciam muito.”⁶¹

Importante também me parece o ponto no qual O.A.C. recorda como o próprio consulado era considerado perigoso, pois funcionaria como órgão repressor em convivência com o regime militar. Em uma nota publicada pela Folha de São Paulo no ano de 1982 sai uma denúncia que faz menção direta a este fato relatado por O.A.C. Argentinos e paraguaios denunciavam como seus consulados estariam atuando junto aos serviços de informação e repressão de seus respectivos países. Ao invés de servirem como ponto de apoio de seus nacionais residentes no exterior, os consulados representavam uma extensão dos órgãos de repressão dos regimes militares aos quais encontravam-se submetidos e vinculados.

⁶⁰ Depoimento de L. E. D., arquiteto e professor, residente em São Paulo desde 1979, registrado em 7 de abril de 2005.

⁶¹ História Oral de O. A. C., psicanalista e professor universitário, residente em São Paulo desde 1977, gravada no dia 4 de março de 2005.

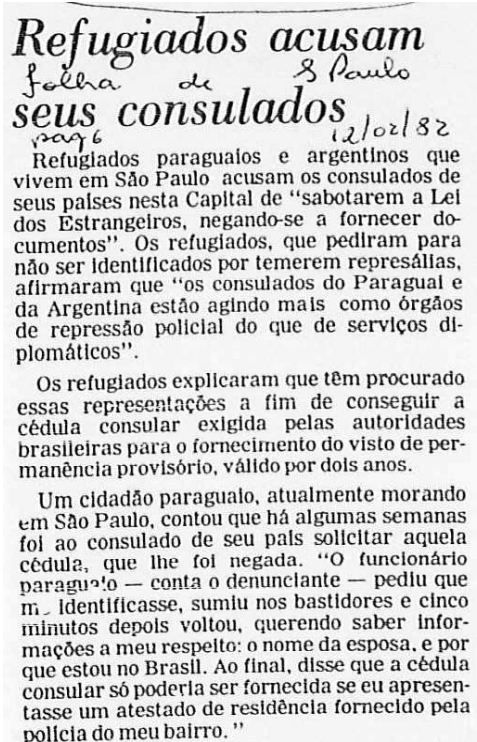


Figura 9 – Nota: Folha de São Paulo, São Paulo, 12 fev. 1982.
Fonte: Arquivos do DEOPS, Arquivo do Estado de São Paulo.

Como colocou O.A.C em seu depoimento “*Com o tempo, com o passar do tempo, confirma que a paranóia era legítima. De fato, em São Paulo, de fato, havia agentes secretos*”. Ou melhor, este receio esboçado pelos exilados argentinos em São Paulo de evitar o relacionamento com outros conterrâneos não era infundado. Após a abertura de parte da documentação secreta dos regimes militares, confirmou-se a existência de um acordo espúrio entre as ditaduras militares do Cone Sul (Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia) que tinha como objetivo recolher, trocar e armazenar informações secretas de esquerdistas, comunistas e marxistas e que previa ações conjuntas tais como o seqüestro ilegal de pessoas, desaparecimentos e assassinatos de asilados estrangeiros opositores aos regimes. Essa aliança político-militar, que recebeu a denominação de *Operação Condor*, teria sido iniciada no ano de 1975, sendo dirigida e comandada pelo ditador chileno Augusto Pinochet. Como ressalta Mohr (1999), o Chile acabou se transformando no centro da *Operação Condor*, tendo dentre seus principais objetivos impedir que os perseguidos encontrassem refúgio nos países vizinhos e coordenar um *Plano de Vigilância de Fronteiras* (PVF) para o controle de circulação de pessoas entre os países da área.

Assim, segundo os relatos orais, as prisões e assassinatos de argentinos ocorriam também na fronteira entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguaçu, onde havia uma combinação entre

os serviços de informações de ambos os países. Lá os argentinos eram submetidos a longas revistas, interrogatórios e se viam constantemente ameaçados. Como mencionei anteriormente, pelo fato de muitos deles terem sua permanência no Brasil condicionada à obtenção de um visto de turista válido por apenas seis meses, as constantes viagens que tinham que realizar até a fronteira para a renovação do mesmo acabava por submetê-los ao risco de serem detidos e proibidos de reingressar em território brasileiro. O verão era considerado como um bom momento para realizar a viagem, pois o fluxo de turistas neste período complicava o trabalho de controle da polícia de fronteira.

“A passagem pela fronteira foi outra... Outro dos fatos que era horrível. Quando a gente veio de ônibus para cá e outras vezes que fizemos essa viagem, era um padecimento, um padecimento. Fora que eram horas. Te revistavam tudo, te tiravam o que eles queriam. Te ameaçavam o tempo todo com os cachorros. Tinham os caras que reconheciam os outros. Estavam lá para dizer se esse era ou esse não era. Presos que tinham sido torturados. Quebrados, acho que você já pegou essa gíria da época. Os caras quebrados iam lá e dedavam e era um horror. [...] você não sabe a que momento ele vai te escolher como vítima. Mesmo que você não seja. Mas você pode ser. Ele pode achar um livro nas suas coisas, ele pode encanar com você, ele pode achar que você é parecido com fulano, pode saber que você conhece alguém. Entendeu? Então essas coisas que o medo te coloca quando você está enfrentado com uma situação de tensão. Então era isso. E várias vezes e durante muitos anos a fronteira era isso. Era um tortura passar por lá, tortura. E coisas estranhas que aconteceram.”⁶²

Pesquisando nos arquivos do antigo DEOPS dentro do Arquivo do Estado de São Paulo, encontrei um documento, exposto a seguir, produzido no ano de 1973 pela Delegacia Especializada de Ordem Política, que fornecia informações obtidas numa investigação sobre os funcionários das companhias aéreas da Argentina, Paraguai e Chile. Observa-se, assim, como não era somente na fronteira terrestre que os agentes da repressão efetivavam o controle dos argentinos e de outros latino-americanos que tentavam entrar e permanecer no Brasil. No aeroporto de Congonhas em São Paulo, por exemplo, havia uma forte fiscalização de entradas e saídas dos argentinos que por ali circulavam.

⁶² Depoimento de L. E. D., arquiteto e professor, residente em São Paulo desde 1979, registrado em 7 de abril de 2005.

da Delegacia Especializada de Ordem Política

1/10/73

408/73

1760

o Del. Titular
da Del. Esp. de Ordem Política
INFORMAÇÕES S/ A LINHAS AÉREAS
ARGENTINAS PARAGUAIS E CHILENAS

Cumprindo determinações de V.S.s. estivemos no Aeroporto de Congonhas e conseguimos saber o seguinte:

- AEROLINEAS ARGENTINAS - Box no Aeroporto de Congonhas
Ala Internacional - Gerente Sr. Ricardo Mons - Rua D. Pedro II nº 887 Campo Belo - funciona no horário de 13 as 19 horas sendo o seu telefone de nº 61-8238, possuindo seus escritórios na Pça. Dom José Gaspar nº 30 - 20º andar tendo como gerente Sr. Martins Saez c/ os telefones 37-8148 e 36-3942, possuindo apenas setor de reparação no Aeroporto de Congonhas, com funcionários antigos e de confiança.
- LINEAS AEREAS PARAGUAIS - Box em conjunto com a TAP na Ala Internacional, funcionando somente às 2ª e 6ª feiras pela manhã, sendo seu Representante Sr. Bartolomé B. Quinonez Ramirez residente à Rua Pelotas nº 341 - Casa 2. O escritório está situado à Rua Marques de Itú, 95 - 4º andar cj. 42; loja na Pça da Republica nº 191 - loja 7; seu Diretor Assistente e o Sr. Willy Soares Silva, encontrado também a Rua Marques de Itú, 95 - 4º andar cj. 42 com telefones: 37-5767 e 37-5342, o Sr. Willy funciona como Relações Públicas.

Sobre as linhas Chilenas a mesma não possui linha aérea operando direto em São Paulo.

Era o que tinha a informar.

Figura 10 – Documento DEOPS. Informações S/ Linhas Aéreas Argentinas, Paraguaías e Chilenas. Fonte: Arquivos do DEOPS, Arquivo do Estado de São Paulo.

Entre os agentes que atuavam dentro dos aeroportos circulavam informações dos argentinos que deveriam ser detidos se por ali passassem, com o intuito de serem expulsos e entregues de volta às autoridades de seu país, como mostra o documento a seguir, elaborado no ano de 1982, que corresponde a um Inquérito Policial de Expulsão do País contra o argentino Miguel Fasolino.

Comunicações da Polícia Civil - Dicom

SPO 117.847 DEP DOPS P/ DOPS CAPTS DARC IIGD DERIN DETENÇÃO COESPE
POLINTER PENITENCIARIA ESTRANG CONGONHAS

DEP DOPS SSP SP MSG NR 5959 15.10.82

SIMULTANEA:-----DOPS/DVC/DARE/IIRGD/DERIN/C.DETENCAO/COESPE/
POLINTER/PENITENCIARIA/ESTRANGEIROS-CONGONHAS/
ESTRANGEIROS-VIRACPOS/ESTRANGEIROS-SANTCS.-

QUALIFICACAO:- MIGUEL FASCLINO VG NAC ARGENTINA VG NATURAL DA
ARGENTINA VG NASCIDO AOS 25.1.1959 VG FILHO DE FRANCISCO MIGUEL FASO-
LINO ET CONCEPCION GUTIERREZ DE FASOLINVC RG NR 16.070.332 PT
COMUNICO A VSA QUE AOS 14.10.82 VG FOI INSTAURADO POR ESTA DELPCL VG C

COMPETENTE INQUERITO POLICIAL DE EXPULSAO DO PAIS VG CONTRA O
ESTRANGEIRO SUPRA QUALIFICADO PT SOLICITO INFORMACOES SOBRE O INDI-
CIADO PT
SOLICITO COLABORACAO SUA LOCALIZACAO ET CAPTURA PT CASO ESTEJA PRE-
SO OU SEJA CAPTURADO VG NAO PODERAN SER COLOCADO EM LIBERDADE VG
SEM PREVIA CONSULTA AO DEPARTAMENTO FEDERAL DE JUSTICA VG ATRAVES
DESTA DELEGACIA PT

MANOEL RAPHAEL ARANHA PEIXE
DELPCL TIT DEL EXPULSANDOS DEP DOPS SSP SP
TR/VAM

JOSÉ E PESCARMONA
DELPCL PERM DGP CEPCL
WM

de Comunicações da Polícia Civil - Dicom

Figura 11 – Documento DEOPS. Inquérito Policial de Expulsão do País de Estrangeiro.
Fonte: Arquivos do DEOPS, Arquivo do Estado de São Paulo.

Como previa o sistema de colaboração de repressão entre as ditaduras militares, e como aparece relatado no livro organizado por Daniel Parceró (1985), *La Argentina Exiliada*, a maior fiscalização e os principais casos de prisão e expulsão do Brasil ocorreram com argentinos que participavam publicamente de alguma ação política. O documento exposto a seguir, elaborado no ano de 1972 por agentes do então DEOPS, refere-se, por exemplo, a um pedido de busca do jornalista argentino Martins Almaguer, que teria entrevistado o Arcebispo Don Hélder Câmara, figura da Igreja conhecida pela sua atuação contra o autoritarismo e o abuso aos direitos humanos praticado pelos militares durante os anos da ditadura⁶³.

⁶³ Don Hélder Câmara foi nomeado Arcebispo de Olinda e Recife no ano de 1964. Desempenhou inúmeras funções em entidades humanitárias, movimentos estudantis e operários, ligas comunitárias contra a fome e a

São Paulo, 26 de Julho de 1972

1. Assunto: MARTINS AIMA FUERTE

2. Origem: DPF/DRSP

3. Classificação:

4. Difusão: DEIC - DEOPS - DICC

5. Referência: PB 669/07/72/CO/DR/SP - Dat. 10.7.72 - (Prot. 4756/72).

6. Difusão desde a origem:

7. Anexo:

Pasta A
Argentina
D.E.O. 3/8/72

PEDIDO DE BUSCA N.º 539

AO ARQUIVO GERAL - OP-OS-51
31 de
SÃO PAULO, 31 de 1972
O DIRETOR DO DOPS

RECIBO DE ENTREGA
1972 - VII/13

DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO DA DOPS

DADOS COMPLETOS

1.1. - MARTIN ALMAFUERTE
1.2. - Eventual correspondente Argentino no Brasil, da revista peronista "PLINEIRA PLANA", de Buenos Aires.
1.3. - Entrevistou possivelmente o Arcebispo DOM HELDER CAMARA, sobre torturas no Brasil e a expulsão do Joseph Comblim.

DADOS SOLICITADOS

2.1. ~ Veracidade
2.2. - Informar sobre possível ingresso do nominado em território Brasileiro.
2.3. - Onde está domiciliado em caso de haver ingressado no País.
2.4. - Outras atividades desenvolvidas no Brasil.
2.5. - Outros dados julgados úteis.

* J P P *

miséria. Devido à sua atuação foi chamado de comunista e passou a sofrer retaliações e perseguições por parte das autoridades militares. Já o Padre Joseph Comblin, cuja expulsão do Brasil é mencionada no documento acima, foi um promotor radical da denominada Teologia da Libertação no país.

A Terra Destino: Experiências de uma “Ditadura à Brasileira”

“Aunque, cada seis meses, tenía que salir para renovar su visa. Entonces viajaba hasta Foz do Iguaçu y cruzaba a Puerto Stroessner, la ciudad paraguaya: cuando volvía a entrar al Brasil con el sello que decía “válido por seis meses” sentía un gran alivio, la sensación de que estaba protegido por algo que sus amigos brasileños llamaban la “dictadura militar” y que él consideraba un lugar seguro” (ANGUITA e CAPARRÓS, 1998, p. 437).

Um paradoxo se coloca neste ponto: qual a razão de tantos esquerdistas latino-americanos procurarem o Brasil como lugar de refúgio se aqui também existia um governo militar repressor? Esta aparente contradição foi tema das conversas que mantive com este grupo de argentinos cujos depoimentos estão sendo apresentados neste trabalho.

Como ressaltai anteriormente, obviamente o Brasil era um país geograficamente próximo e mais acessível economicamente para os que não tinham recursos para viajar para a Europa. Porém, Uruguai e Chile também o eram e não se apresentaram como destino viável para os perseguidos políticos. Se por um lado, nas narrativas fica evidente o receio da convivência com outros conterrâneos pelo medo e pela paranóia da perseguição num país tão próximo, por outro lado, de maneira recorrente aparece a menção ao fato da ditadura brasileira apresentar-se, quando comparada ao clima de repressão experimentado na Argentina, como um governo infinitamente mais brando e menos perigoso. Para este grupo de argentinos que entrevistei, o clima que encontraram num Brasil em plena ditadura militar foi o de “liberdade”.

“De alguna forma eu ressuscitei, renasci com o traslado para o Brasil. Eu vi um Brasil conturbado, com problemas políticos e um regime militar, nos finais do regime militar, mas um regime militar ainda, absolutamente. Mas fiquei surpreso quando cheguei aqui, a liberdade de falar, a liberdade que existia de todo tipo me parecia. Me dava medo porque saía de uma Argentina que era assustadora. Você não confiava em ninguém para dizer nada que não fosse absolutamente convencional. Nem na família. Eu cheguei aqui e fiquei assustado de ver que se podia pensar, falar, ler, encontrar nas livrarias. O jornal nacional me parecia que era uma coisa subversiva pelas coisas que se viam aí. Pra te dar uma noção do que era aquilo.”⁶⁴

A comparação entre as ditaduras argentina e brasileira é inevitável. Para estes argentinos, que deixam para trás o medo, a perseguição e familiares, amigos e colegas presos, assassinados e desaparecidos, ficam surpresos quando se defrontam com uma ditadura que aos seus olhos mais parecia uma democracia. De fato, no Brasil a ditadura jamais chegou a promover um genocídio de opositores do regime tal qual ocorreu na Argentina. Em 20 anos de regime militar brasileiro, segundo dados levantados pelo movimento *Brasil Nunca Mais*, foram

⁶⁴ Entrevista de D. W., físico, residente em Campinas desde 1981, registrada em 6 de junho de 2003.

contabilizados 300 assassinatos, ao passo que na Argentina este número chega a 30 mil em 8 anos de ditadura militar. Deve-se inferir que a população argentina em 1980 não chegava aos 30 milhões enquanto que neste mesmo ano estimava-se em aproximadamente 120 milhões a população do Brasil.

Outro dado objetivo que contrasta as diferenças operadas entre os governos militares desses dois países, que explica em parte o porquê do número de mortes e desaparecidos no Brasil ter sido bem menor, refere-se à forma como as ditaduras lidaram com o sistema legal. No Brasil, ainda que o Poder Judiciário funcionasse com um braço auxiliar da repressão ao aplicar a Lei de Segurança Nacional, esses processos judiciais também garantiram que os presos pudessem ser localizados e permitiram, mesmo que de maneira limitada, a defesa dos presos políticos através de advogados. Juízes civis eram chamados aos tribunais militares para julgarem os crimes considerados políticos e os advogados podiam apelar ao Supremo Tribunal Militar e ao Supremo Tribunal Civil em defesa dos réus. Além disso, como sabemos, no período que abrange os 20 anos em que o Brasil ficou submetido ao regime militar, os seus diferentes governos, desde seu início até o momento da abertura à democracia, caracterizaram-se por uma atuação gradualista no que diz respeito ao seu relacionamento com o sistema legal e com as instituições do regime anterior, permitindo a manutenção e o funcionamento parcial destas. Como analisou Velasco e Cruz (1986), jamais se chegou a instaurar no Brasil uma ordem autoritária radical. *“Apesar das extraordinárias limitações a que estava sujeito, não obstante uma coação sistemática, as ameaças, o controle rigoroso de suas atividades, o Congresso permaneceu em funcionamento desde outubro de 1969, quando foi reaberto depois de um recesso de dez meses de duração. Também houve indulgência com o “partido de oposição”: mesmo gravemente diminuído pelos sucessivos expurgos e quase aplastado pelas restrições que impunham a censura e todo o peso da máquina publicitária do governo, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sobreviveu às propostas de autodissolução que brotavam interminantemente em seu próprio meio [...]”* (VELASCO E CRUZ, Op. cit., p. 39 e 40).

Estas condições nunca existiram na Argentina. As autoridades militares argentinas autorizavam o desaparecimento e o assassinato em massa sem nenhuma intermediação ou processo legal. Foram contabilizados apenas alguns julgamentos de “crimes” políticos, sendo que a maioria ocorreu antes da ditadura militar ser oficializada em 1976.

“Tenho a sensação porque quando eu cheguei já estava aí o Figueiredo. Acabava de morrer aquele jornalista Herzog. Mas quando justo eu cheguei aqui era um ambiente que parecia que aqui era o paraíso. Quando eu cheguei aqui depois dos quatro anos no México, eu ainda cada vez que escutava

*uma sirene dava um pulo. Era uma coisa terrível na Argentina. Porque te paravam em qualquer momento, em qualquer situação. [...].*⁶⁵

Este tom mais ameno da violência política do período militar no Brasil, segundo a opinião dos entrevistados contrastaria com o grau de radicalização que alcança a repressão política na Argentina e com a doutrina de aniquilamento e de extermínio do “inimigo” adotada no país.⁶⁶ As diferentes posturas e atitudes dos militares diante da oposição política nestes dois contextos materializam-se nas seguintes declarações públicas do General brasileiro Emílio Garrastazu Médici em 1970 e do General argentino Ibérico Saint Jean em maio de 1977:

*“Reitero que todo brasileiro tem direito a fazer oposição ao governo, considero indispensável, para o bom funcionamento do regime, a existência de opositores. Por isto mesmo não serei hostil com os que de mim discordem. Em meu governo não haverá coação por motivos puramente políticos”.*⁶⁷

*“Primero mataremos a todos los subversivos; luego mataremos a sus colaboradores; después... a sus simpatizantes; enseguida... a aquellos que permanecen indiferentes, y finalmente a los tímidos”.*⁶⁸

Ainda que a frase de Médici expresse certa hipocrisia, pois o governo perseguia e reprimia por motivos puramente políticos, para este grupo de argentinos que testemunhou a inenarrável experiência de repressão vivida cotidianamente no país de origem, prevalece a impressão da liberdade de uma “ditadura à brasileira”.

*“Aqui uma liberdade, uma sensação [...] Não que aqui não exista. Mas é muito diferente, muito diferente. Mesmo... Eu não vivi exatamente como foi a repressão policial aqui, então não vou comparar essa parte. Agora estava lendo um texto sobre a tortura né. Mas, em geral, a polícia com o público geral, digamos, aqui é muito mais simpática, muito mais agradável. Em Argentina é... As forças da ordem são muito repressoras, são muito terríveis. E as pessoas são muito mais reprimidas. Eu acho. Em determinadas coisas. Claro que a gente está falando muito em geral, não estou dizendo com uma certeza científica, mas assim são impressões.”*⁶⁹

E esta experiência de liberdade não está somente associada a maior possibilidade de expressão no campo estritamente político. O caráter moral da ditadura argentina também aparece nas narrativas como contraponto à liberdade nos costumes com as quais se deparam quando alcançam as terras brasileiras; para eles uma sociedade mais liberal. Ao analisar a

⁶⁵ História Oral de G. B., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, gravada no dia 7 de abril de 2005.

⁶⁶ As relações entre este processo de radicalização política e as formas como a política passou a ocupar lugar central nos processos de sociabilidade e de construções de identidades e diferenças no seio da sociedade argentina, e que se encontram refletidas nas narrativas e memórias dos argentinos entrevistados, será melhor analisada no próximo capítulo.

⁶⁷ Fonte: (VELASCO E CRUZ, 1986, pp. 40).

⁶⁸ Fonte: Disponível em: <<http://www.me.gov.ar/efeme/24demarzo/frases.html>>. Acesso em: 15 jan. 2007.

⁶⁹ História Oral de G. B., psicanalista e professor universitário, residente em São Paulo desde 1978, gravada no dia 7 de abril de 2005.

ditadura na Argentina, Dellasoppa (1998) analisa como *“A pretexto de barrar a penetração marxista, o governo empenhou-se em uma repressão mesquinha, que punha sob as tesouras da censura a mídia, o cinema, o teatro, as costuras, os cabelos compridos e o namoro em público. O padrão moral era dado pelo catolicismo de direita, e tudo o que se afastasse disso era considerado subversivo ou perigoso para a segurança nacional”* (DELLASOPPA, Op. cit., p. 275 e 276).

“Só que era enlouquecedor, não era só falta de liberdade. Porque você é levado preso porque tem barba, ou porque tem cabelo vermelho ou porque estudou psicologia, tudo, seu mundo simbólico deixa de fazer sentido. Então era uma situação enlouquecedora. Trauma geral.”⁷⁰

De fato, embora a ditadura militar brasileira representasse o setor mais reacionário da sociedade, o Brasil vivia plena revolução nos costumes e o campo artístico experimentava momentos de grande ebulição cultural, expresso, por exemplo, no movimento tropicalista que trazia com ele a transgressão e liberação da sexualidade, inimaginável no contexto da Argentina de então. É assim, que a questão de uma relativa maior possibilidade da liberdade de expressão da sexualidade, da própria homossexualidade, de pensamento nas universidades e dos costumes em geral (música, teatro, dança, cinema, vestimentas, cabelos, para citar apenas alguns exemplos) apareceram nos depoimentos como outros fatores que os trazem ao exílio no Brasil.

“Conheci em Monterrey pessoal da Argentina que tinha estudado no Rio e moravam, porque foram como exilados políticos, moravam no México. E a partir deles conheci [...] Eu me apaixonei por Milton Nascimento. Eu adorava música do Milton Nascimento, do Caetano e toda Tropicália. Deve ser o que me atraiu do Brasil. Foi a música e também porque eu ia estar mais perto da Argentina. Mas fundamentalmente cultural, em termos de música, de dança, de coisas desse tipo.”⁷¹

“Eu fui até o redondo. Conhece o Redondo? Na esquina da Consolação com a Ipiranga. É um prédio redondo em frente ao Copan. Aí fui pegar um café com leite né pra tomar e levar para a minha mãe que estava em casa, alguma coisa assim. Aí quando olho um traveco! Enorme! Enorme! Era a primeira vez na minha vida que via um traveco. Na Argentina devia ter traveco e puta. Mas era tão reprimido que para você ver tinha que ter certos códigos. Mas tinha uma certa forma de agir porque você era reprimido, era preso, espancado. E aí me apareceu um traveco aí do lado e falei: “Caraca! Que merda é essa?”⁷²

Outro paradoxo da ditadura à brasileira foi o desenvolvimento e expansão das universidades e de instituições de apoio à cultura, ambas realizadas a partir de altos investimentos do governo federal. Ou seja, enquanto a ditadura militar argentina desmantelava,

⁷⁰ História Oral de G. B., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, gravada no dia 7 de abril de 2005.

⁷¹ História Oral de G. B., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, gravada no dia 7 de abril de 2005.

⁷² Depoimento de L. E. D., arquiteto e professor, residente em São Paulo desde 1979, registrado em 7 de abril de 2005.

fechava e desestruturava as universidades em todo o país, e que tristemente jamais puderam ser recuperada mesmo depois do retorno da democracia, a estrutura universitária brasileira foi praticamente montada durante os anos do regime militar.

Como analisou Ortiz (1990), *“O ato censor não se caracterizava exclusivamente pelo veto, atuava como repressão seletiva que impossibilitava o florescimento de determinados pensamentos ou de obras artísticas. São censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial, que crescem vertiginosamente neste período. O Estado repressor é também incentivador de uma política cultural: Embratel (1965), Conselho Federal de Cultura (1966), Instituto Nacional de Cinema (1966), Embrafilme (1969), Funarte (1975), Concine (1976), Fundação Pró-Memória (1979). Algo semelhante se passa com a universidade; paralelamente às cassações temos o desenvolvimento da Pós-Graduação [...] Houve um máximo de gastos e de apoio às Ciências Sociais durante o período Médici quando era mais dura a repressão”* (ORTIZ, Op. cit., p. 171). Os órgãos de fomento à pesquisa e às universidades são criados durante os anos do regime militar como Finep, CNPq, Fapesp, além de uma infinidade de cursos de graduação e pós-graduação e grande parte dos departamentos dentro das mais diversas áreas de conhecimento.

Esta convergência de fatores de um país e de outro, por um lado a exclusão política e profissional na Argentina e por outro a crescente demanda de profissionais no Brasil, leva a entrada de uma quantidade significativa de argentinos no mercado de trabalho brasileiro.

“Mas lá pelo ano 73, quando já estava em 73 e 74... Se deu um pouco aquele boom do milagre brasileiro. Que foi na década de 70. Que se propagou por todo o mundo, e todo mundo sabia que o Brasil estava crescendo em uma taxa de 7% e 8% ao ano. Ou seja, era meio como o milagre do desenvolvimento brasileiro. Isso se difundiu assim meio em todos os latino-americanos. Que pensávamos: “Olha o Brasil, está desenvolvendo está oferecendo muito emprego e tal. [...] O Brasil ofereceu muitas coisas para a gente do trabalho científico. Do ponto de vista salarial sempre estivemos razoavelmente bem. Nunca tivemos assim nenhum tipo de situação meio complicada política. Realmente, apesar de todas as subidas e descidas políticas no Brasil, governo militar, não militar, democrático e tudo isso. Mas como estrangeiro e tudo fomos bem recebidos. [...] Então essa é uma coisa que a gente, eu posso falar e não só eu que sinto como uma família, o pessoal que nós estamos que realmente o Brasil ofereceu normalmente para um estrangeiro abriu as portas. A gente depois viveu, quero dizer, nos convertemos nacionais, cidadãos e tudo por direito e tudo mais.”⁷³

Outro ponto destacado nas narrativas refere-se à menção do desconhecimento da sociedade argentina em geral nos anos 1970 em relação ao Brasil. Isto chama a atenção para a questão do Brasil não se apresentar como um destino migratório natural para estes argentinos, já que tradicionalmente vinham se dirigindo com maior frequência para países como os

⁷³ Entrevista de C. R., físico, residente em Campinas desde 1974, registrada em 9 de maio de 2003.

Estados Unidos, Espanha, França e México, considerados menos exóticos e mais atrativos para o empreendimento migratório. De fato, este fluxo migratório mais significativo de argentinos para o Brasil nos anos 1970 somente pode ser entendido quando analisadas as condições de violência, perseguição e exclusão profissional, que detona a situação limite de ter de deixar a Argentina a qualquer custo.

“Para te falar a verdade Liliana, eu nunca teria vindo para o Brasil! O Brasil não representava nada para mim. A não ser uma coisa muito exótica, estava lá em cima com muitas praias... Sabe, esse tipo de coisa? Porque a Argentina era muito ignorante com respeito ao Brasil. Mas é que meu marido estava a ponto de ir para Venezuela porque lá estava um colega dele trabalhando e precisavam de gente. E o outro tinha ido para Espanha, outro colega nosso. Então a gente pensou: para Espanha você precisava de muito mais... O dinheiro era diferente. Então aqui era mais barato. Aqui a gente podia atravessar a fronteira de ônibus. Então era mais pelos motivos econômicos que levaram a gente escolher Porto Alegre.”⁷⁴

*“E o começo foi muito difícil para mim a adaptação porque não conhecia nada do Brasil, não conhecia a língua, não conhecia absolutamente nada. **Naquela época a gente era bem ignorante com relação ao Brasil. Então para mim era um país completamente desconhecido.** Nunca tinha vindo na minha vida, não tinha contato com brasileiros, não conhecia nada.”⁷⁵*

“[...] quando nós saímos da Argentina no ano 71, o que menos passava pela minha cabeça era vir trabalhar no Brasil. Justamente um pouco por aquele orgulho talvez argentino, que pensamos que Argentina era o país mais desenvolvido da América Latina. O Brasil nos anos 70 era um país que existia, mas que não estava dentro... Eu comecei a perceber o negócio do Brasil quando estava em Estados Unidos que começaram a falar do milagre brasileiro.”⁷⁶

É interessante notar como esta experiência migratória acabou transformando em parte as percepções de um país em relação ao outro. O intercâmbio que não era nada intenso passou a ser mais freqüente, sobretudo após o término das ditaduras, já que famílias tinham ficado divididas entre os dois países e as viagens, histórias e troca de informações tornaram-se uma constante.

“Eu voltei em 92 com uma graninha que tinha de lá para cá. Aí procurei emprego, aí arrumei emprego em cima da hora. Se não arrumasse emprego ia ter que voltar para a Argentina. Arrumei um emprego [...] Também tinha que começar mandar dinheiro para a Argentina. A situação estava mal. Eu mandava dinheiro com uma certa freqüência. Todo mês eu mandava dinheiro. Já tinha um trânsito muito grande. As pessoas já conheciam os argentinos. Jogavam xadrez. Tinha muito argentino no

⁷⁴ Entrevista de M. D. C. G., tradutora, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

⁷⁵ Entrevista de M. E. G., psicanalista, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

⁷⁶ Entrevista de C. R., físico, residente em Campinas desde 1974, registrada em 9 de maio de 2003.

xadrez. Então tinha um fluxo bastante grande Brasil-Argentina. Então sempre dava para eu mandar uma grana. Mandava grana para lá.”⁷⁷

Se por um lado o Brasil contrastava positivamente pela relativa liberdade de expressão e pelas oportunidades profissionais que oferecia, por outro lado a desigualdade social emerge nas narrativas como algo que impressionava de forma negativa estes indivíduos, que vinham de uma Argentina que ainda conservava naqueles anos condições sociais (educacionais, habitacionais, distribuição de renda) melhores e bem diferentes do padrão latino-americano em geral.

*“Agora que logo quando eu cheguei foi um choque [...] Porra, não sei por qual lugar que entrou o ônibus, se entrou aqui pelo sul por Itapevicirica, e favela e favela e casinha de bloco. Foi... Eu lembro da minha mãe. Foi uma cena... A cena eu guardei na minha mente. Foi uma cena tipo filme que o cara te passa a mensagem sem palavra. E foi assim: eu olhei para ela e ela olhou para mim e naquele gesto. E aí a gente desembarcou naquela rodoviária que tinha no Bom Retiro. Era horrível. Fumaça, gente pra cacete. A gente não estava acostumado com tanta gente. Muita gente, muita gente.”*⁷⁸

“A desigualdade social. Isso me chocou muito. Quando eu cheguei a Brasil a primeira impressão foi muito ruim. Tive duas impressões ruins. Do aeroporto de Congonhas a gente foi para a região sul, a região de Interlagos e eu vi muita pobreza. E eu não explicava como um país que eu sempre achei, pelo o que eu tinha lido, sabia dessas coisas para ricos, poderia ter tanta pobreza assim. Isso me impressionou muito a pobreza de São Paulo e a sujeira.”

Portanto, sendo o Brasil um destino migratório alternativo às rotas tradicionais da emigração argentina, visto como um país periférico e mais pobre no imaginário nacional argentino de então, a crescente chegada de argentinos, principalmente para São Paulo, somente pode ser compreendida quando analisado contexto político que domina a Argentina naqueles anos.

Neste capítulo III mapeei o exílio argentino na década de 1970, analisando seus principais destinos e características mais gerais. Entre os principais destinos dessa diáspora, que levou aproximadamente 300 mil pessoas a deixarem o país ao longo dessa década, estiveram Estados Unidos, Israel, Inglaterra, Espanha, Canadá, e, no contexto latino-americano,

⁷⁷ Depoimento de L. E. D., arquiteto e professor, residente em São Paulo desde 1979, registrado em 7 de abril de 2005.

⁷⁸ Depoimento de L. E. D., arquiteto e professor, residente em São Paulo desde 1979, registrado em 7 de abril de 2005.

Venezuela, México e Brasil. De uma maneira geral, este fluxo migratório foi formado predominantemente por indivíduos com alta qualificação profissional. A partir daí, busquei enfatizar as especificidades dessa migração argentina para o Brasil. Tendo como base os testemunhos de um grupo de argentinos, foi possível identificar como o deslocamento destes indivíduos para São Paulo esteve vinculado, por um lado, à impossibilidade de permanência na Argentina por conta da repressão militar e, por outro lado, às possibilidades profissionais que o Brasil apresentava e à viabilidade econômica da viagem para esse país. Apontei também para a importância das redes sociais (redes de amizade, familiares e profissionais) que se configuraram aqui nesse período e do papel desempenhado por setores da Igreja Católica e de outras entidades humanitárias no auxílio às vítimas da repressão e aos exilados latino-americanos no Brasil. Analisei como a invisibilidade que marcou o exílio argentino no Brasil e o fato de aqui nunca ter se constituído uma coletividade organizada de exilados, tal qual ocorreu em outros países, deveu-se em parte à paranóia existente no período de que outros conterrâneos fossem agentes disfarçados a serviço da ditadura militar em território brasileiro. Assim destaquei os relatos sobre os rumores da existência do que se conheceria anos depois como *Operação Condor*. Por último analisei as experiências que estes argentinos tiveram no contexto de chegada em São Paulo, procurando entender o que se coloca como uma aparente contradição: o fato de um número considerável de esquerdistas latino-americanos procurarem o Brasil como lugar de refúgio, embora uma ditadura militar estar em plena vigência nesse país. Assim a chegada destes indivíduos no Brasil somente poderá ser compreendida quando levada em conta a situação de violência política que caracterizava a Argentina naqueles anos.

CAPÍTULO IV

Narrativas sobre o Deslocamento e a Experiência Política: Reconstruindo Trajetórias e Identidades

“A questão era que eu queria ficar na Argentina. Mas estava por uma parte bastante apertado. Primeiro estava apertado por aquele negócio que já estava com antecedentes. Na realidade eu tenho antecedentes políticos. Já estava um pouco apertado porque já tinha antecedentes políticos. De militância política, porque você pensa que eu somente vivia para dentro de casa! Eu tive militância política, minha esposa teve. A família da minha esposa na Argentina. Meu sogro foi o primeiro deputado comunista da América do Sul. Deu para entender?”⁷⁹

Ao pensar nos eventos que desencadeiam a diáspora argentina na década de 1970, destacados pelos próprios entrevistados como mais significativos e determinantes para a decisão final de migrar, não é possível deixar de mencionar o momento político no qual a sociedade nacional estava imersa naqueles anos. Era um período conturbado, de enfrentamento e ebulição de grupos políticos opostos, que disputavam o poder do Estado para definir diferentes projetos de nação. A guerrilha e o tema da revolução era algo presente no dia a dia das pessoas. Era o tempo em que a juventude argentina e de muitos outros países experimentavam a utopia por um outro sistema: o anarquismo, o socialismo, o comunismo, a revolução nos costumes. A sociedade revelava a latência de uma complexidade social conflituosa, em parte por conta da expressiva mobilização da opinião pública, do ativismo sindical e partidário.

Tendo em vista esse cenário, neste capítulo procuro entender porque a *política* institucional apresenta-se de forma contundente nas narrativas dos entrevistados como tema e como elemento fundamental de definição da identidade social. Ou melhor: procuro compreender porque um dos núcleos de definição da identidade social deste grupo de argentinos pontualmente se expressa com a utilização de termos próprios e definidores de grupos adversários do campo de disputa política do contexto argentino da época. Logicamente esta identidade apresenta-se também em termos de classe (o pertencimento e o compartilhamento da condição de uma classe média urbana argentina), raça (etnicamente definidos como brancos e descendentes de imigrantes europeus, como vimos nas genealogias familiares), gênero (mulheres e homens têm representadas de forma bastante diferenciada suas

⁷⁹ Depoimento de H. N., engenheiro químico, residente em São Paulo desde 1977, registrado em 14 de abril de 2005.

experiências migratórias, quando observa-se nas falas femininas o deslocamento de seus papéis de protagonistas para de acompanhantes neste processo) e nacionalidade (as formas de expressar uma certa argentinidade). Contudo, há uma predominância do tema *política* nas memórias e narrativas na medida em que os eventos destacados como mais significativos que desencadeiam o processo migratório estão pautados por esta experiência. O deslocamento para o Brasil é resultante de um processo de exclusão, banimento e de negação de permanência na Argentina por conta do posicionamento político direto ou indireto contra o regime militar. Portanto, está presente um sentimento de pertença a um grupo social a partir do compartilhamento de determinadas posições políticas e pelas experiências semelhantes de exclusão, repressão e violência pelas quais passaram no país de origem.

Desta forma, a memória do banimento e da exclusão política torna-se um dos eixos de referência nos processos de (re)construção de identidades destes indivíduos e o que os localiza dentro da história de uma coletividade. Como bem coloca Schwarzstein (2001a), *“Si una comunidad reconoce que ha vivido hechos traumáticos y los utiliza en la trama de su identidad, la memoria individual puede encontrar un lugar, aunque transformada, dentro del paisaje”* (SCHWARZSTEIN, Op. cit., p. 80). O lugar que a memória do trauma e os relatos de como se vivia a *política* ocupa dentro das narrativas evidencia a maneira pela qual estas experiências são importantes e cruciais para os indivíduos e, portanto, fundamentam uma identidade e as maneiras de entender o pertencimento a um grupo social.

A nação argentina foi tradicionalmente imaginada como uma sociedade relativamente homogênea em termos sociais e culturais – no que se refere, por exemplo, à igualdade no acesso à educação e à possibilidade de ascensão social –, mas também em termos de sua composição étnica – quando pensada como nação branca e descendente de imigrantes europeus, fundada e estabelecida no período da grande imigração em massa. Frente a esta auto-representação da Argentina como nação socialmente homogênea e igualitária, a *política*, como ressaltava Neiburg (1995), passou a ser o locus privilegiado de expressão do enfrentamento, da diferença e do conflito, devendo-se assim *“[...] entender a lógica social que fez com que a política tivesse ocupado lugar central nas formas de representar a cultura nacional na Argentina”* (NEIBURG, Op. cit., p. 133).

Nas primeiras décadas do século XX, a Argentina colocava-se nos primeiros lugares dos indicadores mundiais de crescimento e produto per capita e, mesmo com os altos e baixos da economia nas décadas seguintes, tinha conseguido garantir uma relativa distribuição de

renda e ampliado o estrato social da classe média, incluindo socialmente através do acesso à educação as gerações descendentes dos milhares de imigrantes que chegaram nas principais cidades argentinas fugindo da fome na Europa. Segundo a interpretação de Elias (1997), o fato dos indivíduos não mais se preocuparem pela luta cotidiana da subsistência primária da fome abre espaço para a participação em outras esferas da sociedade na qual estão inseridos, incluindo a procura de significados e sentidos em atividades como, por exemplo, a política. Nas palavras de Norbert Elias: *“Existem fases distintas nessas sociedades em que os canais para a mobilidade ascendente das gerações jovens e vindouras são relativamente numerosos e abertos, e outras em que são limitados e restritos. Não estou me referindo aqui simplesmente a oportunidades de carreira. O que afirmo é igualmente válido no que se refere a oportunidades não-profissionais de uma vida significativa, incluindo sobretudo as oportunidades na esfera da luta política. Os conflitos políticos de hoje assumiram, sob muitos aspectos, as funções de criação de significado que, numa época anterior, eram desempenhadas pelas lutas religiosas. A orientação, dentro do espectro político que hoje se estende entre os dois pólos opostos do comunismo e do fascismo, os quais, em última instância, estão ambos orientados para o uso da violência, talvez tenha se tornado, mais do que nunca, o centro de orientação do mundo para vastos círculos”* (ELIAS, Op. cit., p. 182). Da perspectiva desta análise, a relativa estabilidade econômica alcançada por grandes estratos da população argentina, sobretudo nos centros urbanos, poderia explicar em parte o porquê da disputa política ter passado a ocupar lugar central nessa sociedade.

Como ressaltei na Introdução da dissertação, o termo *política* está presente aqui de duas formas. Por um lado, está presente como um conceito antropológico que permeia toda a dissertação, entendendo política, seguindo a perspectiva teórica de Abner Cohen (1979), como ações e representações sociais referentes à distribuição, manutenção, exercício e força do poder dentro de um determinado contexto social. Por conseguinte, o poder é compreendido como um aspecto e uma condição inerente às relações sociais nos mais diferentes níveis (micro e macro), sendo que as relações de poder são colocadas, desenvolvidas, mantidas e expressas pelos significados de formas simbólicas e padrões de ações simbólicas. Desta forma política, tal qual é entendida aqui, não se restringe apenas às atividades relacionadas às instituições do Estado. A ênfase recai na análise e descrição dos aspectos da luta travada entre indivíduos e grupos e aos fatores que definem a disputa política em um determinado contexto.

Por outro lado, tendo como objeto de análise as representações sociais e experiências dos indivíduos acerca da *política*, devo esclarecer, seguindo a argumentação de Neiburg (1995), que *política* funciona também aqui como uma categoria prática nativa e não teórica no sentido

de que “*Em lugar de pressupor aquilo que deve ser considerado da ordem política, trata-se de esclarecer os sentidos que mulheres e homens dão às ações, relações, paixões e identidades coletivas que eles mesmos consideram como políticas*” (NEIBURG, Op. cit., p. 120). Dessa perspectiva, trata-se de desvendar o sentido da política para estes indivíduos no contexto histórico-social da Argentina do período e de “*examinar as relações que indivíduos e grupos estabelecem com a história, com formas de agir e sentir identificadas com gerações anteriores, associadas a tradições*” (NEIBURG, Op. cit., p. 121). O depoimento abaixo nos fornece elementos para pensar nestas intersecções entre uma identidade de classe, formas de se viver a política e a relação destas com tradições de gerações anteriores.

“Meu tio Luis que era anarquista que ensinou tudo para minha mãe que era comunista. Entendeu? Então naqueles anos 70 e tralalá, a coisa era isso. E a questão política de família, sempre se falava muito de política, se brigava, era o escambau. A política era o que há. A gente que era moleque curti a coisa da política, mas também futebol, mulher, né. Mas estava a política no meio [...] Não era uma sociedade fecunda em termos de dinheiro. Todo mundo era classe média, mas todo mundo ali apertadinho, mas se vivia. Então se vivia muito a questão política, a questão cultural passava por aí. Na minha família passava por aí logicamente. Se discutia essas coisas na família e tudo mais, mas a realidade se vivia de uma forma completa [...] Ela invadia. E ela invadia tanto com a questão da esperança com aquelas conversas de quem era revolucionário, de quem tinha um projeto de país.”⁸⁰

A seleção que os entrevistados fazem do que narrar e recordar pode ser lida também como um esforço de definição de sua própria identidade e de seu lugar nesta história. “[...] *para fijar ciertos parámetros de identidad (nacional, de género, política o de otro tipo) el sujeto selecciona ciertos hitos, ciertas memorias que lo ponen en relación con “otros”. Estos parámetros, que implican al mismo tiempo resaltar algunos rasgos de identificación grupal con algunos y de diferenciación con “otros” para definir los límites de la identidad, se convierten en marcos sociales para encuadrar las memorias [...]*” (JELIN, 2002, p. 25). Desta forma, torna-se pertinente explorar estes depoimentos/memórias dando ênfase também aos processos identitários que delas emergem.

⁸⁰ Depoimento de L. E. D., arquiteto e professor, residente em São Paulo desde 1979, registrado em 7 de abril de 2005.

Memórias de um Período de Violência e Repressão

“Cada sociedade nacional, em cada momento, realiza uma das possibilidades permitidas por dois ideais opostos: de um lado, a esfera pública formada por indivíduos iguais que debatem racionalmente entre si; de outro, a guerra civil, a intolerância, a violência excludente ou o genocídio” (NEIBURG, 1997, p. 218).

Parto, portanto, do pressuposto de que o entendimento dos processos referentes à emigração de argentinos nos anos 1970 inevitavelmente passa por questões que envolvem a maneira pela qual estes indivíduos entendiam a política e como se posicionavam neste campo. Se o deslocamento de argentinos para o Brasil está intrinsecamente relacionado ao momento político conturbado da Argentina de então, torna-se necessário fazer referência ao contexto no país de origem e entender, ao menos em parte, os processos que levam a luta política tornar-se tão crucial naquela sociedade e atingir níveis extremos de violência que não deixam outra alternativa que o exílio.

Se por um lado, a representação da Argentina como nação caracterizada por uma relativa homogeneidade social, como me referia anteriormente, explica em parte o porquê da *política* ter se transformado no locus privilegiado de expressão do enfrentamento e da diferença, por outro lado, não explica porque o conflito político tornou-se tão radical e violento. Na década de 1970, o estado de enfrentamento e de crise política se tornara crônico e as mobilizações coletivas dos mais diversos setores sociais (Forças Armadas, grupos guerrilheiros, partidos políticos, sindicatos, agrupações estudantis) encontravam-se fortemente orientadas para o uso do recurso da violência. Claramente a violência política encontra seu clímax na década de 1970. No entanto, segundo a interpretação de autores como Dellasoppa (1998), as origens desse estado crônico de embate político pode ser localizado na década de 1940, momento em que a sociedade nacional se divide em dois pólos opostos: os setores peronistas e os setores antiperonistas. Esta dicotomia social (peronismo X antiperonismo) passa a funcionar segundo uma lógica que vislumbra como solução e medida o enfrentamento e, não raras vezes, o embate se dá através do conflito armado.

Esta lógica do enfrentamento e do uso da violência estão inscritos tanto na ação política propriamente dita quanto nas representações e interpretações criadas pelos intelectuais para explicar o peronismo. Aqui é possível ver como funciona a dialética entre ação e representação social: se por um lado, a prática política do enfrentamento apresenta-se como fenômeno social que norteia as interpretações formuladas pelos intelectuais para explicar a vida nacional, por outro lado, estas interpretações que reiteram a existência da dicotomia e da

oposição também produzem efeitos na sociedade nacional. Neiburg (1997) coloca esta relação da seguinte forma: *“Na perspectiva antropológica, as “explicações do peronismo” que, conforme assinala anteriormente, também são “explicações da Argentina”, podem ser lidas como teorias “nativas”. Seus temas centrais são a oposição e a dicotomia, a percepção de que só existe em comum um campo de batalha, um terreno de disputa. Tomando como referência a Argentina, essas teorias têm a particularidade de revelar o que muitas outras teorias construídas para pensar outras realidades nacionais ocultam: o fato de serem descrições que contêm aspirações normativas. Sua maior ambição, e também sua maior prova de eficácia, é serem capazes de atuar e produzir efeitos sobre o mundo social”* (NEIBURG, Op. cit., p. 215).

Analisando o movimento de crescente radicalização do conflito político, podemos arriscar dizer que eventos como o bombardeio pela aviação naval da Casa Rosada em 16 de junho de 1955 pelos setores antiperonistas e os atentados dos grupos guerrilheiros, forças paramilitares e a diretriz de extermínio posta em prática pela ditadura militar na década de 1970 são parte de um mesmo processo: o fenômeno de consolidação de uma lógica do uso ilimitado do recurso da violência como instrumento político. Como bem coloca Dellasoppa (Op. cit.) *“O enfrentamento político e militar entre as Forças Armadas e as organizações armadas teve lugar nos marcos do padrão de conflito que tinha sido predominante na sociedade argentina desde 1943, o conflito prolongado com altos níveis de hostilidade inicial entre os partidos conflitantes [...] é com relação a este padrão de conflito que operam tanto as construções ideológicas, os universos simbólicos propostos (e obviamente, incompatíveis) e as estratégias políticas”* (DELLASOPPA, 1998, p. 372). O conflito atinge o seu ápice quando passa a ser resolvido quase exclusivamente, já na década de 1970, mediante o assassinato político. A lógica da necessidade de aniquilamento do inimigo passa a funcionar e ser praticada tanto pelas organizações político-militares de esquerda quanto pelas Forças Armadas e setores aliados, inaugurando um período de violência generalizada que se tornou uma característica do cotidiano dos principais centros urbanos do país.

*“No 75 também a situação política piorava constantemente. [...] acontecia assim: você acordava de manhã e pegava o jornal. Mesmo que a notícia fosse oficial você ficava assim, porque **tinham desaparecido pessoas, morrido outras, tido batalhas nas ruas entre polícia e guerrilha. Mortos e mortos e mortos... Um horror, um desastre completo.**”⁸¹*

O trabalho de organização clandestina dos grupos armados vinha sendo realizado de maneira intensa desde 1966. Estes grupos de oposição contavam com a participação de setores populares e setores médios (professores, estudantes, profissionais) e se constituíam

⁸¹ História Oral de O. A. C., psicanalista e professor universitário, residente em São Paulo desde 1977, gravada no dia 4 de março de 2005.

principalmente nas cidades com população universitária significativa como, por exemplo, Córdoba, Buenos Aires, La Plata, Rosário, Corrientes, Tucumán e Mendoza. Já no início da década de 1970 existiam sete grupos bastante estruturados: FAR (*Fuerzas Armadas Revolucionarias*), FAP (*Fuerzas Armadas Peronistas*), ERP (*Ejército Revolucionario del Pueblo*), *Montoneros*, *Descamisados*, JP (*Juventud Peronista*) e FAL (*Fuerzas Armadas de Liberación*). Além de reunir indivíduos de origens sociais diversas, estas organizações desenvolviam-se a partir de uma mistura de posições ideológicas: peronismo, nacionalismo, catolicismo, marxismo, castrismo, maoísmo, trotskismo, etc.

Um exemplo é a FAR (*Fuerzas Armadas Revolucionarias*) que foi composta por ex-militantes de orientação trotskista do Partido Comunista e pela esquerda independente, que vinha do antigo ELN (*Ejército de Liberación Nacional*), formado para atuar sob o comando de Che Guevara na Bolívia. Após uma disputa com o ERP, deixam o marxismo e assumem publicamente a posição peronista. Outro exemplo é a FAP (*Fuerzas Armadas Peronistas*) que se organiza com militantes tanto da esquerda quanto da direita nacionalista. Já os *Montoneros* surgem no ano de 1968 como grupo legal dentro do peronismo. Suas origens estão vinculadas ao catolicismo, mas também foi constituído por membros da *Resistencia Peronista* e por ex-militantes de grupos da direita nazi-fascista como o MNT (*Movimiento Nacionalista Tacuara*) e a GRN (*Guardia Restauradora Nacional*). Os *Montoneros* tinham como tática revolucionária a guerrilha urbana, mas passam à clandestinidade no ano 1970, quando matam em uma ação o ex-presidente Pedro Aramburu, adquirindo em sua junção com as FAR uma orientação marxista-leninista. Entre as estratégias políticas de tomada do poder dos *Montoneros* estava a de fazê-la desde dentro do peronismo, pois apostavam no poder revolucionário de Perón. Assim, clamavam pelo regresso de Perón ao país, até então exilado na Espanha. Perón volta à Argentina em 1973, mas passa a se aliar com setores da direita. Já em 1974, Perón rompe com o movimento e a partir de então a FAL, a FAP e *Descamisados* se incorporam aos *Montoneros*.

De fato, todos estes grupos acabaram convergindo às duas mais importantes organizações armadas da Argentina: os *Montoneros* e o ERP (*Ejército Revolucionario el Pueblo*). Destes, o ERP, organizado pelo *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT) em seu V Congresso em 1970, de orientação marxista-trotskista, destacou-se, do ponto de vista militar, com sua tática de guerrilha camponesa, estando bastante organizado e articulado, sobretudo na província de Tucumán onde concentrou suas ações.

O período de repressão e violência para dismantelar estes grupos de oposição se inicia em 1970, com a ocorrência de detenções, desaparecimentos e assassinatos. No entanto, a repressão ainda não estava institucionalizada e ocorria de forma clandestina através de grupos paramilitares de ultra-direita, sendo o principal deles a *Triple A (Alianza Anticomunista Argentina)*. Mas é sobretudo após a morte de Perón em julho de 1974 que a *Triple A* realiza suas maiores ações, assassinando personalidades públicas, estudantes, militantes de base e profissionais. Desta forma, o cotidiano passa a ser dominado por um clima de muita instabilidade e violência, com ações armadas tanto do lado da guerrilha quanto dos paramilitares. Como coloca Dellasoppa (1998) *“Este último período da história argentina é caracterizado pela intensidade do enfrentamento e o elevado número de mortos que ocasiona, assim como as constantes violações dos direitos humanos, na forma de torturas sistemáticas e desaparecimentos. Para alguns setores, tanto militares como a oposição guerrilheira, o confronto dava-se basicamente na arena dos recursos coercitivos [...] que somente parece poder conceber uma proposta estratégica na base do aniquilamento do inimigo”* (DELLASOPPA, Op. cit., p. 42). Neste cenário, instaura-se um clima de medo e insegurança, que passa a dominar o dia-a-dia das pessoas.

Nesses anos o tema da guerrilha e da revolução ganhou uma importância e um público que acabou transformando as organizações armadas argentinas entre as mais articuladas e desenvolvidas da América Latina. A luta política entre esquerda X direita/guerrilha X paramilitares envolveu cabalmente a juventude. A *política* passa a dominar o ambiente profissional, estudantil e familiar do período, conforme o depoimento fornecido por uma argentina, residente em São Paulo desde 1978, que conta sobre o envolvimento de suas colegas de trabalho no ERP de Córdoba:

*“Fazia quatro ou cinco anos que eu tinha me formado. Eu estava esforçada a trabalhar, a me formar na clínica. Mas **começaram a acontecer todas essas questões políticas na Argentina muito intensamente.** Pessoalmente a coisa me tocava bem de perto com familiares presos e reuniões de organizações políticas no consultório. Armas debaixo do divã. Era uma coisa muito louca. Não que eu participasse diretamente, porque eram minhas sócias que estavam mais comprometidas. E num momento um irmão dela foi desaparecido e, enfim, foi chegando cada vez mais perto a repressão.”*⁸²

Na medida em que o clima de instabilidade política aumentava, a repressão tornava-se mais extrema. Como G.B. narra acima, a sensação de que a repressão se aproximava se dava através da notícia de desaparecimentos e prisões de pessoas cada vez mais próximas de seu

⁸² História Oral de G. B., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, gravada no dia 7 de abril de 2005.

círculo de relações sociais. Esse clima de insegurança e medo é ponto comum nos depoimentos registrados. Dentre estes, é importante destacar a experiência de repressão vivenciada pelos argentinos provenientes da cidade de Tucumán, localizada ao norte da Argentina. Nela a repressão foi ainda mais extrema e radical, pois as ações do ERP concentravam-se aí. Os argentinos entrevistados que de lá vieram, sem exceção, presenciaram o assassinato/desaparecimento de amigos e familiares muito próximos e foram banidos do local de trabalho. Estas exclusões profissionais ocorriam segundo a forma como os indivíduos eram identificados politicamente, ou seja, de acordo com o seu posicionamento dentro do campo de disputa política. O informe do CONADEP (1986) reitera que em Tucumán o aparato repressor atuou impune e a população encontrava-se ainda mais indefesa e exposta à sua ação. Desde o início de 1975, o exército colocou em prática a denominada *Operación Independencia*, idealizada a partir de um decreto que tinha como medida principal aniquilar os elementos subversivos que estariam atuando na Província de Tucumán, controlando parte do território a fim de neutralizar as ações do ERP na região. “Y fue en Tucumán donde comenzó a funcionar el primer centro clandestino de detención-desaparición-torturas-muerte de personas indefensas, dentro del marco del “Operativo Independencia”” (MOHR, 1999, p. 52).

“Tucumán tinha um problema que era o centro de combate à guerrilha. Porque lá estava instalado o ERP que era o Exército Revolucionário Del Pueblo [...] Mas em Tucumán estavam outros e aí foi o centro realmente em que se concentrou a repressão, a matança. Não sei, não sei o que te contar, que o sangue corria pela sarjeta literalmente. Era muito horrível. Lá que se concentrou e que tinha muita perseguição a qualquer pessoa que pensasse [...] A repressão era muito, muito, muito dura.”⁸³

Abaixo, M. E. G. narra a sua experiência da repressão em Tucumán e o caso do seqüestro e desaparecimento de seu cunhado, marido de sua irmã, que jamais foi encontrado, a exemplo de milhares de outros casos ocorridos em todo o território argentino. São eventos semelhantes ao exposto abaixo, apresentados como cruciais em suas trajetórias individuais, que determinam a saída destes e de outros milhares de argentinos do país.

“[...] Então Tucumán era realmente terrível. Naquela época eu tive um cunhado meu que desapareceu. [...] não tinha nenhum tipo de tranquilidade. Não... Você não sabia se ia ficar vivo ou não. [...] A faculdade era muito politizada. Então daí já vinha todo um movimento intelectual. [...] Meu cunhado desapareceu nessa época. Minha irmã tinha duas crianças pequeninhas, uma de dois aninhos e a outra de oito meses.

⁸³ Entrevista de P. F., tradutora, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 10 de março de 2005.

*Então foi um drama na minha família. Não apareceu nunca mais. Nunca! Se procurou por todos os lados. [...] Tucumán foi um centro grande. A guerrilha era forte e a repressão era muito forte. Foi Tucumán, Córdoba, lugares muito fortes. [...] Quando eu sai do aeroporto meu marido usava barba. Naquela época muita gente usava barba. E bom, já era considerado suspeito. [...] Por exemplo, meus pais esconderam todo as obras de Freud, esconderam tudo porque os militares entraram dentro da casa. Freud era subversivo. Era terrível e você não sabia o que ia acontecer [...].*⁸⁴

O enquadramento de um indivíduo como subversivo se dava também pela estética corporal, como uso de determinadas vestimentas e barba, pelos livros que possuía em sua casa ou mesmo pela profissão que exercia. Foi desta forma que a Psicologia, a História, as Ciências Sociais, por exemplo, foram consideradas áreas subversivas e estudantes e profissionais destas alvos da repressão. A insanidade daquele período ocorria nestes termos.

*“Você saía normalmente e acabava num camburão por qualquer coisa. Porque tinha cabelo comprido, ou porque estudava psicologia ou porque andava de vermelho, é verdade. Os homens porque tinham barba é verdade. Então era uma coisa louca, era uma loucura generalizada.”*⁸⁵

*“[...] quando saíram no México o segundo volume das obras de Lacan, chegaram a Buenos Aires apenas dois exemplares. E eu tive a hiper, mega sorte de... eu catei um e ainda eu estava trabalhando na escola. Bom, então decidimos fazer uma edição didática das obras de Lacan. E bom, é uma maneira um pouco inconsciente, inconsequente, porque tínhamos uma gráfica que imprimíamos, voltávamos com o livrinho e depois vendia pessoa a pessoa [...] Mas qualquer pessoa que andava com um carro cheio de papéis, ainda mais com um dos principais trabalhos de Lacan chamado a ‘A Subversão do Sujeito’ [...] aí então eu falando para o Mario à tarde, agora a gente vai ter que fazer tudo com muito mais cuidado, mas já sabemos qual é o perigo.”*⁸⁶

Vê-se assim como a violência e a perseguição ideológica foi sendo banalizada e generalizada. Em todos os depoimentos este fato é narrado e enfatizado explicitamente, pois se trata de uma experiência que marcou toda uma geração de argentinos.

*“O que aconteceu foi na época do Cordobazo. Foi um dia em que a cidade ficou um incêndio com tropa na rua, tiros. E eu naquela época tinha um namorado e que estava perto dos lugares onde estavam acontecendo todas essas coisas e eu fiquei muito preocupada. [...] O que aconteceu foi que no meio do caminho pegaram as pessoas na parede, simplesmente porque estavam na rua e “profissão”, eu disse psicóloga e pronto. Fui presa por ser psicóloga.”*⁸⁷

O conflito estava bastante disseminado pela sociedade, atingindo também aqueles que não atuavam diretamente em nenhuma organização guerrilheira ou encontravam-se vinculados

⁸⁴ Entrevista de M. E. G., psicanalista, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

⁸⁵ História Oral de G. B., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, gravada no dia 7 de abril de 2005.

⁸⁶ História Oral de O. A. C., psicanalista e professor universitário, residente em São Paulo desde 1977, gravada no dia 4 de março de 2005.

⁸⁷ História Oral de G. B., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, gravada no dia 7 de abril de 2005.

politicamente a partidos ou sindicatos. Todos podiam ser alvo da repressão, já que ela atingia também os simpatizantes, os amigos e familiares dos assim considerados subversivos. A célebre frase, destacada anteriormente, do governador da província de Buenos Aires na época, General Ibérico Saint Jean⁸⁸, é literal quanto ao alvo e a intensidade do trabalho de repressão colocado em prática naqueles anos: *“Primero mataremos a todos los subversivos; luego mataremos a sus colaboradores; después... a sus simpatizantes; enseguida... a aquellos que permanecen indiferentes, y finalmente a los tímidos”*. Assim, bastava aparecer na agenda de telefones de algum apartamento invadido ou de algum conhecido preso ou ter participado de alguma manifestação de cunho político num passado distante para ser alvo de retaliações.

“Então pegavam alguém que tinha o seu telefone na agenda, pronto bastava, para você entrar na lista de procurados, desaparecidos ou o que for! Era muito... Entretanto a vida continuava normal, coisa que depois eu perguntava como fazíamos para continuar vivendo? A gente se encontrava de manhã e dizia: “Men Deus! Foram 5, 6, 7. Não foram só 4. Eu ouvi 3 bombas!”. Então na manhã seguinte quem morreu, quem não morreu. Quem sumiu, quem não sumiu. Entre os amigos fazíamos uma corrente de identificação. A gente se ligava um ao outro para saber se ainda estava bem. Se alguém não ligava, entrávamos em alerta. Era muito, muito difícil. Mas, no entanto, a gente continuava com vida normal, fazia conta, comia, cozinhava. Trabalhar não porque todo mundo já estava fora da universidade. Todo mundo estava desesperado procurando o que fazer. Ninguém era rico, né!”⁸⁹

Observa-se no depoimento acima como ao problema da repressão política somava-se o de sustentação econômica. A dificuldade de permanência na Argentina naquele contexto e os fatores de expulsão e de migração da população ficaram marcados também por aspectos econômicos. Dificilmente é possível categorizar este contingente migratório como estritamente político. Claramente o contexto político domina o ambiente do período, mas também dele emergem problemas econômicos que não podem ser desconsiderados.

Exclusão Política nas Universidades

*“Aí ele perdeu o emprego na faculdade porque no ano 76 houve uma lista negra e mandaram embora muita gente. De todos os professores do Instituto de Física da Universidade de Tucumán, que eram como, sei lá, como 149, ficaram 11. Todo o resto foi mandado embora.”*⁹⁰

Sendo estes sujeitos pertencentes a uma classe média urbana na Argentina de 1970, se supunha um relativo bem estar econômico. No entanto, a repressão atingiu também o

⁸⁸ O General Ibérico Saint Jean assume o governo da Província de Buenos Aires no dia 8 de abril de 1976.

⁸⁹ Entrevista de P. F., tradutora, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 10 de março de 2005.

⁹⁰ Entrevista de P. F., tradutora, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 10 de março de 2005.

ambiente profissional, sobretudo o espaço universitário, no qual uma grande parte deles encontravam-se vinculados. Estes indivíduos, se não ligados a um trabalho dentro da universidade, ao menos circulavam entre aqueles que dentro dela estavam. Consideradas pelos militares local de “infiltração marxista” por excelência, as universidades sofreram uma abrupta intervenção desde o final da década de 1960, com fechamentos de cursos, suspensão de concursos públicos, cancelamento de nomeações e demissões em massa. Em 1969, por exemplo, a Faculdade de Ciências Exatas da *Universidad de Buenos Aires* foi invadida pelo exército e alunos e professores cruelmente espancados. A universidade em Tucumán também foi fortemente reprimida, como destacado no depoimento acima, principalmente após o início das ações da *Operación Independencia*. A seguinte frase retirada de um manuscrito do General Acdel Edgardo Vilas, nomeado o comandante do *Operativo Independencia*, dá o tom das diretrizes de intervenção nas universidades daquela Província: “[...] *todo profesor o alumno que demostrase estar enrolado en la causa marxista fue considerado subversivo, y, cual no podía ser de manera distinta, sobre él cayeron las sanciones militares de rigor*” (MOHR, 1999, p. 53). Assim a garantia econômica dessa classe média também era afetada, agregando-se mais um motivo de expulsão e procura pelo destino migratório. É assim que antes mesmo do golpe de 1976 muitos argentinos já tomam o caminho do exílio.

*“A situação na Argentina era uma mistura de econômicos e políticos porque ao longo de alguns anos eu tinha tido problemas para permanecer no ambiente acadêmico, que estava muito contaminado com questões políticas. Tinha sido excluído do ambiente acadêmico, mas uma exclusão soft, não uma perseguição feroz. Mas simplesmente excluído em que era local que eu tinha construído minha vida profissional e onde eu tinha imaginado que ia resolver meus problemas de sobrevivência, de trabalho de recursos econômico, etc.”*⁹¹

Seria simplista categorizar este contingente migratório como “político” ou “econômico”. Teoricamente, dentro das políticas e das práticas migratórias, os exilados e refugiados deixam seus países de origem por motivos de perseguição política ou por estarem correndo risco de vida por conta de guerras civis e conflitos armados. O que os diferenciaria de um emigrante é o fato de não deixarem seu país de origem por condições e atração econômica em outro território. Mas é preciso atentar que na prática dificilmente pode-se deixar de levar em consideração que às causas que levam ao exílio e ao refúgio agregam-se também as dificuldades de sustentação econômica desencadeadas em situações de conflito social e

⁹¹ Entrevista de D. W., físico, residente em Campinas desde 1981, registrada em 6 de junho de 2003.

instabilidade política. Como bem lembra Schwarzstein (2001b), “[...] *la diferencia entre emigrantes y refugiados o exiliados es muchas veces ambigua [...] en el exilio, entran a menudo motivaciones económicas, difíciles de aislar de las estrictamente políticas, y, a su vez, los mecanismos migratorios así como los problemas laborales y la integración social presentan situaciones semejantes a unos y otros*” (SCHWARZSTEIN, Op. cit., 256).

De uma perspectiva que pretende compreender as representações que os próprios sujeitos fazem de seu deslocamento e das motivações que os levam a deixar o país, é importante diferenciar as categorizações definidas nas políticas e nas práticas migratórias daquelas explicitadas pelos próprios atores do processo. Ao analisar os testemunhos destes argentinos fica claro que a experiência enfatizada como determinante para virem ao Brasil está pautada, na maior parte dos casos, pela exclusão e perseguição política, mas somam-se a ela a dificuldade de sustentação econômica e estabilidade profissional, problema que não pode ser considerado secundário. Todavia vale ressaltar a peculiaridade de que a própria dificuldade de obtenção de emprego e de demissões destes argentinos de seus ambientes originais de trabalho ocorreram segundo critérios políticos. Ou melhor, a demissão e a exclusão profissional, principalmente entre aqueles que estavam inseridos no ambiente universitário, deriva da maneira como eram identificados politicamente, segundo passado de militância e envolvimento em movimentos de oposição, contestação, atividades dentro de sindicatos e relações sociais com indivíduos que destes participavam.

Os depoimentos revelam essa faceta da perseguição dentro do próprio ambiente profissional. A exclusão de cunho político nas universidades não é algo exclusivo dos anos 1970. Neiburg (1999) analisa esse histórico de intervenção política dentro das universidades em diversos episódios da história argentina. Primeiramente em 1946, ano em que Perón é eleito, são demitidos da UBA (Universidad de Buenos Aires) 1250 professores e contratados novos docentes alinhados à política peronista. Entre 1955 e 1958, período imediato pós-peronismo, ocorre o que se chamou de “*desperonização*” da universidade, ocorrendo agora demissões daqueles que estivessem vinculados a um passado político ligado ao peronismo. Em 1966, quando o General Onganía assume a presidência da República, inicia-se um processo de criação de “cátedras nacionais”, vislumbrando uma universidade contrária ao “cosmopolitismo” que, segundo os partidários desta política, haveria regido os chamados “laicos liberais” entre 1955 e 1966, ocorrendo novas exclusões dentro do ambiente acadêmico. Nos anos 1970 é a vez da exclusão das universidades daqueles identificados com uma ideologia

política de esquerda, ficando suspensos muitos cursos e faculdades considerados propensos à subversão.

“Na Argentina a situação estava muito difícil. Por exemplo, na Faculdade de Filosofia e Letras onde fazia meu curso, já tinham seqüestrado vários alunos na nossa frente. Os grupos chegavam a entrar na faculdade armados com metralhadoras e levavam alunos na nossa frente. Então nesse momento eu estava estudando, mas eu lembro que tinha trancado matrícula porque tinha ficado muito chocada porque tinha acontecido isso. Inclusive na hora da matrícula tinham uns caras armados que quando se armou um tumulto eles davam tiros para o alto. Porque estavam seqüestrando gente.”⁹²

Diante deste quadro, fica patente a existência de uma prática dentro das universidades argentinas de julgar indivíduos a partir de suas qualidades morais e de suas trajetórias políticas, principalmente em momentos de crise e tensão social. Entremostra também “*A aparente contradição entre um mecanismo de universalização (como os concursos baseados em apreciações meritocráticas) e uma medida de exclusão, associada à condenação de inimigos políticos [...] permitindo compreender alguns sentidos que adquire a política nessa sociedade nacional e na história dos argentinos*” (NEIBURG, Op. cit., p. 121). O depoimento abaixo deixa claro como as disputas, exclusões e classificação dos indivíduos dentro da UBA eram operadas nos termos de uma linguagem pautada em valores vinculados ao universo da política, evidenciando como a identidade política torna-se fundamental nesse contexto:

“En principio nos echaron. No es que nos fuimos. [...] El jefe de mí grupo era un tipo más tendiendo a la derecha. Cuando volvieron a nombrar a la gente, lo nombraron a el de nuevo. O sea, el no fue excluido como yo. Tu papá también lo echaron. Tu viejo era estudiante de primera. Recién le estaban dando los primeros cargos y lo echaron justo ahí. [...] María era una alemana nazi, que además había nacido en la Argentina pero hablaba con acento hasta el día de hoy. María sí, está ahí. Yo no le tengo aprecio porque es una pobre infeliz. Ella fue la encargada de echar todo el mundo a la mierda. Porque la nombraron Directora. ¡Escúchame! El ultimo la nombraron directora del departamento! Y ella fue la que firmó quien era que echaba o no. Y a mí me echaron porque yo, en realidad, fui hablar con María y María me dice: “No, sabes que pasa, es que vos firmaste en contra Julio Gratone y Julio Gratone no te quiere ni ver acá.” Julio Gratone es justo el fascista jefe. La cuestión es que no había lugar para volver.”⁹³

Segundo alguns depoimentos registrados, as exclusões dentro da UBA começaram a ocorrer de forma mais sistemática a partir de 1974, momento em que Perón expulsa a esquerda peronista do partido e passa a se aliar com setores da extrema direita. O ato simbólico de expulsão da esquerda ocorre durante um discurso realizado por Perón no dia 1^o de maio no

⁹² Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

⁹³ Entrevista de G. B., físico, residente em Campinas desde 1975, registrada em 10 de abril de 2003.

balcão da Casa Rosada, evento que concentrou multidões na *Plaza de Mayo*. Não obstante, ao contrário do que ocorria em tempos anteriores, Perón estava separado da multidão por um vidro a prova de balas. Em alguns ângulos da Praça encontravam-se presentes os grupos *Juventud Peronista* e *Montoneros* que, de acordo com relatos em jornais da época, gritavam “*qué pasa, qué pasa, qué pasa general, que está lleno de gorilas el gobierno popular...*”.⁹⁴ Perón irritado com as críticas os expulsou diretamente dizendo: “*El gobierno está empeñado en la liberación del país, no solamente del colonialismo, sino también de estos infiltrados que trabajan adentro y traidoramente son más peligrosos que los que trabajan afuera. Hoy resulta que algunos imberbes pretenden tener más mérito que los que lucharon durante veinte años*”. No mesmo instante a *Juventud Peronista* e *Montoneros* se retiram da *Plaza* e a partir de então os embates e combates entre guerrilha, exército e paramilitares se radicalizam. Concomitantemente são efetivadas as demissões e intervenções nas principais universidades, entre elas a UBA.

G.B., que deixa a Argentina em 1975, um ano após sua exclusão da UBA, narra esse drama social na *Plaza de Mayo* segundo sua experiência e o relaciona com um novo período de repressão que se inicia no ambiente universitário.

“Entonces cuando termine mi doctorado en ese mismo momento la facultad se cerró. Nos echaron a todos al día, así. Tengo todavía los documentos que son un telegrama que dice: ‘A partir del día de hoy le informo que usted queda cesante’. Perdí el empleo en el 1974. [...] Pero era una época de represión fea. En ese momento se dio vuelta la mano. La izquierda que eran los montoneros perdieron el poder político frente a Perón. Perón los echó. La izquierda del peronismo fue echada. Yo me acuerdo porque yo escuché el discurso [...] Se oía la gente murmurar, llenaban la Plaza de Mayo. Y Perón dice: ‘Porque bla bla bla por esos estúpidos que gritan’ Y la parte de toda la punta así de un cuarto de la Plaza de Mayo: ‘Ohhhhhhhhh...’. Eran los montoneros. Y Perón: ‘Esos sin ver que cuando el peronismo existía no habían nacido y creen que van...’ Y se oían entonces los montoneros que se iban: ‘Es el pueblo que se va! Es el pueblo que se va!’ Y dejaron vacío un cuarto de la Plaza Rosada, del lado de la Plaza de Mayo. [...] Así fue terrible. Pero eso significaba que todos los tipos que tuvieran aliados a la izquierda peronista, que eran los decanos, los jefes de todos los Institutos, habían perdido el poder. Vino una intervención nos cerraron la universidad, nos echaron al carajo y yo fui a buscar mis cosas y me encontré la puerta cerrada [...]”⁹⁵

Vê-se como já em 1974 ocorriam intervenções e retaliações dentro das universidades, o que entremostra o grau de mobilização política dentro deste espaço. Além das retaliações sobre

⁹⁴ “A denominação (gorila) origina-se em uma canção lançada em um programa humorístico no rádio depois da queda de Perón; “*Deben ser los gorilas, deben ser, que andarán por ahí...*”. A palavra foi rapidamente incorporada como sinónimo de antiperonista furibundo, liberal de direita, etc. Aos poucos seu significado foi-se ampliando até indicar “repressor de direita.” (DELLASOPPA, 1998, p. 164)

⁹⁵ Entrevista de G. B., físico, residente em Campinas desde 1975, registrada em 10 de abril de 2003.

aqueles que eram identificados e classificados como de *esquerda*, a repressão recaiu sobre indivíduos que estavam ligados às associações de docentes das faculdades, mesmo que estes representassem apenas reivindicações de cunho salarial e trabalhista. O testemunho de H. N. expõe as ambigüidades existentes entre a sua entrada como professor na UBA, segundo uma seleção baseada em seu mérito acadêmico, e a sua expulsão da universidade no ano de 1974 pelo fato de ter sido eleito o presidente da associação de docentes da faculdade na qual lecionava, a Faculdade de Engenharia Mecânica, o que passou a ser considerado uma atividade passível de banimento, tal qual ocorreu.

“[...] participei num concurso fechado e fui eleito para ser professor de projeto de planos industriais do último ano de engenharia mecânica [...]. Depois eu fui expulso quando, digamos, a extrema direita entrou no governo peronista porque eu era o presidente da associação de docentes da faculdade. Em 1974 me levaram aí para um quartinho de rio sul quadrado essas coisas. Mas felizmente os colegas me viram. Um me acompanhou e o outro ficou aí. Não deu tempo de sumir. Simplesmente eu havia sido eleito presidente pelos meus colegas por unanimidade e eu tinha um mandato para cumprir. Olha, nós queremos isto, isto e isto. Eu lutava por isso que era a minha obrigação. Senão tinha recusado. Representava interesses dos meus colegas. E isso era meio mal considerado [...]. Era um elemento irritativo então me botaram para fora [...].”⁹⁶

Assim, muitos indivíduos que participavam e estavam ligados a uma intelectualidade na Argentina de então se viram obrigados a deixar o país. A este fenômeno de emigração de indivíduos investidos de alto capital cultural denominou-se *Fuga de Cérebros*.

“[...] saíram muitos. Antes e depois. Porque no ano 1976 teve aquele golpe militar. E esse golpe afetou muito as universidades. Eles entraram e prenderam um pessoal de dentro da universidade, o reitor renunciou, um número muito grande de professores se anistiarão e foram embora. Então eu acho que esse foi o momento, digamos, que a universidade sofreu uma perda maior. [...].”⁹⁷

Após as exclusões e demissões nas universidades, muitas pessoas receberam convites para trabalhar e desenvolver pesquisas em universidades de outros países, já que contavam com alto capital cultural e receberam recursos para emigrar e para se estabelecer aí. Por outro lado, houve casos de profissionais que ao insistirem em permanecer na Argentina tiveram que deixar o país sob ameaça de morte. As recomendações de que precisavam sair da Argentina, pois estavam sendo ameaçados e perseguidos, chegavam através de amigos e colegas que conseguiam obter informações sigilosas das ações dos chamados *Grupos de Tarea* da polícia, encarregados de invadir as residências, seqüestrar e desaparecer com as pessoas identificadas como inimigos políticos.

⁹⁶ Depoimento de H. N., engenheiro químico, residente em São Paulo desde 1977, registrado em 14 de abril de 2005.

⁹⁷ Depoimento de M. F., físico, residente em Campinas desde 1974, registrado em 27 de julho de 2003.

“No 74, o que eu fiz foi estudar com Oscar Masotta, personagem lendário, introdutor das idéias de Lacan em Buenos Aires e eu diria até em Latino América, o primeiro. E Masotta era um cara que vinha da filosofia, da arquitetura, das histórias em quadrinhos, da arte pop. E ele sabia tudo, não era formado em nada e a partir de um certo momento nesses anos começou a transmitir Freud e Lacan e formou a primeira porção dos grandes analistas lacanianos, começa aí. [...] Quando chegou mais ou menos no final desse ano o Masotta falou de repente “Tchau amigos”. E falou que ia para a Alemanha estudar as raízes da psicanálise. Todo mundo ficou triste dizendo “bom, mas precisa?”. Só mais tarde ficamos sabendo de que o cara sabia que se ficasse na Argentina sabia que ia ser exterminado.”⁹⁸

É importante ressaltar que a possibilidade de fuga e saída da Argentina era facilitada para aqueles que contavam com algum recurso financeiro ou que tinham estabelecido redes de relações sociais, de trabalho e familiares, em outros países. Quando alguém era informado de que era preciso sair da Argentina urgentemente, estas redes eram acionadas e assim recebiam ajuda financeira para a fuga e na chegada ao país de destino. Houve muitos casos de assassinatos daqueles que, embora informados do risco que corriam se permanecessem em território argentino, insistiram em continuar no país. Um caso que publicamente recebeu atenção, pela sua notoriedade no meio científico, foi o assassinato do físico nuclear Antonio Missetich, especialista do Instituto de Tecnologia de Massachussets. Cito ainda este caso pelo fato de um de meus entrevistados ter sido o encarregado de alertá-lo a deixar o país. Em seu depoimento conta como foi contatado para que avisasse Missetich dos riscos que corria e como foi o diálogo com ele, uma semana antes de sua morte, numa UBA controlada e com forte presença militar.

“Entonces cuando fui para la Argentina... en ese momento había caído la Izzabel Perón. [...] Pero pasando por São Paulo, por la USP, me encuentro con Ney de Oliveira, que era un tipo con quien yo estaba trabajando y Ney me dice, me llama a parte, cierra la puerta: “G., te voy a pedir un favor. Si vas a la Argentina, anda a la Comisión de Energía Atómica que ahí está Antonio Missetich. Y decile a Antonio que se vaya, que se venga, que venga de cualquier manera, que se cruce por el Uruguay, que nosotros acá le arreglamos las cosas. Yo ya tengo un departamento para el y yo le consigo un puesto de trabajo aquí. Porque, mira, el puede tener problemas muy serios.” Yo sabía que el tipo podía tener problemas muy serios si realmente se estaba matando gente. [...] yo llego allá, me voy a ver con el, entro en la pieza donde estaba Missetich. Había un soldado en la puerta con un arma y una bayoneta. [...] Y ahí voy [...] cierro la puerta y le digo: “Mira, Ney de Oliveira me dice que el allá tiene todo arreglado para que vos vayas, que te vayas por cualquier lado, que te tome la balsa, te vas a Uruguay y entras. No necesitas visa ni nada, te arregla todo allá. O sea, andate, cuando quieras andas.” Y dice: “No, no, decile muchas gracias pero no.” “Porque?” “No, no puedo, yo tengo muchos compromisos aquí.” Una semana después lo agarraron y lo mataron. Desapareció, nunca se supo.”⁹⁹

⁹⁸ História Oral de O. A. C., psicanalista e professor universitário, residente em São Paulo desde 1977, gravada no dia 4 de março de 2005.

⁹⁹ Entrevista de G. B., físico, residente em Campinas desde 1975, registrada em 10 de abril de 2003.

A falta de perspectiva profissional e as demissões destes argentinos de seus ambientes originais de trabalho foram, sem dúvida, determinantes para formação da diáspora. Porém, é importante ressaltar que, do ponto de vista dos sujeitos, os eventos destacados como mais significativos e cruciais para que tomassem a decisão final de sair do país referem-se à ameaça representada pelos desaparecimentos de amigos e familiares e pelas detenções clandestinas.

Desaparecimentos e Detenções: Eventos Determinantes da Diáspora

“Mas não foi para nada traumático (sair da Argentina). Muito pelo contrário. Para mim foi um alívio não ter que pensar que hoje poderia acontecer alguma coisa. As coisas estavam se complicando muito rapidamente. O pai de uma prima tinha sido, por ser advogado, tinha sido seqüestrado entregue assim aos pedacinhos. Então era como se o círculo estivesse se fechando. Então a gente estava sentindo uma pressão muito forte.”¹⁰⁰

De fato, é no momento em que são diretamente avisados do risco que corriam se permanecessem no país ou mesmo quando familiares e amigos muito próximos são presos, desaparecidos e ameaçados de morte que a questão de deixar o território argentino é colocada mais concretamente.

“Chegou um momento em que desapareceram amigos nossos, bastante amigos. Porque isso era uma coisa. De repente você conhecia o primo do amigo do fulano do vizinho que tinha desaparecido. De repente já era um primo que tinha desaparecido. Depois já era o amigo do amigo, de repente já era seu melhor amigo! Então quando desapareceram dois... Esses desapareceram no mesmo dia... Dois casais, mas muito amigos. Com um tínhamos até convívio no mesmo apartamento um tempo. O M. (marido) foi-se embora para Buenos Aires, mas imediatamente. Eu fui para a casa da minha mãe e ele foi para Buenos Aires. Não podia continuar ali. [...] Mesmo que a atividade política era só político-universitária, não tinha nada dessas outras coisas de... Era política universitária o que fazíamos!”¹⁰¹

Grande parte dos entrevistados menciona a experiência de alguma situação de violência e risco de vida como eventos cruciais para se conscientizarem de que realmente era preciso deixar a Argentina, por mais que as condições financeiras fossem adversas para tal empreendimento. A trajetória de O.A.C., que chega em São Paulo em 1977, é bastante elucidativa nesse sentido. Narra como na medida em que a situação de terror ia se tornando mais extrema, amigos que tinham algum recurso procuravam ir para a Europa, para países como França e Espanha. Para ele esta opção não era colocada em questão, primeiro por não se

¹⁰⁰ Entrevista de M. D. C. G., tradutora, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

¹⁰¹ Entrevista de P. F., tradutora, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 10 de março de 2005.

sentir diretamente ameaçado e, segundo, por não possuir recursos financeiros para viajar, sobretudo num período em que recém haviam nascido suas filhas gêmeas.

*“Todos os dias parecia que a coisa ficava ainda pior [...] Dois dos meus amigos porque estavam achando que a situação estava insuportável, porque tinham um pouco de recursos, porque achavam que era o melhor que podiam fazer, estavam pensando em ir para a França, para estudar lá na escola de Lacan. E **nessa época quem podia se mandava para qualquer lugar do mundo das maneiras mais exóticas. Outros amigos já tinham ido para a Espanha.** Mas os mais próximos foram esses dois, Mário e Henrique com uma diferença de um par de meses, um foi primeiro e outro foi depois. E era óbvio que eu não iria para lugar nenhum, porque nem tinha recursos e tínhamos dois bebês”.*¹⁰²

Para O.A.C., diante de uma situação completamente desfavorável para a realização de qualquer viagem, o evento que desencadeia o impulso de sair da Argentina a qualquer custo é a invasão de seu apartamento em Buenos Aires durante uma madrugada por um *Grupo de Tarea* da polícia fortemente armado. Ele e sua esposa por pouco não são seqüestrados devido a um erro da polícia ao confundi-los com outro casal que vivia no mesmo edifício. A polícia invade seu apartamento ameaçando-os com armas e revistando todo o local, até o momento que corrigem a informação de que o casal que procuravam residia em outro apartamento.

*“[...] uma e meia da manhã, escutamos um barulho absurdo. [...] Demoramos um instante para abrir a porta, porque estavam gritando “abra a porta filhos da puta” [...] Mas isso foi tudo muito, muito, muito rápido. Ao mesmo tempo pegaram a M. (esposa) e jogaram contra a parede, me jogaram contra a parede e já entraram um monte de outros caras que começaram a abrir todos os armários, a biblioteca, começaram a jogar todos os livros para ver se... Tudo ao mesmo tempo agora e nos outros apartamentos também um desastre completo. Eu não consegui mais do que ver que **tinham vários malvados, com metralhadoras 45, toda a artilharia de guerra, enquanto o coitado do vizinho apanhava** [...] Mas o terror foi tão grande, que impressionante. Em termos cronológicos não durou muito, mas em termos subjetivos durou uma eternidade [...]. E de repente veio um deles gritando: “não é aqui”. [...] E a parte mais triste dessa história foi que uma semana depois, uma loirinha e um barbudo, que eu só conhecia de vista, apareceram numa sarjeta completamente... Bom, nesse instante decidimos que não queríamos viver mais num lugar assim [...] naquela época não sabíamos que as crianças eram botim de guerra. Então o que poderia ter acontecido era que os caras poderiam primeiro ter feito o erro. Nos levavam porque... Segundo poderiam não nos levar, mas poderiam ter levado as crianças. Porque, imagina, os caras ou as vendiam, ou eram adotadas pelos militares estéreis. E de repente tinha duas, na bandeja, era só fazer assim e carregar. [...] E aí decidimos nessa mesma noite que sairíamos assim que fosse possível.”*¹⁰³

¹⁰² História Oral de O. A. C., psicanalista e professor universitário, residente em São Paulo desde 1977, gravada no dia 4 de março de 2005.

¹⁰³ História Oral de O. A. C., psicanalista e professor universitário, residente em São Paulo desde 1977, gravada no dia 4 de março de 2005.

O terror gerado por uma situação em que não se sabe se será alvo de seqüestro e tortura, pelo fato de haver a possibilidade de ser confundido com outra pessoa que efetivamente está sendo perseguida, determina a decisão de seu exílio. A invasão de sua residência e a violência presenciada em tal situação por O.A.C. é um exemplo de uma prática que se tornou procedimento rotineiro da polícia naqueles anos. Segundo informe da Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas, “[...] dentro de la metodología del secuestro como forma de detención, los operativos se realizaban a altas horas de la noche o de la madrugada, generalmente en días cercanos al fin de semana, asegurándose así un lapso antes de que los familiares pudieran actuar. Generalmente en el domicilio irrumpía una “patota” o grupo integrado por cinco o seis individuos [...] los integrantes de la patota iban siempre provistos de un voluminoso arsenal, absolutamente desproporcionado respecto de la supuesta peligrosidad de las víctimas” (CONADEP, 1986, p. 17).

A sensação de terror generalizado é ponto comum nestes depoimentos. A ameaça de violência que representava as ações repressivas do Estado sobre os indivíduos se institucionaliza em 1976. Neste momento, a mudança do nível de repressão fica evidente e as Forças Armadas passam a seguir e “aperfeiçoar” os ensinamentos da doutrina de combate à subversão que tinham adquirido junto à escola francesa treinada na Argélia. O estado permanente de terror e medo é propositalmente criado com o objetivo de inibir as manifestações de enfrentamento e oposição política que tinham se tornado uma constante naquela sociedade em anos anteriores. Como coloca Taussig (1993), “O espaço da morte é importante na criação do significado e da consciência, sobretudo em sociedades onde a tortura é endêmica e onde a cultura do terror floresce” (TAUSSIG, Op. cit., p. 26). E este espaço da morte e do terror é criado através de situações onde imperam o silêncio e a incerteza: quem pode ser vítima e quem pode ser vitimizador; rumores da natureza das sanções físicas ou morais que a vítima pode receber; o desconhecimento do destino dos seqüestrados (mortos, torturados ou vivos?). A figura que melhor simboliza a criação desse espaço da morte e da cultura do terror é a do *desaparecido*. Nela este estado materializa-se: não saber o paradeiro e a situação (de vida ou morte) em que se encontram as pessoas queridas. “Nas crônicas de Timerman e em *El Señor Presidente*, de Miguel Angel Asturias, fica claro que as culturas do terror são nutridas pelo entremesclar do silêncio e do mito, no qual a ênfase fanática no lado misterioso floresce através do rumor finamente tecido em teias de realismo mágico. Fica também claro que o vitimizador necessita da vítima a fim de criar a verdade, objetivando a fantasia no discurso do outro. É claro que o desejo do torturador é prosaico. Ele quer adquirir informação, agir de acordo com as estratégias econômicas em larga escala elaboradas pelos mestres da finança e as exigências da produção. No

entanto existe também a necessidade de controlar populações numerosas, classes sociais inteiras e até mesmo nações, através da elaboração cultural do medo” (TAUSSIG, Op. cit., p. 30). Os militares argentinos tiveram realmente êxito no empreendimento de criar uma cultura do terror, alimentando o mistério e a incerteza em torno dos seqüestrados, das possíveis futuras vítimas e do tipo de tortura física e psicológica que poderiam aplicar sobre os detentos.

“[...] a ameaça que representava a perseguição e o desaparecimento de pessoas, que foi ato enorme e duradouro, que se estendeu por muitos anos, indiscriminado, selvagem, violento e aterrorizador. Um clima de terror potencializado por um governo da maior impunidade e descontrole. Isso assusta qualquer um [...] porque a idéia toda é pensar, primeiro, que você está inseguro. Esse clima horrível, você se sente completamente inerte, impotente, e sabe o que está acontecendo e não sabe o que fazer. Então é o que eu te digo: esse clima que te leva a não ter confiança, a não abrir seu pensamento nem com pessoas do seu círculo familiar.”¹⁰⁴

M.D.C.G., original de Tucumán, que chega ao Brasil no ano de 1977, destaca como evento crucial de sua saída da Argentina, além da demissão de seu marido do cargo que tinha na Universidade, o seqüestro e desaparecimento de um primo que era líder sindical e a informação de possível seqüestro que seu cunhado vinha recebendo. Desta forma deixam a Argentina quase simultaneamente (ela, o cunhado e o marido), chegando primeiramente em Porto Alegre e seguem posteriormente para São Paulo.

*“Eu tinha da minha parte uma parente próxima que foi seqüestrada pela ditadura e o irmão de meu marido tinha sido ameaçado também. Então ele saiu antes da Argentina, um mês antes porque sabíamos que ele ia ser seqüestrado a qualquer momento. A gente tinha essa informação. [...] E bom, então um primo nosso, que era uma espécie de dirigente sindical também foi seqüestrado, e ele foi considerado como um desaparecido. Isso em julho do ano 76. Nós viemos para o Brasil... Meu marido veio para o Brasil no mês de março de 77, meu cunhado alguns meses antes porque ele tinha que sair de qualquer jeito.”*¹⁰⁵

No caso de indivíduos ligados diretamente aos movimentos de oposição a situação era ainda mais repressiva e perigosa. A.M.M., que chega clandestina primeiramente no Rio de Janeiro no ano de 1979, seguindo para São Paulo tempos depois, relata que *“En el 75, con el asunto de la represión político-militar y en un enfrentamiento matan a mí esposo. Entonces paso a la clandestinidad.”*¹⁰⁶ Ela estava envolvida com o movimento montonero e em 1975, após o assassinato de seu marido, se vê obrigada a viver na clandestinidade em território argentino, correndo o risco de ser detida e assassinada. E de fato é detida, com um passaporte falso em

¹⁰⁴ Entrevista de D. W., físico, residente em Campinas desde 1981, registrada em 6 de junho de 2003.

¹⁰⁵ Entrevista de M. D. C. G., tradutora, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

¹⁰⁶ Entrevista de A. M. M., proprietária de um restaurante de comida típica argentina, residente em São Paulo desde 1979, registrada no dia 15 de abril de 2005.

sua primeira tentativa de fuga da Argentina, quando a organização montoneros a estava mandando para a Europa. É levada para uma delegacia legal e logo depois seqüestrada pelo próprio exército, onde é presa num centro clandestino de detenção, passando a constar como desaparecida.

*“En Buenos Aires y yo estaba saliendo del país en este momento y formo pareja con otro compañero. Y la organización nos estaba mandando a Europa. A través de un trámite burocrático que tuvimos que hacer con la documentación que ya era falsa, y teníamos que tener documentos para poder salir. Yo fui presa en Buenos Aires. Cuando iba a un registro civil [...] abí me llevaron a una delegacia legal. Y dentro de la delegacia soy secuestrada por el ejército. Y en la organización que yo actuaba si eras secuestrado enseguida desaparecías. Entonces yo pasé a ser desaparecida. Porque me llevaron a un campo de detención clandestino de estos conocidos y después de seis meses yo soy liberada. **Yo soy una sobreviviente dos veces. En ese período ya comienzo a pensar que continuar en la Argentina seguía siendo duplamente peligroso. Había un bando del ejército que sabía que yo fui secuestrada y liberada. Había un bando de la Marina que me quería volver a secuestrar. Había tanto y más peligro. Y la organización a la cual pertenecía, para esa organización yo era una traidora. Porque nadie salía vivo. Si vos estabas vivo tenías alguna cosa. Años después se pasa y todo eso queda claro. Pero en ese momento era eso. Entonces era perseguida por un lado por el ejército y por el otro lado por la organización.**”¹⁰⁷*

Diversos casos foram relatados de pessoas que depois de presas legalmente numa delegacia eram seqüestradas dentro delas e encaminhadas para os chamados Centros Clandestinos de Detenção, lugar onde os presos eram brutalmente torturados, fuzilados ou mesmo mandados para os tristemente célebres “*Vuelos de la Muerte*”, os assim denominados vôos que jogavam os cadáveres torturados dos detentos ao mar. Outra tática de desaparecimento de corpos era a cremação e o depósito de cadáveres sem identificação em valas comuns. Também havia o perigo de assassinato daqueles que saíam em liberdade vigiada após terem passado algum tempo seqüestrados, como é o caso de A.M.M. Como coloca Parcerro (1985) “*Hubo varios casos de secuestro, y hasta aparición de cadáveres de personas que estaban saliendo bajo libertad vigilada. Eran levantadas en muchos casos a la salida de su presentación habitual en las comisarías y nunca más se supo nada de ellos*” (PARCERO, Op. cit., p. 40). A situação de A.M.M. era bastante crítica, pois, no momento em que sai sob liberdade vigiada do Centro Clandestino de Detenção, é perseguida tanto pelo exército quanto pelos montoneros. A questão de ser perseguida pelos montoneros devia-se ao fato de que apenas um número ínfimo dos membros seqüestrados desta organização voltava a aparecer. No caso de serem liberados eram

¹⁰⁷ Entrevista de A. M. M., proprietária de um restaurante de comida típica argentina, residente em São Paulo desde 1979, registrada no dia 15 de abril de 2005.

considerados traidores, pois, segundo a lógica de terror e paranóia vigente no período, se a liberação ocorria era porque o detido havia colaborado com o exército, por exemplo, através de delações de outros membros da organização. Portanto, para A.M.M., diante de uma situação em que se encontrava sem recursos e clandestina, o Brasil apresentou-se como um lugar possível e viável para refugiar-se.

Outro testemunho significativo que nos informa sobre o contexto de banimento de indivíduos numa Argentina tomada pelo terror e a conseqüente chegada de um número relevante de argentinos no Brasil naqueles anos 1970, é o de C.H., argentina proveniente de Buenos Aires, que chega em São Paulo em março de 1978 após o seqüestro de seu ex-marido e filho, então com três anos de idade. Numa tarde em que seu filho ia passear com o pai no zoológico de Buenos Aires ambos são seqüestrados. Algumas horas depois policiais chegam no apartamento de C.H. com seu filho, dizendo que o tinham encontrado perdido. A única coisa que conseguiu saber através do menino, muito pequeno na época, foi que o levaram para um lugar no qual podia escutar barulho de avião e que lhe deram um carrinho para brincar. Também contava que tinham colocado um capuz na cabeça do pai quando entraram no carro e que em seguida começou a chorar e depois dormiu. Isso é tudo que puderam saber dessa história.

“Então no dia em que ele tinha saído num fim de semana com o F. (filho) e com esta moça, eles foram passear num zoológico e aí ele foi seqüestrado lá junto com o F.. E aí um drama. Isso foi num domingo. [...] E eu morava em apartamento e tocaram o interfone do apartamento e tinham uns homens que falaram para mim: “Olha, estamos com um menino, fala que ele mora aqui”. Eu falei: “Como assim?”. Eu estava esperando o F. com o pai. E aí então me falaram: “Não, estamos com um menino que fala que mora aqui”. E eu: “Mas como ele é? Como ele chama?” E: “Ele é loiro, tem cachinhos”, não sei que. Aí eu falei: “Espera aí”. E eu desci e estava o F. com uns caras falando que tinham encontrado ele perdido no zoológico. Só que o F. não sabia nessa idade falar o endereço de onde ele morava. Eu peguei o F. e inventei um monte de besteiras, eles falando que eram da delegacia, falaram que delegacia. Eu peguei o F. e eles foram embora e aí me toquei que algo raro tinha porque o F. não podia estar sozinho, não sabia onde. Aí começou toda essa procura e aí fui atrás. Não havia corpos. A avó do F. e o irmão foram fazer hábeas corpus porque percebemos que algo tinha acontecido. E fomos tirar as cadernetas de endereço da casa dele e todas essas coisas.”¹⁰⁸

A partir desse momento seu ex-marido passa a constar como mais um dos milhares de argentinos categorizados como desaparecidos naqueles anos sombrios. Na época não se podia saber ao certo o que ocorrera e qual seria o desfecho dessa história. C.H. lembra que a insanidade maior de toda a situação vinha à tona nos momentos em que se via obrigada pelo

¹⁰⁸ Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

filho a explicar o que acontecera com seu pai, já que por muitos anos, ninguém podia afirmar que os desaparecidos tinham de fato sido assassinados.

“Mas teve muito tempo em que não se dava nem por mortos os desaparecidos. Isso foi todo um processo até a gente poder falar que estava morto, até o F. escutar isso, até ele processar isso foram muitos anos. [...] Para o F. foi muito difícil porque ninguém podia explicar o que estava acontecendo. Eu tinha que inventar o que estava acontecendo. A gente não sabia. Até agora não tem nem palavra para se falar dos desaparecidos. O que são os desaparecidos? Legalmente se inventou aquela... Como é? Tem uma figura legal, Presunção Desaparecimento. Depois de um tempo... Mas então até subir o governo depois da ditadura, do Alfonsín, que ele que deu por mortos os desaparecidos. Porque até aí ninguém falava que estavam mortos. Estavam desaparecidos. Seqüestrados. Mas o F. inventava que o pai estava no hospital, que o pai não sei o que. Então de vez em quando a gente escutava ele inventando histórias.”¹⁰⁹

A figura tétrica do desaparecido talvez seja a que melhor simboliza o terror presenciado por estes argentinos que aqui chegaram. Milhares de seres humanos passaram a integrar essa categoria e o terror está justamente em nunca saber ao certo o porquê destas pessoas terem sido seqüestradas e se poderiam voltar a aparecer. Não se obtinha nenhuma informação de onde poderiam estar, quem as tinham seqüestrado e se ainda estavam vivas. “[...] *las autoridades no habían oído hablar de ellos, las cárceles no los tenían en sus celdas, la justicia los desconocía y los habeas corpus sólo tenían por contestación el silencio*” (CONADEP, 1986, p. 9). Como coloca Jelin (2002), a narrativa tecida pelo movimento de direitos humanos e pela rede de solidariedade internacional contra as violações cometidas pelo governo militar e anteriormente pela forças paramilitares *Triple A* adotou como imagem-símbolo do terror o desaparecido. “*La figura central que se construyó fue durante mucho tiempo la del “detenido-desaparecido”, víctima de lo inimaginable. Tan inimaginable que llevó mucho tiempo construir esa figura, ya que quedaba siempre la esperanza de su reaparición en la forma de una detención conocida*” (JELIN, Op. cit., p. 71).

A dúvida presente em torno de um desaparecimento, por ter sido confundido ou por outra razão, é algo assustador, pois o terror é alimentado pelo desconhecido, pelo incerto. No testemunho de C.H., assim como visto no de O.A.C., é colocada a questão da possibilidade de ser confundido e a sensação de insegurança e paranóia derivada desta experiência. “[...] *um espaço da morte na terra dos vivos, onde a incerteza certa da tortura alimentou a máquina da arbitrariedade do poder, o poder enfurecido, o grande e fervilhante lamaçal do caos, que existe no reverso da ordem e sem o qual a ordem não poderia existir*” (TAUSSIG, 1993, p. 26). O primeiro desaparecido da história argentina recente ocorreu no ano de 1962, quando Felipe Vallese, um rapaz de 22 anos e militante da

¹⁰⁹ Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

Juventud Peronista, é assassinado e desaparece de uma delegacia de polícia da periferia de Buenos Aires. O que ninguém poderia imaginar é que esse recurso se tornaria uma prática rotineira na década seguinte.

“Na verdade, a gente nunca soube direito a história do pai do F. porque pelo que eu saiba ele não militava. Mas ele estava fazendo universidade também e ele estava tendo um começo de uma relação com uma moça e esta moça, aparentemente, tinha a ver com a polícia.[...] E ele tinha antecedentes de militância. Na época ele militou quando era mais jovem em grupos armados, por pouco tempo também. Então tinha antecedentes na polícia. E eu penso que um pouco em função disso ele foi... Foi confundido eu diria. Não sei, não sei. Pode ser que ele foi confundido porque ele... Recebia na casa dele, assim como eu recebia na minha casa, pessoas que estavam militando. Que eram amigos, que eram... Que estavam fugindo. E então a gente recebia. Ele na casa dele e eu na minha casa. [...] Mas era inviável ficar na Argentina porque a gente nesse meio tempo ficou sabendo de que essa mulher poderia ser alguém que era informante da polícia. E a mulher estava atrás de mim e ela não tinha sido presa. Ela não tinha desaparecido. Aí estava atrás de mim.”¹⁰

A partir destes eventos que propagam o terror e o medo, estes indivíduos começam a buscar formas efetivas de deixar a Argentina.

Migrantes, Exilados, Refugiados, Estrangeiros: Categorias e Representações sobre o Deslocamento

Tendo em vista a pluralidade de situações experienciadas pelos indivíduos, outros dos aspectos importantes a serem analisados são as maneiras a partir das quais os sujeitos (re)constroem as representações sobre o seu próprio deslocamento. Junto ao trabalho de reconstrução das memórias desta experiência de migração, emergiram considerações acerca de definições, classificações e identificações que passaram a localizar a si mesmos e a outros argentinos dentro desta história. Neste sentido pareceu-me pertinente analisar como estes sujeitos se autoclassificam (como exilados, refugiados, migrantes ou estrangeiros) segundo as representações construídas em torno das motivações para a saída de seu país de origem, da inserção no contexto brasileiro e de seu posicionamento político ou formas de viver a *política*. Assim, optei por explorar estas categorias (exilado, migrante, refugiado, estrangeiro) utilizadas para identificarem a si mesmos e aos outros no contexto migratório. Vale ressaltar que sendo a vinda para o Brasil vista pelos atores como um momento marcante e definidor de suas trajetórias individuais, esta experiência também se torna central nos processos de

¹¹⁰ Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

(re)construção de identidades dos sujeitos. Logo, parece-me importante relevar as representações que os indivíduos constroem sobre seu deslocamento na medida em que nos informam sobre as maneiras como os sujeitos se identificam, como querem ser identificados e como identificam aos outros. Nessa mesma direção, Schwarzstein (2001b) salienta que *“La memoria, o sea el modo en que recuerdan y relatan a sus experiencia es central en la constitución histórica de las identidades. El análisis de las narrativas de los exiliados [...] permite comprender el proceso de construcción de sus identidades y analizar cómo a través de diferentes prácticas y discursos los sujetos sociales fueron construyendo una representación de lo que son o de lo que quisieron ser”* (SCHWARZSTEIN, Op. cit., 261).

Como já ressaltai, é preciso atentar para as distinções entre as categorizações definidas nas políticas e nas práticas migratórias, bem como no imaginário ideológico da elite, daquelas definidas pelos próprios atores do processo. Sob essa ótica, deve-se desvendar as ambigüidades existentes entre as maneiras a partir das quais os indivíduos se classificam e se identificam, enquadrando-se dentro de determinadas categorias, e os processos pelos quais passaram, sendo identificados e classificados oficialmente segundo as normas vigentes.

Os argentinos que deixaram o país rumo ao Brasil, por conta da perseguição política e da ameaça que esta representava para estes indivíduos e seus familiares, acabaram permanecendo no Brasil como turistas, clandestinos até que vislumbrassem uma oportunidade de legalizar sua situação anos depois (através de anistias, por exemplo) ou receberam o status comum de imigrantes, obtendo o Registro Nacional de Estrangeiro Permanente ou Provisório através de contratos de trabalho ou outros meios (casamento, filho brasileiro, etc.). Como bem coloca Graciarena (1986), *“[...] por diversas evidencias se conoce que es elevado el número de argentinos que buyeron del país debido a la muy severa y cruenta persecución política desatada por el último régimen militar (1976-1983). Muchos de ellos fueron recibidos como refugiados políticos en los países de asilo, que aplicaron normas diversas u otorgaron tal condición en grados muy variables. Por eso, el conjunto de quienes fueron registrados formalmente como “refugiados” por los gobiernos y los organismos internacionales sólo constituye una referencia imprecisa y aproximada de la cantidad total de los que partieron en esas condiciones. Muchos otros llegaron como turistas y permanecieron indocumentados, apelando a diversos procedimientos para pasar los años que permanecieron en el exterior, y otros obtuvieron el status común de inmigrantes [...] en cualquier caso, la decisión de emigrar fue un desgarramiento irreparable, puesto que fue forzada por la situación de peligro que ellos y sus familias afrontaron”* (GRACIARENA, Op. cit., p. xxiv).

O. A. C., que deixa a Argentina porque tinha sido ameaçado após a invasão de seu apartamento por um *Grupo de Tarea* militar, por longos anos dependeu da renovação do visto de turista a cada seis meses na fronteira. O grande impedimento para a obtenção de documentação provisória de estrangeiro era adquirir um contrato de trabalho.

“O problema é conseguir o visto de permanência definitiva. Sendo que nós tínhamos entrado com visto de turista que era por três meses. Ou seja, renovava por mais três. Depois precisava sair do país. Foi assim que fizemos várias viagens até o Paraguai na tríplice fronteira. Era surreal [...]. Um dia então, fomos até o despachante, nos cobrou uma nota. Fez toda a papelada, nos levou até Santos para fazer a parte de autorização médica e tudo mais. E o visto não foi aceito. [...] O despachante nos passou a perna. Ele sabia perfeitamente que não sairia e fez toda a mímica. [...] de repente uma psicóloga que tinha trabalhado na Febem [...] um dia então é que ela falou: “Olha eu não vou mais poder ficar nessa escola, você não gostaria de trabalhar uma vez por semana?” [...] Então eu topei [...] Só que estando nessa escola aí pedi um contrato. Eles me deram. Então apresentei o contrato e foi assim. Foi a única vez na vida que podia ter um contrato. Para mim é insólito. Eu não acreditei quando pedi [...] Apresentei isso e foi assim que nos radicamos definitivamente.”¹¹¹

M.D.C.G. também relata como ela e sua família conseguiram permanecer no Brasil com documentação legal através de um contrato de trabalho que seu marido obteve primeiramente em Porto Alegre. Já seu cunhado que deixou a Argentina juntamente com eles, pois tinha sido informado que corria risco de vida em Tucumán, não teve a mesma sorte. A sua permanência no Brasil dependeu de um visto de turista que tinha de ser renovado. E o perigo de ser preso na fronteira fazia com que M.D.C.G. o acompanhasse com suas crianças numa tentativa de diminuir as suspeitas de seu cunhado frente a polícia argentina no momento da renovação do visto.

“Porque meu cunhado foi um horror. Tínhamos que sair do país porque ele tinha que sair. A gente acompanhava pelas crianças. Era uma coisa assim meio de cigano. Então a gente saía, ajudava ele [...] a cada três meses. Então a gente ia até a fronteira, sei lá, tanto Argentina como Uruguai. Foi um filme. [...] Meu marido teve uma espécie de muita sorte. Ele chegou e através de contatos caiu na mão de um senhor maravilhoso que era como um presidente de uma companhia de eletricidade estadual. E gostou dele, sei lá, caiu nas graças dele, não sei te explicar, e deu o que a gente chamava na época uma promessa de trabalho. Exatamente, mas uma promessa, não era um contrato. Mas naquela era época era o suficiente para você obter o RNE, obter a qualidade de estrangeiro residente permanente. Porque tinha muita gente que vinha através da Universidade. Porto Alegre tinha professores convidados, professores adjuntos, enfim, tinha gente para tirá-las de lá, mas eram contratos temporários de dois, três anos. Então eles tinham, era provisório né.[...] Nós entramos com RNE. [...] Mas havia muitas pessoas com problemas de papel.”¹¹²

¹¹¹ História Oral de O. A. C., psicanalista e professor universitário, residente em São Paulo desde 1977, gravada no dia 4 de março de 2005.

¹¹² Entrevista de M. D. C. G., tradutora, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

Do ponto de vista do Estado-Nação brasileiro, estes argentinos não puderam ser categorizados como refugiados. Até então a sua legislação apenas contemplava com o status de refugiados e reconhecia como tal aqueles de origem européia. Portanto, permanecer no Brasil significava não ser aceito formalmente como refugiado. Ainda digno de menção é o fato de o Brasil estar sob o comando de um governo militar o que dificultava as condições para os latino-americanos que aqui chegavam buscando refúgio.

Permanecer como turista no Brasil, portanto, implicava nas constantes viagens até a fronteira, a cada seis meses, para a renovação do visto. Estas viagens traduziam-se no perigo de ser detido e seqüestrado pela polícia de fronteira entre a Argentina e o Brasil. Os seqüestros e desaparecimentos de argentinos que tentavam atravessar a fronteira do Brasil não foram casos isolados, aconteciam freqüentemente. Assim, sem nenhum respaldo legal por parte do Estado brasileiro, os argentinos que tentavam escapar da repressão vindo para cá se viam constantemente submetidos a esse tipo de constrangimento e ameaça.

“Porque a gente veio e voltava a cada seis meses para renovar o visto né. Então a gente ia para Foz do Iguaçu. Dezoito horas, renovava o visto, voltava outras dezoito horas. A gente fazia isso num final de semana e um abraço. E era mais seis meses de poder ficar, né. Até a gente ter o documento definitivo. [...] Os políticos não queriam que ninguém entrasse. E muito menos gente de esquerda. Então inventou a Lei dos Estrangeiros naquela época. E só permitia entrar aquilo que a economia nacional lhe interessava que era o método do plano desenvolvimentista militar. [...] Então a gente ia lá para renovar esse visto na fronteira e era horrível com as coisas estranhas que aconteciam. Uma vez a gente... A gente sabia o que acontecia naquela fronteira. O filho do Goldenberg, que é o primeiro psicanalista da minha mãe, tinha morrido ali e está ali também essa cena. Aparece no livro. Ele atravessando a balsa, e bom, mataram ele ali mesmo. E seqüestros, seqüestros [...] Então essas coisas aconteciam. E o medo estava presente. Às vezes, a sua imaginação pode colaborar um pouco, mas naquela época não precisava de muita imaginação não. Rolava mesmo. Então o pano da mudança foi esse daí. Onipresente o regime militar. Ninguém era inconsciente do que estava acontecendo.”¹¹³

A definição e regulamentação do status de refugiados foram estabelecidas mundialmente em 1951 quando é constituído o Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas. E é durante a realização da Convenção de Genebra nesse mesmo ano que fica definido como refugiado o indivíduo de origem européia que estaria na situação de refúgio por conta dos eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951. Esta definição pautou-se claramente em uma visão eurocêntrica, preocupada em defender os direitos dos milhares de refugiados europeus que tiveram que deixar seus países durante ou no final da Segunda Guerra Mundial. Com o intuito de rever esta cláusula eurocêntrica, em 1967, em uma nova

¹¹³ Depoimento de L. E. D., arquiteto e professor, residente em São Paulo desde 1979, registrado em 7 de abril de 2005.

Convenção, são retiradas as restrições geográfica e temporal com relação aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Contudo, ainda que o Brasil tivesse aderido ao Protocolo em 1972, eliminando a condição temporal nos fatos alegados pelo solicitante de refúgio, optou por manter a “reserva geográfica” ao reconhecer e admitir somente refugiados de origem européia.

Por conseguinte, durante muitos anos os latino-americanos que buscaram refúgio no Brasil como alternativa às perseguições políticas em seus países de origem não tiveram respaldo legal para permanecer aqui. Por isso, oficialmente, os argentinos que tinham essa possibilidade receberam status comum de imigrantes, embora a razão maior que os impulsionara a deixar a Argentina tivesse suas origens na violência e nas perseguições políticas instauradas pelo regime militar. Como vimos anteriormente, ao não receberem proteção legal do Estado Brasileiro, as entidades humanitárias como, por exemplo, aquelas vinculadas a setores da Igreja Católica tornaram-se importantes agentes para estes indivíduos ao se esforçarem na acolhida e assistência dos mesmos. E é por conta desse impedimento legal que o próprio escritório do ACNUR instalado no Rio de Janeiro acabou funcionando durante longos anos como uma agência de reassentamento de refugiados para outros países.

As ditaduras militares instauradas em diversos países da América do Sul levaram a instalação de um escritório do ACNUR no Rio de Janeiro no ano de 1977. Como o Brasil ainda estava sob o comando dos militares, a vinda do ACNUR para o Brasil somente pode ser efetivada através de um acordo “*ad hoc*” entre ACNUR e governo brasileiro. O trabalho humanitário da ACNUR pôde ser viabilizado através de parcerias com outras entidades tais como Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, Comissão de Justiça e Paz, Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, Conselho Mundial de Igrejas e outras entidades de direitos humanos. Estas entidades em conjunto dedicaram-se aos programas de assistência do ACNUR e de reassentamento de refugiados para os países que estavam dentro do programa de aceite de asilo. Na maioria dos casos, os argentinos e outros refugiados latino-americanos foram reassentados do Brasil para países como: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, México, Noruega, Portugal, República Democrática Alemã, Suécia e União Soviética.

Vale ressaltar que ao longo dos anos 1980 a Caritas atuou intensamente na luta pelo reconhecimento do status de refugiado político dos latino-americanos que estavam no Brasil. Sobretudo trabalhou junto daqueles que se encontravam clandestinamente por não terem obtido o reconhecimento de sua situação de refugiados pelo ACNUR.

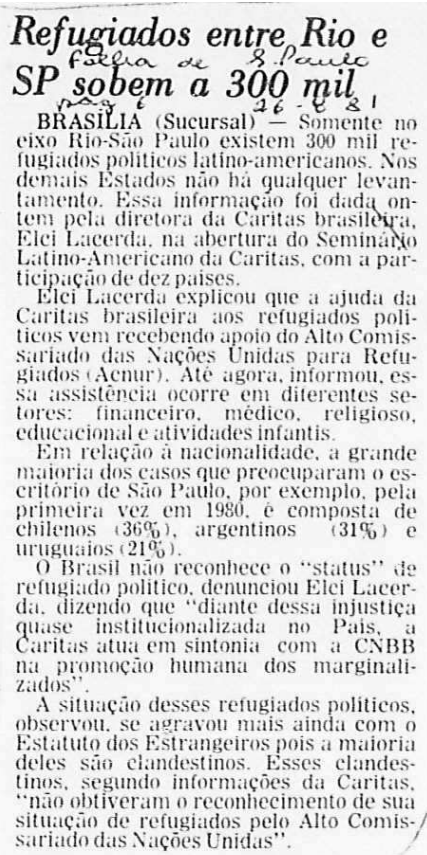


Figura 13 – Nota: Folha de São Paulo, São Paulo, 26 ago. 1981.
Fonte: Arquivos do DEOPS, Arquivo do Estado de São Paulo.

Neste cenário, permanecer no Brasil significava não ser repatriado pelas Nações Unidas para países, em sua maioria, europeus. Estar no Brasil significava também permanecer mais próximo da Argentina e ter um contato maior com os últimos acontecimentos que lá estavam ocorrendo e, sobretudo, significava continuar dentro da América latina. Este último fator implicava num posicionamento político. Ainda que a Europa oferecesse melhores soluções econômicas e materiais do que o Brasil, ser reassentado em um país como a Suécia simbolizava um desligamento e uma ruptura ainda mais profunda do que o próprio exílio no Brasil. Foi assim que muitos argentinos não quiseram ser reassentados em um país europeu, optando por permanecer clandestinamente no Brasil.

"Bueno, en esa situación consigo salir de la Argentina y vengo a Brasil con hijo. Salí porque no era posible estar ahí. A partir de aquí sí vos tenías opciones de ir a Europa. Pero ahí yo opté en quedarme en Brasil por estar más cerca de la Argentina, de mi lugar y de mi familia y por ser Brasil. Me sentía más dentro de América. Yo no me clasificaba como refugiada. Estaba clandestina. Porque como refugiada aquí en Brasil no recibía. Entonces no podía ser refugiada en Naciones Unidas. Ahí te mandaban a Suecia, a Noruega. Como eso no quería yo resolví quedarme por mí cuenta. Quedaba, mas no tenía documentación. Años después, en una de esas

*amnistías entré después... Hice varios procesos hasta el final cuando donde conseguí el RNE. El Registro Nacional de Extranjero.*¹¹⁴

Entretanto, a situação de clandestinidade aumentava os riscos de ser deportado sumariamente de volta para a Argentina. No processo de promulgação da nova Lei de Estrangeiro no Brasil, nos primeiros anos da década de 1980, a Anistia Internacional apelou diversas vezes para o governo brasileiro considerasse o direito de asilo político dos refugiados políticos latino-americanos que aqui estavam indocumentados. No texto da Lei de Estrangeiros, em tramitação até então, existiam brechas para possíveis deportações de refugiados que estivessem vivendo ilegalmente no Brasil sem dar-lhes oportunidade de serem reassentados a outro país, o que feria a Convenção relativa ao status de refugiados das Nações Unidas.

¹¹⁴ Entrevista de A. M. M., proprietária de um restaurante de comida típica argentina, residente em São Paulo desde 1979, registrada no dia 15 de abril de 2005.

Anistia pede "humanidade"

O Est. de São Paulo - 01 ago 1980

Da sucursal do
RIO

0:18/80

Antes de promulgar a nova lei dos estrangeiros, o governo brasileiro deve dar o "peso devido" às considerações de ordem humanitária e garantir o direito de asilo aos que "fogem da perseguição política em outros países latino-americanos". Esse pedido foi feito ontem, por telex, ao presidente João Figueiredo, pelo secretário-geral da "Anistia Internacional", Thomas Hammarberg, para quem o governo brasileiro "possivelmente salvou milhares de vidas" ao restabelecer, nos últimos três anos, o direito dos refugiados políticos.

O texto do telex enviado pela Anistia Internacional ao presidente Figueiredo é o seguinte: "A Anistia Internacional recebeu bem a generosidade do governo brasileiro nos últimos três anos na ajuda ao restabelecimento de refugiados políticos, o que possivelmente salvou milhares de vidas. Entendemos a necessidade de controlar a imigração, estamos preocupados pelo fato de que a lei dos estrangeiros possa ferir a legislação internacional colocando em perigo muitas pessoas que foram obrigadas a deixar seus países de origem para fugir da tortura, da prisão e da morte. O artigo 22, parágrafo 8, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelece que em nenhum caso pode um cidadão ser deportado ou devolvido a um país, mesmo que esse país seja ou não seu país de origem. Se naquele país seu direito à vida ou à liberdade pessoal corre perigo de ser violado por causa de sua raça, nacionalidade, religião, estado social ou opiniões políticas.

Em especial, os artigos 37 e 56 da lei dos estrangeiros parece permitir a deportação sumária dos refugiados de fato que estejam vivendo irregularmente há algum tempo no Brasil, sem que lhes seja oferecida uma oportunidade de apelo ou realocamento em outro país. Além disso, os artigos 64 e 78 — parágrafos 8, seção 2, parecem violar o artigo 33 da convenção relativa ao status dos refugiados das Nações Unidas, que proíbe a expulsão de um refugiado sob quaisquer circunstâncias para as fronteiras dos territórios onde sua vida ou liberdade seria ameaçada; por causa da sua raça, religião, nacionalidade, associação a um determinado grupo social ou opinião política.

Pedimos ao governo brasileiro que dê o peso devido a essas considerações de ordem humanitária antes de promulgar a lei dos estrangeiros. pedimos também que o governo retire as limitações geográficas de sua ratificação da convenção e do protocolo das Nações Unidas relativo ao STATUS dos refugiados, assim fornecendo o direito de asilo àqueles pessoas que fogem da perseguição política em outros países latino-americanos.

Figura 14 – Nota: O Estado de São Paulo, São Paulo, 01 ago. 1980.

Fonte: Arquivos do DEOPS, Arquivo do Estado de São Paulo.

Somente no ano de 1982 que a presença do ACNUR foi reconhecida oficialmente pelo Estado brasileiro e em 1989 transfere seu escritório para Brasília. E é neste mesmo ano que o governo brasileiro, num contexto de reestabelecimento da democracia, retira a restrição da reserva geográfica para aceite de refugiados no país, permitindo a permanência de indivíduos provenientes de outros países além dos europeus. Contudo, o aceite de refugiados ainda era realizado através do Estatuto de Estrangeiros, concedendo-os o status comum de imigrantes. Na década de 1990 inicia-se uma discussão mais a fundo acerca da necessidade do governo brasileiro reconhecer a condição jurídica do refugiado. Assim, é elaborado um projeto de lei sobre o estatuto jurídico dos refugiados integando o Plano Nacional de Direitos Humanos. Em agosto de 1997, através da Lei nº 9.747, ficam estabelecidos os critérios para a concessão de permanência definitiva ao asilado e refugiado que pretenda permanecer em território brasileiro, sem restrição temporal ou geográfica. Definiu-se, portanto, um Estatuto dos Refugiados no Brasil e estabeleceu-se o Comitê Nacional dos Refugiados – CONARE, órgão de composição interministerial o qual, além de analisar e decidir sobre as solicitações de refúgio, hoje é responsável, dentro de seus limites, pela política nacional para refugiados.

As distinções oficiais para o enquadramento de um indivíduo dentro da categoria de exilado ou de refugiado referem-se, portanto, a estas condições de reconhecimento jurídico no país receptor daqueles que deixam seus países por conta de perseguições, seja de origem política, religiosa, racial, etc. Como coloca Schwarzstein (2001b): *“Respecto de las categorías refugiado/exiliado, utilizadas frecuentemente como sinónimos, se presentan por lo menos dos distinciones que es necesario precisar. El exilio tiene que ver con las condiciones de abandono del país de origen y se aplica a las ausencias prolongadas impuestas por la autoridad o por la acción voluntaria de los individuos. El refugio se vincula al país receptor, que ofrece protección legal, temporaria o definitiva a grupos de exiliados”* (SCHWARZSTEIN, Op. cit., 256). Ou como define Said (2003): *“O exílio tem origem na velha prática do banimento. Uma vez banido, o exilado leva uma vida anômala e infeliz, com o estigma de ser um forasteiro. Por outro lado, os refugiados são uma criação do Estado do século XX. A palavra “refugiado” tornou-se política: ela sugere grandes rebanhos de gente inocente e desnortada que precisa de ajuda internacional urgente, ao passo que o termo “exilado”, creio eu, traz consigo um toque de solidão e espiritualidade”* (SAID, Op. cit., p. 54). Já o imigrante é definido dentro das políticas migratórias como aquele indivíduo que sai de seu país voluntariamente por motivos de atração econômica ou pessoal para outro território nacional.

O interessante é notar como, diante destas categorizações oficiais, os indivíduos definem-se a partir das representações que constroem sobre a experiência pessoal do deslocamento. É o caso de C.R. que, embora tenha recebido do Estado brasileiro o status comum de imigrante, não se classificou como tal. Segundo ele, não se definiu como imigrante pelo fato de encarar a sua permanência no Brasil como uma experiência provisória. O seu deslocamento para o Brasil representava um intervalo de sua estada na Argentina até que as condições políticas ficassem menos instáveis e conturbadas.

“[...] a gente veio com uma mentalidade não de imigrante. Ou seja, a gente não veio assim, vamos imigrar a tal país e acabou. Não. A gente veio aqui com uma situação meio intermediária, vamos esperar que passe a coisa. O que aconteceu: no ano 74, depois 75, 76, a época pior da repressão juntamente com as conseqüências na Argentina do governo peronista, governo Montonero, guerrilha e tudo mais. Os piores anos da Argentina nessa situação onde desapareceu muita gente. Realmente houve problemas muitos sérios, foram justamente em 75, 76, 77 e 78. Então passaram 4, 5, 6, 7 anos em que a instabilidade argentina era tão violenta que nós praticamente íamos visitar os familiares e voltávamos para cá. Em nenhum momento decidimos com a situação argentina vamos voltar para lá. Então passaram assim anos. E depois a situação econômica da Argentina e tudo mais ficou sempre assim numa expectativa para a gente cada vez mais distante.”¹¹⁵

Outro aspecto pertinente nas narrativas dos entrevistados refere-se às distinções estabelecidas entre aqueles identificados como refugiados ou exilados e os identificados como imigrantes comuns. Sendo a atividade política um ponto central na concepção da figura do exilado, aqueles que não vinham de uma militância ativa na Argentina, ainda que tivessem sido ameaçados, banidos e deixado o país pelas mesmas razões, não se classificaram como tal ou não se achavam no direito de entrar com pedido de solicitação de asilo no ACNUR.

“E teve muita gente que saiu daqui porque, já te disse, era essa gente que estavam... Não eram asiladas. Aqui estavam fugidas! Aqui tramitaram os papéis do asilo e quem negociou não foi o Brasil. Foi a Holanda, a Suécia e todos partiram para lá. Com os documentos de asilados da ONU. Mas a gente não. A gente tinha passaporte, tinha tudo. Nós somos emigrantes e não exilados. A gente criou raízes.”¹¹⁶

A condição de transitoriedade presente nas representações acerca da figura do exilado é outro elemento de distinção entre exilado e imigrante comum. Para P.F., além do fato de não ter tido uma militância política ativa na Argentina, não aceitou a condição da transitoriedade no

¹¹⁵ Entrevista de C. R., físico, residente em Campinas desde 1974, registrada em 9 de maio de 2003.

¹¹⁶ Entrevista de P. F., tradutora, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 10 de março de 2005.

Brasil. Para ela, criar raízes para radicar-se definitivamente no Brasil marcou a sua diferença em relação aos que aqui se identificavam como exilados.

“Quando eu cheguei aqui, todo mundo, mas todo mundo, claro que desse grupo desse lado que a gente conhecia e mais o grupo de chilenos porque estava tudo muito junto, chilenos e uruguaios, né. Todo mundo. Não estavam aqui mudados. Não tinham se mudado. Eles estavam aqui de passagem para voltar assim que desse. Que depois saíram exilados mesmo, com passaporte da ONU, essas coisas. Na primeira oportunidade era para voltar. E eu odiei isso. Os papos, a saudade sem fim. Mas então falei: “Não posso. A gente tem criar raízes. Senão o que vamos fazer com as crianças?” Para quem não tinha criança, ótimo! Está de passagem pela vida, até que conseguem encontrar seu lugar.”¹¹⁷

C.H., que se identificou como refugiada, ainda que não fosse categorizada juridicamente como tal, também apontou para a condição de transitoriedade a qual estava submetida. Para ela o seu deslocamento para o Brasil representava a impossibilidade de permanência em território argentino.

“Para mim (o Brasil) era um lugar de refúgio né nesse momento. Não era o lugar onde queria estar no começo. Demorou a eu querer estar no Brasil. Acho que a minha escolha foi muito depois do governo Alfonsín que eu escolhi ficar no Brasil. Era uma situação que eu não tinha saída. Quando eu voltei, eu acho que eu tinha essa coisa de que eu queria escolher. Mas demorou de fato muito tempo para eu ficar mais tranqüila de que esse era meu lugar, que eu tinha feito raízes aqui. Mas cada vez que eu voltava para a Argentina mexia comigo. Parecia que eu deveria estar lá, mas estava aqui.”¹¹⁸

A sensação que C. H. descreve, a de que sentia que deveria estar na Argentina e não no Brasil, decorre da própria experiência do exílio e da maneira como representa toda a situação que ocasiona o seu deslocamento para São Paulo. O exílio, consequência da impossibilidade de permanência no país de origem, representa uma ruptura forçada com toda uma vida que teve de ser abandonada, ao menos temporariamente. Como coloca Edward Said (2003), “E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heróicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre” (SAID, Op. cit., p. 46). Porém, para além dessa condição mais geral da experiência de todo exilado, deve-se ressaltar a peculiaridade de que numa Argentina onde a disputa política tornara-se central para milhares de indivíduos, nas representações sobre o exílio e nas narrativas da experiência do

¹¹⁷ Entrevista de P. F., tradutora, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 10 de março de 2005.

¹¹⁸ Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

deslocamento para fora do país é colocada ainda uma outra questão: o exílio significou, não raras vezes, assumir uma postura de derrota frente a um campo de batalha. Ou melhor: numa sociedade onde a luta *política* ganhara tamanha importância e em que os valores que a orientava, como vimos, eram os de uma guerra, se exilar significou se render e abandonar a luta no momento em que se percebe que o combatente está claramente mais forte e a permanência representa a possibilidade certa da morte. Nesse contexto a honra estava em permanecer gloriosamente até o final do combate, ainda que o final fosse a morte, mas ao menos uma morte gloriosa. Estas sensações ambivalentes de alívio por ter escapado da morte e de culpa por ter saído e deixado os colegas e amigos, muitos dos quais acabaram sendo assassinados, estão presentes nos depoimentos.

“Quando eu voltava para a Argentina naquela época da repressão mais forte né, eu sentia bastante hostilidade das pessoas com relação com quem tinha saído e estava bem. Com a família, com as pessoas com quem a gente falava na rua, eu sempre falando com todo mundo, adoro conversar. Uma hostilidade oculta, não aberta com quem tinha saído do país. Porque era como se a gente tivesse abandonado eles no meio da problemática. Assim: “virem-se eu vou procurar meu caminho individual”, meio egoísta, uma sensação de que a gente era meio egoísta. E não era muito agradável porque também batia com a culpa que todo mundo carrega né. E é violento ter pensado que a gente deveria ter ficado. Deveria ter ficado para morrer junto com os mortos? Mas não podia deixar de me sentir mal. E essa hostilidade inclusive se... Revelava que não queriam saber nada do Brasil. Eu começava a falar coisas da minha experiência aqui, coisas né, e as pessoas mudavam de assunto e falavam de Argentina, de Argentina, de Argentina.”¹¹⁹

*“Tenía 23 años y se sentía un viejo [...] Y, encima, la culpa de seguir vivo mientras las noticias de la muerte no paraban de llegar, la culpa de haberse salvado. Elvino se explicaba que había tenido razón, que la muerte era inevitable, que quedarse no hubiera servido para nada y se lo creía, pero igual se sentía la peor basura de la historia. En las calles de San Pablo había mucho calor y ruido.”*¹²⁰

Além desta exclusão mais direta do viver e participar da *luta política*, estas representações sobre as implicações do deslocamento trazem também experiências de ruptura de relações familiares, de amizade e profissionais que se viram desfeitas e desmembradas por conta da diáspora. Expressa-se assim a dor ocasionada pela separação dos familiares e amigos, a perda do lar, dos lugares e do ambiente social habitual.

“Quando você vai embora meu, para voltar é muito difícil. Você tem que ter uma rede muito solidária. Você fica muito desamparado. [...] A família com o regime militar ficou muito... Uma foi para a França, outra pros Estados Unidos, outra para não sei o que. Alguns voltaram, alguns voltaram muitos anos depois. E apareceram determinadas coisas de posição política na família que também...”

¹¹⁹ História Oral de G. B., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, gravada no dia 7 de abril de 2005.

¹²⁰ ANGUITA e CAPARRÓS, 1998, p. 187.

*Houve traidores digamos. Então a gente se afastou dos traidores. E toda uma coisa assim. Então a família deixou de existir. Não existia mais como suporte afetivo.*¹²¹

*“Y bueno, ahí cuando pensamos en volvernos no había para donde volver. Y claro, nosotros cuando pasó un tiempo, G. (marido) quería volverse. Pero no porque estuviéramos mal en Brasil, mas por otras razones. Y ahí ya no había donde volvernos. La Facultad había sido totalmente desmembrada, todo el mundo se había ido, y se acabó todo.”*¹²²

Decorre igualmente da experiência do exílio e do deslocamento definitivo para o Brasil a sensação permanente de estrangeiridade. A categoria *estrangeiro* aparecerá de forma recorrente não apenas para definir a sua condição no país de destino, mas também para definir a condição no próprio país de origem após longos anos de vida fora dele. A categoria servirá assim para identificar sua posição onde quer que esteja.

*“Eu pensei em voltar quando estava mais para o fim da Faculdade. Mas era complicado porque também já tinha meus vínculos aqui, eu era casada aqui, o F. (filho) também tinha uma vida aqui, tinha amigos aqui. Sempre fica essa divisão entre... Sempre fica algum lugar de estrangeiridade nos dois países. Tanto aqui, quanto lá. E é difícil juntar esses dois mundos né. Porque se você pensar eu tenho muito mais vida adulta aqui no Brasil do que em Buenos Aires. Mas... Agora eu não penso em voltar. Agora minha vida é aqui.”*¹²³

*“[...] a gente se sente meio estrangeiro na Argentina. Ou seja, quando a gente já passou aqui quase 30 anos, com os costumes aqui, a gente não permeia, mas todas essas costumes brasileiras, até o idioma a gente mistura bastante o idioma. Então você já se sente que você volta para lá e parece que você já não tem mais nada a ver com a sociedade argentina. Realmente 30 anos de certa maneira muda a característica dos indivíduos. Então a gente passa a ser um indivíduo que não é uma coisa nem outra. Porque até agora acontece aqui que eu pego o telefone e falo “Alô” e dizem “Você é argentino”. Eu não consigo nem disfarçar o “Alô” do telefone.”*¹²⁴

*“E outras vezes eu que cometo uma imprudência de chamar eles de “os argentinos” ou “porque vocês argentinos”. Aí sim, já teve situações de tensão. Aí digo “Não, desculpe, é que eu sou turista”. Porque essa exterioridade não é irônica, mas pelo menos diferente. [...] Nunca deveria fazer isso, mas é inevitável [...] E por último, as conversas são as coisas de lá, de lá, de lá, que às vezes eu chego lá e não entendo nada. Porque escuto uma conversa que falam de personagens que nunca ouvi na vida. Sobre tudo na política. Todas as situações. Por isso às vezes fica engraçado. Me perguntam e bom... Me perguntam quase nada [...]”*¹²⁵

“Eu chego lá e também sou estrangeira lá. Porque já não me sinto, já não sou de lá, já não sinto saudade das coisas de lá. Por muito tempo eu tinha saudade da comida, saudade dos amigos, disso,

¹²¹ Depoimento de L. E. D., arquiteto e professor, residente em São Paulo desde 1979, registrado em 7 de abril de 2005.

¹²² Depoimento de A. M. B., dona de casa, residente em Campinas desde 1975, registrado em 3 de abril de 2003.

¹²³ Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

¹²⁴ Entrevista de C. R., físico, residente em Campinas desde 1974, registrada em 9 de maio de 2003.

¹²⁵ História Oral de O. A. C., psicanalista e professor universitário, residente em São Paulo desde 1977, gravada no dia 4 de março de 2005.

*daquilo, hoje já não tenho. Ou seja, eu estou lá e depois de 15 dias já quero voltar. Talvez 10 dias. Diferente se for para passear. Vou a Buenos Aires, vou a outros lugares. É diferente, você vai conhecer como turista, mas quando vou a Tucumán já não gosto de ficar muito tempo. Porque minha vida é aqui.*¹²⁶

Deste modo, *Estrangeiro* é a categoria social utilizada para definir a experiência e a condição recorrente de exterioridade que se coloca cotidianamente para estes indivíduos. Embora sejam argentinos, na Argentina de hoje também são vistos e se vêem como estrangeiros. No Brasil, ainda que tenham se naturalizado brasileiros, continuam a ser identificados como estrangeiros, seja pela forma de falar, pela maneira de se comportar ou mesmo por outros traços diacríticos que emergem na interação social.

*“Muita gente me pergunta e eu já sou brasileira, já não sou argentina. Se bem sou estrangeira lá, sou estrangeira aqui. Porque lá eu sou estrangeira, eu chego lá já não falo como antigamente, que a gente mistura muitas vezes, não tem como não misturar, as línguas são muito próximas. E não é só isso. É maneira de ver, de pensar. E depois o modismo da língua eu já não tenho porque já não moro. Minha linguagem é de muitos anos atrás. Então tudo isso faz com que eu seja estrangeira. Estrangeiro como defesa. Eu pergunto as coisas e é como que eu não sei. Já faz muito tempo que não vou. E estou aqui e também sou estrangeira. Por mais que eu me naturalize tudo, vou continuar sendo estrangeira, porque tenho sotaque, tenho uma forma de vida que é diferente, sempre tem alguma tradição que a gente leva com a gente. É impossível, porque é minha identidade. Minha identidade foi formada lá. Isso não tem como mudar.”*¹²⁷

*“La última vez que yo fui a Buenos Aires fue en el año 2001. [...] Me fui a vivir en hotel. Estaba en un hotelito en la Recoleta que esta a 50 metros del hospital donde yo nací. En la época en que yo nací se nacía en los hospitales públicos. Y al cabo de tres o cuatro días que estaba allí, uno de los... el dueño del hotel me dice: “Escúcheme una cosa, usted de donde es?”. Le digo: “De Buenos Aires.” Y me dijo: “Pero usted es de acá? No usted no es de acá. Usted es argentino pero no es de acá.” Le dije: “Sí, fíjese. Nací en ese hospital que esta a 50 metros, o sea, estoy mismo en el origen de donde... nací en el hospital Rivadavia, a 50 metros del hospital Rivadavia.” Ya no tenemos ni más el acento. Pero no porque hayamos tomado el acento de otro lado, si no porque cambió el idioma. El idioma argentino cambió.”*¹²⁸

*“Numa mudança de um emprego, entre um emprego e outro, nós cogitamos voltar. No fim, a gente pensou que depois de 10, 15 anos você já não é mais a mesma. Você já não é mais tão argentina quanto era. Não que você não goste do país, do seu país, você já é estrangeira.”*¹²⁹

A escolha destas categorias diz respeito à leitura e aos sentidos que os sujeitos atribuem à experiência de seu deslocamento. É assim que as narrativas deixam entrever as ambigüidades existentes entre as categorias definidas oficialmente nas políticas migratórias daquelas

¹²⁶ Entrevista de M. E. G., psicanalista, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

¹²⁷ Entrevista de M. E. G., psicanalista, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

¹²⁸ Entrevista de G. B., físico, residente em Campinas desde 1975, registrada em 10 de abril de 2003.

¹²⁹ Entrevista de M. D. C. G., tradutora, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

escolhidas e definidas pelos próprios atores para representar sua experiência pessoal. São refugiados ainda que não oficialmente reconhecidos enquanto tal. São exilados, embora possuam o status comum de imigrantes. São imigrantes mesmo que tenham sido banidos e deixado seu país por conta da perseguição e repressão política. São estrangeiros mesmo naturalizados brasileiros. Também são estrangeiros no país de origem, ainda que sejam argentinos. E, enfim, antes ser um “clandestino” a ter de ser um refugiado reassentado pelo ACNUR numa Europa distante.

Trajetórias de Mulheres: Narrativas Femininas do Exílio

As narrativas das argentinas entrevistadas revelam como a experiência do exílio ficou marcada pelos papéis e relações que tradicionalmente se colocavam entre os gêneros ou mesmo pela transformação destas relações diante de circunstâncias adversas que emergiram no contexto da repressão política e, posteriormente, com o deslocamento para o Brasil. Assim, pareceu-me pertinente dedicar uma pequena seção deste capítulo para refletir sobre as particularidades da experiência feminina do exílio que vieram à tona no processo de reconstrução destas memórias. De fato, tais experiências revelaram-se bastante plurais. Em alguns casos, por exemplo, o deslocamento para o Brasil aparece claramente como resultante do compromisso político e profissional dos companheiros. Ou seja, a necessidade de ter de deixar o país decorria do desemprego dos maridos e da perseguição política mais direta sobre eles, já que para algumas destas famílias, no momento em que se vêem compelidas a migrar, a sustentação econômica era uma responsabilidade exclusivamente masculina. Desta forma, a vinda de algumas destas mulheres para o Brasil dependeu das condições políticas e profissionais que se apresentaram para os companheiros, e a elas coube a aceitação e o apoio, ou não, à estas decisões.

“Para te falar a verdade Lilitiana, eu nunca teria vindo para o Brasil! [...] Mas é que meu marido estava a ponto de ir para Venezuela porque lá estava um colega dele trabalhando e precisavam de gente. E o outro tinha ido para Espanha, outro colega nosso. Então a gente pensou: para Espanha você precisava de muito mais... O dinheiro era diferente. Então aqui era mais barato.”¹³⁰

“El que tenía que salir para estudiar, era G. (marido). Nosotros realmente, me parece que de alguna manera hicimos todo lo que hacia la gente, los jóvenes en nuestra época. Mas de una manera muy delicada, porque la mayor parte de la gente que dejo la Argentina, la dejo por problemas políticos.”¹³¹

¹³⁰ Entrevista de M. D. C. G., tradutora, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

¹³¹ Depoimento de A. M. B., dona de casa, residente em Campinas desde 1975, registrado em 3 de abril de 2003.

“Então quando desapareceram dois... Dois casais, mas muito amigos, com um tínhamos até convivido no mesmo apartamento um tempo. O M. (marido) foi-se embora para Buenos Aires, mas imediatamente. Eu fui para a casa da minha mãe e ele foi para Buenos Aires. Não podia continuar ali. [...] Aí eu fui para lá para decidir para onde ir! Porque ele tinha visitado embaixada, atrás de embaixada e ninguém o aceitava. Aí fomos lá, e continuamos visitando embaixadas e consulados, embaixadas e consulados e Brasil era o único lugar que aceitava. Sobre tudo porque era físico. Mas ele precisava arrumar um contrato de trabalho e ele veio primeiro.”¹³²

“Por que eu vim a São Paulo? Em realidade foi pela proximidade com a Argentina. O meu marido tinha duas opções: ir para Venezuela ou vir para o Brasil. E a gente escolheu o Brasil. [...] E não tinha como trabalhar lá. Inclusive a faculdade onde eu me formei fechou o curso de psicologia. Abriu com outro nome e só depois de muitos anos que abriu novamente como psicologia.”¹³³

Muitas destas mulheres conseguiram retomar os estudos e a vida profissional no Brasil anos depois. Mas a situação de isolamento inicial por estarem em um país estranho e com suas atividades principais voltadas para o ambiente da casa tornou o exílio uma experiência ainda mais dura para muitas delas.

“Chorava todo dia, não conhecia ninguém, não falava a língua, não me entendia com ninguém... Era uma solidão... Era uma solidão porque não tinha... Primeiro tinha muito medo de me por em contato com estes argentinos que tinha encontrado aqui. Porque eu considerava que era muito perigoso. Eu tinha dois filhos. Então eu considerava que era muito perigoso [...] Então eu fiquei muito fechada, né. E com duas crianças, uma criança doente e tudo mais [...]. Então muito afastado de tudo. Então fiquei muito sozinha. Ai, que angústia, que solidão! Aí ele (marido) foi fazer esse curso de dois meses lá na Suíça. Eu só falava com crianças!”¹³⁴

Contudo, ao contrário destas experiências, outras mulheres tiveram de deixar a Argentina pela repressão que recaiu sobre elas por conta da posição que ocupavam como militantes políticas ativas em movimentos de oposição ao regime militar. Mas também as mulheres foram objetos de repressão pelo vínculo que mantinham com companheiros que estavam militando ativamente com o intuito de que fornecessem informações sobre as atividades políticas de seus familiares. Estes dois casos aparecem, respectivamente, nos depoimentos que se seguem.

“Yo trabajaba como asistente social y militaba en esa organización política (Montoneros) y constituía mi familia. Estaba casada y tenía un hijo cuando mataron a mi esposo, mi hijo tenía un año y medio, un año y tres meses. Y entonces ahí tengo que salir de la ciudad escondida.”¹³⁵

¹³² Entrevista de P. F., tradutora, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 10 de março de 2005.

¹³³ Entrevista de M. E. G., psicanalista, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

¹³⁴ Entrevista de P. F., tradutora, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 10 de março de 2005.

¹³⁵ Entrevista de A. M. M., proprietária de um restaurante de comida típica argentina, residente em São Paulo desde 1979, registrada no dia 15 de abril de 2005.

“E um ano depois o pai do F. (filho) foi seqüestrado. O pai do F. (filho), a gente estava separado, mas tinha muita relação entre a gente. Não era uma situação muito conflitiva. Era uma separação, mas a gente se via muito, ele ficava muito com o F. (filho). Mas a gente era muito amigo. Mas morávamos muito perto e o F. (filho) ficava todos os dias com ele quando eu trabalhava. E o F. (filho) foi seqüestrado junto com o pai. [...] E aí o cara da cúria me falou que ele (ex-marido) tinha desaparecido e que estava numa prisão. O cara falou para mim que ele estava com uma pessoa que eu tirasse as minhas conclusões porque ele tinha desaparecido e a mulher não tinha desaparecido. E que ele me recomendava sair do país. [...] Bom, o F. (filho) estava com três anos e meio. [...] eu não sabia muito que fazer, eu tinha 26 anos.”¹³⁶

Nos dois casos citados acima, estas mulheres tiveram seus maridos/ex-maridos e pai de seus filhos assassinados-desaparecidos. Para elas, assim como para milhares de outras mulheres argentinas, uma nova situação colocou-se involuntariamente: tiveram que assumir abruptamente a exclusividade do sustento de suas famílias. Ou melhor, na ausência de seus maridos ou do pai de seus filhos, obrigatoriamente tornaram-se as principais mantenedoras da casa e da renda familiar. Ainda no caso destas entrevistadas, a decisão pelo exílio e todo o processo que envolve o empreendimento migratório teve de ser assumido por elas.

“Foi tudo muito complicado. E a gente veio aqui e começou a fazer história aqui. O F. (filho) com três anos e meio. Acho que quando o F. (filho) tinha uns seis anos eu comecei a fazer Faculdade novamente. [...] Eu não tinha condições de fazer o vestibular, concorrer com o português, por exemplo. Eu aprendi na faculdade o português, a escrever. E o F. (filho) foi com a vida dele. [...] Ficamos aqui.”¹³⁷

Neste ponto vale notar que se no âmbito privado estas mulheres tiveram que assumir novos papéis (o da luta pela subsistência familiar), na esfera pública elas também passaram a encabeçar as principais organizações de luta pelos direitos humanos que se constituíram ancoradas no parentesco com as vítimas da ditadura militar, como *Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo*. Como ressalta Elizabeth Jelin (2002), “Hay una imagen que domina la escena “humana” de las dictaduras: las Madres de Plaza de Mayo y otras mujeres, familiares, abuelas, viudas, comadres de detenidos-desaparecidos o de presos políticos, reclamando y buscando a sus hijos (en la imagen, casi siempre varones) a sus maridos o compañeros, a sus nietos. Del otro lado, los militares, desplegando de lleno su masculinidad” (JELIN, Op. cit., p. 99). C.H., por exemplo, além de assumir a responsabilidade pela criação e sustentação de seu filho, por muitos anos lutou junto à organização *Madres de Plaza de Mayo* para conseguir uma indenização para seu filho pela morte do pai e para recuperar um imóvel que tinha sido apropriado pelos militares após o desaparecimento do ex-marido.

¹³⁶ Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

¹³⁷ Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

“Eu tive que ir muitas vezes para a Argentina fazer tudo. Duro anos. E aliás muitos anos a gente não pediu isso por causa das Mães da Praça de Mayo que tinha toda essa história de não dar por... Por mortos os desaparecidos. Então a gente não estava nem entrando com essa questão. Até que chegou um momento em que eu decidi que não dava mais. Porque aí tinha muitas coisas pendentes legalmente. O pai do F. (filho) tinha um apartamento em Buenos Aires que estava parado em Buenos Aires sem fazer nada. Tinha sido invadido pelos militares, tinha gente morando lá. Morando não, usando o apartamento. Pessoa da polícia, digamos, sei lá se era militar. Da polícia civil. Pessoa ligada à polícia. Sabia que era um apartamento de desaparecido. E teve muitas coisas assim. Muita gente que desapareceu e venderam os apartamentos com documentos falsos, roubavam as coisas. Então eu entrei com meu filho, fui atrás de indenização. E o F. (filho) recebeu a indenização no final de 95 eu acho. De 78 a 95. Ele recebeu indenização.”¹³⁸

Outro ponto importante a ser destacado refere-se às memórias de mulheres que passaram pelo cárcere. Delas emergem narrativas que trazem a terrível experiência da tortura e da humilhação na qual a condição de mulher marca cruelmente o tipo de sanção física recebida. Para homens e mulheres as memórias da tortura e da prisão estão marcadas pela centralidade do corpo. Contudo, diferentemente dos homens, as mulheres foram as principais vítimas dos abusos sexuais cometidos nas prisões, dado o caráter predominantemente masculino do ambiente prisional bem como dos torturadores.

“O que aconteceu foi na época do Cordobazo. [...] No meio dos tiros fui buscar meu namorado, mas eu fui. O que aconteceu foi que no meio do caminho pegaram as pessoas na parede, simplesmente porque estavam na rua e “profissão”, eu disse psicóloga e pronto. Fui presa por ser psicóloga. [...] Aí foi muito ruim, ainda foi no começo da repressão. Então eu não fui torturada, mas de casualidade porque me levaram com o namorado que também já tinha encontrado com ele. Mas aí me levaram para base militar que não tinha mulheres, eram todos homens. Então me colocaram numa cela diferenciada e o único que era terrível é que eu escutava, escutava gritos, escutava tiros, vinham a cada meia hora encher o saco, importunar as pessoas, jogar inseticida na cara. Era já... A coisa sádica já estava instalada né. Mas ainda não encontrei violência, ainda havia uma ambivalência tão grande que eu vou te contar uma história que agora me lembrei. [...] E fui muito humilhada. O cara entrou e me tocou, sabe. Eu ainda não conseguia controlar muito a raiva, então fiquei assustada do ódio que eu cheguei com isso. Porque tudo tão humilhante, tão terrível e à troco de nada, enfim... De pensar. [...] E eu tinha falado tanto, tanto, tanto do tal do namorado que fizeram uma espécie de um ritual: soltaram as pessoas e como eram todos homens, menos eu e uma outra moça que depois levaram, a gente saiu da cela. Não sei bem se era uma cela aquilo porque não era bem uma prisão. E eu tive que passar no meio de todos os soldados e os presos que tinham sido soltos até encontrar com o namorado que estava na outra ponta e todo mundo olhando e aplaudindo. Foi um absurdo essa situação, tão contraditória, tão enlouquecedora. Digamos que foi o final da ambivalência porque depois a coisa foi ficando cada vez mais... Se tivesse sido três ou quatro anos depois poderia não ter tido final feliz.”¹³⁹

¹³⁸ Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

¹³⁹ História Oral de G. B., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, gravada no dia 7 de abril de 2005.

A Experiência Política como Marcador de uma Identidade Social

“Para quienes vivieron un evento o experiencia, haberlo vivido puede ser un hito central de su vida y de su memoria” (JELIN, 2002, p. 33).

A partir da reconstituição das trajetórias de migração destes argentinos para São Paulo, fica patente que a memória do deslocamento para o Brasil está balizada pela experiência da violência, exclusão, banimento e de negação de permanência na Argentina. Essas experiências, por sua vez, encontram seus vínculos nas formas a partir das quais estes sujeitos eram/são identificados e se identificavam/identificam com um determinado posicionamento político direto ou indireto contra o regime militar. Segundo os depoimentos dos próprios sujeitos, essas formas de viver e experienciar a *política* os posicionava dentro de um grupo social identificado e alinhado com valores classificados como *revolucionários, esquerdistas, libertários, socialistas*. Portanto, está presente um sentimento de pertença a um grupo social a partir do compartilhamento de determinadas posições políticas e pelas experiências semelhantes de exclusão, repressão e violência pelas quais passaram no país de origem. O lugar que a memória de como se vivia a *política* ocupa dentro das narrativas e a importância dada à própria *política* evidencia a maneira pela qual estas experiências são importantes e cruciais para os indivíduos e, portanto, fundamentam uma identidade e as maneiras de entender o pertencimento a um grupo social.

Como argumenta Jelin (Op. cit.), *“La memoria tiene entonces un papel altamente significativo, como mecanismo cultural para fortalecer el sentido de pertenencia a grupos o comunidades”* (JELIN, Op. cit., p. 9 e 10). E se, de fato, há uma predominância do tema *política* nas memórias e narrativas, na medida em que os eventos destacados como significativos que desencadeiam o processo migratório estão pautados por esta experiência, compreende-se porque ela (a *política*) não está menos presente como elemento fundamental de definição da identidade social destes argentinos de São Paulo. Ou melhor: um dos núcleos de definição da identidade social pontualmente se expressa com a utilização de termos próprios do campo de disputa política presentes no contexto argentino da década de 1970.

Como já me referia no início deste capítulo, o termo *política* também funciona aqui como uma categoria prática nativa. Ou melhor, a ênfase da análise também recai sobre as representações sociais e experiências dos próprios sujeitos acerca da *política*. Dessa perspectiva, e seguindo a linha de argumentação de Neiburg (1995), trata-se de desvendar os sentidos que os sujeitos atribuem às suas experiências (*“ações, relações, paixões e identidades coletivas”*) que eles

mesmos entendem como *políticas*. Além disso, tendo como foco a análise dos processos de (re)configurações de identidades destes argentinos, e compreendendo que identificar é situar-se ou situar algo com relação a um referencial, a minha intenção é entrever como estes sujeitos acabam por se identificar tomando como referencial a *política* e as experiências que consideram enquanto tais. Dito de outra forma: não é possível entender uma identidade que tem como referencial a *política* se não as considerarmos em sua inter-relação com as representações que os sujeitos constroem sobre a mesma.

Sob essa ótica, procuro levar ao centro da análise as experiências de estratificação e identificação social que os próprios sujeitos revelam como fundamentais em suas trajetórias, o que, segundo Nobert Elias (1997), revelariam outros aspectos além daqueles observados pelo pesquisador e que ajudam sobremaneira no entendimento dos processos que levam determinadas formas de estratificação tornarem-se centrais em um contexto social particular: *“A imagem que as pessoas que vivem juntas numa sociedade específica têm de sua própria posição e das outras na pirâmide social deve conjugar-se com critérios de estratificação desde a perspectiva do pesquisador, e fim de formar um modelo abrangente que tenha chance de ser fecundo em novos trabalhos; pois a experiência de estratificação pelos participantes é um dos elementos constitutivos da estratificação”* (ELIAS, Op. cit., p. 52). Nesse sentido, parece-me fundamental compreender os processos que levam a política a ocupar lugar central nas memórias destes sujeitos, entendendo também, assim, porque ela tornou-se um referencial tão importante de identificação social e de classificação de indivíduos e grupos na sociedade argentina. De acordo com a interpretação de Neiburg (1995), e eu tendo a concordar com ela, este fenômeno de identificação dos indivíduos segundo critérios políticos e do uso privilegiado da política como expressão da diferença, encontraria uma de suas explicações no fato da nação argentina ter sido tradicionalmente representada como uma sociedade relativamente homogênea em termos sociais e culturais. Observa-se assim como as fronteiras sociais passam a ser delineadas com base em valores vinculados ao universo da política e como a identificação destas fronteiras torna-se um elemento chave dentro do campo de sociabilidade entre indivíduos e grupos, como revela, por exemplo, o depoimento de O.A.C., no qual recorda com certa ironia como as diferenças eram expressas a partir de termos tais como *político, militante, alienado, anarco-trotsky-sindicalista, elitista*.

“Eu não tinha nada que ver com nada. Eu tinha as minhas convicções éticas e estéticas. Eram de esquerda, de ultra-esquerda, anarco-trotsky-sindicalista, surrealista, qualquer coisa... Eu não tinha nem participado na universidade da política universitária. Ou seja, cada vez que tinha passeata, cada vez que tinha situações assim de... Até de confronto com a polícia, é claro sempre estive, mas foi o

máximo. Mas nunca fez parte das agrupações. E por último também naquela época tinha outro tipo de disciplina: tinham as pessoas que se dedicavam à militância se chamavam assim. Tinham as outras pessoas que, por exemplo, se dedicavam à psicanálise. Algumas até faziam as duas coisas. Mas às vezes os militantes diziam que o conteúdo da psicanálise era alienado. E no meio disso tinha o Rock and Roll. Os psicanalistas diziam que os roqueiros eram alienados, os militantes diziam que os roqueiros eram tudo isso. Eu fazia parte das três coisas de maneira diferente. Não militava, mas estava dentro da situação política. Dentro do contexto das minhas amizades de preferência, claro, o Rock and Roll. [...] por um lado era acusado de elitista ou alienado, mas de vez em quando um psicanalista sumia [...].”¹⁴⁰

Fica claro que se, por um lado, para o grupo social classificado politicamente como conservador, reacionário e de direita (os agentes da repressão, por exemplo) O.A.C. poderia ser facilmente identificado como esquerdista e revolucionário, por outro lado, no universo social da juventude de esquerda essa identificação não era feita tão naturalmente, na medida em que existiam clivagens internas evidentes. Porém, do ponto de vista do outro (daqueles politicamente identificados com os valores da direita), mesmo aqueles que não tinham nenhuma participação ativa em movimentos de oposição ao regime foram enquadrados como subversivos e, portanto, alvos da repressão e de banimento, tal qual expõe M.D.C.G:

“Você não precisava ter nenhum tipo de postura consciente política. Mas se você falava “ah, isso é injusto perante o sistema estabelecido” você era considerado subversivo mesmo não sendo. Na sua cabeça, aquilo era uma injustiça e fim de papo. Mas tinha um dos, não lembro o que ele era, se era ministro ou o que, que ele falava o seguinte: “temos duas categorias ou três categorias. Os simpatizantes da ditadura, os indiferentes e os subversivos. O indiferente tem que escolher, não pode ficar indiferente. Ou é subversivo ou é a favor do governo”. Você não pode ficar indiferente. Simplesmente, o fato de você ser de alguma forma politizado. Pensa nos anos 60, nos anos 70. Era impossível ficar assim absolutamente inocente. Então você falava sobre o mundo [...] Alguma crítica fundamentada ou não, isso era inocente.”¹⁴¹

Por conta disso se pode dizer que, de uma maneira geral, a maior parte dos argentinos que para São Paulo vieram ao longo dos anos 1970 fugindo da repressão militar eram identificados e se identificavam politicamente, bem como ainda se identificam, com valores associados à esquerda, aos movimentos libertários e socialistas. Contudo, quando examinamos mais atentamente estes processos de construção de identidade e de categorização social observamos como existem clivagens internas que definem fronteiras sociais segundo o tipo de experiência política prévia. Isso fica mais evidente quando se percebe o estabelecimento de uma clara divisão entre aqueles que, de fato, estiveram envolvidos com uma militância política

¹⁴⁰ História Oral de O. A. C., psicanalista e professor universitário, residente em São Paulo desde 1977, gravada no dia 4 de março de 2005.

¹⁴¹ Entrevista de M. D. C. G., tradutora, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

ativa contra o regime militar e aqueles que somente expressavam simpatia e afinidade pelas idéias da esquerda.

*“Nessa mesma época 77 chegaram um monte de psicanalistas argentinos. [...] E um grupo de psicanalistas argentinos, que não eram da sociedade internacional, mas também não eram lacanianos, eles se fixaram num lugar chamado SEDES [...] Mas alguns deles eram... Bom, tinham militantes. Eram de Marx, uma militância esquerdista explícita. [...] Então recebeu todos eles e se consolidou um pólo do qual eu nunca cheguei perto e nem fiz parte. Eu acho que me entrosei primeiro com os brasileiros. Segundo, [...] eles não eram a minha turma na Argentina [...]”*¹⁴²

Vê-se como um dos elementos que divide e classifica os indivíduos identificados politicamente com a esquerda referia-se à questão da participação ativa ou passiva contra a ditadura militar. Essa cisão traduz-se no termo *militância* e na classificação dos indivíduos considerados politicamente atuantes como militantes. C.H., por exemplo, reconstrói a memória de sua vinda para São Paulo reforçando a sua identidade como militante, na medida em que recorda o compartilhamento de uma determinada postura e posicionamento político com o grupo classificado como tal, um passado de atividade política e uma rede de relações sociais que tem como referencial a ação política.

*“Estudava psicologia e trabalhava numa empresa e fazia... Fazia outras coisas, mas não de militância. Não estava militando no momento em que eu vim para São Paulo. Mas já tinha militado. Todas as pessoas ao redor eram ex-militantes ou militantes.”*¹⁴³

O contexto social da juventude da época parecia impor aos indivíduos a necessidade de participar ativamente da chamada *luta política* contra o regime militar. E a imposição desse posicionamento significava aderir à luta no seu sentido mais literal: a participação em grupos armados onde o uso da violência era instrumentalizado em nome de ideais revolucionários. Como lembra Beatriz Sarlo (1985), “*Convertendo o assassinato numa das formas da política, a ideologia da guerrilha iria também encontrar sua estética. Da narração truculenta do seqüestro e fuzilamento de Aramburu à militarização do comando montonero no exílio [...] os montoneros mencionavam a morte para colocá-la em cena. Morria-se com felicidade, com heroísmo [...]*” (SARLO, Op. cit., p. 37). Assim, para muitos, a militância armada tornou-se um valor a partir do qual indivíduos eram incluídos ou excluídos segundo a sua adesão. No depoimento de G.B. fica explícito como a sua decisão de deixar a Argentina se dá num momento em que escolhe por não aderir aos movimentos de luta armada, pois ideologicamente se posicionava contra o uso da violência.

¹⁴² História Oral de O. A. C., psicanalista e professor universitário, residente em São Paulo desde 1977, gravada no dia 4 de março de 2005.

¹⁴³ Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

“Então foi como um momento onde eu tinha que escolher o caminho de entrar também na, não sei se armada, mas na luta política. Ou continuar pelo outro lado de minha procura pessoal. E foi isso que eu fiz porque fundamentalmente, que apesar de ideologicamente eu concordava com a luta, com os postulados ideológicos, os de existência digamos, nunca fui a favor da violência. Então isto para mim foi uma coisa muito difícil de encarar. Pegar em arma, apontar para alguém? Independente da ideologia que considerava certa, a ideologia dos libertários, dos socialistas, mas... Claro que estava contra a ditadura, contra as coisas difíceis que estavam acontecendo. Escolhi sair da Argentina.”¹⁴⁴

Os sujeitos e grupos identificados com os valores da esquerda dividiam-se entre aqueles classificados como militantes (politicamente ativos) e os não militantes (aqueles que não participavam ativamente de nenhuma organização política de resistência à ditadura militar). Contudo, observa-se ainda uma outra divisão entre os identificados politicamente como militantes: por um lado, estavam os militantes que aderiram à luta armada e, por outro lado, os que participavam de grupos políticos não-armados. Essa segunda clivagem entremostra como a disputa política ao longo daqueles anos passara a ser feita mediante o uso recorrente da violência, tanto do lado da chamada esquerda quanto da direita política. Como bem coloca Neiburg (1995) *“As identidades, ideais e valores que construíram a política, e lhe deram sentidos, e as representações sobre o lugar da política na cultura nacional falaram sempre, simultaneamente, de universalidade, participação e pacificação, mas também de exclusão, inimizade e uso da força”* (NEIBURG, Op. cit., p. 135). Nesse sentido, parece-me pertinente ressaltar a existência de uma percepção naquele período de que os indivíduos que tinham aderido à luta política armada gozavam de uma maior legitimidade dentro deste universo social. Cohen (1979) coloca que *“Quando um grupo político não pode coordenar sua ação coletiva através de uma associação formal, ele o faz através de um tipo de organização informal que exige cumplicidade entre seus membros e a obrigação contratual. A obrigação, seja moral ou ritual, está em toda a vida social.”* (COHEN, 1979, p. 99). O testemunho de M.D.C.G expõe essa obrigação moral pela adesão à luta armada. Politicamente define sua identidade a partir de seu alinhamento com um grupo chamado *Grupo Evolución Tucumán*, que compunha na época a *Frente de Agrupaciones Universitarias de Izquierda*. No entanto, salienta que era o seu cunhado quem poderia ser considerado o mais politicamente atuante pelo fato de ter entrado efetivamente na luta armada através de sua participação no ERP (Ejército Revolucionario Del Pueblo).

“Politicamente... Estávamos... A gente era simpatizante de um grupo chamado Grupo Evolución Tucumán que foi considerado com a ditadura como uma espécie de grupo subversivo o que era totalmente errado. Politicamente a gente não era peronista, não era. Mas era aquela idéia socialista da situação. E já também a gente era visado por isso né. Então não posso te falar que a gente estava fichado, mas meu cunhado estava fichado, os três irmãos saíram do país. Porque ele já estava... Já era

¹⁴⁴ História Oral de G. B., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, gravada no dia 7 de abril de 2005.

*mais atuante dentro do grupo. Ele fazia trabalhos de campo, no sentido que a gente ajudava as pessoas no interior, conscientizava. Naquela época o ERP que era... Que estava por todo canto, estava... Tinha uma célula muito forte em Tucumán [...]”*¹⁴⁵

Se a decisão de não entrar na luta armada já não era bem vista por parte da oposição política, a “opção” pelo exílio o era ainda menos. O ônus da “escolha” pelo exílio estava em ser taxado de covarde, egoísta e individualista. Aquele que decide deixar o país estaria abandonando a causa política e os companheiros que estariam na luta. Abdelmalek Sayad (1998) enfatiza como a emigração por si só pressupõe uma exclusão política na medida em que o movimento de saída do indivíduo do país coincide com a sua saída da ordem política da qual é parte: “[...] a emigração (que é, da mesma forma, igualmente e sempre uma emigração para fora de uma ordem política) e, com ela, os emigrantes que com sua ausência ou sua deserção excluem-se ou são excluídos do político do qual são provenientes” (SAYAD, Op. cit., p. 269). Ainda que o processo de participação eleitoral naqueles anos estivesse em suspenso, os canais de atuação política se davam pelas vias da clandestinidade. A saída do país significava, portanto, a exclusão do político, seja qual fosse o grau possível de participação nesse campo, o que numa sociedade onde essa atividade tornara-se tão central não era uma situação fácil de ser enfrentada.

Vale ressaltar como estas formas de experienciar a *política* e os valores associados a uma determinada postura que a toma como referência encontram suas relações com tradições atribuídas às gerações passadas. Ou melhor, alguns dos argentinos entrevistados relacionam sua identidade política às formas como seus familiares e gerações ascendentes viviam esta questão e aos valores que lhes foram transmitidos de acordo com o posicionamento político destes. L.E.D, por exemplo, conta como via o contexto político conturbado do período positivamente pelo fato de seus próprios familiares e o meio social no qual estava inserido valorizar os ideais revolucionários esquerdistas. Ao fazer menção aos seus antepassados, os classifica segundo termos políticos, identificando-os como *comunistas*. Traça o histórico de *esquerda* de sua família e destaca as ações e experiências de seus familiares que ele considera como políticas. Assim, lembra como seu irmão participava de manifestações e passeatas de rua, recorda que seu pai era membro de uma célula guerrilheira e que seu primo era *primo político* por estar dentro da luta armada através de seu vínculo com o ERP. Os símbolos associados aos valores da esquerda também aparecem em sua narrativa, tais como as armas escondidas no armário e o pôster do Che Guevara colocado atrás da porta.

¹⁴⁵ Entrevista de M. D. C. G., tradutora, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

“[...] eu sabia que estavam rolando umas coisas que todo mundo achava legal, pelo menos no metier do pessoal que era mais de esquerda. Aí em 74 era terrível, meu irmão é preso em 74 porque ele foi numa passeata. Ele foi preso. E meu pai estava metido também numa célula guerrilheira. [...] A gente nunca soube que tipo de coisa, porque ele só participava de reuniões, foi sempre uma coisa obscura. [...] Brincando de esconde-esconde na casa de meu primo uma vez, abrimos o armário e tinha para fazer uma revolução ali. Primo político né. Na casa dele que tinha um pôster do Che Guevara que estava atrás de uma porta de armário escondido para ninguém ver. Então tinha toda essa questão da clandestinidade. Minha prima que era do ERP, o pessoal das ações armadas mesmo. Minha família era três ou quatro gerações de comunistas, tanto dos italianos quanto dos espanhóis. Todo mundo comuna.”¹⁴⁶

Quando se menciona como perda e fracasso a substituição da política como valor para as gerações descendentes, expressa-se também como a *política* e as experiências relacionadas a ela tornaram-se extremamente significativas para os argentinos desta geração entrevistada. A percepção de que a política não ocupa mais lugar central na sociedade argentina contemporânea é interpretada como uma falha na transmissão dos valores de toda uma geração que perdeu a luta política; perda pela morte, pelo exílio, ou pelo silêncio involuntário. O resultado dessa perda, segundo o depoimento de M.D.C.G., revela-se numa sociedade onde não se discute mais política, mas sim economia e dinheiro. É desta forma que narrativas em tom nostálgico emergem para fazer referência a um tempo passado onde os valores e as preocupações da juventude voltavam-se para as discussões e a participação no campo da política.

“Porque de alguma forma, pensa quanta gente saiu, um pouco mais velha, um pouco mais nova. Foi uma perda muito grande para o país que investiu muito para te educar. Hoje em dia, pelo o que eu ouço, as pessoas nem falam mais em política, simplesmente falam em economia. Eu estou bem de dinheiro ou não. Então a mentalidade era outra.”¹⁴⁷

Também para L.E.D. toda uma geração, morta ou exilada, não pode transmitir seus valores. E a perda dessa transmissão é uma perda política na medida em que os valores que vinham sendo passados de geração em geração, através da importância dada a determinado tipo de experiência (leia-se política), ideologia, formas de pensar e de agir, sofreram uma ruptura. Ou seja, os valores associados a um determinado posicionamento político-ideológico não puderam ser levados à próxima geração. Aqui, mais uma vez, a nostalgia aparece como construção cultural que permeia as narrativas sobre esse tempo que se foi.

¹⁴⁶ Depoimento de L. E. D., arquiteto e professor, residente em São Paulo desde 1979, registrado em 7 de abril de 2005.

¹⁴⁷ Entrevista de M. D. C. G., tradutora, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

“É toda uma época que passou de uma forma muito ruim. A transmissão... As coisas que vão de geração em geração... A gente vinha, vinha com uma certa educação, uma certa forma de ser, uma certa forma de inserção na sociedade. Eu nunca pensei que meu futuro ia ser esse daqui. Nunca imaginei. Então isso já é um corte, já é uma violência. Eu não escolhi o Brasil. A situação me escolheu para vir me colocar no Brasil. [...] Os mortos não puderam deixar seu legado. Então se construiu uma Argentina em cima das ruínas da outra que é o Walter Benjamin falava. E isso refletiu... Eu sempre tive plena consciência de que o regime militar refletiu na forma de ser, de pensar, na vida, no futuro de milhares de famílias. [...] gente que tinha um monte de coisa para dizer que foi apagada, né. É isso que eu quis dizer com essa coisa de transmissão. Depois você pega, tem um filho e percebe que você não pode. Que aí já é tarde, que vai entrar num anacronismo porque o que é que eu vou falar para ele? Da repressão na Argentina? Não tem. O dia que ele vier e me perguntar aí tem. Mas ele é um brasileiro. Que vai desconhecer muitos aspectos sensíveis da minha própria história da qual ele nunca vai conseguir se colocar pelo fato de não vivenciar. Não por não ter vivenciado. Mas pelo fato de não ter tido uma transmissão. Não estar no meio do qual se dá valor a determinado tipo experiência, determinado tipo de formação, entendeu? [...]”¹⁴⁸

Dada a importância que os sujeitos atribuem às experiências consideradas como políticas, pode-se dizer que a afirmação da argentinidade deste contingente migratório encontra seus vínculos nas maneiras de entender sua posição neste âmbito. Assim, há uma interseção entre categorias como *nacionalidade* e *política* nos processos de (re)construção de identidades deste sujeitos. A ênfase na valorização da experiência política aparece representada como um dos traços diacríticos que diferenciariam, por exemplo, argentinos e brasileiros, quando L.E.D. narra como a sua chegada no Brasil com 15 anos de idade ficou marcada inicialmente pela sua percepção de que os garotos de sua idade não davam a mesma importância que ele às discussões nesse campo.

“[...] Via televisão e aprendi o português rápido. [...] Já comecei a estudar. [...] Começam todas as questões das relações humanas. E você moleque né. Foi difícil, essa parte foi difícil. Não que eu tenha sofrido, nem nada. Mas eu não entendia muito direito os valores que os caras tinham. Ninguém falava de política, entendeu? Os caras adoravam carros e falavam de carro. E eu me abria em todas as rodas porque não tinha... Que ia falar de carro? Não sabia, nunca tive um.”¹⁴⁹

Esta relação que se estabelece entre a identidade nacional e uma identidade política fica também explícita no depoimento de C.H., quando explica que a razão de seu filho não querer se naturalizar brasileiro e de torcer pela seleção argentina de futebol, embora resida no Brasil desde os três anos de idade, deve-se ao fato de querer manter a memória e a história de seu pai (um desaparecido da ditadura militar). Ela entende que a afirmação da argentinidade é um dos

¹⁴⁸ Depoimento de L. E. D., arquiteto e professor, residente em São Paulo desde 1979, registrado em 7 de abril de 2005.

¹⁴⁹ Depoimento de L. E. D., arquiteto e professor, residente em São Paulo desde 1979, registrado em 7 de abril de 2005.

mecanismos encontrado por seu filho para vincular-se com essa história de vida e uma maneira de manter viva e presente a memória dos desaparecidos da ditadura. É interessante entrever esta relação que C.H. estabelece entre a identidade de seu filho e a memória da ditadura na medida em que a figura do desaparecido transformou-se em um símbolo político mundial da luta dos familiares e dos organismos internacionais de defesa pelos direitos humanos contra os crimes e abusos cometidos pelas ditaduras militares em toda a América Latina.

“Quando tem jogo de futebol ele fala que torce para a Argentina. Acho que ele quer conservar um pouco das raízes dele. Dessa história. Eu acho que foi muito difícil para ele essa história. [...] Porque quando saiu a indenização dos desaparecidos que ele recebeu, ele perguntou porque ele também não tinha indenização se tinha sido desaparecido. E aí ele... Eu falei... ‘E, mas não é desaparecido’. Ele foi, mas legalmente isso não é registrado como desaparecimento. Não tem um hábeas corpus, não teve suficiente tempo. Mas ele estava numa idade que ele não foi desaparecido porque tinha uma idade que não era nem muito pequeno nem muito... Digamos, não ia ser morto porque ele era ainda pequeno, mas não ia ser seqüestrado por famílias porque já falava, três anos e meio era difícil se adaptar a uma família. Então ele teve um pouco essa sorte.”¹⁵⁰

O trabalho de coleta destes testemunhos orais serviu como um dos canais possíveis para a reconstrução das memórias destes argentinos que chegaram em São Paulo durante o período da ditadura militar no país e/ou por conta dela. Através da interpretação de suas próprias histórias de vida, os sujeitos selecionaram os fatos que desejavam recordar e, por conseguinte, as memórias que queriam resgatar. E se é a memória da ditadura militar e de como se vivia a política que destacam e colocam em evidência é porque são estas experiências que se tornaram centrais em suas vidas e que marcam suas identidades. Portanto, estas formas de se identificar e do que selecionam recordar deixam entrever como estes argentinos constroem o seu pertencimento com relação a um determinado grupo social, que aqui tem como referencial o posicionamento político, ainda que existam clivagens internas evidentes, conforme discutido anteriormente. E estas maneiras de entender o pertencimento tem suas histórias e suas implicações materiais e simbólicas. Como bem coloca Stuart Hall (1996) “[...] a identidade cultural [...] é alguma coisa – não um mero artifício da imaginação. Tem suas histórias – e as histórias, por sua vez, têm seus efeitos reais, materiais e simbólicos” (HALL, Op. cit., p. 70). As formas a partir das quais estes sujeitos assumiram sua identidade política tiveram, de fato, um efeito real e incidiram diretamente em suas existências. A consequência mais evidente foi o próprio exílio no Brasil.

¹⁵⁰ Entrevista de C.H., psicanalista, residente em São Paulo desde 1978, registrada no dia 13 de abril de 2005.

Neste capítulo dediquei-me a análise do contexto de repressão e violência política na Argentina da década de 1970. Esta contextualização foi feita com base nas narrativas dos entrevistados, mas também na bibliografia consultada sobre o tema. Assim procurei entender: 1) como o deslocamento de argentinos para o Brasil esteve relacionado ao processo de banimento de milhares de indivíduos do país por conta do posicionamento político direto ou indireto contra o regime militar e 2) os processos que levam a luta política tornar-se tão crucial naquela sociedade e atingir níveis extremos de violência, no qual se consolida uma lógica do uso ilimitado do recurso da violência como instrumento político. Por sua vez, explorar estas questões me permitiu perceber como o lugar que a memória de como se vivia a *política* ocupa dentro das narrativas e a importância dada à própria *política* evidenciam como estas experiências são importantes e cruciais para os indivíduos e, portanto, fundamentam uma identidade e as maneiras de entender o pertencimento a um grupo social; ou melhor, como um dos núcleos de definição da identidade social pontualmente se expressa aqui com a utilização de termos próprios do campo de disputa política do contexto argentino da década de 1970. Sendo assim, estes sujeitos me chamaram a atenção para o fato das fronteiras sociais serem delineadas com base em valores vinculados ao universo da política e como a identificação destas fronteiras tornou-se um elemento chave dentro do campo de sociabilidade entre indivíduos e grupos na Argentina que tiveram que deixar. É nesse sentido que a exclusão profissional ocorreu segundo as formas como eram identificados politicamente e as disputas e classificações dos indivíduos nesse contexto eram operadas nos termos de uma linguagem pautada em valores vinculados ao universo da política. Igualmente a prática do desaparecimento, do assassinato e da detenção clandestina colocada em prática pelos militares argentinos, mas também em menor proporção pelas organizações armadas de oposição, funcionou dentro dessa mesma lógica de classificação dos indivíduos segundo a sua identidade política: *subversivo, revolucionário, comunista, socialista, guerrilheiro, reacionário, direitista, gorila*, etc.

Analisei como os entrevistados se autoclassificam (exilado, migrante, refugiado, estrangeiro) segundo as representações que constroem em torno das motivações para a saída de seu país de origem, da inserção no contexto brasileiro e de seu posicionamento político. Explorei também como a pluralidade das experiências femininas do exílio esteve marcada, por um lado, pelos papéis e relações que tradicionalmente se colocavam entre os gêneros e, por outro lado, pelas transformações destas relações diante de circunstâncias adversas que emergiram no contexto da repressão política.

CAPÍTULO V

A Migração Argentina para o Brasil Pós-*Corralito*

Tendo em vista a recente onda migratória de argentinos em direção ao Brasil, que se configura principalmente após a crise de 2001, me parece importante levar em consideração de que forma as reatualizações e as transformações no que concernem as relações bilaterais Argentina-Brasil ocorridas ao longo dos últimos 30 anos permeiam os processos de inserção profissional e social destes indivíduos em São Paulo. Ou melhor: este novo processo migratório de argentinos para o Brasil deve ser analisado sob o prisma das novas configurações políticas regionais e globais. No que tange a estas transformações, é importante mencionar, como exposto por Russell e Tokatlian (2003), que a visão da Argentina em relação ao Brasil foi constituída desde a origem da nacionalidade argentina até princípios da década de 1980, por uma cultura de rivalidade; e que, partir dessa década, tal cultura de rivalidade tem cada vez mais incorporado elementos de uma cultura de amizade. Durante este primeiro período, referente até princípios da década de 80, “[...] o Brasil foi visto com indiferença do ponto de vista econômico, como um país culturalmente inferior e, no aspecto político, como um rival na busca pela supremacia sub-regional” (RUSSEL e TOKATLIAN, Op. cit., p. 73). Com a crescente pauperização da população e o aumento progressivo da dependência externa do país, inaugurou-se uma nova etapa em que esta situação se inverte e o Brasil passa a ser visto como um país economicamente mais importante.



Figura 15 – Fontanarrosa
Fonte – Clarin, Buenos Aires, 10 jun.
2003. Disponível em:
<<http://www.clarin.com.ar>>. Acesso
em: 10 jun. 2002.

Feldman-Bianco (2000) aponta para a importância de se analisar os fluxos migratórios e a posição dos imigrantes no país de destino levando-se em conta as (re)configurações de poder, de espaços e posições ocupados pelos Estados-Nação e por suas respectivas populações dentro do atual contexto do capitalismo global (FELDMAN-BIANCO, Op. cit.). Nessa mesma direção Sayad (1998) coloca que “[...] o imigrante, mais do que outro qualquer, é portador, tem sempre consigo ou junto de si a marca do estatuto e da posição atribuídos a seu país na escala internacional dos estatutos e das posições políticas, econômicas, culturais etc. [...] um imigrante não é apenas o indivíduo que é; ele é também, através de sua pessoa e pelo modo como foi introduzido como imigrante, o seu país” (SAYAD, Op. cit., p. 241). Sob essa ótica, torna-se imprescindível analisar em que medida o redimensionamento das posições político-econômicas entre Brasil e Argentina, bem como destes Estados-Nação no âmbito global, influenciam e transformam, em contraposição aos argentinos que vieram ao longo dos anos 1970, as formas de inserção social e profissional destes argentinos que têm chegado ao Brasil no contexto pós-corralito.

Um primeiro aspecto que podemos apontar com relação a esta questão é o fato do Brasil ter se apresentado, e de maneira cada vez mais recorrente, um destino migratório relativamente atrativo para estes jovens argentinos no que se refere, por exemplo, a melhores oportunidades profissionais, muito embora a condição do Brasil seja a de país periférico dentro da conjuntura internacional. Os números oficiais contabilizam um total de pouco mais de 25 mil argentinos residentes no país, mas no ano de 2005 as autoridades consulares estimaram entre 200.000 e 300.000 o número de argentinos aqui residentes. Como lembrou o Embaixador do Brasil em Buenos Aires: “É difícil detectar uma migração maciça para o Brasil, até porque os argentinos não precisam de visto para entrar em território brasileiro e têm 90 dias como turistas, com direito a prorrogação por mais 90 dias. O problema é saber quantos ficam e quantos voltam.”¹⁵¹ Obviamente esta estimativa é bastante inferior ao número de argentinos que imigraram para países como Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e Itália. Mas não deixa de ser um indicativo de uma tendência crescente de jovens que têm optado pelo Brasil. Aponto que entre as vantagens por esta escolha estão: a maior viabilidade econômica da viagem para o Brasil, a proximidade do país com a Argentina e os menores impedimentos legais existentes para entrar e permanecer em território nacional. Em agosto de 2006, por exemplo, foi publicado no Diário Oficial da União, na forma de uma portaria dos ministérios brasileiros das Relações Exteriores e da

¹⁵¹ A declaração do cônsul foi retirada de: GOITIA, Vladimir. Argentina deixa de ser a terra prometida. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 de maio 2002. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em: 6 maio 2002.

Justiça, um novo Acordo de Residência Argentina-Brasil que prevê que argentinos que moram no Brasil e brasileiros que residem na Argentina tenham os mesmos direitos civis, sociais, culturais e econômicos que os demais cidadãos dos países onde moram. Esse novo acordo garante que os estrangeiros desses dois países possam trabalhar e abrir negócios legalmente, sem nenhum tipo de autorização especial prévia.

Outro aspecto que podemos apontar com relação a estas transformações é que, ao contrário do contingente migratório dos anos 1970 que se caracterizou pela sua alta qualificação profissional, neste novo cenário a migração apresenta-se bem mais diversa. Há ainda um fluxo considerável de profissionais qualificados, numa faixa etária já não tão jovem (30 aos 50 anos), que chegam para trabalhar em empresas e em universidades, ou mesmo que vêm investidos de algum capital com o objetivo de montar negócios (restaurantes, pequenas empresas, pousadas e hotéis em pontos turísticos). Vale lembrar que estes indivíduos já chegam com situação de estrangeiro regularizada ou a efetivam, sem grandes impedimentos, rapidamente. Este processo de obtenção da residência legal é bem menos trabalhoso principalmente para aqueles que se tornam empregadores pelo fato do Estatuto do Imigrante garantir que todo estrangeiro que emprega mais de 10 brasileiros tem o direito de regularizar a sua situação. No entanto, também se verifica a chegada de uma quantidade significativa de argentinos, em sua maioria bem mais jovens (20 a 30 anos), sem formação profissional e que se inserem informalmente no mercado de trabalho. Por isso encontram maiores dificuldades para regularizar a sua situação como estrangeiro e para se estabelecer profissionalmente.

Contudo, mesmo para aqueles que chegam com nível de formação superior, nota-se que as dificuldades encontradas para entrar no mercado de trabalho brasileiro atualmente são maiores do que as enfrentadas pelos argentinos que chegaram nos anos 1970. Isso pode ser explicado em parte pela nova conjuntura econômica brasileira. Ao contrário dos anos 1970, contexto em que o Brasil vivia um momento de grande expansão, sobretudo no que tange ao sistema universitário, e no qual existia uma crescente demanda por profissionais altamente qualificados, atualmente este crescimento tem sido tímido e há uma oferta abundante de profissionais que o mercado não consegue absorver. Essa nova situação é colocada por A. Z., residente em São Paulo desde 1998, que menciona as diferenças de condições encontradas entre os argentinos que vieram no contexto da ditadura militar e os que chegaram mais recentemente para se inserir no mercado de trabalho brasileiro.

“Eu tenho uma prima que também saiu pela ditadura e ela veio aqui para o Brasil, o marido é desaparecido. E foi simples: ela chegou aqui e já começou a trabalhar. Agora já não é assim.”¹⁵²

Se as dificuldades já são grandes para aqueles que possuem alguma qualificação profissional, para os que chegam sem ela a situação torna-se ainda mais complicada. C. S. V., por exemplo, residente em São Paulo desde o começo de 2002, conseguiu um trabalho numa empresa de montagem de bonecos eletrônicos, cujos proprietários também são argentinos. Porém, os empregadores não aceitaram contratá-lo legalmente. Isto implica em ter a sua condição de estrangeiro irregular o que, por sua vez, traz uma série de impedimentos e dificuldades, conforme relata no depoimento abaixo:

“Una de las otras cosas de porque también me voy es por el tema de la ilegalidad. No puedo tener una cuenta en un banco. Hace poco tuve un problema en el pié. Yo no puedo tener servicio medico por no tener papel. Tuve que pagar por una visita al medico, tuve que pagar 170 reales. Mi hermana me quería llevar al hospital público y había una fila de unas 50 personas muriéndose y yo con el pié lastimado. Y entonces ni me prestaron atención. Fui al medico normal y tuve que pagar. Una vez 170. Está bien que la gente que paga todos los meses 80, 90 reales y lo usa a cada tres. Pero si a mí me llega a pasar algo grave estoy perdido. Uno que no conozco los hospitales. Por lo que vi es un desastre. Terminar en un hospital acá es una de las peores cosas que te puede pasar. Entonces tengo miedo por eso que me pase algo. E mismo pudiendo pagar un servicio medico no lo puedo tenerlo. Ni una cuenta en un banco no puedo tener. Toda vez que tengo que pagar una cuenta en un banco tengo que ir al banco, hacer fila con todos los viejitos. No puedo tener un servicio en mi nombre. El alquiler de mi casa está en el nombre de uno de mis jefes. El cable esta en el nombre de mi hermana. La luz en el nombre de otro. Yo no existo en Brasil. Me muero hoy y nunca estuve. Nunca figuré como empleado tampoco. No puedo tener nada. Esto me tiene bastante loco. Si otras cosas estuviesen mejores quien sabe no me preocuparía tanto por eso. Por el tema de las amistades, por el tema de la familia lejos. Tantas cosas. El tema del trabajo no estoy ganado tan bien. Quizás eso compensaría todo el resto.”¹⁵³

Neste novo contexto de informalização do trabalho é importante mencionar a formação de um importante mercado étnico, até então irrelevante entre os migrantes argentinos. Ou seja, como alternativa econômica, observa-se o crescimento de um mercado étnico no qual os migrantes instrumentalizam produtos e serviços que estão intimamente vinculados ao que se concebe como próprios da *argentinidad*. Assim, a venda de produtos típicos (empanadas, vinho, *yerba mate*, *asado argentino*, *alfajores*, *sandwich de Miga*) e da oferta de aulas de tango e de aulas de espanhol têm aparecido de forma cada vez mais recorrente. A

¹⁵² Entrevista com A. Z., arqueólogo e professor universitário, residente em Campinas desde 1998, registrada em 1 de março de 2005.

¹⁵³ Entrevista de C. S. V., técnico em informática, residente em São Paulo desde 2002, registrada em 13 de abril de 2005.

divulgação deste mercado tem sido realizada através de listas na Internet, que procuram reunir os argentinos residentes no Brasil. Além de meio para divulgação deste mercado, estas listas funcionam como uma importante rede de solidariedade. Servem de ferramenta para a troca de informação, sobretudo sobre vistos, moradia, ofertas de trabalhos e o estabelecimento de contato entre argentinos que estão querendo ir para São Paulo e os que aqui já estão. É importante lembrar que hoje não há mais a paranóia da perseguição presente entre os argentinos que vieram no contexto da ditadura militar, o que facilita o estabelecimento destas redes de solidariedade. A ausência desse medo também pode ser apontada como um dos fatores que contribuiu para que se criasse no final dos anos 1990 a entidade associativa *Club Argentino de São Paulo*, outro meio importante de divulgação desse mercado étnico e ponto de referência dessa migração recente.

O *Club Argentino* constituiu-se no ano de 1997, num momento em que o próprio consulado procurava integrar os argentinos que residiam em São Paulo. Já neste período, segundo informações de membros do *Club*, havia uma percepção de que a presença numérica de argentinos em São Paulo era significativa, mas que, no entanto, encontravam-se espalhados e dispersos espacialmente. É neste contexto que o *Club* é inicialmente criado por um pequeno núcleo de argentinos. Através de listas de residentes concedidas pelo Consulado Geral da Argentina, estabelecem-se os primeiros contatos entre estes argentinos que participam da iniciativa de criação da associação. Em seguida o *Club Argentino de São Paulo* é formalmente fundado com a pretensão, segundo seus membros, de ser uma entidade referencial para e dos argentinos na cidade. É importante mencionar que estes indivíduos que participam da criação da entidade, em sua maioria, chegaram durante os anos 1970 em São Paulo, possuem alta qualificação profissional e, portanto, pertencem a uma classe econômica e socialmente privilegiada, tanto no que se refere ao contexto paulistano quanto em relação aos demais argentinos que aí residem.

Segundo os próprios membros, a entidade procura resgatar o “*corpo e a identidade de uma comunidade argentina que seria invisível na cidade*”. Assim o *Club* busca reunir os argentinos através de encontros, asados (churrascos), festividade, etc. Nessas reuniões a argentinidade é ritualizada através do oferecimento de comidas típicas (vinho, empanadas) e danças (Milonga, Tango, Penha folclórica). A partir desse intuito integrador, o *Club* tem outros objetivos como divulgar, manter e transmitir o que concebem como parte da cultura argentina, além de ser uma entidade de ajuda mutual entre os migrantes. É nesse sentido que hoje a associação é

muitas vezes procurada por argentinos em situação ilegal que necessitam de auxílio para obtenção de atendimento médico, de vistos e residência para estrangeiros. A entidade estabeleceu um acordo com um advogado especializado em migração que presta auxílio àqueles que precisem de alguma orientação jurídica. Também procura articular um grupo de médicos bilíngües em espanhol e português para que possam atender a preços acessíveis argentinos ilegais em situação de carência. A associação possui um jornal, *Nuevos Aires*, que divulga serviços e trabalhos dos migrantes (restaurantes, aulas de espanhol, aulas de tango).

Vale ressaltar que é o próprio Consulado Argentino de São Paulo quem encaminha diretamente ao *Club* os argentinos que os procuram pedindo ajuda. Porém o *Club* enfatiza não possuir nenhuma vinculação direta com o Consulado, rejeitando qualquer tipo de auxílio financeiro para que a entidade preserve sua autonomia e independência. Assim, o *Club* mantém-se apenas com a contribuição financeira voluntária de seus sócios, através da cobrança de uma taxa trimestral. No entanto, apesar do estabelecimento dessa relativa autonomia, a associação vem ganhando reconhecimento frente ao Consulado e à Câmara de Comércio Argentino-Brasileira. Na cerimônia do dia 25 de Maio, dia da Independência da Argentina, tradicionalmente celebrada pelo Consulado, Câmara de Comércio e Banco de La Nación Argentina, há cinco anos também conta com a participação do *Club*. E há dois anos o Cônsul-Geral da República Argentina é membro do Conselho Diretivo tanto da Câmara de Comércio quanto do *Club Argentino*. O presidente do *Club* é também membro do Conselho Diretivo da Câmara de Comércio, bem como o presidente da Câmara é membro do Conselho Diretivo do *Club*. Ainda no que concerne à interação do *Club Argentino* com outras entidades políticas, lembro que a associação encontra-se vinculada à Secretaria de Cultura do Estado e com a Secretaria de Cultura da Prefeitura, através de sua participação no Portal Virtual São Paulo: cidade dos Mil Povos e do CONSCRE¹⁵⁴, sendo o presidente do Club o delegado que representa os argentinos neste Conselho dentro da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Tendo em vista que tradicionalmente os migrantes argentinos se inseriram de forma relativamente privilegiada no contexto brasileiro, dado seu nível educacional e condições laborais, a observação de uma maior procura pelos atuais migrantes pelos serviços de auxílio fornecidos pela Pastoral do Imigrante, tais como a utilização das hospedagens da Casa do

¹⁵⁴ Conselho Estadual Parlamentar das Comunidades de Raízes e Culturas Estrangeiras. Este conselho foi criado no ano 2001.

Imigrante, poderiam indicar um empobrecimento e uma diferenciação da maneira pela qual passam a introduzir-se na sociedade brasileira em comparação ao contingente anterior. A Pastoral do Imigrante é uma entidade que tradicionalmente dá assistência e desenvolve trabalho social tanto com migrantes internos como transnacionais, sobretudo com a comunidade boliviana, peruana e paraguaia. Assim, fiz duas visitas à Pastoral e conversei com o Padre Roque, que coordena e participa diretamente dos trabalhos desenvolvidos pela Pastoral, com o intuito de levantar informações sobre o aumento ou não da procura de migrantes argentinos por tal entidade nos últimos anos.

Segundo informações fornecidas pelo Padre Roque, as comunidades estrangeiras com as quais a Pastoral majoritariamente trabalha continuam sendo a boliviana, peruana, chilena e paraguaia. A pastoral recebe um número reduzido de argentinos que permanecem por pouco tempo hospedados na Casa do Imigrante. Houve um número maior de famílias argentinas que buscaram auxílio na Casa do Imigrante no período em que estourou a crise na Argentina no final de 2001. Depois, a Casa do Imigrante começou a receber pessoas sozinhas, aventureiros, viajantes, que retornaram para a Argentina assim que a situação daquele país ficou relativamente mais estável. Neste mesmo período, a Pastoral do Imigrante também hospedou argentinos que vinham para São Paulo com o intuito de re-imigrar para a Espanha e Estados Unidos, sobretudo para Miami e Nova York. Padre Roque ainda mencionou que os argentinos mais empobrecidos não formam comunidades ou se juntam como os bolivianos e peruanos. Os argentinos que participam de uma vida comunitária têm uma situação financeira mais estabilizada e ocupam postos de trabalho mais privilegiados.

Ressalto também que o acompanhamento do evento *São Paulo Cidade dos Mil Povos*, realizado em 2004 pela Secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de São Paulo na gestão correspondente a prefeita Marta Suplicy, foi pertinente na medida em que ficaram estabelecidas quais são as principais demandas sociais dos imigrantes que se encontram na capital paulista, bem como qual a política dessa gestão frente aos imigrantes. É preciso considerar que o evento foi realizado em período de campanha política que visava a reeleição da prefeita e, portanto, as posturas dos agentes públicos encontravam-se informadas por tal objetivo. Levando em conta este aspecto, foi possível identificar quais as políticas públicas e culturais postas em prática pelo governo com relação ao tema. A análise do material levantado no evento foi fundamental para traçar as inter-relações existentes entre a política cultural da Prefeitura Municipal de São Paulo, o incentivo da mesma para a organização dos imigrantes

em entidades associativas e o movimento dos migrantes argentinos e do *Club Argentino* neste contexto. Durante a gestão de Marta Suplicy, a Prefeitura de São Paulo adotou uma política que procurou incentivar os imigrantes a formarem entidades associativas. Nesse sentido, é importante mencionar que o destaque dado pelo então secretário de Relações Internacionais a essas “comunidades imigrantes” parece ter como objetivo valer-se das mesmas a fim de buscar contatos e vínculos para estabelecer parcerias, através de acordos econômicos, com as cidades de origem desses imigrantes, trazendo à tona a relação entre globalização, imigração e políticas culturais e de investimentos da Prefeitura paulistana.

Colocada estas questões, fica patente que a vinda de argentinos para São Paulo nos últimos anos não resulta de um processo de exclusão e expulsão direta sob pena de morte e torturas, tal qual ocorreu nos anos 1970. Nem se sentem parte de um grupo social que é banido por conta de uma determinada identidade política. Aqui se, por um lado, a exclusão não é direta, por outro lado, ela é muito mais ampla. A saída é agora motivada por uma percepção coletiva, e não mais de um grupo, da impossibilidade da Argentina como espaço de construção de uma vida. Dessa forma, arrisco a dizer que a identidade social destes argentinos encontra-se permeada pela resignificação da migração como projeto e como meio de viabilizar a realização do progresso e da mobilidade social.

A Nostalgia e a Argentinidade

A *nostalgia* emerge assim dessa percepção de um processo de crise e de decadência nacional que encontra seus vínculos na idéia de uma nação que foi pensada inicialmente como terra de promessa e de destino das grandes migrações e que hoje se vê transformada pelas sucessivas *crises* numa terra sem perspectivas para as novas gerações, o que levaria, segundo esta interpretação, ao movimento inverso: o êxodo populacional. Como analisa Herzfeld (1997), “*Nostalgia como uma perfeição originária é comum para muitas historiografias nacionalistas, como o é para as narrativas religiosas*” (Herzfeld, Op. cit., p. 112). Por conseguinte, sendo a perfeição originária um dos mitos fundadores da nação argentina entende-se o porquê da nostalgia ser uma das construções culturais que permeiam a argentinidade. É interessante notar que se, por um lado, a narrativa mestra da nação argentina localiza numa fase pretérita o seu momento de grandeza, por outro lado, a narrativa da nação brasileira localiza no futuro esse momento de realização de esplendor. Talvez por isso os argentinos são constantemente representados pela melancolia e pela nostalgia, ao passo que a marca brasileira é a alegria.



Figura 16 – Gaturro
 Fonte – Nik. La Nacion, Buenos Aires, 23 out. 2002. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar>>. Acesso em: 23 outubro 2002.

Aqui a expressão *Nostalgia Estrutural* de Michael Herzfeld (1997) poderia ser utilizada para fazer referência a essa representação coletiva de um tempo antes do tempo, onde a perfeição das relações sociais não teria sofrido com a decadência, representação que caracteriza tanto o discurso do estado oficial quanto o discurso de seus mais simples cidadãos. Segundo a análise do autor *“Dois aspectos são cruciais na definição da nostalgia estrutural. Um é a sua reaplicabilidade a toda geração sucessora [...] evocação de um passado quando tudo era melhor [...] O segundo aspecto refere-se ao objeto dessa retórica da saudade. Esse objeto toma forma em uma reciprocidade danificada: a virtude que foi supostamente corrompida sempre acarreta numa medida da reciprocidade, uma reciprocidade que vem sendo, talvez irreversivelmente, corrompida pelos interesses individuais dos tempos modernos”* (Herzfeld, 1997, p. 111). Esta nostalgia coletiva por um passado onde tudo era melhor também tem sido ressignificada, por exemplo, no contexto da produção cinematográfica argentina contemporânea. Cito dois exemplos para ilustrar esta questão em especial.

Um dos filmes é *Luna de Avellaneda*, dirigido por Juan José Campanella, que narra a história de indivíduos que têm seu convívio dentro de um clube “Luna de Avellaneda”, fundado em Buenos Aires nas primeiras décadas do século XX por imigrantes (bascos, andaluzes, catalães, galegos, italianos, judeus, árabes). A história do clube e das pessoas que estão ligadas a ele localiza-se dentro da problemática da Argentina contemporânea. Por um lado, um clube em decadência que não tem dinheiro para pagar suas dívidas com o governo municipal e, por outro lado, indivíduos que lutam para conseguir um emprego para

“sobreviver” num país que parece não ter mais futuro. O conflito explode quando é cobrada a dívida e os sócios têm que decidir se vendem ou não o clube. A crise do país, não somente econômica, mas a crise de um projeto de nação, é o pano de fundo da história. Nela se inter cruzam três gerações de argentinos e com elas seus valores e experiências de vida que moldam as formas como encaram a existência. A geração mais velha está representada, sobretudo, pela personagem de Dom Aquiles (Jose Luis Lopez Vasquez), galego que chega na Argentina no início do século e sócio fundador do Clube. Ele representa, simultaneamente, o nascimento da nação, uma testemunha ocular da trajetória nacional e a figura paterna. Representa também o resquício de um passado, de uma Argentina que se foi; uma Argentina que ninguém queria deixar, lugar que todos queriam chegar e ficar. Román (Ricardo Darín) é a personagem que representa a geração argentina, filha dos imigrantes, que vive um conflito existencial no qual se vêem contraditos os ideais e valores que acreditou e lutou no passado e as circunstâncias que o levam a viver desiludido e desenganado. Este seu conflito está expresso numa dicotomia de valores que coloca frente a frente, por um lado, uma Argentina que acreditou na ação política para lutar pelo bem-estar social de todos e, por outro lado, uma Argentina que se impôs na década de 1990, na qual o individualismo está colocado junto a uma mentalidade que acredita que tudo pode ser comprado e vendido, onde tudo é uma questão de mercado. A geração contemporânea, filha da ditadura, é vivida pela personagem de Darío, filho de Román, que não vê perspectiva de futuro e de emprego na Argentina e que acredita que permanecer no país é pensar pequeno. Assim, passa a fazer “bicos” com o objetivo de juntar dinheiro para ir morar na Espanha com a namorada. A nostalgia, de uma Argentina que foi o futuro de muitos e que agora está apenas no passado, expressa-se neste filme nas relações travadas entre estas três gerações.

Já *Buena Vida Delivery*, de Leonardo Di Cesare, é um filme que, através da história do envolvimento de dois jovens, quer retratar um país no qual se vive profundamente e existencialmente as consequências de longos anos de recessão econômica. Dois jovens vivem seu cotidiano na periferia de Buenos Aires procurando sobreviver em empregos nos quais não vêem nenhuma perspectiva de futuro e, o que é mais cruel, não tem para eles significado existencial algum. O rapaz (Hernán) vive na casa que pertenceu a seus pais, de arquitetura típica das tradicionais moradias da classe média urbana argentina. Residir na casa que foi de seus pais não é um fato banal colocado aleatoriamente no filme. Representa, sobretudo, uma situação na qual os jovens da Argentina de hoje precisam sobreviver às custas – e não por

comodismo, mas pura falta de chance e perspectivas profissionais – do que foi conquistado pelas gerações anteriores. Isso significa que se numa Argentina passada, seus pais puderam ascender socialmente pelo trabalho e pelo acesso à educação, conquistando um certo bem-estar social (a moradia, por exemplo), as gerações descendentes de uma Argentina em decadência tanto não puderam ascender socialmente, quanto não conseguiram manter o padrão de vida que lograram seus pais. A questão da onda emigratória de jovens argentinos que se instalou num país estagnado, fenômeno de grande relevância e que revela a dimensão cultural de uma profunda crise nacional, também não deixa de aparecer na história. Hernán, descendente de espanhóis, tem seu irmão, cunhada e sobrinho vivendo na Espanha e um de seus melhores amigos e companheiro de trabalho enfrenta semanalmente as filas do consulado italiano para conseguir seu passaporte. Outra questão relatada no filme refere-se ao descrédito da geração jovem na educação como meio de ascensão social. A educação sempre foi um dos pilares deste movimento e construiu-se como um valor para a classe média argentina. Hernán menciona para a jovem Patrícia, sua companheira que trabalha como frentista num posto de gasolina, que começou a estudar Desenho Industrial, mas não se formou, o que passa a ser rotineiro no país de hoje. A sensibilidade do filme está em como é retratada a imagem de uma nação que “sobrevive” num clima de marasmo, decadência e desilusão generalizada que remete os indivíduos à nostalgia por um país que ficou no passado. Catadores de papel, favelas (villas miserias), a presença das multinacionais, desempregados, pequenos negócios sendo fechados, jovens emigrando aparecem, simultaneamente, como cenário e protagonistas desta história.

*“Desde o começo até agora, passou muita coisa que a juventude de hoje, o que sempre falo, houve a nossa geração e a geração que sucedeu a nossa que são nossos filhos. E essa geração ainda não assimilou o que aconteceu com a nossa geração lá na Argentina. E eu vejo que precisa de um tempo para terceira geração, que fica mais afastada, conseguir ler tudo o que aconteceu antes. É como que essa segunda geração foi tão grande o impacto que recebeu que ela nega. Não é uma negação do que aconteceu. Ela nega não falando disso. Ela não fala disso, passou para outra coisa. Há uma necessidade de sobrevivência econômica também que é forte. Então os pais dessa geração, que é a minha, tinha um conforto econômico melhor, então tinha uma informação melhor e tinha também um acesso melhor a tudo de uma forma muito melhor que agora [...]”*¹⁵⁵

¹⁵⁵ Entrevista de M. E. G., psicanalista, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

Como contraponto ao exílio político na década de 1970 e tendo como cenário o empobrecimento sistemático da população argentina nas últimas décadas, sobretudo a partir da década de 1990, neste último capítulo analisei o processo migratório de argentinos para o Brasil no contexto pós-*corralito* sob o prisma das novas configurações políticas regionais e globais. Procurei explorar como o redimensionamento das posições entre os Estados-Nação do Brasil e da Argentina, no sentido de que o Brasil apresenta-se hoje como um país economicamente mais importante, influencia e transforma, em contraposição aos argentinos que vieram ao longo dos anos 1970, as formas de inserção profissional e social dos argentinos que têm chegado mais recentemente. Encerro argumentando que a *nostalgia* é apontada como construção cultural que permeia a argentinidade pelo fato da perfeição originária ser um dos mitos fundadores da nação: a narrativa mestra da nação localiza numa fase pretérita o seu momento de grandeza e de esplendor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação abordei o exílio político de argentinos ao longo da década de 1970 e, como contraponto analítico, a questão da emigração de jovens argentinos no período pós-*corralito*, enfatizando os processos de (re)configurações de identidades dos argentinos migrantes. Procurei abordar estes dois movimentos migratórios tomando como base, principalmente, as narrativas dos próprios sujeitos que tiveram como destino São Paulo (Brasil). Acabei, desta forma, tratando de duas gerações diferentes de argentinos e de dois momentos históricos bastante díspares.

Os argentinos que chegaram em São Paulo ao longo dos anos 1970 fazem parte de uma geração que cresceu numa Argentina na qual grande parte da população ainda gozava de condições sócio-econômicas bastante favoráveis. Também é uma geração que experimentou um momento de grande ebulição política e cultural, fenômeno que não esteve circunscrito apenas à Argentina. Foi um período de grandes transformações na política nacional e internacional (Guerra-Fria) e de revoluções nos costumes. Foi a *geração da utopia*, pois acreditava que poderia mudar o mundo e que a sociedade poderia se organizar em um sistema diferente daquele colocado. Foi uma geração que acreditava na ação política como mecanismo de transformação social. Desta forma, esteve fortemente engajada politicamente em movimentos libertários, socialistas, comunistas, anarquistas como uma tentativa de transformar a realidade. Também procurava transgredir a ordem estabelecida através do comportamento e da contestação dos valores.

Esta geração da utopia foi fortemente reprimida pela Ditadura Militar. Muitos foram assassinados e tantos outros tiveram que deixar a Argentina; alguns para nunca mais voltar. Os testemunhos apresentados neste trabalho referem-se àqueles que não voltaram a viver na Argentina. A marca dessa geração, portanto, é a marca da participação política e de um certo posicionamento no campo político. Por isso entende-se porque a marca distintiva que faz com que estes indivíduos se reconheçam a partir de uma certa experiência compartilhada expressa-se em termos de uma identidade política. Por sua vez, tendo em vista que a sociedade argentina dos anos 1970 caracterizava-se por uma relativa homogeneidade social, essa identificação de indivíduos e grupos segundo valores pautados no campo da política tornou-se um traço diacrítico ainda mais importante nesse contexto.

O mundo mudou e a Argentina com ele. Quando uma de minhas entrevistadas coloca que *“Hoje em dia, pelo o que eu ouço, as pessoas nem falam mais em política, simplesmente falam em economia. Eu estou bem de dinheiro ou não. Então a mentalidade era outra”*¹⁵⁶ ela marca a diferença entre as preocupações que se colocavam para a sua geração na década de 1970 e as que se colocam para os jovens de hoje. Outra de minhas entrevistadas também enfatiza as diferenças que percebe entre a sua geração e a geração que a sucedeu: *“Há uma necessidade de sobrevivência econômica também que é forte. Então os pais dessa geração, que é a minha, tinha um conforto econômico melhor, então tinha uma informação melhor e tinha também um acesso melhor a tudo de uma forma muito melhor que agora [...]”*¹⁵⁷ Fica evidente que as condições que se colocam para os jovens de hoje são bastante diferentes daquelas colocadas para os jovens nos anos 1970. Hoje a globalização se impôs como processo “irreversível” e “irremediável”, como único caminho possível. Parece não existir mais espaço para a utopia. Também as disparidades entre ricos e pobres tornaram-se muito maiores e as condições de trabalho, através de sua crescente informalização, mais difíceis. A Argentina não ficou alheia a esse processo.

Desta forma, as novas gerações experimentam o fim dos sonhos e o gosto amargo do cotidiano. Um cotidiano em que a luta pela subsistência parece exigir uma atitude mais pragmática diante da vida. O importante é garantir o pão de cada dia. Essa geração também experimenta uma violência. Não uma violência política nos moldes da repressão militar dos anos 1970. Mas sim uma violência econômica e excludente, colocada por uma Argentina privatizada que não abre novos caminhos para os mais jovens. Ao meu ver, o crescente processo emigratório de jovens argentinos ocorrido nos últimos anos é reflexo de um desejo de querer participar de um cotidiano menos violento e sufocante. Como sobreviver? Fica a nostalgia e a vontade de ter vivido nos tempos que contam os mais velhos. Os tempos de uma Argentina que foi o porto de chegada de muitos, representada no imaginário nacional como uma terra acolhedora e de promessa aos imigrantes que chegavam e que garantia um movimento de mobilidade social ascendente para as gerações descendentes. Fica a nostalgia. Diante do enfraquecimento das políticas sociais do Estado e da crescente pauperização da população, o recente fenômeno emigratório de argentinos pode ser interpretado como uma tentativa de ressignificar e redefinir esse projeto de mobilidade social ascendente.

¹⁵⁶ Entrevista de M. D. C. G., tradutora, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.

¹⁵⁷ Entrevista de M. E. G., psicanalista, residente em São Paulo desde 1976, registrada em 17 de março de 2005.



Figura 17 – Gaturro

Fonte – Nik. La Nacion, Buenos Aires, 29 mai. 2002. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar>>. Acesso em: 29 maio 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERDI, Juan Bautista (1994) **Fundamentos da Organização Política da Argentina**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- ALTAMIRANO, Carlos (2002) *Quo vadis, Argentina?* In **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 16, n. 44, janeiro/abril.
- ANDERSON, Benedict (1983) **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London: Therford Press Limited.
- _____ (1989) **Nação e Consciência Nacional**. Ática, São Paulo.
- ANGUITA, Eduardo e CAPARRÓS, Martín (1998) **La Voluntad: Una Historia de la Militancia Revolucionaria en la Argentina**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma.
- ARCHETTI, Eduardo P. (2003a) O “Gaucho”, o Tango, Primitivismo e Poder na Formação da Identidade Nacional Argentina. In **Mana** 9(1), Rio de Janeiro, pp. 9-29.
- _____ (2003b) **Masculinidades: Fútbol, Tango y Polo en la Argentina**. Buenos Aires: Editorial Antropofagia.
- BAENINGER, Rosana (2001) *Brasileiros na América Latina: o que revela o Projeto IMILA-CELADE*. In CASTRO, M. (Coord.) **Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas**. Brasília: CNPD.
- BANTON, Michael (1977) *Etnogênese*. In **A Idéia de Raça**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BATISTA, Paulo Nogueira (2002) *Argentina: uma crise paradigmática*. In **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 16, n. 44, janeiro/abril.
- BERTONI, Liliana (2001) **Patriotas, Cosmopolitas y Nacionalistas: La Construcción de la Nacionalidad Argentina a Fines del Siglo XIX**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- BIELOUS, Silvia Dutrénit (2001) *Recorriendo una Ruta de la Migración Política del Río de la Plata a México*. In **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**. vol. 12, n. 2, julio/diciembre, pp. 61-84.
- BRAUN, Clara e CACCIATORE, Julio (1996) *El Imaginario Interior: El Intendente Alvear y sus herederos. Metamorfosis y Modernidad Urbana*. In VÁZQUEZ-RIAL, H. (Ed.) **Buenos Aires 1880-1930. La Capital de un Imperio Imaginario**. Madrid: Alianza Editorial.
- COHEN, Abner (1979) *Political Symbolism*. In **Annual Review of Anthropology**. Palo Alto, California, vol. 8, pp. 87-113.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS (CONADEP) (1985) **Nunca Más**. 14ª ed. Buenos Aires: Eudeba.

DA MATTA, Roberto (1978) *Você Sabe com Quem Está Falando? Um Ensaio sobre a Distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil* In **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

DELLASOPPA, Emilio (1998) **Ao Inimigo nem Justiça: Violência Política na Argentina 1943-1983**. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP.

DIAS, Lucy (2003) **Anos 70: enquanto corria a barca**. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

DI TELLA, Torcuato (2000) *Comentarios*. In **A Visão do Outro: Seminário Brasil – Argentina**. Brasília: FUNAG.

DOMINGUEZ, Luis Esteban (2004) **Imigração Argentina em São Paulo 1970-1983: Resignificando Identidades**. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ELIAS, Norbert (1997) **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____ (1994) **O Processo Civilizador. Volume I: Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. (2000) **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FELDMAN-BIANCO, Bela. (2000) *Identidades*. In FELDMAN-BIANCO, B. e CAPINHA, G. (Orgs.) **Identidades: Estudos de Cultura e Poder**. São Paulo: Editora Hucitec.

FERRER, Aldo (2002) *A Argentina e a Globalização*. In **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 16, n. 44, janeiro/abril.

FOUCAULT, Michel (1998) **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 13ª Edição.

FOX, Richard (1989) *Introduction*. In FOX, R. G. (Org.) **Nationalist Ideologies and The Production of National Cultures**. American Ethnological Society Monograph Series. v. 2. pp. 1-14.

GERMANI, Gino (1972) *La Estratificación Social y su Evolución Histórica en Argentina*. In MARSAL, J. F. (Comp.) **Argentina Conflictiva**. Buenos Aires: Paidós.

GLICK-SCHILLER, N., BASCH, L. e BLANC-SZANTON, C. (1992) *Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration* In GLICK-SCHILLER, N., BASCH, L. e BLANC-SZANTON, C. (org.) **Towards a transnational perspective on migration: race, class,**

ethnicity, and nationalism reconsidered. New York: Annals of the New York academy of Science.

GLICK-SCHILLER, Nina e FOURON, Georges (1997) *Laços de Sangue: Os fundamentos raciais do Estado-Nação transnacionais*. In **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 48, junho.

GRACIARENA, Jorge (1986) *Prólogo*. In LATTES, A. E. e OTEIZA, E. (Dir.) **Dinámica Migratoria Argentina (1955-1984): Democratización y Retorno de Expatriados**. Ginebra: CENEP e UNRISD.

HALL, Stuart (1996) *Identidade Cultural e Diáspora*. In **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24.

HALPERIN DONGHI, Tulio (1987) *Para qué la inmigración? Ideología y Política Inmigratoria en la Argentina (1810-1914)*. In **El Espejo de la Historia. Problemas Argentinos y Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

HERZFELD, Michael (1997) **Cultural Intimacy: Social Poetics In The Nation-State**. New York and London: Routledge.

HOBSBAWM, Eric (1997) *Introdução* In HOBSBAWN, E. e RANGER, T (Orgs.) **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

JELIN, Elizabeth (2002) **Los Trabajos de la Memória**. Madrid: Siglo XXI de España Editores.

LATTES, A. E. e OTEIZA, E. (1986) **Dinámica Migratoria Argentina (1955-1984): Democratización y Retorno de Expatriados**. Ginebra: CENEP e UNRISD

MARGULIS, Mario (1986) *Los Argentinos en México*. In LATTES, A. E. e OTEIZA, E. (Dir.) **Dinámica Migratoria Argentina (1955-1984): Democratización y Retorno de Expatriados**. Ginebra: CENEP e UNRISD.

MATTOS, Ilmar Rohloff de (2000) *“Um País Novo”: A Formação da Identidade Brasileira e a Visão da Argentina*. In **A Visão do Outro: Seminário Brasil – Argentina**. Brasília: FUNAG.

MCGLYNN, Frank e TUDEN, Arthur (1991) *Introduction*. In MCGLYNN e TUDEN (Eds.) **Anthropological Approaches to Political Behavior**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

MILESI, Ir. Rosita e MORONI, José Antônio (1998) *Refugiados no Brasil*. In **O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio: Desafios Pastorais**. Petrópolis: Editora Vozes.

MOHR, José Luis D’Andrea (1999) **Memoria Debida**. Buenos Aires: Ediciones Colihue.

NEIBURG, Federico (1995) *Politização e Universidade na Argentina*. In **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 53, pp. 119-135, março.

NEIBURG, Federico (1997) **Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo: Estudos de Antropologia Social e Cultural**. São Paulo: Edusp.

_____ (2003) *Intimacy and The Public Sphere. Politics and Culture in the Argentinian National Space, 1946-55*. In **Social Anthropology: The Journal of the European Association of Social Anthropologist**. Vol. 11, Part 1, February, pp. 63-78.

_____ (2004) *Economistas e Culturas Econômicas no Brasil e na Argentina: notas para uma comparação a propósito das heterodoxias*. In **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. vol. 16, n. 2, novembro, pp. 177-202.

NOVICK, Susana (1998) *Políticas migratorias en la Argentina*, In OTEIZA, E., NOVICK, S. e ARUJ, R. **Inmigración y Discriminación Políticas y Discursos**. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario.

O'DONNELL, Guillermo (1982) *A Argentina antes e um pouco depois das Malvinas*. In **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, vol. 1, n. 4, novembro, pp. 9-14.

_____ (1983) **Y a mi, que me importa!: Notas sobre sociabilidad y política en Argentina y Brasil**. Buenos Aires: Estudios CEDES.

ORTIZ, Renato (1990) *Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil*. In **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 27, pp. 163-175, julho.

OTEIZA, Enrique (1986) *Prefácio*. In LATTES, A. E. e OTEIZA, E. (Dir.) **Dinámica Migratoria Argentina (1955-1984): Democratización y Retorno de Expatriados**. Ginebra: CENEP e UNRISD.

PAMPLONA, Marco Antonio (2000) *Nação e Modernidade nos escritos de Sarmiento e Nabuco*. In **A Visão do Outro: Seminário Brasil – Argentina**. Brasília: FUNAG.

_____ (2003) *Ambigüidades do Pensamento Latino-americano: Intelectuais e as idéias de nação na Argentina e no Brasil*. In **Estudos Históricos: Intelectuais**. Rio de Janeiro, n.32, pp. 3-31.

PARCERO, Daniel (1985) **La Argentina Exiliada**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.

PELEGRINO, Adela (1986) *Los Argentinos en Venezuela*. In LATTES, A. E. e OTEIZA, E. (Dir.) **Dinámica Migratoria Argentina (1955-1984): Democratización y Retorno de Expatriados**. Ginebra: CENEP e UNRISD.

PINA CABRAL, João de e LOURENÇO, Nelson (1993) *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

POLLAK, Michael (1989) *Memória, Esquecimento e Silêncio*. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, pp. 3-15.

POLLAK, Michael (1992) *Memória e Identidade Social*. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, pp. 200-215.

PORTELLI, Alessandro (1996) *A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. In **Tempo: Dossiê Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, pp. 59-72.

RIBEIRO, Fernando Rosa (1997) *Ideologia Nacional, Antropologia e a 'Questão Racial'*. In **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 31, outubro, pp. 79-89.

RIBEIRO, Gustavo Lins (2002) *Tropicalismo e Europeísmo. Modos de representar o Brasil e Argentina*. In FRIGERIO, A. e RIBEIRO, G. L. (Org.) **Argentinos e Brasileiros: Encontros, Imagens e Estereótipos**. Petrópolis: Vozes.

RIBEIRO DE SANT' ANA, Marcílio (2001) *Livre Circulação de trabalhadores no Mercosul*. In CASTRO, M. (Coord.) **Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas**. Brasília: CNPD.

RUSSELL, R. e TOKATLIAN, J. G. (2003) *O Lugar do Brasil na Política Externa da Argentina: a visão do outro*. In **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 65, março.

SAID, Edward (2003) *Reflexões sobre o Exílio*. In **Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras.

SARLO, Beatriz (1985) *Uma Alucinação Dispersa em Agonia*. In **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 11, janeiro, pp. 34-39.

_____ (2005) *Entrevista: Beatriz Sarlo*. In **Revista Veja**, São Paulo: Editora Abril, 13 de julho, pp. 11-15.

_____ (1996) *Modernidad y Mezcla Cultural*. In VÁZQUEZ-RIAL, H. (Ed.) **Buenos Aires 1880-1930. La Capital de un Imperio Imaginario**. Madrid: Alianza Editorial.

SARMIENTO, Domingo Faustino (1973) **Facundo: civilización y barbarie**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.

SAHLINS, Marshall (1990) **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SAYAD, Abdelmalek (1998) **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SCHKOLNIK, Susana (1986) *Volumen y Características de la Emigración de Argentinos a través de los censos extranjeros*. In LATTES, A. E. e OTEIZA, E. (Dir.) **Dinámica Migratoria Argentina (1955-1984): Democratización y Retorno de Expatriados**. Ginebra: CENEP e UNRISD.

SCHNEIDER, Arnd (1996) *The Two Faces of Modernity: Concepts of The Melting Pot in Argentina*. In **Critique of Anthropology**, Vol. 16(2), pp. 173-198.

SCHWARZSTEIN, Dora (2001a) *Historia Oral, Memoria e Historias Traumáticas*. In **História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n. 4, Junho, São Paulo, pp. 73-83.

_____. (2001b) *Migración, Refugio y Exilio: categorías, prácticas y representaciones*. In **Estudios Migratorios Latino-Americanos**, Buenos Aires, año 16, n. 48, pp. 249-268.

SEITENFUS, Ricardo (2002) *Metamorfoses Argentinas: da prata ao caos*. In **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 16, n. 44, janeiro/abril.

SEYFERTH, Giralda (1995) *A invenção da Raça e o Poder Discrecional dos Estereótipos*. In **Anuário Antropológico 93**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (1993) *Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira*. In **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 38, pp. 11-42, dezembro.

SZNAJDER, Mario e RONIGER, Luis (2005) *From Argentina to Israel: Escape, Evacuation and Exile*. In **Journal of Latin American Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, n. 37, pp. 351-377.

TAUSSIG, Michael (1993) *Primeira Parte: Terror*. In **Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terror e a cura**. São Paulo: Paz e Terra.

TURNER, Victor (1985) *Social Dramas and Ritual Metaphors*. In **Drama, Fields and Metaphors: Symbolic Action in Human Society**. Cornell University Press.

VELASCO e CRUZ, Sebastião C. (1986) *De Castelo a Figueiredo, uma visão histórica da "abertura"*. In CHERESKY, I. e CHONCHOL, J. (Comp.) **Crise e Transformação dos Regimes Autoritários**. São Paulo: Ícone Editora.

VILLALÓN, A. (1999) *De Facilidades y Restricciones: Políticas Inmigratorias en la Argentina de lo '90*. In **Travessia: Revista do Migrante**, Publicação do CEM, ano XII, n. 33, janeiro-abril.

VINCENT, Joan (1978) *Political Anthropology: Manipulative Strategies*. In **Annual Review of Anthropology**. Palo Alto, California, vol. 7, pp. 175-194.

WOLF, Eric (2003) *Etnicidade e Nacionalidade*. In FELDMAN-BIANCO, B. e RIBEIRO, G. L. (Orgs.) **Antropologia e Poder: Contribuições de Eric Wolf**. Brasília/ Campinas: Editora UNB/ Editora UNICAMP.

ANEXO

Roteiro das Entrevistas

Tópicos para discussão e gravação sobre Migração e Etnicidade (Adaptação de Harney, Robert F. *Oral Testimony and Ethnic Studies*. In **The Multicultural History Society of Ontario**)

Este guia é útil para a coleta de histórias de vida. Os narradores devem ser estimulados a contarem em detalhe suas experiências ou estórias. Diferenciar entre opiniões e experiências, estimular lado lúdico e sensorial das experiências e imaginário (cores, aromas, estórias).

I – Terra Natal

A – Vida na terra natal/ lugar de origem

- a – lugar de nascimento
- b – características naturais do lugar de origem
- c – tamanho da família e natureza da unidade doméstica e moradia
- d – ocupações na (e da) família
- e – ocupações predominantes no lugar de origem
- f – vida cotidiana (rotina)
- g – atividades sociais e religiosas
- h – relações com governo
- i – população local
- j – número dos que emigraram a outras regiões (antes do/a narrador/a)
- m – identidade e ocupação daqueles que emigraram

B – Migrações

- a – padrões locais de migração (temporária, permanente, idas e vindas, etc)
- b – data e razões de emigração (familiares, pessoais, econômicas, políticas, etc.)
- c – idade e posição na família por ocasião da emigração
- d – papel de agentes, intermediários, entidades governamentais, igreja, família, etc.
- e – consciência do lugar de destino, anteriormente à chegada (se conhecia o Brasil, se não como imaginava ser)
- f – lugar de destino almejado/várias migrações
- g – planos de permanência, tempo de permanência
- h – emprego (arranjado antes ou depois da chegada)
- i – parentes/amigos que emigraram anteriormente para o lugar/es de destino

II – Emigração

A – A(s) viagem (viagens)

- a – memórias da viagem
- b – forma de transporte (paradas)
- c – viajando em grupo, só, com parentes, etc.
- d – quantidade de dinheiro e bens durante a viagem
- e – experiência de outros parentes/amigos (similar ou não)
- f – o cotidiano da viagem
- g – custo da viagem
- h – problemas durante a viagem

B – A Chegada

- a – experiências marcantes de chegada / confrontos, primeiras lembranças
- b – hospedagem etc.
- c – o que mudou depois da chegada

C – Perspectivas sobre o processo migratório

- a – diferenciações entre lugar de origem e de migração
- b – expectativas (preenchidas ou não)
- c – emoções
- d – o que sente falta, o que apreciava na terra natal
- e – sentimento de temporalidade ou permanência
- f – número de viagens (ou migrações) entre lugar de origem e destino/ outras experiências.

III – Fixação

- a – fixação na cidade ou área rural
- b – razões de escolha do local de moradia (em relação ao trabalho, família, etc.)
- c – tipo de moradia
- d – parentes ou amigos nas redondezas
- e – distância entre casa e trabalho
- f – mudanças de moradia nos primeiros anos (razões)
- g – problemas com moradia (financeiro, falta de conforto, etc)

IV – Trabalho

A – Tipo de trabalho

- a – história de trabalho (formas de obtenção de emprego)
- b – relação entre o trabalho obtido e trabalho na terra natal, saber anterior, especialização, aprendizagem anterior
- c – salários, horas, regularidade
- d – problemas de linguagem e intermediários

- e – mudança de emprego/ocupação
- f – trabalhos temporários
- g – forma de transporte
- i – descrição da ocupação/ocupações (especialidades)
- j – trabalho e lazer

B – Perspectivas sobre o trabalho e oportunidades de trabalho

- a – descrição do cotidiano do trabalho – um dia e uma semana
- b – estereótipos e imagens sobre seu(s) trabalhos/emprego(s)
- c – discriminação (se houver) no trabalho
- d – tipos de contrato de trabalho
- e – relações com colegas de trabalho (colegas da terra natal)
- f – razões de mudança de trabalho e ocupação

C- Educação

- a – na terra natal
- b – lugar de fixação

V – Associações Migrantes

A – Financeiras

- a – hotéis, pensões, etc.
- b – remessa de dinheiro para a terra natal
- c – lojas, comidas
- d – créditos

B – Liderança comunitária

- a – migrantes de sucesso e leaders
- b – igrejas
- c – médicos e advogados
- d – natureza da liderança

C – Atividades políticas

- a – sindicatos
- b – movimentos sociais
- c – partidos

D – Atividades sociais e educativas

- a – clubes e instituições sociais (sociedade de ajuda mútua, igreja)
- b – programas de rádio, TV, etc.
- c – divertimentos, danças, atividades sociais

E – Identidade Étnica

Família

- a – casamento (quando, como, com quem, em detalhe)
- b – com qual idade teve o primeiro filho, e se teve mais filhos
- c – divisão de trabalho:
 - i) responsabilidade financeiras, quem controla o dinheiro
 - ii) responsabilidades em relação aos filhos (quem cuida etc)
 - iii) expectativas em relação aos filhos (educação, carreiras)
- d – tradições e celebrações familiares (descrever prática e ritual)
- e – sentimento de identidade familiar e responsabilidades compartilhadas (estórias de família, folclore, lendas) sentimento de diferenças culturais em relação aos filhos/pais
- f – preparação de comida – (terra natal e adaptações)
- g – família e religião
- h – família e endogamia (exogamia)
- i – relações com parentes na terra natal
- j – papel de parentes e compadres (continuidades e mudanças)

F – Comunidade

- a – língua (vocabulário regional, sotaques, etc)
- b – experiências de discriminação, no trabalho, bairro, através dos filhos, na vida cotidiana
- c – persistência de tradições comunitárias (rituais, encontros, etc)
- d – relação com pessoas e grupos da terra natal/relação com outros grupos
- e – relações com migrantes da terra natal de outras gerações (conflitos/ajudas)
- f – relações e dependência no que se refere a associações, igreja, parentes, redes sociais da terra natal
- g – importância de associações locais na manutenção da identidade
- h – consciência da identidade étnica